CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 1356/2017, foi disponibilizado na página 0717 do Diário da Justiça Eletrônico em 05/12/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Guilherme Justino Dantas (OAB 146724/SP)
André Luis Tardelli Magalhães Poli (OAB 158454/SP)
Rosana Aparecida Riatto (OAB 169495/SP)
Otto Willy Gübel Júnior (OAB 172947/SP)
Eduardo Augusto de Sousa Costa (OAB 201688/SP)
Carla Marchezano de Melo (OAB 204492/SP)
Felipe de Castro Rubio Poli (OAB 252833/SP)
Leticia Rodrigues Bueno (OAB 253919/SP)
Percy Eduardo Nogueira Sternberg Heckmann (OAB 28678/SP)
Enrique de Goeye Neto (OAB 51205/SP)
Raquel Correa Ribeira (OAB 349406/SP)

Teor do ato: "Vistos.Fls. 531, 556/557, 570, 630/631, 785/786: No que tange as habilitações, reitero decisão de fls. 519/520 Fls. 551: Ciência às partes.Fls. 552/555: Abra-se vista ao Ministério Público para que se manifeste acerca da estimativa e forma de pagamento dos honorários pleiteados pelo administrador judicial, já que a recuperanda manifestou expressa concordância com os termos propostos (fls. 578).Fls. 570/574: Indefiro a inclusão do crédito, de natureza fiscal, na relação de credores, já que possui via própria de parcelamento, devendo ser pleiteado pela empresa perante a autoridade fazendária.Fls. 577/579: Defiro o prazo improrrogável de dez dias para complementação dos documentos pleiteados pelo administrador judicial.Fls. 580, 626/627, 670, 750, 758, 767/768, 827, 855: Anote-se o nome de todos os patronos dos habilitantes para que recebam as publicações, ficando no mais reiterada a primeira parte de fls. 630/631.Fls. 583/584, 618/619, 719, 731/732, 762/766, 979, 989/990: Anote-se o nome dos patronos indicados nas petições. Manifeste-se o administrador acerca da apresentação de divergências quanto aos valores dos créditos dos habilitantes "Sorovale Administradora", "Serabia Mineração", "Pooltecnica química", "Sul Invest Fundo de investimentos".Fls. 785/786: Defiro ao habilitante os benefícios da gratuidade processual. Reitero decisão de fls. 519/520, no que tange ao pedido de habilitação.Fls. 841/843: As questões já foram objeto de apreciação.Fls. 846/847: Manifeste-se o administrador. Após ao Ministério Público.Fls. 854: Ciência às partes interessadas acerca da disponibilização do relatório mensal.Fls. 868/872, 969/970: Manifeste-se o Ministério Público.Fls. 873/947: Manifestem-se o administrador e o Ministério Público acerca do plano de recuperação apresentado. Após conclusos para eventual recebimento, publicação dos editais e fixação de prazo para manifestação de eventuais objeções, nos termos do quanto disposto no artigo 55 da Lei de Recuperação Judicial.Fls. 974/975: Anote-se o novo endereço e telefone do administrados judicial.Fls. 986/988: No que tange aos prazos previstos na lei 11.101/2005, elencados a fls. 987, quando da contagem, deverá ser observado o quanto estabelecido pelo novo CPC, ou seja, contados em dias úteis, evitando-se, assim prejuízos principalmente aos credores que já ofertaram a sua habilitação, atentos as normas do atual Código de Processo Civil.No que tange a suspensão das ações e execuções previstas no parágrafo 4º do artigo 6º da Lei 11.101/2005, permanece o quanto determinado a fls. 519/520, pelos fundamentos ali exaustivamente exposto, podendo ser prorrogado em caso de justo motivo.Intime-se.Aruja, 01 de dezembro de 2017."

Arujá, 5 de dezembro de 2017.

Luís Endo
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS ENDO, liberado nos autos em 05/12/2017 às 10:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2508E84.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 1º VARA DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ – SP.

Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045

Recuperação Judicial

A Administradora Judicial nos autos deste processo de Recuperação Judicial, vem, respeitosamente, perante V. Exa., para informar que foram recebidas **tempestivamente** as seguintes **HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO**:

RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. Recuperação Judicial - Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045 1ª Vara do Foro da Comarca de Arujá - SP	
Credor(a)	**CPF/CNPJ**
BANCO ABC BRASIL S.A.	28.195.667/0001-06
BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12
BANCO DO BRASIL S.A.	00.000.000/0001-01
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL	92.702.067/0001-96
BANCO SAFRA S.A.	58.160.789/0001-28
CIRCUIBRAS IND. COM. DE CIRCUITOS IMP. PROFISSIONAIS LTDA.	79.077.343/0001-04
CLAUDINEI SILVA DE JESUS	115.726.758-02
DOUGLAS ENRIQUE DOS SANTOS	436.854.948-13
DUROX PRODUTOS QUIMICOS LTDA	05.465.189/0001-01
IMOBILIARIA BASSANESI	89.278.683/0001-57
ITAÚ UNIBANCO S.A.	60.701.190/0001-04
JOSUEL BENEDITO DE FARIAS	205.164.178-19
PARANÁ BANCO S.A.	14.388.334/0001-99
POLIPET EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - EPP	08.915.525/0001-69
POOLTECNICA QUIMICA LTDA.	72.441.454/0001-09
PROQUIGEL QUIMICA S/A	27.515.154/0011-44
RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. (*)	62.728.993/0001-70

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/12/2017 às 17:11 , sob o número WAUJ17700229724 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 25178C5.

Credor(a)	CPF/CNPJ
SERABI MINERAÇÃO S/A	04.207.303/0001-30
SOROVALE ADM. DE BENEFICIOS E CONVENIOS S/A	08.744.723/0001-07
SUATRANS EMERGÊNCIA S.A.	11.414.555/0001-04
SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS	09.257.784/0001-02
UNIPAR CARBOCLORO S/A	33.958.695/0006-82
USIQUIMICA DO BRASIL LTDA.	60.755.519/0001-01
VALE FERTILIZANTES S/A	33.931.486/0002-11
VERDE GAIA CONSULTORIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL LTDA.	03.175.428/0001-63
VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A.	42.416.651/0001-07

OBS: (*) A Recuperanda apresentou divergência contra os créditos de Borax da Argentina; Kd Feddersen; China National Minerals Co. Ltd.; Marcio R. da Silva de Almeida; e De Luna Com. E Ind. De Sucatas Ltda.

Termos em que,
J. em Manifestação.
São Paulo para Arujá, 04 de dezembro de 2017.

MGA ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA EIRELI
Mauricio Galvão de Andrade
Responsável Técnico
CRA SP nº 135.527 CRC1SP n° 168.436/O-0

AGUINALDO PEREIRA
OAB/SP nº 374.578

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/12/2017 às 17:11 , sob o número WAUJ17700229724 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 25178C5.

MÜLLER & WEBBER
Advocacia e Consultoria Jurídica

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz (a) de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Arujá – Estado de São Paulo

Autos nº. **1002351-95.2017.8.26.0045**

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.077.343/0001-04, carolinaw@circuibras.com.br, telefone (41) 3314-9010, com sede na Rua Lodovico Kaminski, 2351, Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81.260-040, Curitiba, Estado do Paraná, por seu advogado devidamente constituído (**doc. 1**), com endereço profissional abaixo indicado, comparece respeitosamente perante Vossa Excelência para **requerer a juntada de procuração**, bem como o comprovante de pagamento da taxa judicial.

Nos termos do §1º do art. 7º da Lei 11.101, informa-se que a **CIRCUIBRAS** apresentou à administradora judicial, tempestivamente, divergência ao crédito habilitado, conforme documentação anexa.

Por fim, requer-se que todas as intimações e/ou notificações referentes ao presente feito sejam feitas em nome do patrono **César Augusto Müller**, **OAB/PR nº. 80.948**, sob pena de nulidade.

Termos em que,

Pede deferimento.

Curitiba, 05 de dezembro de 2017.

César Augusto Müller
OAB 80.948/PR

Rua Comendador Araújo, 143, Conj. 33 – Centro – Curitiba – PR – 80420-900
(41) 3022-2010
mw@mwadvocacia.net.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C17.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.077.343/0001-04, com sede na Rua Lodovico Kaminski, 2351, Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81.260-040, Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Administrador, Carlos Alberto Webber, brasileiro, casado, empresário, portador do documento de identidade RG nº. 2.0816.172-2/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº. 462.945.709-72, residente e domiciliado na Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi, 2546, apto. 1001, CEP 81.210-000, Mossunguê, Curitiba, Estado do Paraná.

OUTORGADOS: CAROLINA ULAF WEBBER, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PR sob nº. 77.377, e-mail webber@mwadvocacia.net.br, e CÉSAR AUGUSTO MÜLLER, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PR sob nº. 80.948, e-mail muller@mwadvocacia.net.br, sócios integrantes da sociedade de advogados MÜLLER & WEBBER ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 24.730.626/0001-11, registrada na OAB/PR sob nº. 4860, com endereço na Rua Comendador Araújo, 143, cj. 33, CEP 80.420-900, Centro, Curitiba, Estado do Paraná.

PODERES: A OUTORGANTE confere aos OUTORGADOS amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *AD JUDICIA ET EXTRA*, para, em conjunto, ou separadamente, sem obediência à ordem de colocação de seus nomes, atuar em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo ajuizar, em seu nome, toda e qualquer demanda cabível, bem como defendê-lo nas que contra si forem propostas, **especialmente para representa-la no processo de Recuperação Judicial ajuizado por RESIMAPI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA** (Processo nº. 1002351-95.2017.8.26.0045, em trâmite perante a 1ª Vara do Foro de Arujá, Estado de São Paulo), habilitando-os a praticar todos os atos processuais e extraprocessuais para tanto. Confere-lhes, ainda, poderes especiais para receber citação e intimação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir da demanda e renunciar ao direito sobre o qual ela se fundamenta, receber, dar e aceitar quitação, interpor recursos, protestar e levantar protestos, penhorar e sequestrar bens, promover arrestos, prestar cauções, firmar compromisso, fazer composições amigáveis, requerer perante entidades públicas, privadas ou associativas, exercitar o direito de queixa e representação, valer-se de medidas cautelares, prestar declaração, além de quaisquer outras medidas necessárias para o fiel desempenho das obrigações decorrentes deste mandato, podendo substabelecê-lo com ou sem reserva de poderes.

Curitiba/PR, 10 de outubro de 2017.

CIRCUIBRAS – IND. E COM. DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.
Carlos Alberto Webber

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C1A.

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

CNPJ: 79.077.343/0001-04

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular,

- **Carlos Alberto Webber**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Curitiba – PR, na rua Senador Nereu Ramos, nº 399, bairro Guabirotuba, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 2.081.172-2/ SSP-PR, com inscrição no CPF sob nº 462.945.709-72; e
- **Kátia Ulaf Webber**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, residente e domiciliada nesta cidade de Curitiba – PR, na rua Senador Nereu Ramos, nº 399, bairro Guabirotuba, portadora da Carteira de Identidade Civil RG nº 3.962.187-8/ SSP-PR, com inscrição no CPF sob nº 591.359.139-91;

únicos sócios da sociedade empresária limitada, que gira sob o nome empresarial de **"CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA."**, com sede nesta cidade de Curitiba – PR, na rua Lodovico Kaminski, nº 2.351, C.I.C., CEP: 81260-040, com inscrição no CNPJ sob nº 79.077.343/0001-04, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41200710471, em 08 de novembro de 1985, e última alteração sob número 20050997181, em 23 de março de 2005, resolvem modificar seu contrato primitivo e sucessivas alterações, pelo aditamento das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: A administração da sociedade será exercida por 1 (um) sócio, ao qual compete, isoladamente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhe, entretanto, vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fiança ou cauções de favor.

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br e informe o número 162704607 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

Certisign - Autoridade Certificadora
Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informática
Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

NELSON COSTA
Documento Assinado Digitalmente 27/04/2016
Junta Comercial do Paraná
CNPJ:77.968.170/0001-99

Você deve instalar o certificado da JUCEPAR
www.juntacomercial.pr.gov.br/certificado

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAU17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C1A.

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Parágrafo Primeiro: A sociedade será administrada e representada pelo sócio **Carlos Alberto Webber**, por prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo: Os sócios poderão onerar bens móveis e imóveis da sociedade em favor de terceiros.

Cláusula Segunda: As deliberações sociais serão tomadas em Reunião e aprovadas por sócios representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social integralizado.

Cláusula Terceira: No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os outros, por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias. Os sócios remanescentes terão direito de preferência, na proporção de sua participação no capital social. O direito de preferência de aquisição deverá ser notificado, em igual prazo, pelo(s) sócio(s) remanescente(s) ao(s) sócio(s) retirante(s), bem como aos demais sócios, sob pena de perda de direito na aquisição das cotas.

Parágrafo Único: Apurados os haveres por levantamento especial de Balanço Patrimonial, para este fim efetuado, os haveres serão pagos ao sócio retirante em prazo nunca inferior a 12 (doze) meses, com o objetivo de evitar o enfraquecimento da empresa, pela evasão de capital.

Cláusula Quarta: Com a finalidade de facilitar o exame do contrato social em vigor, **consolida-se**, no presente ato, o contrato social, ficando sem nenhum efeito todas as cláusulas e disposições do contrato social e alterações anteriores, que não prevalecem, nem mesmo como regras supletivas, passando a sociedade a reger-se, a partir desta data, pelas cláusulas seguintes:

NELSON COSTA

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br
e informe o número 162704607 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C1A.

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

CNPJ: 79.077.343/0001-04

- **Carlos Alberto Webber**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Curitiba – PR, na rua Senador Nereu Ramos, nº 399, bairro Guabirotuba, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 2.081.172-2/ SSP-PR, com inscrição no CPF sob nº 462.945.709-72; e
- **Kátia Ulaf Webber**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, residente e domiciliada nesta cidade de Curitiba – PR, na rua Senador Nereu Ramos, nº 399, bairro Guabirotuba, portadora da Carteira de Identidade Civil RG nº 3.962.187-8/ SSP-PR, com inscrição no CPF sob nº 591.359.139-91;

únicos sócios da sociedade empresária limitada, que gira sob o nome empresarial de **"CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA."**, com sede nesta cidade de Curitiba – PR, na rua Lodovico Kaminski, nº 2.351, C.I.C., CEP: 81260-040, com inscrição no CNPJ sob nº 79.077.343/0001-04, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41200710471, em 08 de novembro de 1985, e última alteração sob número 20050997181, em 23 de março de 2005, consolidam o contrato social da seguinte forma:

Cláusula Primeira: Denominação, Sede e Domicílio:

A sociedade gira sob o nome empresarial de **Circuibras – Indústria e Comércio de Circuitos Impressos Profissionais Ltda.,** é uma sociedade empresária limitada, com sede e foro nesta cidade de Curitiba – PR, na rua Lodovico Kaminski, nº 2.351, C.I.C., CEP: 81260-040; pode criar filiais em qualquer lugar do país por determinação dos sócios cotistas.

NELSON COSTA

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br
e informe o número 162704607 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C1A.

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Cláusula Segunda: Do Objeto Social:

O objeto mercantil da sociedade é Indústria e Comércio de aplicação de circuito impresso em plaquetas de fibra de vidro, para aparelhos eletrônicos, e serviços de arte e fotolitos, cortes de placas, e furação de placas.

Cláusula Terceira: Duração da Sociedade:

As atividades da sociedade são por prazo indeterminado.

Cláusula Quarta: Do Capital Social:

O capital social da sociedade é de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (quinhentas mil) cotas de R$ 1,00 (um real) cada uma, subscrito e integralizado da seguinte forma:

Sócio	Participação no Capital Social		%
	Cotas	Valor – R$	
01 – Carlos Alberto Webber	499.999	499.999,00	99,99
02 – Kátia Ulaf Webber	1	1,00	00,01
Total:	**500.000**	**500.000,00**	**100%**

Parágrafo Único: As cotas são indivisíveis, e cada cota corresponde a um voto nas deliberações sociais.

Cláusula Quinta: Da Responsabilidade dos Sócios:

A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Sexta: Das Deliberações Sociais:

As deliberações sociais serão tomadas em Reunião e aprovadas por sócios representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social integralizado.

NELSON COSTA

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br
e informe o número 162704607 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAU17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C1A.

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

CNPJ: 79.077.343/0001-04

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Cláusula Sétima: Da Venda, Cessão e Transferência de Cotas:

A venda, cessão ou transferência, por qualquer forma, de qualquer cota, sempre dependerá do consentimento prévio e por escrito dos demais sócios, representando a maioria do capital social, que terão direito de preferência em qualquer venda, cessão ou transferência, a ser exercido sob os termos e condições acordados prévia e mutuamente entre os sócios. Não sendo exercido o direito de preferência pelos demais sócios, o sócio que deseja vender, ceder ou transferir suas cotas, poderá fazê-lo livremente a terceiros, pelas mesmas condições apontadas no termo de preferência.

Cláusula Oitava: Da Administração da Sociedade:

A administração da sociedade será exercida por 1 (um) sócio, ao qual compete, isoladamente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhe, entretanto, vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fiança ou cauções de favor.

Parágrafo Primeiro: A sociedade será administrada e representada pelo sócio **Carlos Alberto Webber**, por prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo: Os sócios poderão onerar bens móveis e imóveis da sociedade em favor de terceiros.

Cláusula Nona: Declaração de Desimpedimento:

O sócio-administrador declara, sob as penas da Lei, que não está condenado em nenhum dos crimes previstos no parágrafo 1º, Artigo 1.011 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, quais sejam: condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

NELSON COSTA

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br
e informe o número 162704607 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C1A.

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Cláusula Décima: Do Pagamento de Pró-Labore:

Os sócios no exercício da administração e de cargos na sociedade terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, em valor a ser fixado em comum acordo pelos sócios, valor este que será lançado como despesa administrativa, até o limite da legislação vigente, observados todos os preceitos legais.

Cláusula Décima Primeira: Do exercício Social e Demonstrações Financeiras:

O ano social coincidirá com o ano civil, devendo em 31 de dezembro de cada ano ser levantado o Balanço Patrimonial, o Balanço de Resultado Econômico e o Inventário, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas cotas de capital, podendo ainda ficar como reservas na sociedade para futuros aumentos de capital, de acordo com o que for determinado nas reuniões dos sócios.

Cláusula Décima Segunda: Da Retirada dos Sócios:

No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os outros, por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias. Os sócios remanescentes terão direito de preferência, na proporção de sua participação no capital social. O direito de preferência de aquisição deverá ser notificado, em igual prazo, pelo(s) sócio(s) remanescente(s) ao(s) sócio(s) retirante(s), bem como aos demais sócios, sob pena de perda de direito na aquisição das cotas.

Parágrafo Único: Apurados os haveres por levantamento especial de Balanço Patrimonial, para este fim efetuado, os haveres serão pagos ao sócio retirante em prazo nunca inferior a 12 (doze) meses, com o objetivo de evitar o enfraquecimento da empresa, pela evasão de capital.

Cláusula Décima Terceira: Do Falecimento de Sócios:

No caso de falecimento de quaisquer dos sócios, a sociedade não será necessariamente dissolvida, podendo os herdeiros do *de cujus* assumir as cotas de capital deste, com a ultimação das formalidades legais neste sentido.

NELSON COSTA

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br
e informe o número 162704607 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C1A.

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

CNPJ: 79.077.343/0001-04

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Cláusula Décima Quarta: Dos Casos Omissos:

Em casos omissos, a sociedade será regida subsidiariamente pela Lei das Sociedades Anônimas.

E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente a cumpri-lo em todos os seus termos.

Curitiba, 01 de dezembro de 2008.

Carlos Alberto Webber

Kátia Ulaf Webber

Visto do Advogado:

Klaus Peter Klein

OAB: 11.073 – PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/01/2009
SOB NÚMERO: 20085617717
Protocolo: 08/561771-7, DE 23/12/2008
Empresa:41 2 0071047 1
CIRCUIBRAS - INDUSTRIA E COMERCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA ME
LUIZ CARLOS SÁLVARO
SECRETARIO GERAL

NELSON COSTA

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br
e informe o número 162704607 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C1A.

César Augusto Müller

De: RJ Resimapi <rjresimapi@mgaconsultoria.com.br>
Enviado em: segunda-feira, 16 de outubro de 2017 09:20
Para: César Augusto Müller; RJ Resimapi
Cc: 'Carolina'
Assunto: RES: Manifestação de Divergência de Crédito - Circuibras In. e Com. de Circuitos Impressos Profissionais Ltda.

Documentos recebidos.

MGA CONSULTORIA
Maurício Galvão de Andrade
Administrador Judicial - CRA SP 135.527
Perito Contábil - CRC 1SP 168.436/0-0
m.andrade@mgaconsultoria.com.br
Tel: 11 3360-0500 Cel: 11 9 9993-5530

Esta mensagem é destinada exclusivamente ao seu destinatário e pode conter informações confidenciais protegidas por sigilo profissional ou cuja divulgação seja proibida por lei. O uso não autorizado de tais informações é proibido e está sujeito às penalidades cabíveis.

This message is intended exclusively for its addressee and may contain information that is confidential and protected by a professional privilege or whose disclosure is prohibited by law. Unauthorized use of such information is prohibited and subject to applicable penalties.

De: César Augusto Müller [mailto:muller@mwadvocacia.net.br]
Enviada em: quarta-feira, 11 de outubro de 2017 16:43
Para: RJ Resimapi <rjresimapi@mgaconsultoria.com.br>
Cc: 'Carolina' <carolinaw@circuibras.com.br>
Assunto: Manifestação de Divergência de Crédito - Circuibras In. e Com. de Circuitos Impressos Profissionais Ltda.
Prioridade: Alta

Prezado (a) responsável,

Envio-lhe anexos:

a) Manifestação de divergência de crédito relativo à recuperação judicial da Resimapi;
b) Documentos da parte interessada (Circuibras In. e Com. de Circuitos Impressos Profissionais Ltda.);
c) Documentos comprobatórios do crédito da Circuibras In. e Com. de Circuitos Impressos Profissionais Ltda.

Favor confirmar o recebimento do presente e-mail.

Atenciosamente,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C1E.

MÜLLER & WEBBER
Advocacia e Consultoria Jurídica

César Augusto Müller
Advogado – OAB/PR 80.948
E-mail: muller@mwadvocacia.net.br
Telefones: (41) 3022-2010 | (41) 99756-7611

R. Comendador Araújo, 143, cjto. 33, Curitiba/PR

ATENÇÃO - Esta correspondência eletrônica tem como destinatário aquele(s) a quem foi dirigida. Todas as informações nela contidas são confidenciais e estão protegidas pela garantia legal de sigilo da comunicação entre advogado e cliente.
Caso você tenha recebido esta correspondência eletrônica, mas não seja o(a) seu(sua) destinatário(a), fica desde logo notificado(a) a abster-se de copiar, divulgar, armazenar ou, de qualquer forma, utilizar as informações nela contidas para todo e qualquer fim.
A mensagem deverá ser deletada e o recebimento deverá ser comunicado ao remetente.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C1E.

MÜLLER & WEBBER
Advocacia e Consultoria Jurídica

Curitiba, 10 de outubro de 2017.

À

MGA ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA EIRELI
Rua Jacerú, 384, cjto. 204
CEP 04.705-000
São Paulo/SP

Assunto: **DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO** – Recuperação Judicial da empresa **RESIMAPI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. –** Processo nº. 1002351-95.2017.8.26.0045, em trâmite perante a 1ª Vara do Foro de Arujá, Estado de São Paulo.

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.077.343/0001-04, carolinaw@circuibras.com.br, telefone (41) 3314-9010, com sede na Rua Lodovico Kaminski, 2351, Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81.260-040, Curitiba, Estado do Paraná, por seus advogados devidamente constituídos (**doc. 1**), com endereço profissional abaixo indicado, comparece perante Vossa Senhoria para apresentar

DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO

à relação de credores fornecida pela empresa **RESIMAPI** Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (Processo nº. 1002351-95.2017.8.26.0045, 1ª Vara do Foro de Arujá/SP), nos termos a seguir expostos.

1.1. Em 03/11/2016, **CIRCUIBRAS** e **RESIMAPI** celebraram "Instrumento Particular de Acordo Extrajudicial", pelo qual a empresa em recuperação judicial reconheceu dever à **CIRCUIBRAS** a quantia de R$ 29.099,39 (vinte e nove mil e noventa e nove reais e trinta e nove centavos) (**doc. 2**).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C1F.

Pelo referido acordo, a **RESIMAPI** obrigou-se a pagar a dívida em 25 parcelas, da seguinte forma: a) a primeira parcela no valor de R$ 2.645,40 (dois mil seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), com vencimento em 26/11/2016; b) as demais 24 (vinte e quatro) parcelas seriam mensais, iguais e sucessivas, no valor de R$ 1.102,25 (mil cento e dois reais e vinte e cinco centavos), tendo vencimento inicial a partir de 26/01/2017, com a última parcela com vencimento em 26/12/2018 (**itens 1 e 2 – doc. 2**).

1.2. Não obstante o pagamento da primeira parcela, a **RESIMAPI** deixou de pagar a segunda parcela, cujo vencimento ocorreu em 26/01/2017.

Como o atraso no pagamento foi superior a 15 (quinze) dias, a **avença entre as partes foi automaticamente desfeita no dia 11/02/2017**, com o vencimento antecipado da integralidade do débito nesta data e a incidência de **multa compensatória de 30%** (trinta por cento) sobre o valor integral da dívida (conforme expressa previsão contratual – **item 7 – doc. 2**).

1.3. Ademais, em virtude do inadimplemento do acordo, em 20/02/2017, a **CIRCUIBRAS** ajuizou AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL em face da **RESIMAPI** e demais devedores solidários (Processo nº. 0001648-04.2017.8.16.0194, em trâmite perante a 24ª Vara Cível de Curitiba/PR) – (**doc. 3**. Cópia integral do Processo).

Na Execução de Título Executivo Extrajudicial, mesmo devidamente citada, a **RESIMAPI** não efetuou o pagamento da dívida (**páginas 105 e 111** – **doc. 3**).

Portanto, devem ser somados ao valor da dívida os honorários advocatícios fixados no despacho inicial (**página 83** – **doc. 3**), bem como todas as custas processuais recolhidas até a data do pedido de recuperação judicial ajuizado pela **RESIMAPI** (**páginas 38 a 41; 56; 61; 70; 75; 103 – doc. 3**).

1.4. Com base nesses dados, tem-se que a **CIRCUIBRAS** é credora da empresa **RESIMAPI** da **quantia de R$ 41.318,61** (quarenta e um mil, trezentos e dezoito reais e sessenta e um centavos), atualizada até a data do ajuizamento da recuperação judicial (agosto de 2017), conforme cálculo anexo (**doc. 4**).

Todavia, na relação de credores a que alude o art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, a **RESIMAPI** apresentou apenas a quantia de R$ 25.732,19 (vinte e cinco mil, setecentos e trinta e dois reais e dezenove centavos).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C1F.

MÜLLER & WEBBER
Advocacia e Consultoria Jurídica

1.5. Diante do exposto, requer-se o **acolhimento e deferimento da DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO**, com a retificação da relação de credores a ser publicada no edital a que alude o art. 7º, § 2º, da Lei nº. 11.101/2005, nos seguintes termos:

Valor total do crédito: R$ 41.318,61 (quarenta e um mil, trezentos e dezoito reais e sessenta e um centavos), atualizado até a data do ajuizamento da recuperação judicial (agosto de 2017).

Classificação do crédito: Crédito Quirografário.

Termos em que,

Pede deferimento.

Curitiba, 10 de outubro de 2017.

César Augusto Müller
OAB 80.948/PR

Carolina Ulaf Webber
OAB 77.377/PR

Documentos anexos:

1. Contrato Social e Procuração

2. Instrumento Particular de Acordo Extrajudicial

3. Cópia integral processo de execução – nº. 0001648-04.2017.8.16.0194, em trâmite perante a 24ª Vara Cível de Curitiba/PR

4. Planilha atualizada do débito até agosto de 2017

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C1F.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ACORDO EXTRAJUDICIAL

Pelo presente instrumento particular que assinam entre si,

De um lado,

CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.077.343/0001-04, com sede na Rua Lodovico Kaminski, 2351, Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba, Paraná, neste ato representada por seus procuradores, doravante denominada simplesmente "**CIRCUIBRAS**"; e, de outro,

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 62.728.993/0003-31, com sede Avenida Osaka, 800, Centro Industrial, Aruja, Estado de São Paulo, CEP 07.411-750, doravante apenas "**RESIMAPI**", neste ato representada por seus sócios Renato Marfaragi e Eduardo Tadeu Piagentini, e ainda,

RENATO MARFARAGI, brasileiro, industrial, portador do RG nº. 3.632.663/SP, inscrito no CPF sob o nº. 108.309.288-04, e **YARA SALGADO MARFARAGI**, brasileira, portadora do RG nº. 6.636.310/SP, inscrita no CPF sob o nº. 101.602.288-32, casados entre si, ambos residentes e domiciliados na Rua PRF Pedreira de Freitas, 69, apto 101, CEP 03.312-052, São Paulo, Estado de São Paulo, e

EDUARDO TADEU PIAGENTINI, brasileiro, casado, industrial, portador do RG nº. 10.785.456-9/SP, inscrito no CPF sob o nº. 011.028.848-39, e **SINARA ZANINI PIAGENTINI**, brasileira, portadora do RG nº. 28.461.178-5/SP, inscrita no CPF sob o nº. 193.445.878-33, casados entre si, ambos residentes e domiciliados na Rua Ametista, 414, CND Aruja V, CEP 07.408-240, Aruja, Estado de São Paulo, todos doravante denominados apenas **FIADORES**;

CONSIDERANDO o interesse da **RESIMAPI** em extinguir sua dívida originada da compra e venda de resíduos químicos, representada pela Nota Fiscal e Duplicata de números 28142, 28287, 29427/1 e 29427/2, com vencimentos em 20/04/2016, 03/05/2016, 12/08/2016 e 22/082016, respectivamente; e

CONSIDERANDO o interesse da **CIRCUIBRAS** em receber o crédito que lhe é devido de forma amigável;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MOLLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C21.

RESOLVEM celebrar o presente **INSTRUMENTO PARTICULAR DE ACORDO EXTRAJUDICIAL**, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas.

1. O valor original do débito atualizado, devido em razão das Notas Fiscais e Duplicatas 28142, 28287, 29427/1 e 29427/2, bem como das custas com protesto, é de **R$ 29.099,39** (treze mil, trezentos e sessenta reais e vinte e sete centavos), sendo:

a) Débito principal atualizado até setembro de 2016, no montante de R$ 25.732,19 (vinte e cinco mil setecentos e trinta e dois reais e dezenove centavos);

b) Juros moratórios legais de 1% ao mês, no valor de R$ 721,80 (setecentos e vinte e um reais e oitenta centavos);

c) Honorários advocatícios de 10% sobre o valor total da dívida, equivalente a R$ 2.645,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos).

2. Excepcionalmente, com o objetivo de quitar o débito referido no **item 1**, a **CIRCUIBRAS** concorda em receber a dívida mencionada em 25 (vinte e cinco) parcelas, a serem pagas na seguinte forma:

a) A primeira parcela será no valor de R$ 2.645,40 (dois mil seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), com vencimento em 26/11/2016.

b) Todas as demais 24 (vinte e quatro) parcelas serão mensais, iguais e sucessivas, no valor de R$ 1.102,25 (mil cento e dois reais e vinte e cinco centavos), tendo vencimento inicial a partir de 26/01/2017, com a última parcela com vencimento em 26/12/2018.

3. A primeira parcela (**item 2**, "**a**") deverá ser depositada na conta bancária de titularidade do escritório Müller & Webber Advocacia e Consultoria Jurídica, cujos dados são os seguintes: Caixa Econômica Federal, Agência 0375, Conta Corrente 5197-1, CNPJ nº. 24.730.626/0001-11.

4. As parcelas descritas no **item 2, "b"**, serão pagas mediante depósito na conta bancária de titularidade da **CIRCUIBRAS,** cujos dados são os seguintes: Banco Itaú, Agência 3706, Conta Corrente 06306-6, CNPJ 79.077.343/0001-04.

4.1. Para fins de controle dos depósitos, a **RESIMAPI** obriga-se a enviar para o e-mail "mw@mwadvocacia.net.br" o comprovante de pagamento das parcelas do **item 2**, **"b"**, no dia do respectivo vencimento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C21.

5. O não pagamento da parcela na data aprazada implicará o acréscimo de multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor inadimplido (item 2), juros de mora de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC.

6. Sem prejuízo da multa do **item 5**, na hipótese de atraso no pagamento de qualquer uma das parcelas previstas no item 2, por período superior a 15 (quinze) dias, bem como na hipótese de atraso no pagamento de qualquer outro valor devido pela **RESIMAPI** em favor da **CIRCUIBRAS**, o presente acordo será considerado automaticamente desfeito, de pleno direito, sendo que os valores pagos até então serão computados para fins de abatimento da dívida da **RESIMAPI** perante a **CIRCUIBRAS**, sem qualquer direito a reembolso ou devolução de valores por parte da **RESIMAPI**.

7. Na hipótese de desfazimento do presente termo, consoante o disposto no **item 6** acima, em virtude do vencimento antecipado da integralidade das parcelas, se dará normal e regular início ao processo de execução do acordo, pelo valor integral do débito, conforme **item 1**, devidamente corrigido e com juros de mora, inclusive com a incidência de multa contratual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total, abatendo-se eventuais quantias pagas pela **RESIMAPI** à **CIRCUIBRAS**.

8. Uma vez realizado o pagamento integral e pontual dos valores ora acordados, a **CIRCUIBRAS** dará **plena, geral e rasa quitação** a **RESIMAPI** no que tange aos valores devidos, solicitando a baixa de eventual protesto.

9. Os **FIADORES** assinam o presente instrumento na qualidade de **fiadores** da **RESIMAPI**, obrigando-se como **principais pagadores** e responsabilizando-se **solidariamente** pelo cumprimento das obrigações decorrentes desta transação.

10. O presente instrumento somente poderá ser alterado mediante aditamento por escrito celebrado entre as partes.

11. Para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, as Partes elegem, desde já, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, como único competente para solucionar eventuais disputas, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C21.

FILENZINHO
Rua 265
1695-9133
Santos

E, por estarem cientes e de acordo com seu conteúdo, as Partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Curitiba, 03 de novembro de 2016.

CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

p.p. César Augusto Müller

CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

p.p. Carolina Ulaf Webber

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.

Renato Marfaragi

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.

Eduardo Tadeu Piagentini

FIADORES:

Renato Marfaragi

Vara Salgado Marfaragi

Eduardo Tadeu Piagentini

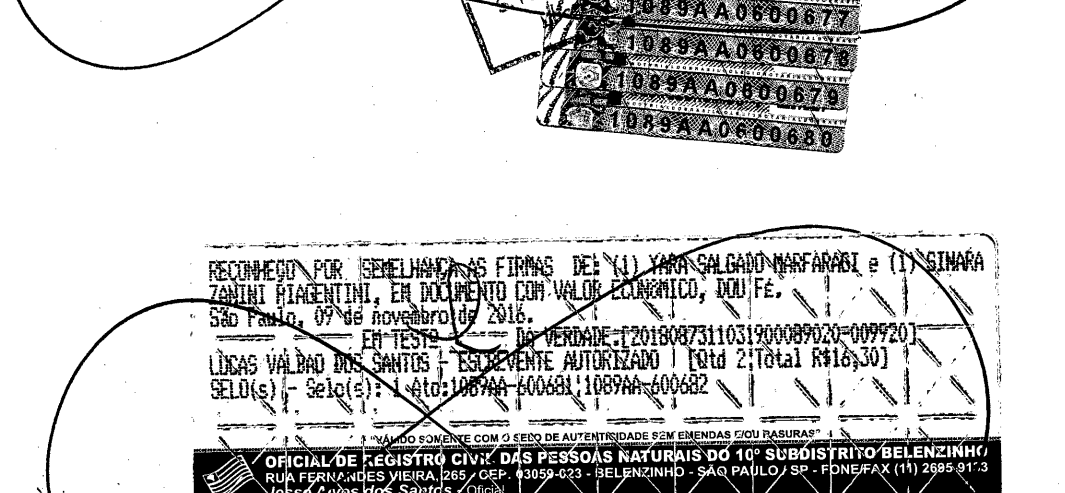
Sinara Zanini Piagentini

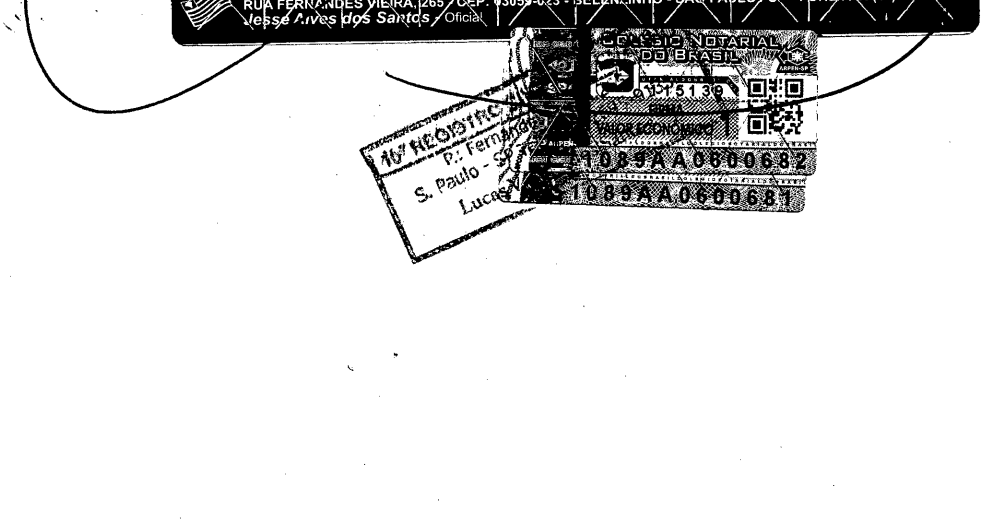
Testemunhas:

Nome: Alessandra S. Faitas
CPF: 071.619.819-30

Nome: Tamara R. de Souza Alves
CPF: 049.240.359-71

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C21.





Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C21.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

24ª Vara Cível de Curitiba

Processo 0001648-04.2017.8.16.0194

Comarca: Curitiba

Data de 20/02/2017 **Situação:** Público

Classe 159 - Execução de Título Extrajudicial

Assunto Principal: 4972 - Duplicata

Data Distribuição: 21/02/2017 **Tipo Distribuição:** Distribuição Automática

Sequencial: 6360 **Juiz:** Marcos Vinícius da Rocha Loures Demchuk

Parte(s) do Processo

Tipo: Promovente
Nome: CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.
Data de Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 79.077.343/0001-04
Filiação: /

Advogado(s) da Parte

80948NPR CÉSAR AUGUSTO MÜLLER
77377NPR CAROLINA ULAF WEBBER

Tipo: Promovido
Nome: EDUARDO TADEU PIAGENTINI
Data de Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 011.028.848-39
Filiação: /

Tipo: Promovido
Nome: RENATO MARFARAGI
Data de Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 108.309.288-04
Filiação: /

Tipo: Promovido
Nome: RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.,
Data de Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 62.728.993/0003-31
Filiação: /

Tipo: Promovido
Nome: SINARA ZANINI PIAGENTINI
Data de Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 193.445.878-33
Filiação: /

---

fls. 1025

Processo 0001648-04.2017.8.16.0194

Tipo: Promovido
Nome: YARA SALGADO MARFARAGI
Data de Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 101.602.288-32
Filiação: /

Data: 20/02/2017
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL
Por: CAROLINA ULAF WEBBER

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição Inicial
- Procuração
- Contrato Social
- DANFEs 28142 28287 e 29427
- Instrumentos de Protesto
- Instrumento Particular de Acordo Extrajudicial
- Planilha atualizada do débito
- Comprovante de pagamento das custas de distribuição e da taxa judicial

MÜLLER & WEBBER
Advocacia e Consultoria Jurídica

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito da ___ Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Estado do Paraná

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.077.343/0001-04, com sede na Rua Lodovico Kaminski, 2351, Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81.260-040, Curitiba, Estado do Paraná, por seus advogados devidamente constituídos (**docs. 1 e 2**), com endereço profissional abaixo indicado, comparece respeitosamente perante Vossa Excelência para propor

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

contra **RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA**., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 62.728.993/0003-31, com sede Avenida Osaka, 800, Centro Industrial, Aruja, Estado de São Paulo, CEP 07.411-750, **RENATO MARFARAGI**, brasileiro, industrial, portador do RG nº. 3.632.663/SP, inscrito no CPF sob o nº. 108.309.288-04, **YARA SALGADO MARFARAGI**, brasileira, portador do RG nº. 6.636.310/SP, inscrita no CPF sob o nº. 101.602.288-32, casados entre si, ambos residentes e domiciliados na rua Professor Pedreira de Freitas, 69, apto 101, CEP 03.312-052, São Paulo, Estado de São Paulo, **EDUARDO TADEU PIAGENTINI**, brasileiro, casado, industrial, portador do RG nº. 10.785.456-9/SP, inscrito no CPF sob o nº. 011.028.848-39, e **SINARA ZANINI PIAGENTINI**, brasileira, portadora do RG nº. 28.461.178-5/SP, inscrita no CPF sob o nº. 193.445.878-33, casados entre si, ambos residentes e domiciliados na Rua Ametista, 414, CND Arujá V, CEP 07.408-240, Arujá, Estado de São Paulo, pelos fundamentos de fato e de direito adiante expostos.

Rua Comendador Araújo, 143, Conj. 33 – Centro – Curitiba – PR – 80420-900
(41) 3022-2010
mw@mwadvocacia.net.br

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLKX 3MASU FB37B HLG4U

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLKX 3MASU FB37B HLG4U

MÜLLER & WEBBER
Advocacia e Consultoria Jurídica

1. SÍNTESE DOS FATOS

1.1. A Exequente vendeu para a Executada Resimapi resíduos químicos, representados pelas Notas Fiscais e Duplicatas de números 28142, 28287, 29427/1 e 29427/2, com vencimentos em 20/04/2016, 03/05/2016, 12/08/2016 e 22/08/2016, respectivamente (**docs. 3**).

Decorrido o prazo do pagamento regular do débito, e mesmo com o protesto das duplicatas (**doc. 4**), a Executada Resimapi deixou **de efetuar o pagamento do preço**, tornando-se inadimplente da quantia de R$ 20.727,90 (vinte mil setecentos e vinte e sete reais e noventa centavos), valor este que compreende o débito referente às notas fiscais, bem como as despesas com o protesto das duplicatas, sem atualização monetária.

1.2. Evitando o ajuizamento precoce de uma execução, a Exequente entrou em contato com a Executada Resimapi, questionando-a sobre o interesse em resolver a pendência amigavelmente, por meio de acordo extrajudicial. A Executada Resimapi prontamente se mostrou favorável à negociação.

Na sequência, em 03/11/2016, as partes celebraram "Instrumento Particular de Acordo Extrajudicial", pelo qual a Executada reconheceu dever à Exequente a quantia de R$ 29.099,39 (vinte e nove mil e noventa e nove reais e trinta e nove centavos) (**doc. 5**).

Pelo referido acordo, a Executada Resimapi obrigou-se a pagar a dívida em 25 parcelas, da seguinte forma: **a)** a primeira parcela no valor de R$ 2.645,40 (dois mil seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), com vencimento em 26/11/2016; **b)** as demais 24 (vinte e quatro) parcelas seriam mensais, iguais e sucessivas, no valor de R$ 1.102,25 (mil cento e dois reais e vinte e cinco centavos), tendo vencimento inicial a partir de 26/01/2017, com a última parcela com vencimento em 26/12/2018 (itens 1 e 2 do instrumento).

1.3. Não obstante o pagamento da primeira parcela, a Executada deixou de pagar a segunda parcela, cujo vencimento ocorreu em 26/01/2017. Além disso, tendo sido o atraso no pagamento superior a 15 (quinze) dias, consoante o disposto no item "6" do instrumento, a avença entre as partes foi automaticamente desfeita no dia 11/02/2017, com o vencimento antecipado de todas as demais parcelas nesta data.

1.4. Assim, ante o inadimplemento da obrigação e o rompimento automático do acordo, a Exequente socorre-se da via judicial para executar o

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLKX 3MASU FB37B HLG4U

Instrumento Particular de Acordo Extrajudicial assinado pelos devedores (art. 784 do CPC) e receber a quantia que lhe é devida.

2. EXECUÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR

Após o pagamento da primeira parcela, a Executada descumpriu com o pagamento da segunda parcela, dando azo à incidência da multa de 30% sobre o saldo da dívida, conforme fixado no item "7" do instrumento contratual.

Portanto, tendo em vista que (i) a dívida é **líquida, certa e exigível** (arts. 783 e 786, ambos do CPC), que (ii) está contida em **instrumento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas** (art. 784 do CPC), e que (iii) se verifica o seu **inadimplemento**, é inequívoca a possibilidade de cobrá-la por meio de Execução de Título Extrajudicial.

3. MEMÓRIA DE CÁLCULO DO DÉBITO ATUALIZADO

A Exequente anexa a esta inicial, documento demonstrativo da atualização do débito executado até a presente data, conforme preconiza o art. 798, I, "b", do CPC (**doc. 6**).

Como se vê, o débito remanescente foi atualizado desde a data dos respectivos vencimentos até o dia 16 de fevereiro de 2017, de acordo com o índice de correção monetária do INPC. Ademais, sobre o valor incidem juros de mora à taxa de 1% ao mês (arts. 395, 406 e 407, do Código Civil), de modo que o montante atualizado é de **R$ 34.397,16** (**trinta e quatro mil trezentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos**), o qual ora se executa.

4. RESPONSABILIDADE DOS DEMAIS RÉUS

Os Executados Renato Marfaragi, Yara Salgado Marfaragi, Eduardo Tadeu Piagentini e Sinara Zanini Piagentini firmaram o instrumento na condição de fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações decorrentes do acordo (item 9), renunciando, assim, o benefício de ordem (art. 828, II, do Código Civil).

Portanto, os valores inadimplidos Executada Resimapi devem ser suportados por todos os Executados, em sua integralidade, haja vista a expressa previsão contratual acima indicada.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLKX 3MASU FB37B HLG4U

MÜLLER & WEBBER
Advocacia e Consultoria Jurídica

5. CONCLUSÃO

Diante de tudo o que foi exposto, a Exequente respeitosamente pede:

a) o recebimento desta petição inicial e a citação dos Executados, por Oficial de Justiça, nos endereços acima referidos, para que, no prazo de 3 (três) dias, paguem a quantia de **R$ 34.397,16** (**trinta e quatro mil trezentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos**), devidamente atualizada pelo INPC e com a incidência de juros de mora de 1% ao mês até a data do pagamento, mais custas processuais e honorários advocatícios, estes na razão de 10% sobre o valor executado;

a.1) não sendo efetuado o pagamento, proceda o Oficial de Justiça, munido de segunda via do mandado de citação, à imediata penhora e avaliação de bens dos Executados (art. 829, § 1º, do CPC);

a.2) além disso, caso os Executados permaneçam inertes quanto ao cumprimento de suas obrigações, pede-se seja realizado o **imediato bloqueio *on-line* de suas contas bancárias**, por meio do sistema *BACENJUD*, em virtude da ordem de preferência estabelecida no art. 835, I, do CPC;

b) além dos documentos já juntados, a produção de todas as provas porventura necessárias para a demonstração dos fatos acima narrados.

Dá-se à causa o valor de **R$ 34.397,16** (trinta e quatro mil trezentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos).

Termos em que,
Pede deferimento.

Curitiba, 17 de fevereiro de 2017.

César Augusto Müller
OAB 80.948/PR

Carolina Ulaf Webber
OAB 77.377/PR

MÜLLER & WEBBER
Advocacia e Consultoria Jurídica

DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM ESTA INICIAL

Doc. 1 – Procuração

Doc. 2 - Contrato Social da Exequente

Doc. 3 – Documentos Auxiliares da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE)

Doc. 4 – Instrumentos de Protesto

Doc. 5 – Instrumento Particular de Acordo Extrajudicial

Doc. 6 – Planilha atualizada do débito

Doc. 7 – Comprovante de pagamento das custas de distribuição e da taxa judicial

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJLKX 3MASU FB37B HLG4U

fls. 1032

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.077.343/0001-04, com sede na Rua Lodovico Kaminski, 2351, Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81.260-040, Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Administrador, Carlos Alberto Webber, brasileiro, casado, empresário, portador do documento de identidade RG nº. 2.0816.172-2/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº. 462.945.709 72, residente e domiciliado na Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi, 2546, apto. 1001, CEP 81.210-000, Mossunguê, Curitiba, Estado do Paraná.

OUTORGADOS: CAROLINA ULAF WEBBER, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PR sob nº. 77.377, e-mail webber@mwadvocacia.net.br, e CÉSAR AUGUSTO MÜLLER, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PR sob nº. 80.948, e-mail muller@mwadvocacia.net.br, sócios integrantes da sociedade de advogados MÜLLER & WEBBER ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 24.730.626/0001-11, registrada na OAB/PR sob nº. 1860, com endereço na Rua Comendador Araújo, 143, cj. 33, CEP 80.420-900, Centro, Curitiba, Estado do Paraná.

PODERES: A OUTORGANTE confere aos OUTORGADOS amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *AD JUDICIA ET EXTRA*, para, em conjunto, ou separadamente, sem obediência à ordem de colocação de seus nomes, atuar em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo ajuizar, em seu nome, toda e qualquer demanda cabível, bem como defendê-lo nas que contra si forem propostas, **especialmente para efetuar a cobrança, judicial e extrajudicial, de débitos contra RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.**, habilitando-os a praticar todos os atos processuais e extraprocessuais para tanto. Confere-lhes, ainda, poderes especiais para receber citação e intimação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir da demanda e renunciar ao direito sobre o qual ela se fundamenta, receber, dar e aceitar quitação, interpor recursos, protestar e levantar protestos, penhorar e sequestrar bens, promover arrestos, prestar cauções, firmar compromisso, fazer composições amigáveis, requerer perante entidades públicas, privadas ou associativas, exercitar o direito de queixa e representação, valer-se de medidas cautelares, prestar declaração, além de quaisquer outras medidas necessárias para o fiel desempenho das obrigações decorrentes deste mandato, podendo substabelecê-lo com ou sem reserva de poderes.

Curitiba/PR, 17 de outubro de 2016.

CIRCUIBRAS – IND. E COM. DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.
Carlos Alberto Webber

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXES YYZ55 P2MMW E3LBR

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

CNPJ: 79.077.343/0001-04

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular,

- **Carlos Alberto Webber**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Curitiba – PR, na rua Senador Nereu Ramos, nº 399, bairro Guabirotuba, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 2.081.172-2/ SSP-PR, com inscrição no CPF sob nº 462.945.709-72; e
- **Kátia Ulaf Webber**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, residente e domiciliada nesta cidade de Curitiba – PR, na rua Senador Nereu Ramos, nº 399, bairro Guabirotuba, portadora da Carteira de Identidade Civil RG nº 3.962.187-8/ SSP-PR, com inscrição no CPF sob nº 591.359.139-91;

únicos sócios da sociedade empresária limitada, que gira sob o nome empresarial de "**CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.**", com sede nesta cidade de Curitiba – PR, na rua Lodovico Kaminski, nº 2.351, C.I.C., CEP: 81260-040, com inscrição no CNPJ sob nº 79.077.343/0001-04, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41200710471, em 08 de novembro de 1985, e última alteração sob número 20050997181, em 23 de março de 2005, resolvem modificar seu contrato primitivo e sucessivas alterações, pelo aditamento das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: A administração da sociedade será exercida por 1 (um) sócio, ao qual compete, isoladamente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhe, entretanto, vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fiança ou cauções de favor.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSQC 9GX2H GQ2YB VHFMU

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br e informe o número 162704607 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

NELSON COSTA
Documento Assinado Digitalmente 27/04/2016
Junta Comercial do Paraná
CNPJ:77.968.170/0001-99

Você deve instalar o certificado da JUCEPAR
www.juntacomercial.pr.gov.br/certificado

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

CNPJ: 79.077.343/0001-04

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Parágrafo Primeiro: A sociedade será administrada e representada pelo sócio **Carlos Alberto Webber**, por prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo: Os sócios poderão onerar bens móveis e imóveis da sociedade em favor de terceiros.

Cláusula Segunda: As deliberações sociais serão tomadas em Reunião e aprovadas por sócios representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social integralizado.

Cláusula Terceira: No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os outros, por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias. Os sócios remanescentes terão direito de preferência, na proporção de sua participação no capital social. O direito de preferência de aquisição deverá ser notificado, em igual prazo, pelo(s) sócio(s) remanescente(s) ao(s) sócio(s) retirante(s), bem como aos demais sócios, sob pena de perda de direito na aquisição das cotas.

Parágrafo Único: Apurados os haveres por levantamento especial de Balanço Patrimonial, para este fim efetuado, os haveres serão pagos ao sócio retirante em prazo nunca inferior a 12 (doze) meses, com o objetivo de evitar o enfraquecimento da empresa. pela evasão de capital.

Cláusula Quarta: Com a finalidade de facilitar o exame do contrato social em vigor, **consolida-se**, no presente ato, o contrato social, ficando sem nenhum efeito todas as cláusulas e disposições do contrato social e alterações anteriores, que não prevalecem, nem mesmo como regras supletivas, passando a sociedade a reger-se, a partir desta data, pelas cláusulas seguintes:

NELSON COSTA

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br
e informe o número 162704607 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSQC 9GX2H GQ2YB VHFMU

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

CNPJ: 79.077.343/0001-04

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

CNPJ: 79.077.343/0001-04

- **Carlos Alberto Webber**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Curitiba – PR, na rua Senador Nereu Ramos, nº 399, bairro Guabirotuba, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 2.081.172-2/ SSP-PR, com inscrição no CPF sob nº 462.945.709-72; e
- **Kátia Ulaf Webber**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, residente e domiciliada nesta cidade de Curitiba – PR, na rua Senador Nereu Ramos, nº 399, bairro Guabirotuba, portadora da Carteira de Identidade Civil RG nº 3.962.187-8/ SSP-PR, com inscrição no CPF sob nº 591.359.139-91;

únicos sócios da sociedade empresária limitada, que gira sob o nome empresarial de **"CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA."**, com sede nesta cidade de Curitiba – PR, na rua Lodovico Kaminski, nº 2.351, C.I.C., CEP: 81260-040, com inscrição no CNPJ sob nº 79.077.343/0001-04, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41200710471, em 08 de novembro de 1985, e última alteração sob número 20050997181, em 23 de março de 2005, consolidam o contrato social da seguinte forma:

Cláusula Primeira: Denominação, Sede e Domicílio:

A sociedade gira sob o nome empresarial de **Circuibras – Indústria e Comércio de Circuitos Impressos Profissionais Ltda.**, é uma sociedade empresária limitada, com sede e foro nesta cidade de Curitiba – PR, na rua Lodovico Kaminski, nº 2.351, C.I.C., CEP: 81260-040; pode criar filiais em qualquer lugar do país por determinação dos sócios cotistas.

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br
e informe o número 162704607 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSQC 9GX2H GQ2YB VHFMU

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

CNPJ: 79.077.343/0001-04

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Cláusula Segunda: Do Objeto Social:

O objeto mercantil da sociedade é Indústria e Comércio de aplicação de circuito impresso em plaquetas de fibra de vidro, para aparelhos eletrônicos, e serviços de arte e fotolitos, cortes de placas, e furação de placas.

Cláusula Terceira: Duração da Sociedade:

As atividades da sociedade são por prazo indeterminado.

Cláusula Quarta: Do Capital Social:

O capital social da sociedade é de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (quinhentas mil) cotas de R$ 1,00 (um real) cada uma, subscrito e integralizado da seguinte forma:

Sócio	Participação no Capital Social		%
	Cotas	Valor – R$	
01 – Carlos Alberto Webber	499.999	499.999,00	99,99
02 – Kátia Ulaf Webber	1	1,00	00,01
Total:	**500.000**	**500.000,00**	**100%**

Parágrafo Único: As cotas são indivisíveis, e cada cota corresponde a um voto nas deliberações sociais.

Cláusula Quinta: Da Responsabilidade dos Sócios:

A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Sexta: Das Deliberações Sociais:

As deliberações sociais serão tomadas em Reunião e aprovadas por sócios representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social integralizado.

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br
e informe o número 162704607 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSQC 9GX2H GQ2YB VHFMU

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

CNPJ: 79.077.343/0001-04

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Cláusula Sétima: Da Venda, Cessão e Transferência de Cotas:

A venda, cessão ou transferência, por qualquer forma, de qualquer cota, sempre dependerá do consentimento prévio e por escrito dos demais sócios, representando a maioria do capital social, que terão direito de preferência em qualquer venda, cessão ou transferência, a ser exercido sob os termos e condições acordados prévia e mutuamente entre os sócios. Não sendo exercido o direito de preferência pelos demais sócios, o sócio que deseja vender, ceder ou transferir suas cotas, poderá fazê-lo livremente a terceiros, pelas mesmas condições apontadas no termo de preferência.

Cláusula Oitava: Da Administração da Sociedade:

A administração da sociedade será exercida por 1 (um) sócio, ao qual compete, isoladamente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhe, entretanto, vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fiança ou cauções de favor.

Parágrafo Primeiro: A sociedade será administrada e representada pelo sócio **Carlos Alberto Webber**, por prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo: Os sócios poderão onerar bens móveis e imóveis da sociedade em favor de terceiros.

Cláusula Nona: Declaração de Desimpedimento:

O sócio-administrador declara, sob as penas da Lei, que não está condenado em nenhum dos crimes previstos no parágrafo 1º, Artigo 1.011 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, quais sejam: condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br
e informe o número 162704607 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSQC 9GX2H GQ2YB VHFMU

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

CNPJ: 79.077.343/0001-04

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Cláusula Décima: Do Pagamento de Pró-Labore:

Os sócios no exercício da administração e de cargos na sociedade terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, em valor a ser fixado em comum acordo pelos sócios, valor este que será lançado como despesa administrativa, até o limite da legislação vigente, observados todos os preceitos legais.

Cláusula Décima Primeira: Do exercício Social e Demonstrações Financeiras:

O ano social coincidirá com o ano civil, devendo em 31 de dezembro de cada ano ser levantado o Balanço Patrimonial, o Balanço de Resultado Econômico e o Inventário, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas cotas de capital, podendo ainda ficar como reservas na sociedade para futuros aumentos de capital, de acordo com o que for determinado nas reuniões dos sócios.

Cláusula Décima Segunda: Da Retirada dos Sócios:

No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os outros, por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias. Os sócios remanescentes terão direito de preferência, na proporção de sua participação no capital social. O direito de preferência de aquisição deverá ser notificado, em igual prazo, pelo(s) sócio(s) remanescente(s) ao(s) sócio(s) retirante(s), bem como aos demais sócios, sob pena de perda de direito na aquisição das cotas.

Parágrafo Único: Apurados os haveres por levantamento especial de Balanço Patrimonial, para este fim efetuado, os haveres serão pagos ao sócio retirante em prazo nunca inferior a 12 (doze) meses, com o objetivo de evitar o enfraquecimento da empresa, pela evasão de capital.

Cláusula Décima Terceira: Do Falecimento de Sócios:

No caso de falecimento de quaisquer dos sócios, a sociedade não será necessariamente dissolvida, podendo os herdeiros do *de cujus* assumir as cotas de capital deste, com a ultimação das formalidades legais neste sentido.

NELSON COSTA

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br
e informe o número 162704607 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSQC 9GX2H GQ2YB VHFMU

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

CNPJ: 79.077.343/0001-04

10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Cláusula Décima Quarta: Dos Casos Omissos:

Em casos omissos, a sociedade será regida subsidiariamente pela Lei das Sociedades Anônimas.

E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente a cumpri-lo em todos os seus termos.

Curitiba, 01 de dezembro de 2008.

Carlos Alberto Webber

Kátia Ulaf Webber

Visto do Advogado:

Kláus Peter Klein
OAB: 11.073 – PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/01/2009
SOB NÚMERO: 20085617717
Protocolo: 08/561771-7, DE 23/12/2008
Empresa: 41 2 0077343 4
CIRCUIBRAS - INDUSTRIA E COMERCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA ME
LUIZ CARLOS SALVARO
SECRETARIO GERAL

NELSON COSTA

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br
e informe o número 162704607 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSQC 9GX2H GQ2YB VHFMU

RECEBEMOS DE CIRCUIBRAS IND. COM. CIR. IMP.PROF. LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICACAO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	VALOR
	RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA - 907	6.903,00

NF-e
Nº. 028.142
SÉRIE 1 **PÁG** 1/1

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]

Nº. 028.142
SÉRIE 1
PÁG 1/1

CIRCUIBRAS IND. COM. CIR. IMP.PROF. LTDA
RUA LODOVICO KAMINSKI, 2351, 2351
C I C
CURITIBA - PR
CEP: 81260-232
FONE: (41) 3314-9000

CHAVE DE ACESSO
4116 0379 0773 4300 0104 5500 1000 0281 4212 3794 2452

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA DE MERCADORIA	141160046485063 23/03/2016 13:41:24

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ
1016358050		79.077.343/0001-04

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA - 907	62.728.993/0003-31	23/03/2016

ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	DATA DE ENT / SAI
AVENIDA OSAKA, 800	CENTRO INDUSTRIAL	74000-000	

MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
ARUJA		SP	188010211111	

FATURA / DUPLICATA

CÁLCULO DO IMPOSTO

BC DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST.	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
6.903,00	828,36	0,00	0,00	0,00	6.903,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACES.	VALOR APROX. TRIB.	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00		6.903,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA	UF	CNPJ / CPF
TRANSJOI TRANSPORTES LTDA - 1387	1 - Dest/Remet				83.630.053/0004-66

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
R. JOAO AMARAL DE ALMEIDA,280/F:21015600,	CURITIBA	PR	1017188409

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERO	PESO BRUTO	PESO LIQUIDO
				0,000	0,000

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS

CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM / SH	CST	CFOP	UN.	QTDE.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	V. TRIBUTOS
5,1,060	SOLUCAO SATURADA DE COBRE ONU:1760 CLASSE: 08 GEIII	38109000	000	6101	KG	9.204,00	0,7500	6.903,00	6.903,00	828,36		12,00		

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
- PORT.INTERM.MCT/MDIC/MINIFAZ 774 DE 30.11.2005 D.O.U 02/12/2005 LEI 8248/91 C/AS ALTERAÇOES DA 10176/2000 E 11077/2004 - DECLARAMOS QUE OS PRODUTOS ESTÃO ADEQUADAMENTE ACONDICIONADOS PARA SUPORTAR OS RISCOS NORMAIS DE CARREGAMENTOS, DESCARREGAMENTOS, TRANSBORDO, TRANSPORTE E QUE ATENDE A REGULAMENTAÇÃO EM VIGOR	

DOCUMENTO ELETRÔNICO OPERADO POR NFePACK (www.inventti.com.br)
Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJT9Y VAAHD DJ3BX MP7PB

RECEBEMOS DE CIRCUIBRAS IND. COM. CIR. IMP.PROF. LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICACAO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	VALOR
	RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA - 907	5.130,00

NF-e
Nº. 028.287
SÉRIE 1 **PÁG** 1/1

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]

Nº. 028.287
SÉRIE 1
PÁG 1/1

CIRCUIBRAS IND. COM. CIR. IMP.PROF. LTDA
RUA LODOVICO KAMINSKI, 2351, 2351
C I C
CURITIBA - PR
CEP: 81260-232
FONE: (41) 3314-9000

CHAVE DE ACESSO
4116 0479 0773 4300 0104 5500 1000 0282 8712 4064 4239

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA DE MERCADORIA	141160053077153 05/04/2016 09:00:19

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ
1016358050		79.077.343/0001-04

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA - 907	62.728.993/0003-31	05/04/2016

ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	DATA DE ENT / SAI
AVENIDA OSAKA, 800	CENTRO INDUSTRIAL	74000-000	

MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
ARUJA		SP	188010211111	

FATURA / DUPLICATA

CÁLCULO DO IMPOSTO

BC DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST.	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
5.130,00	615,60	0,00	0,00	0,00	5.130,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACES.	VALOR APROX. TRIB.	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00		5.130,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA	UF	CNPJ / CPF
TRANSJOI TRANSPORTES LTDA - 1387	1 - Dest/Remet				83.630.053/0004-66

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
R. JOAO AMARAL DE ALMEIDA,280/F:21015600,	CURITIBA	PR	1017188409

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERO	PESO BRUTO	PESO LIQUIDO
120	BB			6.840,000	0,000

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS

CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM / SH	CST	CFOP	UN.	QTDE.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	V. TRIBUTOS
0.0.881	SUCATA ACIDA DE ESTANHO ONU:2031 CLASSE:8 CORROSIVO GEIII	82077090	000	6101	KG	6.840,00	0,7500	5.130,00	5.130,00	615,60		12,00		

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
- PORT.INTERM.MCT/MDIC/MINIFAZ 774 DE 30.11.2005 D.O.U 02/12/2005 LEI 8248/91 C/AS ALTERAÇOES DA 10176/2000 E 11077/2004 CONDICAO DE PAG.28 DIAS - DECLARAMOS QUE OS PRODUTOS ESTÃO ADEQUADAMENTE ACONDICIONADOS PARA SUPORTAR OS RISCOS NORMAIS DE CARREGAMENTOS, DESCARREGAMENTOS, TRANSBORDO, TRANSPORTE E QUE ATENDE A REGULAMENTAÇÃO EM VIGOR	

DOCUMENTO ELETRÔNICO OPERADO POR NFePACK (www.inventti.com.br)
Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJT9Y VAAHD DJ3BX MP7PB

RECEBEMOS DE CIRCUIBRAS IND. COM. CIR. IMP.PROF. LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICACAO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	VALOR
	RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA - 907	11.400,00

NF-e
Nº. 029.427
SÉRIE 1 **PÁG** 1/1

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]
Nº. 029.427
SÉRIE 1
PÁG 1/1

CIRCUIBRAS IND. COM. CIR. IMP.PROF. LTDA
RUA LODOVICO KAMINSKI, 2351, 2351
C I C
CURITIBA - PR
CEP: 81260-232
FONE: (41) 3314-9000

CHAVE DE ACESSO
4116 0779 0773 4300 0104 5500 1000 0294 2712 6188 5810

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA DE MERCADORIA	141160109332498 13/07/2016 16:33:47

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ
1016358050		79.077.343/0001-04

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA - 907	62.728.993/0003-31	13/07/2016

ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	DATA DE ENT / SAI
AVENIDA OSAKA, 800	CENTRO INDUSTRIAL	07411-750	

MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
ARUJA		SP	188010211111	

FATURA / DUPLICATA

CÁLCULO DO IMPOSTO

BC DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST.	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
11.400,00	1.368,00	0,00	0,00	0,00	11.400,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACES.	VALOR APROX. TRIB.	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00		11.400,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA	UF	CNPJ / CPF
VENETOSUL TRANSPORTES LTDA - 903632	0 - Emitente				93.949.899/0004-17

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
BR 116 KM 120 NR 27.220,	CURITIBA	PR	9046984827

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERO	PESO BRUTO	PESO LIQUIDO
229	BB			12.000,000	0,000

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS

CÓD. PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM / SH	CST	CFOP	UN.	QTDE.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	V. TRIBUTOS
5,1,061	CLORETO DE COBRE E CLORETO CUPRICO	38109000	000	6101	BB	12.000,00	0,9500	11.400,00	11.400,00	1.368,00	0,00	12,00	0,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
- PORT.INTERM.MCT/MDIC/MINIFAZ 774 DE 30.11.2005 D.O.U 02/12/2005 LEI 8248/91 C/AS ALTERAÇOES DA 10176/2000 E 11077/2004 CONDICAO DE PAGAMENTO 30/40 DIAS	

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJT9Y VAAHD DJ3BX MP7PB
DOCUMENTO ELETRÔNICO OPERADO POR NFePACK (www.inventti.com.br)

PROJUDI - Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Ref. mov. 1.5 - Assinado digitalmente por Carolina Ulaf Webber
20/02/2017: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Instrumentos de Protesto

Itau Unibanco S.A.
3706 CURITIBA CARMO CURITIBA

INSTRUMENTO DE PROTESTO

AGÊNCIA CENTRALIZADORA: 33/200
AGÊNCIA/CODIGO CEDENTE: 3706240569/5572
CEDENTE: CIRCUITBRAS IND COM C I P LTDA
NR TÍTULO: 98142 NOSSO NÚMERO: 172-06515023-0
VENCIMENTO: 20/04/2016 VALOR: R$ 6.903,00
CARTÓRIO: 1 MUNICÍPIO: SANTA ISABEL - SP
PROTOCOLO: 0000017497 DATA: 15/06/2016
SACADO: RESIMAC PRODUTOS QUIMICOS LTDA
CNPJ/CPF: 62728933000337

RECEBI O DOCUMENTO INDICADO ACIMA.

__/__/__ _____ _____ ___ _____
DATA NOME ASSINATURA

(DATA CRA) 25/06/2016

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8DK HB2RZ QGV7C C2YXD

PROJUDI - Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Ref. mov. 1.5 - Assinado digitalmente por Carolina Ulaf Webber 20/02/2017: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Instrumentos de Protesto

Tabelionato de Notas e de Protestos de Letras e Títulos Santa Isabel/S.P. SP

ORDEM DE PROTESTO

Portador
BANCO ITAU S.A.

Sacado/Endereço
RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AVENIDA OSAKA, 800,
ARUJA / SP - CEP 07411750

Tipo Docto.Número Documento
CNPJ 62.728.993/0003-31

Favorecido (Cedente)
CIRCUIBRAS IND COM C I P LTDA

Sacador
CIRCUIBRAS IND COM C I P LTDA

PROTESTADO
RG 20-06-2016
TABELIONATO DE PROTESTO SANTA ISABEL - SP

Agência Cedente
3706240565/5572

Nº De Controle do Banco
112-06515023-0

DOC: 79077343000104

Total Geral
7.472,46

Data - Protocolo
15/06/2016 - 0017497

Praça de Pagamento
ARUJA

Endosso	Data de Emissão
M	23/03/2016
Aceite	**Data de Vencimento**
N	20/04/2016
Espécie	**Nº Do Título**
DMI	28142

Moeda / Valor do Título
R$ 6.903,00

Moeda / Saldo do Título
R$ 6.903,00

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	FedMP	Santa Casa	Intimação	Total
346,12	98,37	50,72	18,22	23,76	16,61	3,46	12,20	569,46

Indicações fornecidas pelo Portador por meios Magneticos

o Sacador/Cedente possui a documentação comprobatória da compra/venda/entrega da mercadoria ou prestação de serviço exibí-la onde e quando exigida

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8DK HB2RZ QGV7C C2YXD

fls. 045

TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SANTA ISABEL

AV. MANOEL FERRAZ DE CAMPOS SALLES, 25 - CENTRO - FONE (011) 4656-3289 - CEP 07500-000

LIVRO	FOLHA
794-G	155

Protesto Comum

Denise Kobashi Silva
TABELIÃ

Nº Registro:8815

INSTRUMENTO DE PROTESTO

A TABELIÃ DO **SERVIÇO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS**, DA COMARCA DE STA ISABEL - SP, A PEDIDO DO PORTADOR, LAVRA O PROTESTO DO DOCUMENTO ABAIXO DESCRITO, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE E CUJA CÓPIA FICA ARQUIVADA NESTA SERVENTIA.

PROTOCOLO Nº	DATA PROTOCOLO	MOTIVO DO PROTESTO PAGAR	TIPO DO DOCUMENTO	
17497	15/06/2016	Falta de Pagamento s/ Aceite	DMI - Duplicata Mercantil por Indicação	
Nº DO DOCUMENTO	EMISSÃO	VENCIMENTO	VALOR DO DOCUMENTO	VALOR PROTESTADO
28142	23/03/2016	20/04/2016	R$ 6.903,00	R$ 6.903,00

VALOR POR EXTENSO: SEIS MIL E NOVECENTOS E TRÊS REAIS.

PORTADOR:	BANCO ITAU S.A. PÇA ALFREDO EGYDIO SOUZA ARANHA, 100 - SAO PAULO
SACADOR E/OU CEDENTE / FAVORECIDO	CIRCUBRAS IND COM C I P LTDA CIRCUBRAS IND COM C I P LTDA
ENDOSSO:	MANDATO

SACADO(S):

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	
TIPO	Nº DOCUMENTO
CNPJ	62.728.993/0003-31

RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AVENIDA OSAKA, 800,
CEP. 07411750 ARUJA U.F. SP

(Sacado não Aceitante)

Documentos Apresentados : DECLARAÇÃO DO APRESENTANTE

CERTIFICA QUE INTIMOU O(S) RESPONSÁVEL(IS) ATRAVÉS DE:

- [ ] CARTA REGISTRADA COM AVISO DE RECEBIMENTO
- [ ] EDITAL PUBLICADO E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME
- [X] INTIMAÇÃO PESSOAL

FAZEM PARTE DO PRESENTE A(S) DECLARAÇÃO(ÕES) ANEXA(S): N(S)

Santa Isabel/S.P., 20 de Junho de 2016.

DENISE KOBASHI SILVA
Tabeliã

FAIXA DE REFERÊNCIA : T(28),

GRÁFICA JOCEMMA

AS CUSTAS OS EMOLUMENTOS E DEMAIS DESPESAS RELATIVAS A ESTE PROTESTO, SERÃO DEVIDOS E COBRADOS DO INTERESSADO POR OCASIÃO DO CANCELAMENTO DO PROTESTO, COM BASE NOS VALORES DA FAIXA DE REFERÊNCIA ABAIXO, DA TABELA EM VIGOR NA DATA EM QUE OCORRER O CANCELAMENTO.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8DK HB2RZ QGV7C C2YXD

PROJUDI - Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Ref. mov. 1.5 - Assinado digitalmente por Carolina Ulaf Webber 20/02/2017: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Instrumentos de Protesto

Itau Unibanco S.A.
3706 CURITIBA CARMO CURITIBA

INSTRUMENTO DE PROTESTO

AGÊNCIA CENTRALIZADORA: 557230
AGÊNCIA/CODIGO CEDENTE: 3706/10565/5572
CEDENTE: CIRCUITBRAS IND COM C I P LTDA
NR TÍTULO: 28287 NOSSO NÚMERO: 112-10557372-2
VENCIMENTO: 03/06/2016 VALOR: R$ 5.139,00
CARTÓRIO: 1 MUNICÍPIO: SANTA ISABEL - SP
PROTOCOLO: 0000017495 DATA: 15/06/2016
SACADO: RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA
CNPJ/CPF: 62728993000331

RECEBI O DOCUMENTO INDICADO ACIMA.

____/____/____ _____

DATA NOME ASSINATURA

(DATA CRA) 23/06/2016

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8DK HB2RZ QGV7C C2YXD

Tabelionato de Notas e de Protestos de Letras e Títulos Santa Isabel/S.P. SP

Portador
BANCO ITAU S.A.

Sacado/Endereço
RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AVENIDA OSAKA, 800,
ARUJA / SP - CEP 07411750

Tipo Docto.Número Documento
CNPJ 62.728.993/0003-31

Favorecido (Cedente)
CIRCUIBRAS IND COM C I P LTDA

Sacador
CIRCUIBRAS IND COM C I P LTDA

PROTESTADO
RG 20-06-2016
TABELIONATO DE PROTESTO
SANTA ISABEL - SP

Agência Cedente
3706240565/5572

Nº De Controle do Banco
112-10557372-2

DOC: 79077343000104

Total Geral
5.542,64

ORDEM DE PROTESTO
Data - Protocolo
15/06/2016 - 0017495

Praça de Pagamento
ARUJA

Endosso	Data de Emissão
M	05/04/2016
Aceite	**Data de Vencimento**
N	03/05/2016
Espécie	**Nº Do Título**
DMI	28287

Moeda / Valor do Título
R$ 5.130,00

Moeda / Saldo do Título
R$ 5.130,00

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	FedMP	Santa Casa	Intimação	Total
248,72	70,69	36,44	13,09	17,07	11,94	2,49	12,20	412,64

Indicações fornecidas pelo Portador por meios Magnéticos

o Sacado/Cedente possui a documentação comprobatória da compra/venda/entrega da mercadoria ou prestação de serviço exibirá onde e quando exigida.

PROJUDI - Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Ref. mov. 1.5 - Assinado digitalmente por Carolina Ulaf Webber 20/02/2017: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Instrumentos de Protesto

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8DK HB2RZ QGV7C C2YXD

fls. 1048

TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SANTA ISABEL

AV. MANOEL FERRAZ DE CAMPOS SALLES, 25 - CENTRO - FONE (011) 4656-3269 - CEP 07500-000

LIVRO	FOLHA
794-G	154

Protesto Comum

Denise Kobashi Silva
TABELIÃ

Nº Registro:8814

INSTRUMENTO DE PROTESTO

A TABELIÃ DO **SERVIÇO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS,** DA COMARCA DE STA ISABEL - SP, A PEDIDO DO PORTADOR, LAVRA O PROTESTO DO DOCUMENTO ABAIXO DESCRITO, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE E CUJA CÓPIA FICA ARQUIVADA NESTA SERVENTIA.

PROTOCOLO Nº	DATA PROTOCOLO	MOTIVO DO PROTESTO FALTA DE	TIPO DO DOCUMENTO	
17495	15/06/2016	Falta de Pagamento s/ Aceite	DMI - Duplicata Mercantil por Indicação	
Nº DO DOCUMENTO	EMISSÃO	VENCIMENTO	VALOR DO DOCUMENTO	VALOR PROTESTADO
28287	05/04/2016	03/05/2016	R$ 5.130,00	R$ 5.130,00

VALOR POR EXTENSO: CINCO MIL E CENTO E TRINTA REAIS.

PORTADOR:	BANCO ITAU S.A. PÇA ALFREDO EGYDIO SOUZA ARANHA,100 - SAO PAULO
SACADOR E/ OU CEDENTE / FAVORECIDO	CIRCUBRAS IND COM C I P LTDA CIRCUBRAS IND COM C I P LTDA
ENDOSSO:	MANDATO

SACADO(S)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	
	TIPO	Nº DOCUMENTO
RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA AVENIDA OSAKA, 800, CEP. 07411750 ARUJA U.F. SP	CNPJ	62.728.993/0003-31 (Sacado não Aceitante)

Documentos Apresentados : DECLARAÇÃO DO APRESENTANTE

CERTIFICA QUE INTIMOU O(S) RESPONSÁVEL(IS) ATRAVÉS DE:

- [ ] CARTA REGISTRADA COM AVISO DE RECEBIMENTO
- [ ] EDITAL PUBLICADO E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME
- [X] INTIMAÇÃO PESSOAL

RAZÃO(ÕES) PARTE DO PRESENTE A(S) DECLARAÇÃO(ÕES) ANEXA(S) Nº(S)

Santa Isabel/S.P., 20 de Junho de 2016.

DENISE KOBASHI SILVA
Tabeliã

FAIXA DE REFERÊNCIA : Q(17)

GRÁFICA JOCHEMMA

AS CUSTAS DOS EMOLUMENTOS E DEMAIS DESPESAS RELATIVAS A ESTE PROTESTO, SERÃO DEVIDOS E COBRADOS DO INTERESSADO POR OCASIÃO DO CANCELAMENTO DO PROTESTO, COM BASE NOS VALORES DA FAIXA DE REFERÊNCIA ABAIXO, DA TABELA EM VIGOR NA DATA EM QUE OCORRER O CANCELAMENTO.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8DK HB2RZ QGV7C C2YXD

PROJUDI - Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Ref. mov. 1.5 - Assinado digitalmente por Carolina Ulaf Webber 20/02/2017: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Instrumentos de Protesto

Itau Unibanco S.A.
3706 CURITIBA CARMO CURÍTIBA

INSTRUMENTO DE PROTESTO

AGÊNCIA CENTRALIZADORA: 557230
AGÊNCIA/CODIGO CEDENTE: 3706240565/5372
CEDENTE: CIRCUITBRAS IND COM C I P LTDA
NR TÍTULO: 29427 NOSSO NÚMERO: 112[illegible]23347 9
VENCIMENTO: 22/08/2016 VALOR: R$ 5.700,30
CARTÓRIO: 1 MUNICÍPIO: SANTA ISABEL -- SP
PROTOCOLO: 0000028016 **DATA:** 31/08/2016
SACADO: RESINAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA
CNPJ/CPF: 62728993000331

RECEBI O DOCUMENTO INDICADO ACIMA.

___/___/___ _____ _____
DATA NOME ASSINATURA

(DATA CRA) 09/09/2016

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8DK HB2RZ QGV7C C2YXD

PROJUDI - Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Ref. mov. 1.5 - Assinado digitalmente por Carolina Ulaf Webber 20/02/2017: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Instrumentos de Protesto

Tabelionato de Notas e de Protestos de Letras e Títulos Santa Isabel/S.P. SP

ORDEM DE PROTESTO

Portador
BANCO ITAU S.A.

Data - Protocolo
31/08/2016 - 0028016

Sacado/Endereço
RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AVENIDA OSAKA, 800,
ARUJA / SP - CEP 07411750

Praça de Pagamento
ARUJA

Endosso	Data de Emissão
M	13/07/2016

Aceite	Data de Vencimento
N	22/08/2016

Tipo Docto.	Número Documento
CNPJ	62.728.993/0003-31

RG

PROTESTADO
05-09-2016
TABELIONATO DE PROTESTO
SANTA ISABEL - SP

Agência Cedente
1706240565/5572

Favorecido (Cedente)
CIRCUIBRAS IND COM C I P LTDA

Nº Id Controle do Banco
112-35323547-9

Espécie	Nº Do Título
DMI	29427

Sacador
CIRCUIBRAS IND COM C I P LTDA

DOC: 79077343000104

Moeda / Valor do Título
R$ 5.700,00

Total Geral
6.164,90

Moeda / Saldo do Título
R$ 5.700,00

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	FedMP	Santa Casa	Intimação	Total
281,18	79,91	41,20	14,80	19,30	13,50	2,81	12,20	464,90

Indicações fornecidas pelo Portador por meios Magneticos

o Sacador/Cedente possui a documentação comprobatória da compra/venda/entrega da mercadoria ou prestação de serviço expirá onde e quando exigida.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8DK HB2RZ QGV7C C2YXD

fls. 1051

TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SANTA ISABEL

AV. MANOEL FERRAZ DE CAMPOS SALLES, 25 - CENTRO - FONE (011) 4656-3269 - CEP 07500-000

LIVRO	FOLHA
812-G	165

Protesto Comum

Denise Kobashi Silva
TABELIÃ

Nº Registro: 14189

INSTRUMENTO DE PROTESTO

A TABELIÃ DO **SERVIÇO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS**, DA COMARCA DE STA ISABEL - SP, A PEDIDO DO PORTADOR, LAVRA O PROTESTO DO DOCUMENTO ABAIXO DESCRITO, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE E CUJA CÓPIA FICA ARQUIVADA NESTA SERVENTIA.

PROTOCOLO Nº	DATA PROTOCOLO	MOTIVO DO PROTESTO P/ AVAL	TIPO DO DOCUMENTO
28016	31/08/2016	Falta de Pagamento s/ Aceite	DMI - Duplicata Mercantil por Indicação

Nº DO DOCUMENTO	EMISSÃO	VENCIMENTO	VALOR DO DOCUMENTO	VALOR PROTESTADO
29427	13/07/2016	22/08/2016	R$ 5.700,00	R$ 5.700,00

VALOR POR EXTENSO:
CINCO MIL E SETECENTOS REAIS.

PORTADOR:	BANCO ITAU S.A. PÇA ALFREDO EGYDIO SOUZA ARANHA,100 - SAO PAULO
SACADOR E/ OU CEDENTE / FAVORECIDO	CIRCUIBRAS IND COM C I P LTDA CIRCUIBRAS IND COM C I P LTDA
ENDOSSO:	MANDATO

SACADO(S)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	
	TIPO	Nº DOCUMENTO
RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA AVENIDA OSAKA, 800, CEP. 07411750 ARUJA U.F. SP	CNPJ	62.728.993/0003-31
	(Sacado não Aceitante)	

Documentos Apresentados : DECLARAÇÃO DO APRESENTANTE

CERTIFICA QUE INTIMOU O(S) RESPONSÁVEL(IS) ATRAVÉS DE:

- [ ] CARTA REGISTRADA COM AVISO DE RECEBIMENTO
- [ ] EDITAL PUBLICADO E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME
- [X] INTIMAÇÃO PESSOAL

FAZ(EM) PARTE DO PRESENTE A(S) DECLARAÇÃO(ÕES) ANEXA(S)

Santa Isabel/S.P., 05 de Setembro de 2016.

DENISE KOBASHI SILVA
Tabeliã

CÉLIO JOSÉ DA SILVA
SUBSTITUTO

FAIXA DE REFERÊNCIA : R(18)

AS CUSTAS OS EMOLUMENTOS E DEMAIS DESPESAS RELATIVAS A ESTE PROTESTO, SERÃO DEVIDOS E COBRADOS DO INTERESSADO POR OCASIÃO DO CANCELAMENTO DO PROTESTO, COM BASE NOS VALORES DA FAIXA DE REFERÊNCIA ABAIXO, DA TABELA EM VIGOR NA DATA EM QUE OCORRER O CANCELAMENTO.

GRÁFICA JOCEMMA

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8DK HB2RZ QGV7C C2YXD

PROJUDI - Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Ref. mov. 1.5 - Assinado digitalmente por Carolina Ulaf Webber 20/02/2017: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Instrumentos de Protesto

Itau Unibanco S.A.
3706 CURITIBA CARMO CURITIBA

INSTRUMENTO DE PROTESTO

AGÊNCIA CENTRALIZADORA: 537200
AGÊNCIA/CODIGO CEDENTE: 3706240565/3572
CEDENTE: CIRCUITERAS IND COM C L P LTDA
NR TÍTULO: 29427 NOSSO NÚMERO: 112-36323546-1
VENCIMENTO: 12/08/2016 VALOR: R$ 5.700,00
CARTÓRIO: 1 MUNICÍPIO: SANTA ISABEL - SP
PROTOCOLO: 0000027312 DATA: 24/08/2016
SACADO: RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA
CNPJ/CPF: 62728993000331

RECEBI O DOCUMENTO INDICADO ACIMA.

__/__/____ _____ _____ _____
DATA NOME ASSINATURA

(DATA CRA) 01/09/2016

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8DK HB2RZ QGV7C C2YXD

PROJUDI - Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Ref. mov. 1.5 - Assinado digitalmente por Carolina Ulaf Webber 20/02/2017: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Instrumentos de Protesto

Tabelionato de Notas e de Protestos de Letras e Títulos Santa Isabel/S.P. SP

ORDEM DE PROTESTO

Portador
BANCO ITAU S.A.

Sacado/Endereço
RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AVENIDA OSAKA, 800,
ARUJA / SP - CEP 07411750

PROTESTADO
29 DEZ 2016
TABELIONATO DE PROTESTO
SANTA ISABEL - SP

Data - Protocolo
24/08/2016 - 0027312

Praça de Pagamento
ARUJA

Endosso	Data de Emissão
M	13/07/2016

Aceite	Data de Vencimento
N	12/08/2016

Tipo Docto	Número Documento
CNPJ	62.728.993/0003-31

Favorecido (Cedente)
CIRCUIBRAS IND COM C I P LTDA

Sacador
CIRCUIBRAS IND COM C I P LTDA

Agência Cedente
3706240565/5572

Nº De Controle do Banco
112-35323546-1

Espécie	Nº Do Título
DMI	29427

DOC: 790773430000104

Moeda / Valor do Título
R$ 5.700,00

Total Geral
6.164,90

Moeda / Saldo do Título
R$ 5.700,00

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	FedMP	Santa Casa	Intimação	Total
281,18	79,91	41,20	14,81	19,30	13,50	2,81	12,20	464,90

Indicações fornecidas pelo Portador por meios Magnéticos

o Sacador/Cedente possui a documentação comprobatória da compra/venda/entrega da mercadoria ou prestação de serviço exibirá onde e quando exigida.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8DK HB2RZ QGV7C C2YXD

fls. 1054

TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SANTA ISABEL

AV. MANOEL FERRAZ DE CAMPOS SALLES, 25 - CENTRO - FONE (011) 4656-3269 - CEP 07500-000

LIVRO	FOLHA
811-G	167

Protesto Comum

Denise Kobashi Silva
TABELIÃ

Nº Registro: 13893

INSTRUMENTO DE PROTESTO

A TABELIÃ DO **SERVIÇO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS**, DA COMARCA DE STA ISABEL - SP, A PEDIDO DO PORTADOR, LAVRA O PROTESTO DO DOCUMENTO ABAIXO DESCRITO, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE E CUJA CÓPIA FICA ARQUIVADA NESTA SERVENTIA.

PROTOCOLO Nº	DATA PROTOCOLO	MOTIVO DO PROTESTO / FALTA DE	TIPO DO DOCUMENTO	
27312	24/08/2016	Falta de Pagamento s/ Aceite	DMI - Duplicata Mercantil por Indicação	
Nº DO DOCUMENTO	EMISSÃO	VENCIMENTO	VALOR DO DOCUMENTO	VALOR PROTESTADO
29427	13/07/2016	12/08/2016	R$ 5.700,00	R$ 5.700,00

VALOR POR EXTENSO:
CINCO MIL E SETECENTOS REAIS.

PORTADOR:	BANCO ITAU S.A. PÇA ALFREDO EGYDIO SOUZA ARANHA,100 - SAO PAULO
SACADOR E/OU CEDENTE / FAVORECIDO	CIRCUIBRAS IND COM C I P LTDA CIRCUIBRAS IND COM C I P LTDA
ENDOSSO:	MANDATO

SACADO(S)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO TIPO	Nº DOCUMENTO
RESIMAP PRODUTOS QUIMICOS LTDA AVENIDA OSAKA, 800, CEP. 07411750 ARUJA U.F. SP	CNPJ	62.728.993/0003-31
	(Sacado não Aceitante)	

Documentos Apresentados : DECLARAÇÃO DO APRESENTANTE

CERTIFICA QUE INTIMOU O(S) RESPONSÁVEL(IS) ATRAVÉS DE:

- [ ] CARTA REGISTRADA COM AVISO DE RECEBIMENTO
- [ ] EDITAL PUBLICADO E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME
- [X] INTIMAÇÃO PESSOAL

FAZ(EM) PARTE DO PRESENTE A(S) DECLARAÇÃO(ÕES) ANEXA(S) N(S):

Santa Isabel/S.P., 29 de Agosto de 2016.

DENISE KOBASHI SILVA
Tabeliã

FAIXA DE REFERÊNCIA : R$(18)

AS CUSTAS OS EMOLUMENTOS E DEMAIS DESPESAS RELATIVAS A ESTE PROTESTO, SERÃO DEVIDOS E COBRADOS DO INTERESSADO POR OCASIÃO DO CANCELAMENTO DO PROTESTO, COM BASE NOS VALORES DA FAIXA DE REFERÊNCIA ABAIXO, DA TABELA EM VIGOR NA DATA EM QUE OCORRER O CANCELAMENTO.

GRÁFICA JOCEMMA

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ8DK HB2RZ QGV7C C2YXD

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJY57 XXUJZ 4JMTB EKLYR

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ACORDO EXTRAJUDICIAL

Pelo presente instrumento particular que assinam entre si,

De um lado,

CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.077.343/0001-04, com sede na Rua Lodovico Kaminski, 2351, Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba, Paraná, neste ato representada por seus procuradores, doravante denominada simplesmente "**CIRCUIBRAS**"; e, de outro,

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 62.728.993/0003-31, com sede Avenida Osaka, 800, Centro Industrial, Aruja, Estado de São Paulo, CEP 07.411-750, doravante apenas "**RESIMAPI**", neste ato representada por seus sócios Renato Marfaragi e Eduardo Tadeu Piagentini, e ainda,

RENATO MARFARAGI, brasileiro, industrial, portador do RG nº. 3.632.663/SP, inscrito no CPF sob o nº. 108.309.288-04, e **YARA SALGADO MARFARAGI**, brasileira, portadora do RG nº. 6.636.310/SP, inscrita no CPF sob o nº. 101.602.288-32, casados entre si, ambos residentes e domiciliados na Rua PRF Pedreira de Freitas, 69, apto 101, CEP 03.312-052, São Paulo, Estado de São Paulo, e

EDUARDO TADEU PIAGENTINI, brasileiro, casado, industrial, portador do RG nº. 10.785.456-9/SP, inscrito no CPF sob o nº. 011.028.848-39, e **SINARA ZANINI PIAGENTINI**, brasileira, portadora do RG nº. 28.461.178-5/SP, inscrita no CPF sob o nº. 193.445.878-33, casados entre si, ambos residentes e domiciliados na Rua Ametista, 414, CND Aruja V, CEP 07.408-240, Aruja, Estado de São Paulo, todos doravante denominados apenas **FIADORES**;

CONSIDERANDO o interesse da **RESIMAPI** em extinguir sua dívida originada da compra e venda de resíduos químicos, representada pela Nota Fiscal e Duplicata de números 28142, 28287, 29427/1 e 29427/2, com vencimentos em 20/04/2016, 03/05/2016, 12/08/2016 e 22/082016, respectivamente; e

CONSIDERANDO o interesse da **CIRCUIBRAS** em receber o crédito que lhe é devido de forma amigável;

RESOLVEM celebrar o presente **INSTRUMENTO PARTICULAR DE ACORDO EXTRAJUDICIAL**, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas.

1. O valor original do débito atualizado, devido em razão das Notas Fiscais e Duplicatas 28142, 28287, 29427/1 e 29427/2, bem como das custas com protesto, é de **R$ 29.099,39** (treze mil, trezentos e sessenta reais e vinte e sete centavos), sendo:

a) Débito principal atualizado até setembro de 2016, no montante de R$ 25.732,19 (vinte e cinco mil setecentos e trinta e dois reais e dezenove centavos);

b) Juros moratórios legais de 1% ao mês, no valor de R$ 721,80 (setecentos e vinte e um reais e oitenta centavos);

c) Honorários advocatícios de 10% sobre o valor total da dívida, equivalente a R$ 2.645,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos).

2. Excepcionalmente, com o objetivo de quitar o débito referido no **item 1**, a **CIRCUIBRAS** concorda em receber a dívida mencionada em 25 (vinte e cinco) parcelas, a serem pagas na seguinte forma:

a) A primeira parcela será no valor de R$ 2.645,40 (dois mil seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), com vencimento em 26/11/2016.

b) Todas as demais 24 (vinte e quatro) parcelas serão mensais, iguais e sucessivas, no valor de R$ 1.102,25 (mil cento e dois reais e vinte e cinco centavos), tendo vencimento inicial a partir de 26/01/2017, com a última parcela com vencimento em 26/12/2018.

3. A primeira parcela (**item 2**, "**a**") deverá ser depositada na conta bancária de titularidade do escritório Müller & Webber Advocacia e Consultoria Jurídica, cujos dados são os seguintes: Caixa Econômica Federal, Agência 0375, Conta Corrente 5197-1, CNPJ nº. 24.730.626/0001-11.

4. As parcelas descritas no **item 2, "b"**, serão pagas mediante depósito na conta bancária de titularidade da **CIRCUIBRAS,** cujos dados são os seguintes: Banco Itaú, Agência 3706, Conta Corrente 06306-6, CNPJ 79.077.343/0001-04.

4.1. Para fins de controle dos depósitos, a **RESIMAPI** obriga-se à enviar para o e-mail "mw@mwadvocacia.net.br" o comprovante de pagamento das parcelas do **item 2**, **"b"**, no dia do respectivo vencimento.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJY57 XXUJZ 4JMTB EKLYR

5. O não pagamento da parcela na data aprazada implicará o acréscimo de multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor inadimplido (item 2), juros de mora de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC.

6. Sem prejuízo da multa do **item 5**, na hipótese de atraso no pagamento de qualquer uma das parcelas previstas no item 2, por período superior a 15 (quinze) dias, bem como na hipótese de atraso no pagamento de qualquer outro valor devido pela **RESIMAPI** em favor da **CIRCUIBRAS**, o presente acordo será considerado automaticamente desfeito, de pleno direito, sendo que os valores pagos até então serão computados para fins de abatimento da dívida da **RESIMAPI** perante a **CIRCUIBRAS**, sem qualquer direito a reembolso ou devolução de valores por parte da **RESIMAPI**.

7. Na hipótese de desfazimento do presente termo, consoante o disposto no **item 6** acima, em virtude do vencimento antecipado da integralidade das parcelas, se dará normal e regular início ao processo de execução do acordo, pelo valor integral do débito, conforme **item 1**, devidamente corrigido e com juros de mora, inclusive com a incidência de multa contratual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total, abatendo-se eventuais quantias pagas pela **RESIMAPI** à **CIRCUIBRAS**.

8. Uma vez realizado o pagamento integral e pontual dos valores ora acordados, a **CIRCUIBRAS** dará **plena, geral e rasa quitação** a **RESIMAPI** no que tange aos valores devidos, solicitando a baixa de eventual protesto.

9. Os **FIADORES** assinam o presente instrumento na qualidade de **fiadores** da **RESIMAPI**, obrigando-se como **principais pagadores** e responsabilizando-se **solidariamente** pelo cumprimento das obrigações decorrentes desta transação.

10. O presente instrumento somente poderá ser alterado mediante aditamento por escrito celebrado entre as partes.

11. Para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, as Partes elegem, desde já, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, como único competente para solucionar eventuais disputas, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJY57 XXUJZ 4JMTB EKLYR

E, por estarem cientes e de acordo com seu conteúdo, as Partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Curitiba, 03 de novembro de 2016.

CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.
p.p. César Augusto Müller

CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.
p.p. Carolina Ulaf Webber

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.
Renato Marfaragi

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.
Eduardo Tadeu Piagentini

FIADORES:

Renato Marfaragi

Vara Salgado Marfaragi

Eduardo Tadeu Piagentini

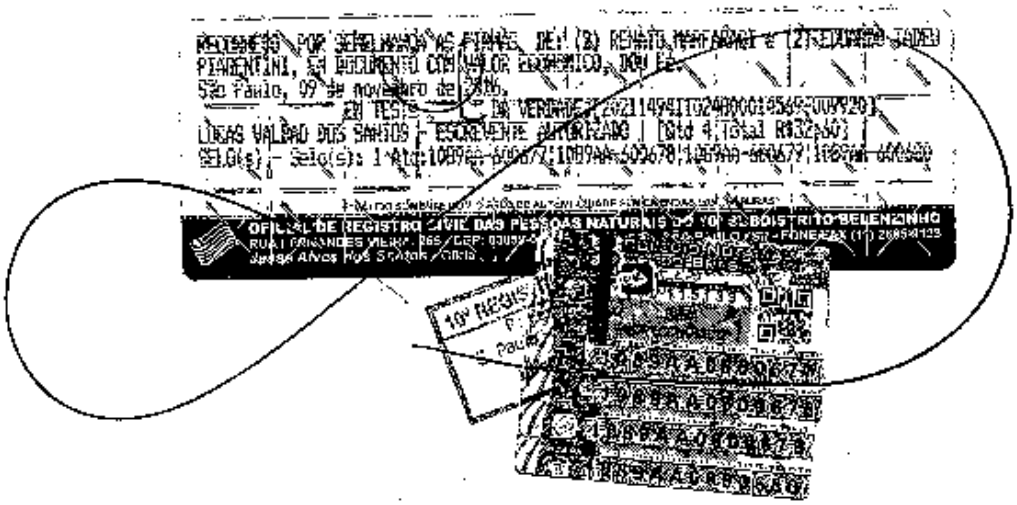
Sinara Zanini Piagentini

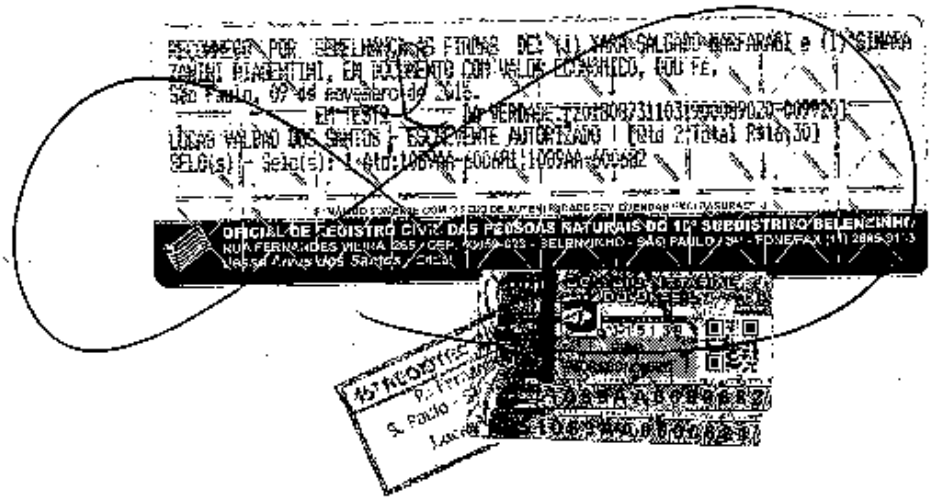
Testemunhas:

Nome: Alessandra J. Freitas
CPF: 071.619.819-30

Nome: Tamara R. de Souza Alves
CPF: 049.240.359-71

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJY57 XXUJZ 4JMTB EKLYR





Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJY57 XXUJZ 4JMTB EKLYR

Salvar o cálculo:

Para salvar **essa página** em seu computador, utilize a opção **"Arquivo/Salvar como"** do seu navegador.
Para recuperar a planilha salva, clique duas vezes no arquivo que foi salvo, e o cálculo será apresentado.

Imprimir Alterar/Atualizar Voltar

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Resimapi - Débito Atualizado até 17/02/2017
Data de atualização dos valores: fevereiro/2017
Indexador utilizado: INPC-IBGE
Juros moratórios legais
Acréscimo de 30,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS LEGAIS	MULTA 30,00%	TOTAL
1	2ª Parcela do Acordo	26/1/2017	1.102,25	1.103,14	0,00	5,80	330,94	1.439,88
2	3ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
3	4ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
4	5ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
5	6ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
6	7ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
7	8ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
8	9ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
9	10ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
10	11ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
11	12ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
12	13ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
13	14ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
14	15ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
15	16ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
16	17ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
17	18ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
18	19ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
19	20ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
20	21ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
21	22ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
22	23ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
23	24ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
24	25ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.102,25	0,00	0,00	330,68	1.432,93
				Sub-Total				**R$ 34.397,16**
				TOTAL GERAL				**R$ 34.397,16**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJYKU HGQDM XTDA6 T2CGB

Extrato para Uso da Unidade Arrecadadora

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR

Autor: **CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.** CPF/CNPJ: **79.077.343/0001-04**

Banco: **Caixa Econômica Federal**

Número do Documento: **00000000022468696-4**

Nosso Número: **14000000000279048**

Distribuição: Foro Judicial - Petições Iniciais

Distribuição e/ou registro para o foro judicial e protocolo judiciário...	R$ 18,02
Conta de qualquer natureza	R$ 14,08
Baixa ou retificação de distribuição	R$ 5,20
Busca - para cumprimento do item 3.1.15 CNCGJ	R$ 15,82
TOTAL	**(269,64 VRC) R$ 53,12**

Emitido em 17/02/2017

Esta via deve ser entregue ao Ofício do Distribuidor juntamente com a petição inicial na ocasião do ajuizamento da ação para fins de identificação do pagamento.

Valor da VRC: R$ 0,197

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Recibo do Pagador

Representação Numérica
10497.30797 18000.100042 00027.904820 9 70840000005312

Vencimento: 28/02/2017

Beneficiário
ESCRIVÃO PARTICULAR (UNIDADE PRIVADA) - 15.303.222/0001-50 - NOSSA SENHORA DE SALETTE, SN, Bairro: CENTRO

Agência / Código Beneficiário: 3162/730791-8

Data do Documento	Número do Documento	Espécie Doc	Aceite	Data do Processamento	Nosso Número
17/02/2017	00000000022468696-4	RC	N	17/02/2017	14000000000279048-9

Instruções (Texto de Exclusiva responsabilidade do Beneficiário)

SR. CAIXA, NÃO RECEBER APÓS A DATA DE VENCIMENTO DA GUIA.

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2° OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR

Baixa ou retificação de distribuição.....5,20
Busca - para cumprimento do item 3.1.15 CNCGJ.....15,82
Distribuição e/ou registro para o foro judicial e protocolo judiciário.....18,02
Conta de qualquer natureza.....14,08
TOTAL: 53,12
Valor da VRC: R$ 0,197;

(=) Valor do Documento: 53,12
(-) Desconto / Abatimento
(-) Outras Deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado
Parcelamento

10499708400000053127307918000100040002790482

Autenticação Mecânica

Pagador
CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. - CNPJ 79.077.343/0001-04
Rua Lodovico Kaminski, 2351
Cidade Industrial - Curitiba/PR - CEP 81260-232

CAIXA **104-0** 10497.30797 18000.100042 00027.904820 9 70840000005312

Local de Pagamento
PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE

Vencimento: 28/02/2017

Beneficiário
ESCRIVÃO PARTICULAR (UNIDADE PRIVADA) - 15.303.222/0001-50 - NOSSA SENHORA DE SALETTE, SN, Bairro: CENTRO

Agência / Código Beneficiário: 3162/730791-8

Data do Documento	Número do Documento	Espécie Doc	Aceite	Data do Processamento	Nosso Número
17/02/2017	00000000022468696-4	RC	N	17/02/2017	14000000000279048-9

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
	RG	R$			53,12

Instruções (Texto de Exclusiva responsabilidade do Beneficiário)

SR. CAIXA, NÃO RECEBER APÓS A DATA DE VENCIMENTO DA GUIA.

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2° OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR

Baixa ou retificação de distribuição.....5,20
Busca - para cumprimento do item 3.1.15 CNCGJ.....15,82
Distribuição e/ou registro para o foro judicial e protocolo judiciário.....18,02
Conta de qualquer natureza.....14,08
TOTAL: 53,12
Valor da VRC: R$ 0,197;

(-) Desconto / Abatimento
(-) Outras Deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Unidade

Pagador
CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. - CNPJ 79.077.343/0001-04
Rua Lodovico Kaminski, 2351
Cidade Industrial - Curitiba/PR - CEP 81260-232

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica

Ficha de Compensação

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5BW BCYA2 J9Z79 J75SU

Extrato para Uso da Unidade Arrecadadora

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR

Autor: **CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.** CPF/CNPJ: **79.077.343/0001-04**

Banco: **Caixa Econômica Federal**

Número do Documento: **00000000022468697-2**

Nosso Número: **14000000003956714**

VALOR DA CAUSA: R$ 34.397,16

Taxa Judiciária	R$ 88,75
TOTAL	**(450,51 VRC) R$ 88,75**

Emitido em 17/02/2017

Esta via deve ser entregue ao Ofício do Distribuidor juntamente com a petição inicial na ocasião do ajuizamento da ação para fins de identificação do pagamento.

Valor da VRC: R$ 0,197

Fundo da Justiça - TJPR

Recibo do Pagador

Representação Numérica
10493.42296 09000.100041 00395.671415 2 70840000008875

Vencimento: 28/02/2017

Beneficiário: FUNJUS-FUNDO DA JUSTICA DO PODER JUDICIARIO - 15.303.222/0001-50 - NOSSA SENHORA DE SALETTE, SN - 80530912

Agência / Código Beneficiário: 3162/342290-9

Data do Documento	Número do Documento	Espécie Doc	Aceite	Data do Processamento	Nosso Número
17/02/2017	00000000022468697-2	RC	N	17/02/2017	14000000003956714-7

Instruções (Texto de Exclusiva responsabilidade do Beneficiário)

SR. CAIXA, NÃO RECEBER APÓS A DATA DE VENCIMENTO DA GUIA.

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2° OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR

Taxa Judiciária.....88,75
TOTAL: 88,75
Valor da VRC: R$ 0,197; VALOR DA CAUSA: R$ 34.397,16

(=) Valor do Documento: 88,75
(-) Desconto / Abatimento
(-) Outras Deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado
Parcelamento

10492708400000088753422909000100040039567141

Autenticação Mecânica

Pagador
CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. - CNPJ 79.077.343/0001-04
Rua Lodovico Kaminski, 2351
Cidade Industrial - Curitiba/PR - CEP 81260-232

104-0 10493.42296 09000.100041 00395.671415 2 70840000008875

Local de Pagamento: PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE

Vencimento: 28/02/2017

Beneficiário: FUNJUS-FUNDO DA JUSTICA DO PODER JUDICIARIO - 15.303.222/0001-50 - NOSSA SENHORA DE SALETTE, SN - 80530912

Agência / Código Beneficiário: 3162/342290-9

Data do Documento	Número do Documento	Espécie Doc	Aceite	Data do Processamento	Nosso Número
17/02/2017	00000000022468697-2	RC	N	17/02/2017	14000000003956714-7

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
	RG	R$			88,75

Instruções (Texto de Exclusiva responsabilidade do Beneficiário)

SR. CAIXA, NÃO RECEBER APÓS A DATA DE VENCIMENTO DA GUIA.

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2° OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR

Taxa Judiciária.....88,75
TOTAL: 88,75
Valor da VRC: R$ 0,197; VALOR DA CAUSA: R$ 34.397,16

(-) Desconto / Abatimento
(-) Outras Deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Unidade

Pagador
CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. - CNPJ 79.077.343/0001-04
Rua Lodovico Kaminski, 2351
Cidade Industrial - Curitiba/PR - CEP 81260-232

Sacador/Avalista

Autenticação Mecânica

Código de Baixa

Ficha de Compensação

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5BW BCYA2 J9Z79 J75SU

Itaú

30 horas

Comprovante de pagamento de boleto

Dados da conta debitada

Agência/conta: **3706/06306-6** CNPJ: **79.077.343/0001-04** Empresa: **CIRCUIBRAS IND COM C I P LTDA**

Dados do pagamento

CAIXA

10497 30797 18000 100042 00027 904820 9 70840000005312

Beneficiário: **ESCRIVAO PARTICULAR UNIDAD PRI** CPF/CNPJ do beneficiário:	Data de vencimento: **28/02/2017**
	Valor do boleto (R$); **53,12**
	(-) Desconto (R$): **0,00**
	(+)Mora/Multa (R$): **0,00**
informações fornecidas pelo pagador: **ESCRIVAO PARTICULAR PROCESSO RESIMAPI**	(=) Valor do pagamento (R$): **53,12**
	Data de pagamento: **17/02/2017**
Autenticação mecânica: **FECED2535D4085C8062E093D0526E160D4BB4219**	

Operação efetuada em 17/02/2017 às 14:39:26 via Sispag, CTRL 799404107000068.

Dúvidas, sugestões e reclamações: na sua agência. Se preferir, ligue para o SAC Itaú: 0800 728 0728 (todos os dias, 24h) ou acesse o Fale Conosco no www.itau.com.br. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, ligue para a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis, das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala: 0800 722 1722 (todos os dias, 24h).

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5BW BCYA2 J9Z79 J75SU

Itaú

30 horas

Comprovante de pagamento de boleto

Dados da conta debitada

Agência/conta: **3706/06306-6** CNPJ: **79.077.343/0001-04** Empresa: **CIRCUIBRAS IND COM C I P LTDA**

Dados do pagamento

CAIXA

10493 42296 09000 100041 00395 671415 2 70840000008875

Beneficiário:	CPF/CNPJ do beneficiário:	Data de vencimento:
FUNJUS		**28/02/2017**
		Valor do boleto (R$); **88,75**
		(-) Desconto (R$): **0,00**
		(+)Mora/Multa (R$): **0,00**
informações fornecidas pelo pagador: **FUNJUS PROCESSO RESIMAPI**		(=) Valor do pagamento (R$): **88,75**
		Data de pagamento: **17/02/2017**

Autenticação mecânica:
956785E80854EA598BCD4AFA38D8B05679D10EB1

Operação efetuada em 17/02/2017 às 14:58:19 via Sispag, CTRL 799404107000076.

Dúvidas, sugestões e reclamações: na sua agência. Se preferir, ligue para o SAC Itaú: 0800 728 0728 (todos os dias, 24h) ou acesse o Fale Conosco no www.itau.com.br. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, ligue para a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis, das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala: 0800 722 1722 (todos os dias, 24h).

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5BW BCYA2 J9Z79 J75SU

Data: 20/02/2017
Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR
Complemento: Distribuição Inicial
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 21/02/2017
Movimentação: DISTRIBUÍDO POR SORTEIO
Complemento: 24ª Vara Cível de Curitiba
Por: Anderson Rodrigues Alves

Relação de arquivos da movimentação:
- Distribuição
- Guia de pagamento
- Guia de pagamento

Foro Central
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Estado do Paraná

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Distribuição / Registro Nº: 5850 DATA: 20 /02 /2017

DISTRIBUIDO PARA

24ª Vara Cível

Classe: **EXECUÇÕES(7)**
Tipo Sorteio:**SORTEIO**

CUSTAS

Distribuição +Baixa	R$23,22
Contador	R$14,08
CNCGJ. 3.1.15	R$15,82
Lei Est. 11960/97 - Tab. XVI do Cont.I - Dist.I.IV.V."c"	
TOTAL	R$53,12

Custas Recebidas

CERTIDÃO

Certifico que revendo os livros de registros desta Serventia, a meu cargo, não constatei repetição ou reiteração desta inicial, conforme dispõe item 3.1.15 do C.N.C.G.J. (Provimento 60/2005).

CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FUNJUS

M.M. Juiz, em cumprimento ao CN, 3.1.16.2 c/c. 2.3.3.1, informo a Vossa Excelência que o valor recolhido a título de Taxa Judiciária em favor do FUNJUS esta correto.

GUIA FUNJUS

DISTRIBUIDOR/CONTADOR

Nº Guia: 2790489 Valor: 53,12

TAXA JUDICIÁRIA

Nº Guia: 39567147 Valor: 88,75

DADOS DA PETIÇÃO INICIAL OBSERVADOS PARA REGISTRO NO 2º OFICIO DISTRIBUIDOR

TEM OBS.

Protocolo Advogado Data: **2017-02-20** Hora: **18:50:47**

Classe CNJ: **159 Execução de Título Extrajudicial**
Assunto CNJ: **4972 Duplicata**

Reu **SINARA ZANINI PIAGENTINI**
CPF **193.445.878-33**

Autor **CIRCUIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS L**
CNPJ **79.077.343/0001-04**

Reu **YARA SALGADO MARFARAGI**
CPF **101.602.288-32**

Reu **RENATO MARFARAGI**
CPF **108.309.288-04**

Reu **EDUARDO TADEU PIAGENTINI**
CPF **011.028.848-39**

Reu **RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA**
CNPJ **62.728.993/0003-31**

Valor Ação: **R$ 34397,16**

Obs: Somente o(s) dado(s) assinalado(s) acima com (X) necessita(m), s.m.j., ser(em) alterado(s) no cadastro realizado pelo advogado, pois em desacordo com a petição inicial.

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Demonstrativo de Custas e Despesas Processuais
Custas do 1° Grau

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
2º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR

Autor

Nome: **CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.**

CPF/CNPJ: **79.077.343/0001-04**

Nome Advogado: **César Augusto Müller e Carolina Ulaf Webber**

Dados Bancários

Banco: **Caixa Econômica Federal**
Ag./Cod. Cedente: **3162/730791-8**
Nº Documento: **00000000022468696-4**
Nosso Número: **14000000000279048-9**
Dt. Pgto: **17/02/2017**
Valor Demonstrativo: **R$ 53,12**

Pacote Selecionado

Distribuição: Foro Judicial - Petições Iniciais

Receitas

Distribuição e/ou registro para o foro judicial e protocolo judiciário...	R$ 18,02
Conta de qualquer natureza	R$ 14,08
Baixa ou retificação de distribuição	R$ 5,20
Busca - para cumprimento do item 3.1.15 CNCGJ	R$ 15,82
Valor Total da Guia	*(269,64 VRC) R$ 53,12*

Campos

NOME COMPLETO DO AUTOR E DO RÉU: Autor: CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS

Pagamentos

Dt. Pgto.	*Nº Documento*	*Nosso Número*	*Valor da Guia*	*Valor*	*Valor Juros*	*Valor Pago*
17/02/2017	**00000000022468696-4**	**14000000000279048**	R$ 53,12	R$ 53,12	R$ 0,00	**R$ 53,12**

Situação de Pagamento

Valor da Guia: R$ 53,12
Valor Recolhido: R$ 53,12

2º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR

Emitido em 21/02/2017

Valor da VRC: R$ 0,197

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Demonstrativo de Custas e Despesas Processuais
Custas do 1° Grau

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
2º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR

Autor

Nome: **CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.**

CPF/CNPJ: **79.077.343/0001-04**

Nome Advogado: **César Augusto Müller e Carolina Ulaf Webber**

Dados Bancários

Banco: **Caixa Econômica Federal**
Ag./Cod. Cedente: **3162/342290-9**
Nº Documento: **00000000022468697-2**
Nosso Número: **14000000003956714-7**
Dt. Pgto: **17/02/2017**
Valor Demonstrativo: **R$ 88,75**

Receitas

Taxa Judiciária	R$ 88,75
Valor Total da Guia	*(450,51 VRC) R$ 88,75*

Campos

VALOR DA CAUSA: R$ 34.397,16

Pagamentos

Dt. Pgto.	*Nº Documento*	*Nosso Número*	*Valor da Guia*	*Valor*	*Valor Juros*	*Valor Pago*
17/02/2017	**00000000022468697-2**	**14000000003956714**	R$ 88,75	R$ 88,75	R$ 0,00	**R$ 88,75**

Situação de Pagamento

Valor da Guia: R$ 88,75
Valor Recolhido: R$ 88,75

2º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR

Emitido em 21/02/2017

Valor da VRC: R$ 0,197

Data: 21/02/2017
Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 21/02/2017
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Rafael de Queiroz Possetti

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

ESTADO DO PARANÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL
24ª SECRETARIA CÍVEL
Rua Mateus Leme, n.º 1142, 12º andar, Centro Cívico – CEP 80.530-010

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que recebi a petição inicial e documentos que acompanham os presentes autos.

CERTIFICO que o valor devido a título de custas iniciais, previstas na Tabela IX do Regimento de Custas, é de R$ 1142,60 equivalente a 100% e 5800,00 V.R.C.

Em conformidade com as diretrizes instituídas pela Portaria nº 01/2015, pratiquei o seguinte **ato ordinatório**:

1. *Fica a parte autora intimada para, no **prazo de 15 (quinze) dias**, com base no art. 290 do CPC/2015[1], no subitem 5.2.3 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná e no art. 11, §5º da Resolução nº03/09 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, comprovar o recolhimento das **custas processuais**, sob pena de cancelamento da distribuição.*

Curitiba, 21 de fevereiro de 2017.

Rafael de Queiróz Possetti
Técnico Judiciário

Em observância ao disposto na Instrução Normativa nº 02/07, da CGJ, e no artigo 43 do Decreto Judiciário nº 744/2009, informo que o recolhimento deverá ser feito ao FUNJUS. Art. 43. Para os fins do art. 19 do Código de Processo Civil, os atos processuais somente serão praticados depois do recolhimento das custas ou despesas processuais devidas, ressalvadas as hipóteses estabelecidas nos arts. 33, 34 e 36.

[1] art. 290, CPC/2015 - Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.

Data: 21/02/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (21/02/2017)
Por: Rafael de Queiroz Possetti

Data: 21/02/2017
Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.) em 21/02/2017 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (21/02/2017)
Por: CAROLINA ULAF WEBBER

Data: 02/03/2017
Movimentação: VINCULAÇÃO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Complemento: Nº Documento: 22513925-2 - Justiça Gratuita: Não - Valor da Guia: R$ 1.142,60 (PENDENTE) - Unidade Arrecadadora: FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 24ª SECRETARIA DO CÍVEL - Tipo da Guia: 1° Grau - Identificador: Processo (Número Único) - Convênio: CEF 342290 (FUNJUS) - Ag:3162 Cc:120-0
Por: CÉSAR AUGUSTO MÜLLER

Data: 03/03/2017
Movimentação: INFORMAÇÃO DE PAGAMENTO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Complemento: Nº Documento: 22513925-2 - Valor da Guia: R$ 1.142,60 - Valor Recolhido: R$ 1.142,60 - Data do Pagamento: 02/03/2017. Referente a Movimentação: 02/03/2017 10:01:10 VINCULAÇÃO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 03/03/2017
Movimentação: JUNTADA DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (21/02/2017)
Por: KETLYN BUENO IAREK

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão
- Demonstrativo de recolhimento de custas

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

Autos nº. 0001648-04.2017.8.16.0194

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que faço a juntada do comprovante de recolhimento do devido valor das Custas Iniciais, conforme anexo, referente aos presentes autos.

Assim, faço os autos conclusos.

Curitiba, 3 de março de 2017.

Karen Yoshiura Oba

Chefe de Secretaria

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

GUIA VINCULADA AO PROJUDI

CUSTAS DO 1° GRAU

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
24ª SECRETARIA DO CÍVEL

Autor

Nome: **CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.**

CPF/CNPJ: **79.077.343/0001-04** Processo (Número Único): **0001648-04.2017.8.16.0194**

Nome Advogado: **César Augusto Müller e Carolina Ulaf Webber**

Dados Bancários

Banco: **Caixa Econômica Federal** Ag./Cod. Cedente: **3162/342290-9**

Nº Documento: **00000000022513925-2** Nosso Número: **14000000003969876-4**

Dt. Pgto: **02/03/2017** Valor Demonstrativo: **R$ 1.142,60**

Receitas

Processos de execuções em geral	R$ 1.142,60
Valor Total da Guia	*(5.800,00 VRC) R$ 1.142,60*

Campos

VALOR DA CAUSA: R$ 34.397,16

Observação

Custas Iniciais

Pagamentos

Dt. Pgto.	*Nº Documento*	*Nosso Número*	*Valor da Guia*	*Valor*	*Valor Juros*	*Valor Pago*
02/03/2017	**00000000022513925-2**	**14000000003969876**	R$ 1.142,60	R$ 1.142,60	R$ 0,00	**R$ 1.142,60**

Situação de Pagamento

Valor da Guia: R$ 1.142,60

Valor Recolhido: R$ 1.142,60

24ª SECRETARIA DO CÍVEL

Emitido em 03/03/2017

Valor da VRC: R$ 0,197

Data: 06/03/2017
Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL
Complemento: Responsável: Marcos Vinícius da Rocha Loures Demchuk
Por: Bruno de Carvalho Ferreira

Data: 08/03/2017
Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE
Por: Marcos Vinícius da Rocha Loures Demchuk

Relação de arquivos da movimentação:
- despacho

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJV67 KHQ6S A6TFH GJSVK

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Duplicata
Valor da Causa: R$34.397,16
Exequente(s):
- CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

Executado(s):
- SINARA ZANINI PIAGENTINI
- YARA SALGADO MARFARAGI
- EDUARDO TADEU PIAGENTINI
- RENATO MARFARAGI
- RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.,

1. Cite-se a parte executada para, em 3 dias, pagar o débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia da execução (art. 829 do CPC/2015).

2. Fixo os honorários em 10% sobre o valor atribuído à causa na forma do artigo 827 do CPC/2015. Se houver pagamento do débito no prazo de 03 dias, a devedora somente pagará a metade da verba honorária (artigo 827, §1º, CPC/2015).

3. Não efetuado o pagamento, intime-se a parte exequente para que no prazo de cinco dias apresente o valor atualizado do débito, somado de custas e honorários, e voltem conclusos para penhora *online* de valores eventualmente existentes em nome do executado, mediante sistema Bacenjud.

4. Independentemente de penhora de bens, o prazo de embargos será de 15 dias a contar da juntada do mandado de citação nos autos (art. 914 e seguintes do CPC/2015).

Int.

Curitiba, 8 de março de 2017.

Marcos Vinícius da Rocha Loures Demchuk
Juiz de Direito

Data: 27/03/2017
Movimentação: JUNTADA DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Por: Karen Yoshiura Oba

Relação de arquivos da movimentação:
- Demonstrativo de recolhimento de custas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS
CUSTAS DO 1° GRAU

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
24ª SECRETARIA DO CÍVEL

Autor

Nome: **CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.**

CPF/CNPJ: **79.077.343/0001-04** Processo (Número Único): **0001648-04.2017.8.16.0194**

Nome Advogado: **César Augusto Müller e Carolina Ulaf Webber**

Dados Bancários

Banco: **Caixa Econômica Federal** Ag./Cod. Cedente: **3162/342290-9**

Nº Documento: **00000000022892247-2** Nosso Número: **14000000004081442-0**

Dt. Pgto: **24/03/2017** Valor Demonstrativo: **R$ 65,65**

Receitas

Citação por via postal	R$ 65,65
Valor Total da Guia	*(333,25 VRC) R$ 65,65*

Campos

NÚMERO DE ATOS (citação via postal): 5

Observação

Citação por via postal

Pagamentos

Dt. Pgto.	*Nº Documento*	*Nosso Número*	*Valor da Guia*	*Valor*	*Valor Juros*	*Valor Pago*
24/03/2017	**00000000022892247-2**	**14000000004081442**	R$ 65,65	R$ 65,65	R$ 0,00	**R$ 65,65**

Situação de Pagamento

Valor da Guia: R$ 65,65

Valor Recolhido: R$ 65,65

24ª SECRETARIA DO CÍVEL

Emitido em 27/03/2017

Valor da VRC: R$ 0,197

Data: 27/03/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (08/03/2017)
Por: Karen Yoshiura Oba

Data: 27/03/2017
Movimentação: JUNTADA DE INTIMAÇÃO - CUSTAS PROCESSUAIS
Por: Karen Yoshiura Oba

Relação de arquivos da movimentação:
- Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

Autos nº. 0001648-04.2017.8.16.0194

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que o valor referente à expedição de 05 (CINCO) Cartas de Citação foram recolhidas, restando pendente o recolhimento de custas de postagem, sendo de ARMP de R$ 17,70 (dezessete reais e setenta centavos) e de postagem simples de R$ 12,70 (doze reais e setenta centavos), cujorecolhimento deve ser realizado por boleto a ser preenchido no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (http://www.tjpr.jus.br/custas-judiciais-e-taxa-judiciaria).

Assim, em conformidade com as diretrizes instituídas pela Portaria nº 001/2015, pratico o seguinte ato ordinatório:

ATO ORDINATÓRIO

Fica a parte autora intimada, no prazo de 10 (dez) dias, para comprovar o recolhimento das custas de postagem (R$83,50) de 05 (CINCO) Cartas de Citação.

Curitiba, 27 de março de 2017.

Karen Yoshiura Oba

Chefe de Secretaria

Em observância ao disposto na Instrução Normativa nº 02/07, da CGJ, e no artigo 43 do Decreto Judiciário nº 744/2009, informo que o recolhimento deverá ser feito ao FUNJUS. Art. 43. Para os fins do art. 19 do Código de Processo Civil, os atos processuais somente serão praticados depois do recolhimento das custas ou despesas processuais devidas, ressalvadas as hipóteses estabelecidas nos arts. 33, 34 e 36.

Data: 27/03/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE INTIMAÇÃO - CUSTAS PROCESSUAIS (27/03/2017)
Por: Karen Yoshiura Oba

Data: 27/03/2017
Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.) em 27/03/2017 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento JUNTADA DE INTIMAÇÃO - CUSTAS PROCESSUAIS (27/03/2017)
Por: CÉSAR AUGUSTO MÜLLER

Data: 27/03/2017
Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.) em 27/03/2017 com prazo de 5 dias úteis
*Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (08/03/2017)
Por: CÉSAR AUGUSTO MÜLLER

Data: 29/03/2017
Movimentação: JUNTADA DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE INTIMAÇÃO - CUSTAS PROCESSUAIS (27/03/2017)
Por: Karen Yoshiura Oba

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão
- Demonstrativo de recolhimento de custas

ESTADO DO PARANÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL
24ª SECRETARIA CÍVEL
Rua Mateus Leme, n.º 1142, 12º andar, Centro Cívico – CEP 80530-010
Telefone: 3221-9524

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que faço a juntada do comprovante de recolhimento do valor das custas de 01 (UMA) postagem, conforme anexo, aguardando-se a comprovação nos presentes autos do pagamento das postagens restantes, conforme certidão de movimento/PROJUDI 15.

Curitiba, 29 de março de 2017.

Karen Yoshiura Oba
Chefe de Secretaria

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS
CUSTAS DO 1° GRAU

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
24ª SECRETARIA DO CÍVEL

Autor

Nome: **CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.**

CPF/CNPJ: **79.077.343/0001-04** Processo (Número Único): **0001648-04.2017.8.16.0194**

Nome Advogado: **CESAR AUGUSTO MULLER E CAROLINA ULAF WEBBER**

Dados Bancários

Banco: **Caixa Econômica Federal** Ag./Cod. Cedente: **3162/342290-9**

Nº Documento: **00000000022954018-2** Nosso Número: **14000000004099973-0**

Dt. Pgto: **28/03/2017** Valor Demonstrativo: **R$ 17,70**

Receitas

Despesas Postais	R$ 17,70
Valor Total da Guia	*(89,85 VRC) R$ 17,70*

Campos

VALOR DA DESPESA POSTAL: R$ 17,70

Observação

Custas postagem - ARMP

Pagamentos

Dt. Pgto.	*Nº Documento*	*Nosso Número*	*Valor da Guia*	*Valor*	*Valor Juros*	*Valor Pago*
28/03/2017	**00000000022954018-2**	**14000000004099973**	R$ 17,70	R$ 17,70	R$ 0,00	**R$ 17,70**

Situação de Pagamento

Valor da Guia: R$ 17,70

Valor Recolhido: R$ 17,70

24ª SECRETARIA DO CÍVEL

Emitido em 29/03/2017

Valor da VRC: R$ 0,197

Data: 29/03/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS (29/03/2017)
Por: Karen Yoshiura Oba

Data: 29/03/2017
Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.) em 29/03/2017 com prazo de 5 dias úteis
*Referente ao evento JUNTADA DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS (29/03/2017)
Por: CAROLINA ULAF WEBBER

Data: 04/04/2017
Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.
Complemento: (P/ advgs. de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. *Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(08/03/2017)
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 04/04/2017
Movimentação: JUNTADA DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS (29/03/2017)
Por: Karen Yoshiura Oba

Relação de arquivos da movimentação:
- Demonstrativo de recolhimento de custas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS
CUSTAS DO 1° GRAU

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
24ª SECRETARIA DO CÍVEL

Autor

Nome: **CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.**

CPF/CNPJ: **79.077.343/0001-04** Processo (Número Único): **0001648-04.2017.8.16.0194**

Nome Advogado: **CESAR AUGUSTO MULLER E CAROLINA ULAF WEBBER**

Dados Bancários

Banco: **Caixa Econômica Federal** Ag./Cod. Cedente: **3162/342290-9**

Nº Documento: **00000000023013161-7** Nosso Número: **14000000004117230-8**

Dt. Pgto: **03/04/2017** Valor Demonstrativo: **R$ 70,80**

Receitas

Despesas Postais	R$ 70,80
Valor Total da Guia	*(359,39 VRC) R$ 70,80*

Campos

VALOR DA DESPESA POSTAL: R$ 70,80

Observação

Custas de Postagem de Citação - complementação

Pagamentos

Dt. Pgto.	*Nº Documento*	*Nosso Número*	*Valor da Guia*	*Valor*	*Valor Juros*	*Valor Pago*
03/04/2017	**00000000023013161-7**	**14000000004117230**	R$ 70,80	R$ 70,80	R$ 0,00	**R$ 70,80**

Situação de Pagamento

Valor da Guia: R$ 70,80

Valor Recolhido: R$ 70,80

24ª SECRETARIA DO CÍVEL

Emitido em 04/04/2017

Valor da VRC: R$ 0,197

Data: 03/05/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO
Complemento: Para SINARA ZANINI PIAGENTINI com prazo de 3 dias úteis
Por: KETLYN BUENO IAREK

Relação de arquivos da movimentação:
- Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

Carta de Citação

Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Duplicata
Valor da Causa: R$34.397,16
Exequente(s): • CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. (CPF/CNPJ: 79.077.343/0001-04)
Rua Ludovico Kaminski, 2351 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.260-282

Executado(s): • **SINARA ZANINI PIAGENTINI (CPF/CNPJ: 193.445.878-33)**
Rua Ametista, 414 - CND Arujá V - ARUJÁ/SP - CEP: 07.408-240
• Outros (04)

Prezado (a) senhor (a) **SINARA ZANINI PIAGENTINI**

Pela presente, fica Vossa Senhoria **CITADA** para, em **3 (três) dias**, pagar o débito, no valor de **R$ 34.397,16 (Trinta e quatro mil, trezentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos),** sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia da execução (art. 829 do CPC/2015), bem como os honorários em **10% dez por cento** sobre o valor atribuído à causa na forma do artigo 827 do CPC/2015. Se houver pagamento do débito no prazo de 03 dias, o (a) devedor (a) somente pagará a metade da verba honorária (artigo 827, §1º, CPC/2015). Ainda, **FICA INTIMADA** a parte executada para, querendo, oferecer embargos independente da garantia em juízo (art. 914 do CPC/2015), no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do comprovante de citação da executada.

Anexos a esta carta: despacho inicial e petição inicial.

Curitiba - PR, 3 de maio de 2017

_____

KAREN YOSHIURA OBA

Chefe da Secretaria - Autorizada pela Portaria nº 001/2017

Observação: este processo tramita através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná. Documentos devem ser trazidos ao juízo em formato digital, em arquivos com no máximo 2MB cada. ***Algumas peças não estão assinadas pelo fato do processo tramitar por meio eletrônico (assinatura digital).**

Data: 03/05/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO
Complemento: Para YARA SALGADO MARFARAGI com prazo de 3 dias úteis
Por: KETLYN BUENO IAREK

Relação de arquivos da movimentação:
- Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

Carta de Citação

Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Duplicata
Valor da Causa: R$34.397,16
Exequente(s):
- CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. (CPF/CNPJ: 79.077.343/0001-04)
  Rua Ludovico Kaminski, 2351 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.260-282

Executado(s):
- **YARA SALGADO MARFARAGI (CPF/CNPJ: 101.602.288-32)**
  Rua Professor Pedreira de Freitas, 69 APTO 101 - Tatuapé - SÃO PAULO/SP - CEP: 03.312-052
- Outros (04)

Prezado (a) senhor (a) **YARA SALGADO MARFARAGI**

Pela presente, fica Vossa Senhoria **CITADA** para, em **3 (três) dias**, pagar o débito, no valor de **R$ 34.397,16 (Trinta e quatro mil, trezentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos),** sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia da execução (art. 829 do CPC/2015), bem como os honorários em **10% dez por cento** sobre o valor atribuído à causa na forma do artigo 827 do CPC/2015. Se houver pagamento do débito no prazo de 03 dias, o (a) devedor (a) somente pagará a metade da verba honorária (artigo 827, §1º, CPC/2015). Ainda, **FICA INTIMADA** a parte executada para, querendo, oferecer embargos independente da garantia em juízo (art. 914 do CPC/2015), no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do comprovante de citação da executada.

Anexos a esta carta: despacho inicial e petição inicial.

Curitiba - PR, 3 de maio de 2017

_____

KAREN YOSHIURA OBA

Chefe da Secretaria - Autorizada pela Portaria nº 001/2017

Observação: este processo tramita através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná. Documentos devem ser trazidos ao juízo em formato digital, em arquivos com no máximo 2MB cada. ***Algumas peças não estão assinadas pelo fato do processo tramitar por meio eletrônico (assinatura digital).**

Data: 03/05/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO
Complemento: Para EDUARDO TADEU PIAGENTINI com prazo de 3 dias úteis
Por: KETLYN BUENO IAREK

Relação de arquivos da movimentação:
- Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

Carta de Citação

Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Duplicata
Valor da Causa: R$34.397,16

Exequente(s):
- CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. (CPF/CNPJ: 79.077.343/0001-04)
  Rua Ludovico Kaminski, 2351 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.260-282

Executado(s):
- **EDUARDO TADEU PIAGENTINI (CPF/CNPJ: 011.028.848-39)**
  Rua Ametista, 414 - CND Arujá V - ARUJÁ/SP - CEP: 07.408-240
- Outros (04)

Prezado (a) senhor (a) **EDUARDO TADEU PIAGENTINI**

Pela presente, fica Vossa Senhoria **CITADA** para, em **3 (três) dias**, pagar o débito, no valor de **R$ 34.397,16 (Trinta e quatro mil, trezentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos),** sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia da execução (art. 829 do CPC/2015), bem como os honorários em **10% dez por cento** sobre o valor atribuído à causa na forma do artigo 827 do CPC/2015. Se houver pagamento do débito no prazo de 03 dias, o (a) devedor (a) somente pagará a metade da verba honorária (artigo 827, §1º, CPC/2015). Ainda, **FICA INTIMADA** a parte executada para, querendo, oferecer embargos independente da garantia em juízo (art. 914 do CPC/2015), no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do comprovante de citação da executada.

Anexos a esta carta: despacho inicial e petição inicial.

Curitiba - PR, 3 de maio de 2017

_____

KAREN YOSHIURA OBA

Chefe da Secretaria - Autorizada pela Portaria nº 001/2017

Observação: este processo tramita através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná. Documentos devem ser trazidos ao juízo em formato digital, em arquivos com no máximo 2MB cada. ***Algumas peças não estão assinadas pelo fato do processo tramitar por meio eletrônico (assinatura digital).**

Data: 03/05/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO
Complemento: Para RENATO MARFARAGI com prazo de 3 dias úteis
Por: KETLYN BUENO IAREK

Relação de arquivos da movimentação:
- Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

Carta de Citação

Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Duplicata
Valor da Causa: R$34.397,16
Exequente(s):
- CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. (CPF/CNPJ: 79.077.343/0001-04)
  Rua Ludovico Kaminski, 2351 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.260-282

Executado(s):
- **RENATO MARFARAGI (CPF/CNPJ: 108.309.288-04)**
  Rua Professor Pedreira de Freitas, 69 APTO 101 - Tatuapé - SÃO PAULO/SP - CEP: 03.312-052
- Outros (04)

Prezado (a) senhor (a) **RENATO MARFARAGI**

Pela presente, fica Vossa Senhoria **CITADA** para, em **3 (três) dias**, pagar o débito, no valor de **R$ 34.397,16 (Trinta e quatro mil, trezentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos),** sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia da execução (art. 829 do CPC/2015), bem como os honorários em **10% dez por cento** sobre o valor atribuído à causa na forma do artigo 827 do CPC/2015. Se houver pagamento do débito no prazo de 03 dias, o (a) devedor (a) somente pagará a metade da verba honorária (artigo 827, §1º, CPC/2015). Ainda, **FICA INTIMADA** a parte executada para, querendo, oferecer embargos independente da garantia em juízo (art. 914 do CPC/2015), no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do comprovante de citação da executada.

Anexos a esta carta: despacho inicial e petição inicial.

Curitiba - PR, 3 de maio de 2017

_____

KAREN YOSHIURA OBA

Chefe da Secretaria - Autorizada pela Portaria nº 001/2017

Observação: este processo tramita através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná. Documentos devem ser trazidos ao juízo em formato digital, em arquivos com no máximo 2MB cada. ***Algumas peças não estão assinadas pelo fato do processo tramitar por meio eletrônico (assinatura digital).**

Data: 03/05/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO
Complemento: Para RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA., com prazo de 3 dias úteis
Por: KETLYN BUENO IAREK

Relação de arquivos da movimentação:
- Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

Carta de Citação

Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Duplicata
Valor da Causa: R$34.397,16
Exequente(s):
- CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. (CPF/CNPJ: 79.077.343/0001-04)
  Rua Ludovico Kaminski, 2351 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.260-282

Executado(s):
- **RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA., (CPF/CNPJ: 62.728.993/0003-31)**
  Avenida Osaka, 800 - Centro Industria - ARUJÁ/SP - CEP: 07.411-750 - E-mail: resimapi@resimapi.com.br - Telefone: 11 4653-8111
- Outros (04)

Prezado (a) senhor (a) representante legal de **RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA**

Pela presente, fica Vossa Senhoria **CITADA** para, em **3 (três) dias**, pagar o débito, no valor de **R$ 34.397,16 (Trinta e quatro mil, trezentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos),** sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia da execução (art. 829 do CPC/2015), bem como os honorários em **10% dez por cento** sobre o valor atribuído à causa na forma do artigo 827 do CPC/2015. Se houver pagamento do débito no prazo de 03 dias, o (a) devedor (a) somente pagará a metade da verba honorária (artigo 827, §1º, CPC/2015). Ainda, **FICA INTIMADA** a parte executada para, querendo, oferecer embargos independente da garantia em juízo (art. 914 do CPC/2015), no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do comprovante de citação da executada.

Anexos a esta carta: despacho inicial e petição inicial.

Curitiba - PR, 3 de maio de 2017

_____

KAREN YOSHIURA OBA

Chefe da Secretaria - Autorizada pela Portaria nº 001/2017

Observação: este processo tramita através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná. Documentos devem ser trazidos ao juízo em formato digital, em arquivos com no máximo 2MB cada. ***Algumas peças não estão assinadas pelo fato do processo tramitar por meio eletrônico (assinatura digital).**

Data: 23/05/2017
Movimentação: LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA
Complemento: Por YARA SALGADO MARFARAGI em 23/05/2017
Por: Bianca Rodrigues da Silva

Relação de arquivos da movimentação:
- Aviso de Recebimento



PROJUDI - Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Ref. mov. 29.1 - Assinado digitalmente por Bianca Rodrigues da Silva
23/05/2017: LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA. Arq: Aviso de Recebimento

Data: 26/05/2017
Movimentação: JUNTADA DE COMPROVANTE
Complemento: Devolução sem Leitura - Referente a CITAÇÃO expedida em 03/05/2017 para RENATO MARFARAGI
Por: Bianca Rodrigues da Silva

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão
- Aviso de Recebimento

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

Autos nº. 0001648-04.2017.8.16.0194

Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Duplicata
Valor da Causa: R$34.397,16
Exequente(s): • CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. (CPF/CNPJ: 79.077.343/0001-04)
Rua Ludovico Kaminski, 2351 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.260-282

Executado(s): • SINARA ZANINI PIAGENTINI (CPF/CNPJ: 193.445.878-33)
Rua Ametista, 414 - CND Arujá V - ARUJÁ/SP - CEP: 07.408-240
• Outros

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que fiz a juntada do aviso de recebimento negativo anexo. Assim, em conformidade com as diretrizes instituídas pela Portaria n.º 01/2017, pratico o seguinte

ATO ORDINATÓRIO

- *Fica a parte* ***autora*** *intimada para, no* ***prazo de 5 (cinco) dias****, manifestar-se sobre o* ***retorno negativo do aviso de recebimento****.*

Curitiba, 26 de maio de 2017.

Rafael de Queiroz Possetti

Técnico Judiciário



Cole aqui

Cole aqui

Correios SIGEP AVISO DE RECEBIMENTO CONTRATO 9912293424 MP

DESTINATÁRIO:
RENATO MARFARAGI
Rua Professor Pedreira de Freitas, 69
AP 101 Tatuapé
03312052 São Paulo-SP

AR725845617JS

REMETENTE: 24ª Secretaria Cível de Curitiba
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:
Rua Mateus Leme, 1142
12º andar Centro Cívico
80530010 Curitiba-PR

TENTATIVAS DE ENTREGA:
1ª 15/05/17 15 02 h
2ª 16/05/17 15 08 h
3ª 17/05/17 13 58 h

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
1 Mudou-se
2 Endereço Insuficiente
3 Não Existe o Número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não Procurado
7 Ausente 3ª
8 Falecido
9 Outros

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
CDD TATUAPÉ - SÃO PAULO
17 MAI 2017
DR/SPM

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
Valdir Alvarenga Da Silva
Matr. 8.921.970-8
Carteiro

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

PROJUDI - Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Ref. mov. 30.2 - Assinado digitalmente por Bianca Rodrigues da Silva 26/05/2017: JUNTADA DE COMPROVANTE. Arq: Aviso de Recebimento

Data: 26/05/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE COMPROVANTE (26/05/2017)
Por: Bianca Rodrigues da Silva

Data: 27/05/2017
Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE YARA SALGADO MARFARAGI
Complemento: Referente ao prazo para cumprimento da Citação
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 29/05/2017
Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.) em 29/05/2017 com prazo de 5 dias úteis
*Referente ao evento JUNTADA DE COMPROVANTE (26/05/2017)
Por: CÉSAR AUGUSTO MÜLLER

Data: 29/05/2017
Movimentação: VINCULAÇÃO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Complemento: Nº Documento: 23771896-0 - Justiça Gratuita: Não - Valor da Guia: R$ 43,96 (PENDENTE) - Unidade Arrecadadora: FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 24ª SECRETARIA DO CÍVEL - Tipo da Guia: 1° Grau - Identificador: Processo (Número Único) - Convênio: CEF 342290 (FUNJUS) - Ag:3162 Cc:120-0
Por: CÉSAR AUGUSTO MÜLLER

Data: 30/05/2017
Movimentação: INFORMAÇÃO DE PAGAMENTO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Complemento: Nº Documento: 23771896-0 - Valor da Guia: R$ 43,96 - Valor Recolhido: R$ 43,96 - Data do Pagamento: 29/05/2017. Referente a Movimentação: 29/05/2017 11:32:13
VINCULAÇÃO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 30/05/2017
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Por: CÉSAR AUGUSTO MÜLLER

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição
- Planilha débito atualizada

MÜLLER & WEBBER
Advocacia e Consultoria Jurídica

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz (a) de Direito da 24ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Estado do Paraná

Autos nº. **0001648-04.2017.8.16.0194**

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA., já qualificada nestes autos, por seus advogados, comparece respeitosamente perante Vossa Excelência para, em atenção ao retorno negativo do AR de Seq. 30.2, requerer a expedição de **nova carta de citação do Executado Renato Marfaragi**, para o seguinte endereço:

> - Av. Osaca, 800, Complexo Industrial, Município de Arujá, Estado de São Paulo, CEP 07400.000, de segunda a sexta no horário comercial.

Além disso, considerando que a **Executada Yara Marfaragi**, embora devidamente citada (Seq. 29), **não efetuou o pagamento** do débito dentro do respectivo prazo (Seq. 32), **pugna-se pela imediata penhora *on-line* dos ativos financeiros desta Executada**, por meio do sistema BACENJUD. Cálculo do débito atualizado anexo.

Termos em que,

Pede deferimento.

Curitiba, 29 de maio de 2017.

César Augusto Müller
OAB 80.948/PR

Carolina Ulaf Webber
OAB 77.377/PR

Rua Comendador Araújo, 143, Conj. 33 – Centro – Curitiba – PR – 80420-900
(41) 3022-2010
mw@mwadvocacia.net.br

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJTC6 4ZCWX CUFJD MMX6K

Salvar o cálculo:

Para salvar **essa página** em seu computador, utilize a opção **"Arquivo/Salvar como"** do seu navegador.
Para recuperar a planilha salva, clique duas vezes no arquivo que foi salvo, e o cálculo será apresentado.

Imprimir Alterar/Atualizar Voltar

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Resimapi - Débito Atualizado até 17/02/2017
Data de atualização dos valores: maio/2017
Indexador utilizado: TJ/PR (Tabela Tribunal Just Paraná)
Juros moratórios legais
Acréscimo de 30,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 10,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS LEGAIS	MULTA 30,00%	TOTAL
1	2ª Parcela do Acordo	26/1/2017	1.102,25	1.098,07	0,00	37,91	329,42	1.465,40
2	3ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
3	4ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
4	5ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
5	6ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
6	7ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
7	8ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
8	9ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
9	10ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
10	11ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
11	12ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
12	13ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
13	14ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
14	15ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
15	16ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
16	17ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
17	18ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
18	19ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
19	20ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
20	21ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
21	22ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
22	23ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
23	24ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03
24	25ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.096,58	0,00	28,48	328,97	1.454,03

Sub-Total	**R$ 34.908,18**
Honorários advocatícios (10,00%) (+)	R$ 3.490,82
Sub-Total	**R$ 3.490,82**
custa judicial - 3/3/2017 - CUSTAS INICIAIS - R$ 1.142,60 (+)	R$ 1.135,65
Sub-Total	**R$ 1.135,65**
despesa processual - 28/2/2017 - FUNJUS E CUSTAS DISTRIBUIÇÃO - R$ 141,87 (+)	R$ 141,01
despesa processual - 24/3/2017 - CITAÇÃO VIA POSTAL 5 - R$ 65,65 (+)	R$ 65,26

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5DL S6PWH KRTJH T7CFR

despesa processual - 28/3/2017 - DESPESA POSTAL - 1 - R$ 17,70 (+)	R$ 17,60
despesa processual - 3/4/2017 - DESPESA POSTAL - 4 - R$ 70,80 (+)	R$ 70,42
Sub-Total	**R$ 294,29**
TOTAL GERAL	**R$ 39.828,94**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5DL S6PWH KRTJH T7CFR

Data: 30/05/2017

Movimentação: RENÚNCIA DE PRAZO DE CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

Complemento: Referente ao evento JUNTADA DE COMPROVANTE (26/05/2017)

Por: CÉSAR AUGUSTO MÜLLER

Data: 30/05/2017
Movimentação: JUNTADA DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Por: KETLYN BUENO IAREK

Relação de arquivos da movimentação:
- Demonstrativo de recolhimento de custas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

GUIA VINCULADA AO PROJUDI

CUSTAS DO 1° GRAU

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
24ª SECRETARIA DO CÍVEL

Autor

Nome: **CIRCUIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.**

CPF/CNPJ: **79.077.343/0001-04** Processo (Número Único): **0001648-04.2017.8.16.0194**

Nome Advogado: **César Augusto Müller e Carolina Ulaf Webber**

Dados Bancários

Banco: **Caixa Econômica Federal** Ag./Cod. Cedente: **3162/342290-9**

Nº Documento: **00000000023771896-0** Nosso Número: **14000000004333793-2**

Dt. Pgto: **29/05/2017** Valor Demonstrativo: **R$ 43,96**

Receitas

Citação por via postal	R$ 13,13
Despesas Postais	R$ 17,70
Ofícios por Meio Eletrônico (BacenJud, RenaJud, InfoJud, etc.)	R$ 13,13
Valor Total da Guia	*(223,15 VRC) R$ 43,96*

Campos

VALOR DA DESPESA POSTAL: R$ 17,70

NÚMERO DE ATOS (citação via postal): 1

Observação

Citação por via postal e Penhora online BACENJUD

Pagamentos

Dt. Pgto.	*Nº Documento*	*Nosso Número*	*Valor da Guia*	*Valor*	*Valor Juros*	*Valor Pago*
29/05/2017	**00000000023771896-0**	**14000000004333793**	R$ 43,96	R$ 43,96	R$ 0,00	**R$ 43,96**

Situação de Pagamento

Valor da Guia: R$ 43,96

Valor Recolhido: R$ 43,96

24ª SECRETARIA DO CÍVEL

2ª Via

Emitido em 30/05/2017

Valor da VRC: R$ 0,197

Data: 31/05/2017
Movimentação: LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA
Complemento: Por RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA., em 31/05/2017
Por: Bianca Rodrigues da Silva

Relação de arquivos da movimentação:
- Aviso de Recebimento



Correios SIGEP AVISO DE RECEBIMENTO CONTRATO 9912293424

Cole aqui

Cole aqui

DESTINATÁRIO:
RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA
Avenida Osaka, 000
Centro Industrial de Arujá
07411750 Arujá-SP

AR725740259JS

REMETENTE: 24ª Secretaria Cível de Curitiba
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:
Rua Mateus Leme, 1142
12º andar Centro Cívico
80530010 Curitiba-PR

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO: AUTOS [illegible]-04.2017 - CARTA DE CITAÇÃO

TENTATIVAS DE ENTREGA:
1ª ___/___/___ ___:___h
2ª ___/___/___ ___:___h
3ª ___/___/___ ___:___h

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
1 Mudou-se
2 Endereço Insuficiente
3 Não Existe o Número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não Procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros

CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA UNIDADE DE ENTREGA
SOD ARUJÁ
12 MAI 2017
DR/SPM

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
Alberto Gomes Evangelista
Matr. 8.923.924-5
Carteiro

ASSINATURA DO RECEBEDOR
Thaler Piagentini

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA
12/05/17

Nº DOC. DE IDENTIFICAÇÃO
46223306

PROJUDI - Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Ref. mov. 39.1 - Assinado digitalmente por Bianca Rodrigues da Silva 31/05/2017: LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA. Arq: Aviso de Recebimento

Data: 01/06/2017
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Kherolim Cintia Mauricio

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ QUE, tendo em vista a Petição constante no movimento sequencial 36/PROJUDI, faço os autos conclusos.

Curitiba - PR, 1 de junho de 2017.

Kherolim Cíntia Maurício

Supervisora de Secretaria

Data: 01/06/2017
~~Movimentação: CONCLUSOS PARA DESPACHO~~ (Movimentação invalidada)
Complemento: Responsável: Marcos Vinícius da Rocha Loures Demchuk
Por: Kherolim Cintia Mauricio

Data: 01/06/2017
Movimentação: CANCELAMENTO DE CONCLUSÃO PARA DESPACHO
Complemento: Ref. Conclusão realizada em 01/06/2017 12:26:28.
Por: Kherolim Cintia Mauricio

Data: 01/06/2017
Movimentação: CONCLUSOS PARA DESPACHO - DILIGÊNCIA
Complemento: Responsável: Marcos Vinícius da Rocha Loures Demchuk
Por: Kherolim Cintia Mauricio

Data: 06/06/2017
Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.,
Complemento: Referente ao prazo para cumprimento da Citação
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 08/06/2017
Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE
Por: Marcos Vinícius da Rocha Loures Demchuk

Relação de arquivos da movimentação:
- despacho
- documento

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

.c

Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Duplicata
Valor da Causa: R$34.397,16
Exequente(s):
- CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.

Executado(s):
- EDUARDO TADEU PIAGENTINI
- RENATO MARFARAGI
- RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.,
- SINARA ZANINI PIAGENTINI
- YARA SALGADO MARFARAGI

DESPACHO

1. A disciplina da execução forçada, inspirada pela efetividade e satisfação de crédito materializado em título que a lei dota de força executiva, prioriza, na ordem do artigo 835 do Código de Processo Civil, o dinheiro para sobre ele recair a constrição.

2. Defiro o pedido de bloqueio de valores, via *Bacenjud*, como requerido.

3. Após a efetivação do bloqueio, intime-se a parte executada nos termos do arts. 841 e 854 do Código de Processo Civil.

4. À serventia para anexe os resultados obtidos, sobre os quais deverá se manifestar a parte exequente, no prazo de 5 dias.

5. Cite-se como requerido em seq. 36.

Int. Diligências necessárias.

Curitiba, 8 de junho de 2017.

Marcos Vinícius da Rocha Loures Demchuk
Juiz de Direito

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJSR8 6AUST VLPJW 64VXY

BANCO CENTRAL DO BRASIL	**BacenJud 2.0** - **Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário**	ejuaq.marcos quinta-feira, 08/06/2017

Recibo de Protocolamento de Bloqueio de Valores

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Ordem Judicial ainda não disponibilizada para as Instituições Financeiras** As ordens judiciais protocoladas até às 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as Instituições Financeiras até às 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após às 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às Instituições Financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.
Número do Protocolo:	20170002801753
Data/Horário de protocolamento:	08/06/2017 14h45
Número do Processo:	0001648-04.2017.8.16.0194
Tribunal:	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARANA
Vara/Juízo:	29302 - Curitiba - 24ª Vara Cível
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Marcos Vinicios da Rocha Loures Demchuk
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	0001648-04.2017.8.16.0194

Relação dos Réus/Executados		
Réu/Executado	**Valor a Bloquear**	**Contas e Aplicações Financeiras Atingidas**
101.602.288-32 : YARA SALGADO MARFARAGI	39.828,94	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.
62.728.993/0003-31 : RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA	39.828,94	Instituições financeiras com relacionamentos com o CPF/CNPJ no momento da protocolização.

Voltar para a relação de minutas para protocolamento

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ64G GXFCG S5XW9 V8PRY

Data: 08/06/2017
Movimentação: JUNTADA DE COMPROVANTE
Complemento: Devolução sem Leitura - Referente a CITAÇÃO expedida em 03/05/2017 para SINARA ZANINI PIAGENTINI
Por: Bianca Rodrigues da Silva

Relação de arquivos da movimentação:
- Aviso de Recebimento



Correios SIGEP AVISO DE RECEBIMENTO CONTRATO 9912293424 MP

Cole aqui

Cole aqui

DESTINATÁRIO:
SINARA ZANINI PIAGENTINI
Rua Ametista, 414
CND ARUJA V Jardim Fazenda Rincão
07428240 Arujá-SP

AR725845648JS

REMETENTE: 24ª Secretaria Cível de Curitiba
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:
Rua Mateus Leme, 1142
12º andar Centro Cívico
80530010 Curitiba-PR

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO AR 0001648-04.2017 - CARTA DE CITAÇÃO

TENTATIVAS DE ENTREGA:
1ª 16/05/17 15:55h
2ª 17/05/17 14:33h
3ª 18/05/17 15:36h

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:
1 Mudou-se
2 Endereço Insuficiente
3 Não Existe o Número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não Procurado
7 Ausente 3x
8 Falecido
9 Outros

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
ARUJÁ
01 JUN. 2017

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
José Fernando da Silva
Mat. 8.876.146-7

ASSINATURA DO RECEBEDOR
Sinara Zanini Piagentini
01/06
RG-40636830-7

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIFICAÇÃO

PROJUDI - Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Ref. mov. 46.1 - Assinado digitalmente por Bianca Rodrigues da Silva 08/06/2017: JUNTADA DE COMPROVANTE. Arq: Aviso de Recebimento

Data: 08/06/2017
Movimentação: JUNTADA DE COMPROVANTE
Complemento: Devolução sem Leitura - Referente a CITAÇÃO expedida em 03/05/2017 para EDUARDO TADEU PIAGENTINI
Por: Bianca Rodrigues da Silva

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão
- Aviso de Recebimento

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

Autos nº. 0001648-04.2017.8.16.0194

Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Duplicata
Valor da Causa: R$34.397,16
Exequente(s): • CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. (CPF/CNPJ: 79.077.343/0001-04)
Rua Ludovico Kaminski, 2351 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.260-282

Executado(s): • EDUARDO TADEU PIAGENTINI (CPF/CNPJ: 011.028.848-39)
Rua Ametista, 414 - CND Arujá V - ARUJÁ/SP - CEP: 07.408-240
• Outros

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que fiz a juntada dos avisos de recebimento negativos, conforme movimentos/PROJUDI 46 e 47 (ref, a citação de Eduardo e Sinara), ambos assinados por terceiro desconhecido (Bruna Piagentini). Assim, como a citação de pessoa física é enviada com ARMP e em conformidade com as diretrizes instituídas pela Portaria n.º 01/2017, pratico o seguinte

ATO ORDINATÓRIO

- *Fica a parte* ***autora*** *intimada para, no* ***prazo de 05 (cinco) dias****, manifestar-se sobre os* ***retornos negativos dos avisos de recebimento****.*

Curitiba, 08 de junho de 2017.

Bruno de Carvalho Ferreira
Técnico Judiciário



Correios SIGEP AVISO DE RECEBIMENTO CONTRATO 9912293424 MP

Cole aqui

DESTINATÁRIO:
EDUARDO TADEU PIAGENTINI
Rua Ametista, 414
CND ARUJA V Jardim Fazenda Rincão
07428240 Arujá-SP

AR725845625JS

REMETENTE: 24ª Secretaria Cível de Curitiba
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:
Rua Mateus Leme, 1142
12º andar Centro Cívico
80530010 Curitiba-PR

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO AUTOS 1648/04.2017 - CARTA DE CITAÇÃO

TENTATIVAS DE ENTREGA:
1ª 16/05/17 15:55 h
2ª 17/05/17 14:33 h
3ª 18/05/17 15:36 h

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não Existe o Número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não Procurado
7 Ausente 3x
8 Falecido
9 Outros

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
AC - ARUJÁ
01 JUN. 2017
2R / SP

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
José Fernando da Silva
Mat. 8.827.946-7

ASSINATURA DO RECEBEDOR
Bruna Piagentini
PG-40636810-97

DATA DE RECEBIMENTO
01/06/17

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIFICAÇÃO

Cole aqui

PROJUDI - Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Ref. mov. 47.2 - Assinado digitalmente por Bianca Rodrigues da Silva 08/06/2017: JUNTADA DE COMPROVANTE. Arq: Aviso de Recebimento

Data: 08/06/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE COMPROVANTE (08/06/2017)
Por: Bianca Rodrigues da Silva

Data: 08/06/2017
Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.) em 08/06/2017 com prazo de 5 dias úteis
*Referente ao evento JUNTADA DE COMPROVANTE (08/06/2017)
Por: CÉSAR AUGUSTO MÜLLER

Data: 12/06/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO
Complemento: Para RENATO MARFARAGI com prazo de 3 dias úteis
Por: Amanda da Silva

Relação de arquivos da movimentação:
- Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

Carta de Citação

Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Duplicata
Valor da Causa: R$34.397,16
Exequente(s):
- CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. (CPF/CNPJ: 79.077.343/0001-04)
  Rua Ludovico Kaminski, 2351 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.260-282

Executado(s):
- **RENATO MARFARAGI (CPF/CNPJ: 108.309.288-04)**
  Avenida Osaka, 800 Complexo Industrial - Centro - ARUJÁ/SP - CEP: 07.400-000
- Outros (04)

Prezado (a) senhor (a) **RENATO MARFARAGI**

Pela presente, fica Vossa Senhoria **CITADA** para, em **3 (três) dias**, pagar o débito, no valor de **R$ 34.397,16 (trinta e quatro mil, trezentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos)** sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia da execução (art. 829 do CPC/2015), bem como os honorários em **10% dez por cento** sobre o valor atribuído à causa na forma do artigo 827 do CPC/2015. Se houver pagamento do débito no prazo de 03 dias, o (a) devedor (a) somente pagará a metade da verba honorária (artigo 827, §1º, CPC/2015). Ainda, **FICA INTIMADA** a parte executada para, querendo, oferecer embargos independente da garantia em juízo (art. 914 do CPC/2015), no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do comprovante de citação da executada.

Anexos a esta carta: despacho inicial, petição inicial e petição de mov. 36.1

Curitiba - PR, 12 de junho de 2017

_____

KAREN YOSHIURA OBA

Chefe de Secretaria - Autorizada pela Portaria nº 001/2017

Observação: este processo tramita através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná. Documentos devem ser trazidos ao juízo em formato digital, em arquivos com no máximo 2MB cada. ***Algumas peças não estão assinadas pelo fato do processo tramitar por meio eletrônico (assinatura digital).**

Data: 20/06/2017
Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.
Complemento: (P/ advgs. de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. *Referente ao evento JUNTADA DE COMPROVANTE(08/06/2017)
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 24/07/2017
Movimentação: JUNTADA DE COMPROVANTE
Complemento: Devolução sem Leitura - Referente a CITAÇÃO expedida em 12/06/2017 para RENATO MARFARAGI
Por: KETLYN BUENO IAREK

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão
- Aviso de Recebimento

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

Autos nº. 0001648-04.2017.8.16.0194

Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Duplicata
Valor da Causa: R$34.397,16
Exequente(s): • CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. (CPF/CNPJ: 79.077.343/0001-04)
Rua Ludovico Kaminski, 2351 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.260-282

Executado(s): • EDUARDO TADEU PIAGENTINI (CPF/CNPJ: 011.028.848-39)
Rua Ametista, 414 - CND Arujá V - ARUJÁ/SP - CEP: 07.408-240
• Outros (04)

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que fiz a juntada do aviso de recebimento negativo anexo. Assim, em conformidade com as diretrizes instituídas pela Portaria n.º 01/2017, pratico o seguinte

ATO ORDINATÓRIO

- *Fica a parte* ***autora*** *intimada para, no* ***prazo de 05 (cinco) dias****, manifestar-se sobre o* ***retorno negativo do aviso de recebimento****.*

Curitiba, 24 de julho de 2017.

Rafael de Queiroz Possetti

Técnico Judiciário



Cole aqui

Cole aqui

Correios **SIGEP** AVISO DE RECEBIMENTO CONTRATO 9912293424 **MP**

DESTINATÁRIO:
RENATO MARFARAGI
Avenida Osaka, 800
Centro Industrial de Arujá
07411750 Arujá-SP

AR814075195JS

REMETENTE: 24ª Secretaria Cível de Curitiba
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:
Rua Mateus Leme, 1.142
12º andar Centro Cívico
80530010 Curitiba-PR

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO AUTOS 1648-04.2017 - CITAÇÃO

TENTATIVAS DE ENTREGA:

1º 13/06/17 12:48 h
2º 26/06/17 12:19 h
3º 22/06/17 13:48 h

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:

1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não Existe o Número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não Procurado
7 Ausente 3X
8 Falecido
9 Outros

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
CEE ARUJÁ
27 JUN 2017
DR/SPM

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
85235244

ASSINATURA DO RECEBEDOR
DATA DE ENTREGA
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR
Nº DOC. DE IDENTIDADE

PROJUDI - Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Ref. mov. 52.2 - Assinado digitalmente por Ketlyn Bueno larek
24/07/2017: JUNTADA DE COMPROVANTE. Arq: Aviso de Recebimento

Data: 24/07/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE COMPROVANTE (24/07/2017)
Por: KETLYN BUENO IAREK

Data: 24/07/2017
Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.) em 24/07/2017 com prazo de 5 dias úteis
*Referente ao evento JUNTADA DE COMPROVANTE (24/07/2017)
Por: CÉSAR AUGUSTO MÜLLER

Data: 01/08/2017
Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.
Complemento: (P/ advgs. de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. *Referente ao evento JUNTADA DE COMPROVANTE(24/07/2017)
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 11/08/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (08/06/2017)
Por: Kherolim Cintia Mauricio

Data: 11/08/2017
Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.) em 11/08/2017 com prazo de 5 dias úteis
*Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (08/06/2017)
Por: CAROLINA ULAF WEBBER

Data: 11/08/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE BLOQUEIO BACENJUD
Complemento: Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(08/06/2017 15:57:45)
Por: Kherolim Cintia Mauricio

Relação de arquivos da movimentação:
- Bacenjud - Bloqueio de Valores

BANCO CENTRAL DO BRASIL	**BacenJud 2.0** - **Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário**	ejuaq.marcos sexta-feira, 11/08/2017

Minutas | **Protocolamento** | **Ordens judiciais** | **Delegações** | **Não Respostas** | **Contatos de I. Financeira** | **Relatórios Gerenciais** | **Ajuda** | **Sair**

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20170002801753
Número do Processo:	0001648-04.2017.8.16.0194
Tribunal:	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARANA
Vara/ Juízo:	29302 - Curitiba - 24ª Vara Cível
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Marcos Vinicios da Rocha Loures Demchuk
Tipo/ Natureza da Ação:	Ação Cível
CPF/ CNPJ do Autor/ Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/ Exeqüente da Ação:	0001648-04.2017.8.16.0194

Relação de réus/ executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

101.602.288-32 - YARA SALGADO MARFARAGI
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 24,84] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/ Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/ Hora Cumprimento
08/06/2017 14:45	Bloq. Valor	Marcos Vinicios da Rocha Loures Demchuk	39.828,94	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 24,84	24,84	08/06/2017 20:02

Ação - Valor

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/ executado

62.728.993/0003-31 - RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/ Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/ Hora Cumprimento
08/06/2017 14:45	Bloq. Valor	Marcos Vinicios da Rocha Loures	39.828,94	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	08/06/2017 20:02

		Demchuk				

Nenhuma ação disponível

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/ executado

Reiterar Não Respostas | Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência		
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	-	Usar IF e agência padrã
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:		
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	0001648-04.2017.8.16.0194	
CPF/ CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:		
Tipo de Crédito Judicial:	-	
Código de Depósito Judicial:	-	

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUAQ. MARCOS

Conferir Ações Selecionadas | Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem | Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

Data: 19/08/2017
Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.
Complemento: (P/ advgs. de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. *Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(08/06/2017)
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 23/08/2017
Movimentação: JUNTADA DE ANÁLISE DE DECURSO DE PRAZO
Complemento: Ref. Intimação p/ advgs. de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.. Ref. ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (08/06/2017)
Por: Bianca Rodrigues da Silva

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

Autos nº. 0001648-04.2017.8.16.0194

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que a parte autora deixou de dar cumprimento à certidão de movimento sequencial 52.1/PROJUDI. Assim, com fulcro na Portaria n.º 01/2017, fica a parte autora intimada para, **no prazo de 05 (cinco) dias**, se manifestar acerca do retorno negativo do aviso de recebimento do movimento supramencionado, e, no mesmo prazo, se manifestar acerca do bloqueio realizado, constante no movimento sequencial 58.1/PROJUDI.

Curitiba, 23 de agosto de 2017.

Bruno de Carvalho Ferreira
Técnico Judiciário

Data: 23/08/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE ANÁLISE DE DECURSO DE PRAZO (23/08/2017)
Por: Bianca Rodrigues da Silva

Data: 03/09/2017
Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.) em 04/09/2017 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 60) JUNTADA DE ANÁLISE DE DECURSO DE PRAZO (23/08/2017) e ao evento de expedição seq. 61.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 08/09/2017
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE ANÁLISE DE DECURSO DE PRAZO (23/08/2017)
Por: CÉSAR AUGUSTO MÜLLER

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição

MÜLLER & WEBBER
Advocacia e Consultoria Jurídica

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz (a) de Direito da 24ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Estado do Paraná

Autos nº. **0001648-04.2017.8.16.0194**

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA., já qualificada nestes autos, por seus advogados, comparece respeitosamente perante Vossa Excelência para, em atenção à certidão de mov. 60.1, requerer a expedição de **carta precatória para citação dos seguintes Executados**:

a) Renato Marfaragi. **Endereço**: Av. Osaca, 800, Complexo Industrial, Arujá/SP, CEP 07.400-000.

b) Eduardo Tadeu Piagentini. **Endereço**: Rua Ametista, 414 – CND Arujá V – Arujá/SO, CEP: 07.408-240.

c) Sinara Zanini Piagentini. **Endereço**: Rua Ametista, 414 – CND Arujá V – Arujá/SO, CEP: 07.408-240.

Além disso, em virtude do resultado infrutífero da penhora *on-line* de mov. 58.1, pugna-se pela realização de **bloqueio judicial de veículos** mediante a ferramenta do **Renajud**, que confere acesso a toda a base nacional de veículos, em relação aos seguintes Executados:

a) Yara Salgado Marfaragi, CPF nº. 101.602.288-32.

b) Resimapi Produtos Químicos Ltda., CNPJ nº. 62.728.993/0003-31.

Rua Comendador Araújo, 143, Conj. 33 – Centro – Curitiba – PR – 80420-900
(41) 3022-2010
mw@mwadvocacia.net.br

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5PU Z6WYV DWJ87 HKYXK

MÜLLER & WEBBER
Advocacia e Consultoria Jurídica

Por fim, a Exequente pede sejam consultadas as declarações fiscais em nome dos devedores Yara Salgado Marfaragi e Resimapi Produtos Químicos Ltda., via sistema **Infojud**, o que poderá fornecer elementos importantes para a localização de bens de propriedade dos Executados.

Termos em que,

Pede deferimento.

Curitiba, 08 de setembro de 2017.

César Augusto Müller
OAB 80.948/PR

Carolina Ulaf Webber
OAB 77.377/PR

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5PU Z6WYV DWJ87 HKYXK

Data: 13/09/2017
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Rafael de Queiroz Possetti

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5B3 MFWSD KPQWN CXZAU

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

Autos nº. 0001648-04.2017.8.16.0194

Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Duplicata
Valor da Causa: R$34.397,16

Exequente(s):
- CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. (CPF/CNPJ: 79.077.343/0001-04)
  Rua Ludovico Kaminski, 2351 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.260-282

Executado(s):
- EDUARDO TADEU PIAGENTINI (CPF/CNPJ: 011.028.848-39)
  Rua Ametista, 414 - CND Arujá V - ARUJÁ/SP - CEP: 07.408-240
- RENATO MARFARAGI (CPF/CNPJ: 108.309.288-04)
  Avenida Osaka, 800 Complexo Industrial - Centro - ARUJÁ/SP - CEP: 07.400-000
- RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA., (CPF/CNPJ: 62.728.993/0003-31)
  Avenida Osaka, 800 - Centro Industria - ARUJÁ/SP - CEP: 07.411-750 - E-mail: resimapi@resimapi.com.br - Telefone: 11 4653-8111
- SINARA ZANINI PIAGENTINI (CPF/CNPJ: 193.445.878-33)
  Rua Ametista, 414 - CND Arujá V - ARUJÁ/SP - CEP: 07.408-240
- YARA SALGADO MARFARAGI (CPF/CNPJ: 101.602.288-32)
  Rua Professor Pedreira de Freitas, 69 APTO 101 - Tatuapé - SÃO PAULO/SP - CEP: 03.312-052

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que, conforme petição retro, o valor das custas de cada expedição de cada Carta Precatória é de **R$ 60,31 (sessenta reais e trinta e um centavos)**, as quais não estão compreendidas nas custas iniciais anteriormente recolhidas.

CERTIFICO, AINDA, que, para a remessa da Carta Precatória, é necessária a comprovação de recolhimento de **custas de Distribuição para o Juízo Deprecado** nos presentes autos. Assim, em conformidade com as diretrizes instituídas pela Portaria nº 001/2017, pratico o seguinte

ATO ORDINATÓRIO

*- Fica a parte autora intimada para, no **prazo de 05 (cinco) dias**. comprovar o recolhimento de custas de:*

- ***01 (UMA)** expedição de Carta Precatória.*

- *Distribuição **para o Juízo Deprecado** nos presentes autos*

Curitiba, 13 de setembro de 2017.

Rafael de Queiroz Possetti
Técnico Judiciário

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5B3 MFWSD KPQWN CXZAU

Data: 13/09/2017
Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO
Complemento: Para advogados/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (13/09/2017)
Por: Rafael de Queiroz Possetti

Data: 24/09/2017
Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA
Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA.) em 25/09/2017 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 64) JUNTADA DE CERTIDÃO (13/09/2017) e ao evento de expedição seq. 65.
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 25/09/2017
Movimentação: VINCULAÇÃO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Complemento: Nº Documento: 25431038-6 - Justiça Gratuita: Não - Valor da Guia: R$ 60,31 (PENDENTE) - Unidade Arrecadadora: FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 24ª SECRETARIA DO CÍVEL - Tipo da Guia: 1° Grau - Identificador: Processo (Número Único) - Convênio: CEF 342290 (FUNJUS) - Ag:3162 Cc:120-0
Por: CÉSAR AUGUSTO MÜLLER

Data: 25/09/2017
Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (13/09/2017)
Por: CÉSAR AUGUSTO MÜLLER

Relação de arquivos da movimentação:
- Petição
- Guia de recolhimento - taxa judiciária CP - TJSP
- Comprovante de Pgto guia - Taxa Judiciária CP - TJSP
- Comprovante de Pgto Expedição CP
- Cálculo atualizado da dívida

MÜLLER & WEBBER
Advocacia e Consultoria Jurídica

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz (a) de Direito da 24ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Estado do Paraná

Autos nº. **0001648-04.2017.8.16.0194**

CIRCUIBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA., já qualificada nestes autos, por seus advogados, comparece respeitosamente perante Vossa Excelência para requerer a juntada de: **a)** comprovante de pagamento das custas de expedição da Carta precatória; **b)** comprovante de pagamento das custas de distribuição da carta precatória perante o Juízo Deprecado; e **c)** planilha de débito atualizado.

Além disso, a Exequente reitera pedido de realização de **bloqueio judicial de veículos**, mediante a ferramenta do **Renajud**, em relação aos Executados Yara Salgado Marfaragi (CPF nº. 101.602.288-32) e Resimapi Produtos Químicos Ltda. (CNPJ nº. 62.728.993/0003-31).

Por fim, a Exequente pede sejam consultadas as declarações fiscais em nome dos devedores Yara Salgado Marfaragi e Resimapi Produtos Químicos Ltda., via sistema **Infojud**, o que poderá fornecer elementos importantes para a localização de bens de propriedade dos Executados.

Termos em que,

Pede deferimento.

Curitiba, 25 de setembro de 2017.

César Augusto Müller
OAB 80.948/PR

Carolina Ulaf Webber
OAB 77.377/PR

Rua Comendador Araújo, 143, Conj. 33 – Centro – Curitiba – PR – 80420-900
(41) 3022-2010
mw@mwadvocacia.net.br

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ6RV 9YQFW 85E6S K5DW3

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJYLB Q3Z88 VKCSR KYNPR

85840000002-7 50700185111-9 70590292114-8 10220171025-3

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social Circuibras Ind Com de Circuitos Imp Profissionais			07 - Data de Vencimento 25/10/2017
02 - Endereço RUA LUDOVICO KAMINSKI 2351 CIC CURITIBA PR			08 - Valor Total R$ 250,70
03 - CNPJ Base / CPF 79.077.343	04 - Telefone (41)3022-2010	05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	09 - Número do DARE **170590292114102**
06 - Observações Foro Deprec: Foro De Arujá. Origem: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Justiça Estadual/PR - 24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA/PR			Emissão: 25/09/2017

10 - Autenticação Mecânica

Via do Banco

170590292114102-0001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda

DARE-SP

Documento Detalhe

01 - Código de Receita – Descrição **233-1** — Custas - taxa judiciária – cartas de ordem ou precatórias				02 - Código do Serviço – Descrição TJ - 1123303 - Cartas Precatórias Processo Origem Outros Tribunais	19 - Qtde Serviços: **1**
15 - Nome do Contribuinte Circuibras Ind Com de Circuitos Imp Profissionais	03 - Data de Vencimento 25/10/2017	06 -		09 - Valor da Receita R$ 250,70	12 - Acréscimo Financeiro R$ 0,00
	04 - Cnpj ou Cpf 79.077.343/0001-04				
16 - Endereço RUA LUDOVICO KAMINSKI 2351 CIC CURITIBA PR	05 -	07 - Referência		10 - Juros de Mora R$ 0,00	13 - Honorários Advocatícios R$ 0,00
18 - Nº do Documento Detalhe **170590292114102-0001** Emissão: 25/09/2017	17 - Observações Foro Deprec: Foro De Arujá. Origem: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Justiça Estadual/PR - 24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA/PR	08 -		11 - Multa de Mora ou Multa Por Infração R$ 0,00	14 - Valor Total **R$ 250,70**

85840000002-7 50700185111-9 70590292114-8 10220171025-3

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social Circuibras Ind Com de Circuitos Imp Profissionais			07 - Data de Vencimento 25/10/2017
02 - Endereço RUA LUDOVICO KAMINSKI 2351 CIC CURITIBA PR			08 - Valor Total R$ 250,70
03 - CNPJ Base / CPF 79.077.343	04 - Telefone (41)3022-2010	05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	09 - Número do DARE **170590292114102**
06 - Observações Foro Deprec: Foro De Arujá. Origem: 0001648-04.2017.8.16.0194 - Justiça Estadual/PR - 24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA/PR			Emissão: 25/09/2017

10 - Autenticação Mecânica

Via do Contribuinte

CAIXA

Comprovante de pagamento com código de barras

Via Internet Banking CAIXA

Nome:	MULLER WEBBER ADVOCACIA E CONS
Conta de débito:	375 / 003 / 00005197-1

Representação numérica do código de barras:

858400000027 507001851119 705902921148 102201710253

Convênio:	DARE/SP
Valor:	250,70
Data de vencimento:	25/09/2017
Identificação da operação:	TAXA JUDICIAL CP RESIMAPI

Data de débito:	25/09/2017
Data/hora da operação:	25/09/2017 10:27:31

Código da operação:	00082434
Chave de segurança:	XZ4HLKJN271GH83U

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5GT 6UGQE WSFQK LQKHK

CAIXA

Comprovante de Pagamento de Boleto

Via Internet Banking CAIXA

Banco Recebedor:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Pagador Final / Efetivo	
CPF/CNPJ:	24.730.626/0001-11
Nome:	MULLER WEBBER ADVOCACIA E CONS
Conta de débito:	0375 / 003 / 00005197-1

Representação numérica do código de barras:	10493.42296 09000.100041 00480.413780 2 72930000006031
Instituição Emissora - Nome do Banco:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Código do Banco:	104
Beneficiário original / Cedente	
Nome Fantasia:	FUNDO DA JUSTICA DO PODER JUDICIARIO DO
Pagador Final - Correntista	
Nome/Razão Social:	MULLER WEBBER ADVOCACIA E CONS
CPF/CNPJ:	24.730.626/0001-11

Data do Vencimento:	25/09/2017
Data de Efetivação / Agendamento:	25/09/2017
Valor Nominal do Boleto:	60,31
Juros (R$):	0,00
IOF (R$):	0,00
Multa (R$):	0,00
Desconto (R$):	0,00
Abatimento (R$):	0,00
Valor Calculado (R$):	60,31
Valor Pago (R$):	60,31
Identificação do Pagamento:	EXPEDICAO CP RESIMAPI

Data/hora da operação: 25/09/2017 10:32:23

Código da operação: 68136564
Chave de segurança: C58ZZF4YME5L9HCG

Operação realizada com sucesso conforme as informações fornecidas pelo cliente.

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJL2Z 5TMB8 545Q3 T6JFY

Salvar o cálculo:

Para salvar **essa página** em seu computador, utilize a opção **"Arquivo/Salvar como"** do seu navegador.
Para recuperar a planilha salva, clique duas vezes no arquivo que foi salvo, e o cálculo será apresentado.

Imprimir Alterar/Atualizar Voltar

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Resimapi - Débito Atualizado até 25/09/2017
Data de atualização dos valores: setembro/2017
Indexador utilizado: TJ/PR (Tabela Tribunal Just Paraná)
Juros moratórios legais
Acréscimo de 30,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 10,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS LEGAIS	MULTA 30,00%	TOTAL
1	2ª Parcela do Acordo	26/1/2017	1.102,25	1.090,93	0,00	81,77	327,28	1.499,98
2	3ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
3	4ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
4	5ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
5	6ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
6	7ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
7	8ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
8	9ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
9	10ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
10	11ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
11	12ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
12	13ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
13	14ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
14	15ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
15	16ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
16	17ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
17	18ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
18	19ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
19	20ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
20	21ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
21	22ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
22	23ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
23	24ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
24	25ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.089,45	0,00	72,35	326,84	1.488,64
						Sub-Total		**R$ 35.738,58**
						Honorários advocatícios (10,00%) (+)		R$ 3.573,86
						Sub-Total		**R$ 3.573,86**
						custa judicial - 3/3/2017 - CUSTAS INICIAIS - R$ 1.142,60 (+)		R$ 1.128,27
						Sub-Total		**R$ 1.128,27**
						despesa processual - 28/2/2017 - FUNJUS E CUSTAS DISTRIBUIÇÃO - R$ 141,87 (+)		R$ 140,09
						despesa processual - 24/3/2017 - CITAÇÃO VIA POSTAL 5 - R$ 65,65 (+)		R$ 64,84
						despesa processual - 28/3/2017 - DESPESA POSTAL - 1 - R$ 17,70 (+)		R$ 17,48
						despesa processual - 3/4/2017 - DESPESA POSTAL - 4 - R$ 70,80 (+)		R$ 69,96
						* despesa processual - 25/9/2017 - taxa judiciária - TJSP - carta precatória - R$ 250,70 (+)		R$ 250,70
						* despesa processual - 25/9/2017 - expedição carta precatória - TJPR - R$ 60,31 (+)		R$ 60,31
						despesa processual - 29/5/2017 - Custas - despesas postais e Bacenjud - R$ 43,96 (+)		R$ 43,70
						Sub-Total		**R$ 647,08**
						TOTAL GERAL		**R$ 41.087,79**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVQT 6A77N TDLHS NRQYU

Data: 27/09/2017
Movimentação: INFORMAÇÃO DE PAGAMENTO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Complemento: Nº Documento: 25431038-6 - Valor da Guia: R$ 60,31 - Valor Recolhido: R$ 60,31 - Data do Pagamento: 25/09/2017. Referente a Movimentação: 25/09/2017 10:33:19
VINCULAÇÃO DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Por: SISTEMA PROJUDI

Data: 28/09/2017
Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO
Por: Rafael de Queiroz Possetti

Relação de arquivos da movimentação:
- Certidão

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJYDS K5BR6 UY8ML AXKM3

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 12º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010

Autos nº. 0001648-04.2017.8.16.0194

Processo: 0001648-04.2017.8.16.0194
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Duplicata
Valor da Causa: R$34.397,16

Exequente(s):
- CIRCUIBRAS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA. (CPF/CNPJ: 79.077.343/0001-04)
  Rua Ludovico Kaminski, 2351 - Cidade Industrial - CURITIBA/PR - CEP: 81.260-282

Executado(s):
- EDUARDO TADEU PIAGENTINI (CPF/CNPJ: 011.028.848-39)
  Rua Ametista, 414 - CND Arujá V - ARUJÁ/SP - CEP: 07.408-240
- RENATO MARFARAGI (CPF/CNPJ: 108.309.288-04)
  Avenida Osaka, 800 Complexo Industrial - Centro - ARUJÁ/SP - CEP: 07.400-000
- RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA., (CPF/CNPJ: 62.728.993/0003-31)
  Avenida Osaka, 800 - Centro Industria - ARUJÁ/SP - CEP: 07.411-750 - E-mail: resimapi@resimapi.com.br - Telefone: 11 4653-8111
- SINARA ZANINI PIAGENTINI (CPF/CNPJ: 193.445.878-33)
  Rua Ametista, 414 - CND Arujá V - ARUJÁ/SP - CEP: 07.408-240
- YARA SALGADO MARFARAGI (CPF/CNPJ: 101.602.288-32)
  Rua Professor Pedreira de Freitas, 69 APTO 101 - Tatuapé - SÃO PAULO/SP - CEP: 03.312-052

CERTIFICO E DOU FÉ que, tendo em vista a petição retro, faço os autos conclusos.

Curitiba, 28 de setembro de 2017.

Rafael de Queiroz Possetti
Técnico Judiciário

Data: 28/09/2017
Movimentação: JUNTADA DE GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS
Por: Amanda da Silva

Relação de arquivos da movimentação:
- Demonstrativo de recolhimento de custas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

GUIA VINCULADA AO PROJUDI

CUSTAS DO 1° GRAU

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
24ª SECRETARIA DO CÍVEL

Autor

Nome: **CIRCUIBRAS IND E COM DE CIRCUITOS IMPRESSOS PROFISSIONAIS LTDA**

CPF/CNPJ: **79.077.343/0001-04** Processo (Número Único): **0001648-04.2017.8.16.0194**

Nome Advogado: **CESAR AUGUSTO MULLER**

Dados Bancários

Banco: **Caixa Econômica Federal** Ag./Cod. Cedente: **3162/342290-9**

Nº Documento: **00000000025431038-6** Nosso Número: **14000000004804137-3**

Dt. Pgto: **25/09/2017** Valor Demonstrativo: **R$ 60,31**

Receitas

Carta precatória: Expedida, para o respectivo cumprimento. R$ 60,31

Valor Total da Guia *(306,14 VRC) R$ 60,31*

Observação

CUSTAS EXPEDIÇÃO CARTA PRECATÓRIA

Pagamentos

Dt. Pgto.	*Nº Documento*	*Nosso Número*	*Valor da Guia*	*Valor*	*Valor Juros*	*Valor Pago*
25/09/2017	**00000000025431038-6**	**14000000004804137**	R$ 60,31	R$ 60,31	R$ 0,00	**R$ 60,31**

Situação de Pagamento

Valor da Guia: R$ 60,31

Valor Recolhido: R$ 60,31

24ª SECRETARIA DO CÍVEL

2ª Via

Emitido em 26/09/2017

Valor da VRC: R$ 0,197

Data: 29/09/2017
Movimentação: CONCLUSOS PARA DESPACHO - DILIGÊNCIA
Complemento: Responsável: Marcos Vinícius da Rocha Loures Demchuk
Por: Bruno de Carvalho Ferreira

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Resimapi - Débito Atualizado até agosto de 2017
Data de atualização dos valores: agosto/2017
Indexador utilizado: INPC-IBGE
Juros moratórios legais
Acréscimo de 30,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 10,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS LEGAIS	MULTA 30,00%	TOTAL
1	2ª Parcela do Acordo	26/1/2017	1.102,25	1.116,53	0,00	72,31	334,96	1.523,80
2	3ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
3	4ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
4	5ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
5	6ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
6	7ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
7	8ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
8	9ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
9	10ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
10	11ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
11	12ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
12	13ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
13	14ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
14	15ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
15	16ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
16	17ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
17	18ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
18	19ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
19	20ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
20	21ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
21	22ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
22	23ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
23	24ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93
24	25ª Parcela do Acordo	11/2/2017	1.102,25	1.111,86	0,00	62,51	333,56	1.507,93

Sub-Total		**R$ 36.206,14**
Honorários advocatícios (10,00%)	(+)	R$ 3.620,61
Sub-Total		**R$ 3.620,61**
custa judicial - 3/3/2017 - CUSTAS INICIAIS - R$ 1.142,60	(+)	R$ 1.149,80
Sub-Total		**R$ 1.149,80**
despesa processual - 28/2/2017 - FUNJUS E CUSTAS DISTRIBUIÇÃO - R$ 141,87	(+)	R$ 143,11
despesa processual - 24/3/2017 - CITAÇÃO VIA POSTAL 5 - R$ 65,65	(+)	R$ 66,06
despesa processual - 28/3/2017 - DESPESA POSTAL - 1 - R$ 17,70	(+)	R$ 17,81
despesa processual - 3/4/2017 - DESPESA POSTAL - 4 - R$ 70,80	(+)	R$ 71,02
despesa processual - 29/5/2017 - Custas - despesas postais e Bacenjud - R$ 43,96	(+)	R$ 44,06
Sub-Total		**R$ 342,06**
TOTAL GERAL		**R$ 41.318,61**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C26.

85850000000-2 20000185111-2 70590308818-0 58920180104-7

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social
Circuibras Ind Com de Circuitos Imp Profissionais

07 - Data de Vencimento
04/01/2018

02 - Endereço
RUA LODOVICO LAMINSKI 3509 CURITIBA PR

08 - Valor Total
R$ 20,00

03 - CNPJ Base / CPF	04 - Telefone	05 - Quantidade de Documentos Detalhe
79.077.343	(41)3314-9010	1

06 - Observações
Proc. Origem 1002351-95.2017.8.26.0045 - Foro De Arujá

09 - Número do DARE
170590308818589

Emissão: 05/12/2017

10 - Autenticação Mecânica

Via do Banco

170590308818589-0001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda

DARE-SP

Documento Detalhe

01 - Código de Receita – Descrição
304-9 Extra-Orçamentária e Anulação de Despesa - carteira de previdência dos advogados de São Paulo

02 - Código do Serviço – Descrição
TJ - 1130401 - TAXA DE MANDATO (PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO)

19 - Qtde Serviços: 1

15 - Nome do Contribuinte
Circuibras Ind Com de Circuitos Imp Profissionais

03 - Data de Vencimento
04/01/2018

04 - Cnpj ou Cpf
79.077.343/0001-04

06 -

09 - Valor da Receita
R$ 20,00

12 - Acréscimo Financeiro
R$ 0,00

16 - Endereço
RUA LODOVICO LAMINSKI 3509 CURITIBA PR

05 -

07 - Referência

10 - Juros de Mora
R$ 0,00

13 - Honorários Advocatícios
R$ 0,00

18 - Nº do Documento Detalhe
170590308818589-0001
Emissão: 05/12/2017

17 - Observações
Proc. Origem 1002351-95.2017.8.26.0045 - Foro De Arujá

08 -

11 - Multa de Mora ou Multa Por Infração
R$ 0,00

14 - Valor Total
R$ 20,00

85850000000-2 20000185111-2 70590308818-0 58920180104-7

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social
Circuibras Ind Com de Circuitos Imp Profissionais

07 - Data de Vencimento
04/01/2018

02 - Endereço
RUA LODOVICO LAMINSKI 3509 CURITIBA PR

08 - Valor Total
R$ 20,00

03 - CNPJ Base / CPF	04 - Telefone	05 - Quantidade de Documentos Detalhe
79.077.343	(41)3314-9010	1

06 - Observações
Proc. Origem 1002351-95.2017.8.26.0045 - Foro De Arujá

09 - Número do DARE
170590308818589

Emissão: 05/12/2017

10 - Autenticação Mecânica

Via do Contribuinte

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C28.

Comprovante de pagamento com código de barras

Operação realizada com sucesso conforme as informações fornecidas pelo cliente.	
Código de barras:	858500000002 200001851112 705903088180 589201801047
Conta de débito:	0375 / 003 / 00005197-1
Convênio:	DARE/SP
Valor:	20,00
Data de vencimento:	05/12/2017
Identificação da operação:	TX MAND RJ RESIMAPI
Data de débito:	05/12/2017
Data/hora da operação:	05/12/2017 10:05:58
Código da operação:	00077228
Chave de Segurança:	9XFG33AWF9MET2CM

* Você poderá consultar futuramente essa e outras transações no menu de consultas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CESAR AUGUSTO MULLER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/12/2017 às 10:23 , sob o número WAUJ17700230250
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2517C28.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARUJÁ
FORO DE ARUJÁ
1ª VARA
Avenida Albino Rodrigues Neves, 394, Center Ville - CEP 07400-000,
Fone: 011 4655-4211, Aruja-SP - E-mail: aruja@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**1002351-95.2017.8.26.0045**
Classe – Assunto:	**Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
Requerente:	**Resimapi Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.**
Tipo Completo da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>:	**Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Aruja, 06 de dezembro de 2017.
Eu, ___, Katia Cristina Cordeiro Barreto, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por KATIA CRISTINA CORDEIRO BARRETO, liberado nos autos em 06/12/2017 às 16:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 25270C7.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARUJÁ
FORO DE ARUJÁ
1ª VARA
Avenida Albino Rodrigues Neves, 394, Center Ville - CEP 07400-000,
Fone: 011 4655-4211, Aruja-SP - E-mail: aruja@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**1002351-95.2017.8.26.0045**
Classe – Assunto:	**Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
Requerente:	**Resimapi Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. e outro**
Tipo Completo da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>:	**Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>**

CERTIFICA-SE que em 06/12/2017 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Aruja, (SP), 06 de dezembro de 2017

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 06/12/2017 às 16:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 25270E7.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **1002351-95.2017.8.26.0045**
Foro: **Foro de Arujá**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **06/12/2017 16:38**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

São Paulo, 6 de Dezembro de 2017

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DEBORA BEZERRA DE MENEZES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 06/12/2017 às 17:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 25289C7.

Banrisul

ASSESSORIA JURÍDICA – SP

Rua Nossa Senhora da Lapa, nº 429, CEP 05072-000, Lapa, São Paulo – SP. Fone: (11) 2142-1521
e-mail: juridico_sp@banrisul.com.br

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA FORO DE ARUJÁ – SP.

Processo: **1002351-95.2017.8.26.0045**
Recuperandas: **RESIMAPI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.**
Credor: **Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. - BANRISUL**

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S. A. – BANRISUL, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ nº. 92.702.067/0001-96, com sede na Rua Capitão Montanha, nº 177, 4º Andar, Centro Histórico, CEP. 90.010-040, Porto Alegre – RS, com sítio na internet sob o domínio www.banrisul.com.br, por seu advogado infra-assinado, conforme instrumento de mandato anexo, com endereço profissional na Rua Nossa Senhora da Lapa, nº. 429, Lapa, CEP. 05072-000, São Paulo – SP, local que indica para receber as intimações e notificações, cujo endereço de correio eletrônico é juridico_sp@banrisul.com.br, conforme determina o artigo 77, V, do Código de Processo Civil, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., requer sua inclusão no sistema para acompanhamento das Intimações e demais Publicações eletrônicas.

Requer ainda, a inclusão no referido sistema, **além do signatário**, dos advogados abaixo listados:

ROMINA VIZENTIN DOMINGUES
OAB/**SP** 133.338
CPF. 499.017.880-72

EDUARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA
OAB/**RS** 54.379
CPF. 931.426.680-04

Termos em que
Pede Deferimento.

São Paulo, 06 de dezembro de 2017

p.p.

Nilton Vanius Alvarenga dos Santos
OAB/SP 401.068-A

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NILTON VANIUS ALVARENGA DOS SANTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/12/2017 às 17:35 , sob o número WAUJ17700232202
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 252B900.

TRASLADO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PORTO ALEGRE
5º TABELIONATO

NÚMERO GERAL: 075159 NÚMERO DE ORDEM: 048
Ficha nº P119033 - **PROCURAÇÃO** que faz: **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A** como adiante se declara: **Saibam** quantos este público instrumento de Procuração virem que, no ano de dois mil e dezesseis (2.016), aos dezenove (19) dias do mês de fevereiro, nesta cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, eu, Katiuscia Amélia Fonseca de Lima, Substituta do Tabelião, do 5º Tabelionato de Notas desta Capital, por intermédio do funcionário Marcelo Gonçalves Alves, compareci na Rua Caldas Júnior nº 108, 4º andar, bairro Centro Histórico, nesta Capital, a pedido do outorgante, **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 92.702.067/0001-96, com Matriz na Rua Capitão Montanha nº 177, 5º andar, bairro Centro Histórico, nesta Capital, neste ato representado por seu presidente **LUIZ GONZAGA VERAS MOTA**, brasileiro, economista, portador da carteira de identidade RG nº 3010736019, expedida pela SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 287.319.640-87, casado, residente e domiciliado na Rua Teixeira de Freitas, nº 90, bairro Santo Antônio, nesta Capital; o comparecente pessoa juridicamente capaz para o ato, identificado documentalmente e reconhecido como o próprio por mim Substituta do Tabelião, do que de tudo dou fé. E, perante mim Substituta do Tabelião, pelo outorgante me foi dito que nomeava e constituía seus bastante procuradores, **EDUARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 54.379 e no CPF/MF sob nº 931.426.680-04, solteiro, maior, com endereço profissional na Rua Nossa Senhora da Lapa, nº 429, bairro Lapa, na cidade de São Paulo/SP; **MARCIA DE SOUZA ALVES PIMENTA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob nº 52.126 e no CPF/MF sob nº 550.845.677-53, casada, com endereço profissional na Avenida Presidente Vargas, nº 463, 2º andar, na cidade de Rio de Janeiro/RJ; **MARIBEL BERNARDES EICHLER**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/RS sob nº 40.940, OAB/SC sob nº 42.967-A, OAB/PR sob nº 78.079-A e no CPF/MF sob nº 407.671.750-34, divorciada, com endereço profissional na Avenida Madre Benvenuta, nº 112, bairro Trindade, na cidade de Florianópolis/SC; **MAURO XAVIER MILAN**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 29.602, na OAB/SC sob o nº 33.020-A, OAB/PR sob o nº 64.483-A e no CPF/MF sob nº 348.831.180-53, casado, com endereço profissional na Avenida Madre Benventura, 112, bairro Trindade, na cidade de Florianópolis/SC; **NILTON VANIUS ALVARENGA DOS SANTOS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob o nº 83.481, na OAB/RJ sob o nº 197.825-A, inscrito no CPF/MF sob nº 975.848.600-44, casado, com endereço profissional na Rua Nossa Senhora da Lapa, nº 429, bairro Lapa, na cidade de São Paulo/SP; e, **ROMINA VIZENTIN DOMINGUES**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 133.338 e na OAB/DF sob o nº 38.558 e no CPF/MF sob nº 499.017.880-72, casada, com endereço profissional na Rua Nossa Senhora da Lapa, nº 429, bairro Lapa, na cidade de São Paulo/SP; a quem concede poderes para representar o outorgante em qualquer parte do território nacional, **podendo os outorgados agirem em conjunto ou isoladamente, independente da ordem de nomeação**, em juízo ou fora dele, perante qualquer Juízo ou Tribunal, nas ações em que ele for autor, réu, oponente, assistente ou por qualquer forma interessado, sejam elas de natureza cível,

KATIUSCIA AMELIA FONSECA DE LIMA
SUBSTITUTA DO TABELIÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NILTON VANIUS ALVARENGA DOS SANTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/12/2017 às 17:35 , sob o número WAUJ17700232202
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 252B902.

comercial, penal, trabalhista ou de outra espécie, bem como quaisquer processos administrativos, podendo ditos procuradores usarem dos poderes das cláusulas *"ad judicia"* e *"extra"*, e os especiais de: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre o que se funda a ação, firmar compromissos, impugnar avaliações, promover notificações, arrematações e adjudicações, oferecer lances e participar dos atos necessários à sua efetivação, com poderes também para representar o outorgante perante quaisquer Ministérios ou Secretárias de Estado, Autarquias, Entidades Paraestatais e Repartições ou Dependências Federais, Estaduais ou Municipais, bem como representar o outorgante perante Assembléias de Credores e Assembléias de Quotistas ou Acionistas de sociedades de que o outorgante faça parte, deliberar sobre as matérias constantes das respectivas ordens do dia, votar, ser votado, assinar atas, enfim, tudo praticar para o cabal desempenho deste mandato, inclusive substabelecer, com reserva de iguais poderes. Este instrumento por sua natureza é passado por prazo indeterminado, sendo válido, portanto até a sua expressa revogação. (Lavrado conforme minuta apresentada). Finalmente, o contratante declarou que foi devidamente alertado, por mim Substituta do Tabelião sobre as consequências da responsabilidade civil e penal da outorga deste ato notarial, pela capacidade civil para o ato, ou seja, de que está em seu perfeito juízo e livre de qualquer induzimento ou coação para a lavratura deste ato notarial, por todos os documentos de identificação apresentados, por todas certidões e todas as declarações prestadas, reconhecendo-se eles contratantes, mútua e reciprocamente como os próprios, pela identificação por exame dos documentos, por eles contratantes apresentados para lavratura deste ato notarial. **Assim** o disse do que dou fé, e me pediu lhe lavrasse este instrumento que lhe fiz, leu e por achar em tudo conforme, aceitou, ratifica e assina. Eu, Katiuscia Amélia Fonseca de Lima, Substituta do Tabelião, a datilografei. Eu, KATIUSCIA AMÉLIA FONSECA DE LIMA, Substituta do Tabelião, conferi e assino. **CERTIFICO** que o ato está assinado pelas partes e pelo servidor na forma acima mencionada. **NADA MAIS CONSTAVA.** Trasladada nesta data.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2016

Katiuscia Amélia Fonseca de Lima

Substituta do Tabelião

KATIUSCIA AMÉLIA FONSECA DE LIMA
SUBSTITUTA DO TABELIÃO

Emolumentos:
Procuração Outorgante Pessoas Jurídicas = R$ 61,60
Processamento Eletrônico de Dados R$ 4,10
Total Emol. R$ 65,70
Selo Digital de Fiscalização Notarial e Registral (SDFNR) Lei nº 12.692/06.
0458.01.1500009.57255 R$ 0,40; 0458.04.1500004.07249 R$ 0,90
Total Selos R$ 1,30

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NILTON VANIUS ALVARENGA DOS SANTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/12/2017 às 17:35 , sob o número WAUJ17700232202
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 252B902.

170590307910697-0001	Governo do Estado de São Paulo Secretaria da Fazenda	DARE-SP Documento Detalhe	01 - Código de Receita – Descrição 304-9 — Extra-Orçamentária e Anulação de Despesa - carteira de previdência dos advogados de São Paulo		02 - Código do Serviço – Descrição TJ - 1130401 - TAXA DE MANDATO (PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO)	19 - Qtde. Serviços: 1
	15 - Nome do Contribuinte Banco do Estado do Rio Grande do Sul Sa		03 - Data de Vencimento 30/12/2017 04 - Cnpj ou Cpf 92.702.067/0001-96	06 -	09 - Valor da Receita R$ 21,52	12 - Acréscimo Financeiro R$ 0,00
	16 - Endereço RUA NOSSA SENHORA DA LAPA, 429 Sao Paulo SP		05 -	07 - Referência	10 - Juros de Mora R$ 0,00	13 - Honorários Advocatícios R$ 0,00
18 - Nº do Documento Detalhe 170590307910697-0001 Emissão: 30/11/2017	17 - Observações Proc. Origem 1002351-95.2017.8.26.0045 - Foro De Arujá			08 -	11 - Multa de Mora ou Multa Por Infração R$ 0,00	14 - Valor Total **R$ 21,52**

85890000000-0 21520185111-4 70590307910-6 69720171230-0

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social Banco do Estado do Rio Grande do Sul Sa			07 - Data de Vencimento 30/12/2017
02 - Endereço RUA NOSSA SENHORA DA LAPA, 429 Sao Paulo SP			08 - Valor Total R$ 21,52
03 - CNPJ Base / CPF 92.702.067	04 - Telefone (11)2142-1553	05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	09 - Número do DARE **170590307910697**
06 - Observações Proc. Origem 1002351-95.2017.8.26.0045 - Foro De Arujá			Emissão: 30/11/2017

10 - Autenticação Mecânica

Via do Contribuinte

* Banco Postal

*** Recebimento de Tributos ***

Agência : 72300027-AC HADDOCK LOBO
Terminal: 99343344 Id.Trx.: 11995
Nro Aut : 151352 Caixa : 89301765
Data : 01/12/2017 Hora : 15:19
(Horário de Brasília)

BANCO DO BRASIL

0681602372 0008

SAC BB 0800 729 0722

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

CONVENIO: SEFAZ/SP-AMBIENTEPAG

85890000000 21520185111 70590307910 69720171230

NR. DOCUMENTO	23.723.344
NR. CONVENIO	107.725-2
DATA DO PAGAMENTO	01/12/2017
VALOR DO PAGAMENTO	21,52

NR.AUTENTICACAO 5.793.2C5.B71.B2D.2D6

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NILTON VANIUS ALVARENGA DOS SANTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/12/2017 às 17:35 , sob o número WAUJ17700232202
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 252B904.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

M.Ma. Juíza,

Fls.1003/1004: ciente.

Arujá, data do protocolo.

Débora Bezerra de Menezes

Promotora de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DEBORA BEZERRA DE MENEZES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/12/2017 às 15:40 , sob o número WAUJ17700232903
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 25391E0.

MDM ADVOGADOS

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da **1ª** Vara da Comarca de **ARUJÁ**

Autos do processo n° **1002351-95.2017.8.26.0045**
Recuperação Judicial – Regularização da Representação Processual

PRODUQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, sociedade anônima de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n° 60.398.138/0001-12, com escritório na Avenida Paulista, n° 1.754, 3° andar, Cerqueira César, no Município e Estado de São Paulo, CEP 01310-920, via de seus advogados que esta subscrevem, respeitosamente, vem ante Vossa Excelência, nos autos da Recuperação Judicial requerida por **RESIMAPI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA**, considerando-se que a peticionária é credora quirografária da recuperanda, conforme se infere do quadro geral de credores, serve a presente para requerer, **por primeiro**, a juntada aos autos (**a**) do incluso instrumento particular de procuração, bem como (**b**) do estatuto social e (**c**) da respectiva taxa de mandato.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por EDUARDO SILVA GATTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/12/2017 às 16:26 , sob o número WAUJ17700233098
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 253A9C3.

Por segundo, a fim de evitar discussões estéreis, esclarece a peticionária que a presente manifestação não implica na aceitação dos valores e/ou da classificação dos seus créditos, reservando-se o direito de oportunamente apresentar sua habilitação, divergência ou impugnação, conforme a situação exigir.

Ainda, **por terceiro**, independentemente dos demais colegas que figuram na inclusa outorga, na forma do § 2° do artigo 272 c.c. artigo 273 do CPC, requer-se que se faça constar nas intimações de todos os atos processuais os **dois** advogados que esta subscrevem de acordo com Normas de Serviço dos Ofícios de Justiça – Tomo I[1].

Pede deferimento
Arujá, 07 de dezembro de 2017.

Eduardo Silva Gatti
oab/sp 234.531

Pablo Dotto
oab/sp 147.434

[1] Art. 135. Nas intimações pela imprensa:
I - quando qualquer das partes estiver representada nos autos por mais de 1 (um) advogado, o ofício de justiça fará constar o nome de qualquer subscritor da petição inicial, da contestação ou da primeira intervenção nos autos, com o número da respectiva inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, **a não ser que a parte indique outro ou, no máximo, 2 (dois) nomes**, ou indique o nome da sociedade de advogados a que seu advogado pertença.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por EDUARDO SILVA GATTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/12/2017 às 16:26 , sob o número WAUJ17700233098
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 253A9C3.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **PRODUQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A**, sociedade anônima de direito privado, com sede na Avenida Paulista, nº 1754, 3º andar, Cerqueira César, no Município e Estado de São Paulo, CEP 01310-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.398.138/0001-12.

OUTORGADO (s): **AURELIANO MONTEIRO NETO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 31.142, **OLGA GITTI LOUREIRO**, inscrita na OAB/SP sob o nº 109.539, **PABLO DOTTO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 147.434, **CARLOS AUGUSTO MARCONDES DE OLIVEIRA MONTEIRO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 183.536, **EDUARDO SILVA GATTI**, inscrito na OAB/SP sob o nº 234.531, **MATHEUS DANIEL XAVIER**, inscrito na OAB/SP sob o nº 363.013, **GABRIELA MAIMERI MIELE**, inscrita na OAB/SP sob o nº 380.284, **JAIRO ENRICO KATSUDA DE LUCA**, inscrito na OAB/SP sob o nº 380.300, e **BRUNA ALVES**, inscrita na OAB/SP sob o nº 381.481 e, conjuntamente com esses, aos estagiários e acadêmicos de direito, **KAROLINA RIBEIRO GUIRELLI**, inscrita na OAB/SP sob o nº 215.730-E e **BIANCA PEROZIN YANEZ**, portadora da cédula de identidade RG nº 39.047.988-3, todos com escritório na Avenida José Caballero, nº 245, 1º andar, conjunto 12, Centro, Município de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09040-210 e e Rua Padre João Manuel, 755, cj 152, Município e Estado de São Paulo, CEP 01411-001.

PODERES CONFERIDOS: Amplos para o foro em geral, com a cláusula *ad-judicia* e extrajudicial, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-los nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente podendo substabelecer poderes aqui conferidos em todo ou em parte com ou sem reservas.

PODERES ESPECIAIS: (RENÚNCIA)

01 – Em caso de renúncia ou substabelecimento sem reserva dos poderes expressos nesta procuração e para este exclusivo fim, fica eleito desde já, os advogados PABLO DOTTO e EDUARDO SILVA GATTI, que assinando conjuntamente, representarão todos os que figurem nesta ou que venham a ter poderes conferidos por substabelecimento com reserva de iguais, podendo praticas todos os atos necessários à renúncia.

02 - Os outorgados nomeados no presente instrumento ou por substabelecimento com reserva de iguais poderes e que pertençam a este escritório, poderão agir somente enquanto integrarem o escritório MONTEIRO, DOTTO, MONTEIRO E ADVOGADOS ASSOCIADOS, considerando-se automaticamente revogados, independentemente de qualquer notificação, os poderes daqueles que por qualquer motivo, deixarem de integrar a mencionada sociedade de advogados.

FINALIDADE: Defesa dos interesses da outorgante na Recuperação Judicial requerida por **RESIMAPI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.**

São Paulo/SP, 17 de novembro de 2017.

GUSTAVO REIS VASQUES
Diretor Presidente

ADILSON INÁCIO DA SILVA
Diretor Financeiro

PRODUQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por EDUARDO SILVA GATTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/12/2017 às 16:26 , sob o número WAUJ17700233098
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 253A9D2.

JUCESP

31 01

JUCESP PROTOCOLO
0.075.691/17-6

PRODUQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CNPJ nº 60.398.138/0001-12
NIRE nº 35.300.344.677

Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 13 de janeiro de 2017

1. **Data, horário e local**: Aos 13 (treze) dias do mês de janeiro de 2016, às 12:00 horas, na sede social da Produquímica Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.754, 3º andar, Cerqueira César, CEP 01310-920.

2. **Presença**: Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia.

3. **Convocação**: Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, parágrafo quarto da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

4. **Mesa**: Presidente: Adilson Inácio da Silva; Secretária: Victória Regina Gonçalves Martins.

5. **Ordem do dia**: Deliberar acerca: (i) alterar o endereço da filial 9 localizada em Uberlândia; (ii) correção do texto da alínea "b" do parágrafo 3º, do artigo 22 do estatuto social da Companhia; (iii) reforma e consolidação do Estatuto Social.

6. **Deliberações:** A única acionista da Companhia, sem qualquer restrição:

6.1. Aprovou a alteração do endereço da filial 9 da Companhia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.398.138/0015-18 e com NIRE nº 31.902.367.680, localizada em Uberlândia que passará a ser: Rua Victor Rodrigues de Rezende, nº 500, CEP 38402-334, Distrito Industrial, na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

6.1.1. Em virtude da deliberação anterior, o parágrafo único do Artigo 2º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação:

Colégio Notarial do Brasil
115303
AUTENTICAÇÃO
1028AQ0387636

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTR 0344677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fcIM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

Artigo 2° - [...]
Parágrafo Único - A Companhia possui as seguintes filiais:

Filial 1: Avenida Jorge Bey Maluf, nº 2.985, Distrito Industrial do Alto Tietê, na Cidade de Suzano, Estado de São Paulo;

Filial 2: Rodovia Índio Tibiriçá, nº 500, Palmeiras, na Cidade de Suzano, no Estado de São Paulo;

Filial 3: Avenida Dr. Alberto Soares Sampaio, nº 2.544, bairro de Capuava, na Cidade de Mauá, Estado de São Paulo;

Filial 4: Rodovia Dom Pedro I, Km 4,7, Prédio "B", na Cidade de Jacareí, Estado de São Paulo;

Filial 5: Estrada Piaçaguera, s/n, Km 04, bairro Perequê, na Cidade de Cubatão, Estado de São Paulo;

Filial 6: Rodovia PE 41, km 06, "A", bairro Araripe, na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco;

Filial 7: Rodovia Dom Pedro I, Km 4,5, na Cidade de Jacareí, Estado de São Paulo;

Filial 8: Rodovia BR 101, km 75, nº 39, bairro Pau Ferro, na Cidade de Maruim, Estado de Sergipe;

Filial 9: Rua Victor Rodrigues de Rezende, nº 500, CEP 38402-334, Distrito Industrial, na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais; e

Filial 10: Sítio Bosqueiro, Km 125 - 600 metros da Rod. Piracicaba - Iracemápolis, na Cidade de Iracemápolis, no Estado de São Paulo.

6.2. Ato contínuo, a acionista aprovou a correção e alteração do texto da alínea "b" do parágrafo 3º, do artigo 22 do estatuto social da Companhia, que passará a contar com a seguinte redação:

Artigo 22 – [...].

Parágrafo 1º [...].
Parágrafo 2° - [...].
Parágrafo 3° - [...].
(a) [...];

TEXT_SP - 12471147v4 11531.7

2

Colégio Notarial do Brasil
15303
AUTENTICAÇÃO
1028AQ0387628

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO [illegible] i5300344677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fclM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

(b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 23 deste Estatuto e a legislação aplicável;

(c) [...]

6.3. Em virtude das deliberações acima, a acionista decidiu aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social, que passa a vigorar na forma da redação constante do Anexo I à ata desta Assembleia.

7. Encerramento e lavratura da ata: Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. **Assinaturas**: Mesa: Adilson Inácio da Silva – Presidente. Victória Regina Gonçalves Martins - Secretária. Acionista: Compass Minerals do Brasil Ltda., p. Marcelo Nastromagario.

São Paulo, 13 de janeiro de 2017.

Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Produquímica Indústria e Comércio S.A., realizada em 13 de janeiro de 2017, lavrada em livro próprio.

Mesa:

Adilson Inácio da Silva
Presidente

Victória Regina Gonçalves Martins
Secretária

JUCESP
31 JAN 2017
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
FLÁVIA R. BRITTO BARBOSA
SECRETÁRIA GERAL
53.963/17-9

TEXT_SP - 12471147v4 11531.7
30 MAR. 2017

Colégio Notarial do Brasil
116303
AUTENTICAÇÃO

3

Junta Comercial do Estado de 1028AQ0387635
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO S/A, Nire 35300344677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fclM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

Anexo I

Estatuto Social Consolidado da

ESTATUTO SOCIAL DA PRODUQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
NIRE 35.300.344.677
CNPJ/MF Nº 60.398.138/0001-12

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A Produquímica Indústria e Comércio S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.754, 3° andar, Cerqueira César, CEP 01310-920, podendo instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios, sucursais, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - A Companhia possui as seguintes filiais:

Filial 1: Avenida Jorge Bey Maluf, nº 2.985, Distrito Industrial do Alto Tietê, na Cidade de Suzano, Estado de São Paulo;

Filial 2: Rodovia Índio Tibiriçá, nº 500, Palmeiras, na Cidade de Suzano, no Estado de São Paulo;

Filial 3: Avenida Dr. Alberto Soares Sampaio, n° 2.544, bairro de Capuava, na Cidade de Mauá, Estado de São Paulo;

Filial 4: Rodovia Dom Pedro I, Km 4,7, Prédio "B", na Cidade de Jacareí, Estado de São Paulo;

Colégio Notarial do Brasil 115303 AUTENTICAÇÃO 1028AQ0387627

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUST[illegible]CIO S/A, Nire 35300344677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fclM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

Filial 5: Estrada Piaçaguera, s/n, Km 04, bairro Perequê, na Cidade de Cubatão, Estado de São Paulo;

Filial 6: Rodovia PE 41, km 06, "A", bairro Araripe, na Cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco;

Filial 7: Rodovia Dom Pedro I, Km 4,5, na Cidade de Jacareí, Estado de São Paulo;

Filial 8: Rodovia BR 101, km 75, nº 39, bairro Pau Ferro, na Cidade de Maruim, Estado de Sergipe;

Filial 9: Rua Victor Rodrigues de Rezende, nº 500, CEP 38402-334, Distrito Industrial, na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais; e

Filial 10: Sítio Bosqueiro, Km 125 - 600 metros da Rod. Piracicaba - Iracemápolis, na Cidade de Iracemápolis, no Estado de São Paulo.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social (a) a indústria, comércio, depósito, importação e exportação de produtos químicos, metálicos e farmacêuticos para fins industriais, agropecuários, produtos para alimentação animal e de uso veterinário; (b) a indústria e comércio de minérios em geral, em todo o território nacional e no exterior, compreendendo a pesquisa, exploração, lavra, beneficiamento, industrialização, transporte, exportação, importação, depósito e comércio de bens e produtos minerais; (c) a produção, distribuição, importação, exportação, e o comércio em geral de soda cáustica, cloro liquefeito, demais produtos químicos e de respectivas matérias primas e produtos derivados, afins ou correlatos; (d) a prestação de serviços especializados e a intermediação de negócios relacionados com o seu objeto social; (e) representações nacionais e estrangeiras, distribuição de quaisquer produtos, associações com terceiros, edição de publicações relacionadas às atividades da empresa; (f) o cultivo, a colheita, o comércio, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados ou industrializados, produtos de qualquer natureza; e (g) a participação em outras sociedades no Brasil e/ou no exterior, como acionista, sócia ou quotista.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIAL ... 344677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26596BA49BBC2611B84... retária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fcIM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Colégio Notarial do Brasil 115303 AUTENTICAÇÃO 1028AQ0387634

JUCESP
31 01 17

Artigo 4º - A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R$328.778.474,33 (trezentos e vinte e oito milhões, setecentos e setenta e oito mil quatrocentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos), dividido em 56.108.710 (cinquenta e seis milhões, cento e oito mil, setecentas e dez) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Artigo 6º - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral, as quais serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA

SEÇÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 7º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada, nos termos da legislação aplicável ou deste Estatuto.

Artigo 8º - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer acionista ou Administrador da Companhia escolhido pela maioria do capital social presente, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário, que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 9º - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como indicar seu Presidente;

Colégio Notarial do Brasil
115303
AUTENTICAÇÃO
1028AQ0387626

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIAL S/A, CNPJ J0344677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fclM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

II. fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

III. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

IV. reformar o Estatuto Social, incluindo, mas sem limitação, a alteração do objeto social da Companhia;

V. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;

VI. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos, inclusive sobre a distribuição de dividendos em valor superior ou inferior ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Artigo 24 abaixo;

VII. eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

VIII. deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia;

IX. deliberar sobre qualquer alteração aos direitos conferidos às ações de emissão da Companhia;

X. deliberar sobre qualquer requerimento de falência, ou recuperação judicial ou extrajudicial (ou procedimento similar) da Companhia e/ou outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia;

XI. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único – As matérias de competência da Assembleia Geral serão aprovadas de acordo com os quóruns previstos na Lei nº. 6.404/76.

TEXT_SP - 12471147v4 11531.7

7

Colégio Notarial do Brasil 115303 AUTENTICAÇÃO 1028AQ0387633

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIA E C[illegible]7 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fclM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

SEÇÃO II
DA ADMINISTRAÇÃO

Subseção I
Disposições Gerais

Artigo 10 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Parágrafo 1° - A investidura dos administradores da Companhia nos seus cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2° - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Artigo 11 - A Assembleia fixará um limite de remuneração global anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração individual dos administradores, observado o disposto neste Estatuto.

Artigo 12 - Observada a convocação regular na forma deste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

Subseção II
Conselho de Administração

Artigo 13 – O Conselho de Administração será composto de 3 (três) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1° – Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até

Colégio Notarial do Brasil 116303 AUTENTICAÇÃO 1028AQ0387611

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTR[illegible]0344677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fclM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Parágrafo 2º – O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento.

Parágrafo 3º – O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia.

Artigo 14 - O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração e, em caso de ausência ou impedimento temporário, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser presididas por qualquer membro efetivo do Conselho de Administração escolhido pela maioria dos membros presentes

Artigo 15 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer membro do Conselho de Administração, observadas as regras de convocação estabelecidas na Lei e neste Estatuto Social. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e serem acompanhadas de documentação relativa à ordem do dia.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIA ... 4677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. M... Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.862-1 e o código de segurança fcIM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

Parágrafo 2° - Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro do Conselho e assinadas pelos conselheiros presentes ou, em caso de presença remota, por declaração feita pelo Presidente que será firmada na ata da reunião.

Parágrafo 3° - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Parágrafo 4° - As deliberações do Conselho de Administração serão sempre tomadas pelo voto favorável da maioria dos membros presentes à reunião.

Artigo 16 - Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei, no presente Estatuto:

I. exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;

II. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

III. deliberar sobre a atuação, pela Companhia e/ou por outras sociedades que sejam controladas ou em que a Companhia detenha participação, direta ou indireta, em atividades de produção, depósito, transporte, venda, distribuição, importação, exportação ou comercialização de substâncias significativamente poluentes ou contaminantes, condensadores com policlorobifenilos, amianto ou materiais contendo amianto, ou tóxicos, ou radioativos, ou substâncias, materiais ou resíduos infecciosos, exceto substâncias ou materiais atualmente utilizados pela Companhia;

IV. eleger e destituir os Diretores da Companhia;

V. atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social;

Colégio Notarial do Brasil 115303 AUTENTICAÇÃO 1028AQ0387625

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIA E CO e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fcIM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

VI. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei nº 6.404/76;

VII. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

VIII. apreciar os resultados das operações da Companhia;

IX. escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, e convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários;

X. manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;

XI. aprovar os orçamentos anuais da Companhia e suas respectivas alterações;

XII. deliberar sobre a concessão de garantias, pela Companhia, a obrigações de terceiros;

XIII. deliberar sobre transações da Companhia com partes relacionadas;

XIV. deliberar sobre a concessão de empréstimos pela Companhia;

XV. deliberar sobre a recompra de ações pela Companhia;

XVI. deliberar sobre a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer empregado, colaborador ou prestador de serviço da Companhia que estabeleça benefícios econômicos à respectiva contraparte;

XVII. deliberar sobre a realização de qualquer ação que alteraria substancialmente os termos de crédito ou a política de cobrança da Companhia ou de outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia;

XVIII. aprovar a contratação, renovação ou rescisão de seguro de responsabilidade civil de Administradores (seguro D&O);

Colégio Notarial do Brasil
115303
AUTENTICAÇÃO
1028AQ038763 2

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIAL [illegible] 0344677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B8[illegible] ecretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127[illegible] e o código de segurança fclM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

XIX. deliberar sobre a (a) criação de subsidiárias e/ou investimento e/ou aquisição de participação em qualquer sociedade e/ou ente despersonalizado e/ou consórcio e/ou *joint venture*; (b) alienação de participações societárias ou bens do ativo permanente da Companhia ou de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, em operações envolvendo montante superior a R$300.000,00 (trezentos mil reais), isoladamente ou em uma série de operações relacionadas no mesmo exercício fiscal;

XX. deliberar sobre a celebração de acordos ou contratos envolvendo montante superior a R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), isoladamente ou em uma série de operações relacionadas no mesmo exercício fiscal;

XXI. deliberar sobre a celebração de contratos derivativos ou despesas de capital que não sejam contabilizadas nos termos das normas contábeis aplicáveis;

XXII. deliberar sobre a realização de atos que ocasionem um aumento no endividamento financeiro líquido da Companhia em montante superior a 10% (dez por cento) do nível de endividamento financeiro líquido previsto no orçamento da Companhia;

XXIII. deliberar sobre a contração de dívidas financeiras ;

XXIV. deliberar sobre a distribuição de dividendos por sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, que não sejam realizadas proporcionalmente às participações societárias detidas na respectiva sociedade;

XXV. deliberar sobre a contratação de qualquer dívida financeira que ocasione uma exposição da Companhia ou de qualquer sociedade que seja controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, a qualquer moeda que não seja o Real, desde que não haja a celebração de contratos derivativos para a vinculação da respectiva dívida ao Real (*hedge*); e

XXVI. manifestar previamente qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral.

Colégio Notarial do Brasil
115303
AUTENTICAÇÃO
1028AQ0387603

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIA E CO e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fcIM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

XXVII. deliberar sobre a emissão ou contratação de instrumentos financeiros que sejam conversíveis em ações da Companhia e/ou de outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia;

XXVIII. deliberar sobre quaisquer investimentos não previstos no orçamento anual da Companhia a serem realizados pela Companhia ou suas controladas e/ou por outras sociedades em que Companhia possua investimento, direta ou indiretamente;

XXIX. deliberar sobre a tomada de decisão ou voto as proferido pela Companhia nas sociedades por ela investidas ou controladas.

XXX. estabelecer politicas para obter incentivos fiscais.

Parágrafo Único – As matérias de competência do Conselho de Administração, bem como os seus respectivos quóruns de aprovação, deverão respeitar o estabelecido na lei e neste Estatuto.

Subseção III
Da Diretoria

Artigo 17 - A Diretoria será composta de 2 (dois) a 5 (cinco) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e os demais, se eleitos, designados simplesmente Diretores.

Parágrafo 1º - Os Diretores serão eleitos para mandato de até 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

Parágrafo 3º - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo de algum Diretor, o Conselho de Administração deverá ser imediatamente convocado para eleição de substituto.

Colégio Notarial do Brasil
115303
AUTENTICAÇÃO
1028AQ0387610

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIA [illegible] 4677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fcIM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

Parágrafo 4° - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor por período contínuo superior a trinta dias, exceto se autorizada pelo Conselho de Administração, determinará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no parágrafo 3° deste artigo.

Parágrafo 5° - Um Diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro Diretor.

Parágrafo 6° - A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Financeiro ou por quaisquer dois membros em conjunto, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões da Diretoria, que se realizarão na sede social, serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, dentre eles necessariamente o Diretor Financeiro, sendo as respectivas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes.

Artigo 18 - Compete aos Diretores administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

III. submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual da Companhia;

IV. emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e

V. representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 21.

Artigo 19 - Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das

Colégio Notarial do Brasil 115303 AUTENTICAÇÃO 1028AQ0387617

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIA E [illegible] 1677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fcIM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I. presidir as reuniões da Diretoria;

II. superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;

III. coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia; e

IV. administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Artigo 20 - Compete ao Diretor Financeiro, além das funções, atribuições e poderes a ele concedidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I. convocar as Reuniões da Diretoria;

II. anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia;

III. propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;

IV. administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e

V. dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária.

Artigo 21 - A Companhia será representada da seguinte forma:

(a) por dois diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente o Diretor Financeiro;

Colégio Notarial do Brasil
115303
AUTENTICAÇÃO
1028AQ0387624

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIA 44677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fcIM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

(b) por um único procurador, desde que tal procurador tenha sido nomeado por dois diretores em conjunto, nos termos parágrafo primeiro deste Artigo; e

(c) por um único Diretor, independente de ser Diretor financeiro ou não, **exclusivamente** para representar a sociedade na prática dos atos abaixo elencados:

(i) **ADUANEIRA:** representar a Companhia perante todas as Regiões Fiscais da Secretaria da Receita Federal do Brasil, repartições públicas federais, estaduais e municipais da Administração Pública direta ou indireta, para o fim especial de promover o despacho aduaneiro de mercadorias importadas ou exportadas, bem como para exercer as atividades previstas no artigo 718 do Regulamento Aduaneiro (RA), aprovado pelo Decreto nº 4.543/2002 e art. 1 e 24 do Decreto nº 646, de 09/09/92, ou ordem normativa que as substituam;

(ii) **AMBIENTAL**: representar a Companhia perante autarquias, sociedades de economia mista e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, tais como Polícia Civil e Federal, Exército Brasileiro, IBAMA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, CETESB, Prefeituras, dentre outros, com a finalidade específica de obter certidões, alvarás e licenças para a fabricação, transporte, armazenamento, comercialização dos produtos industrializados e/ou comercializados pela Companhia;

(iii) **CONTRATOS**: representar a Companhia na assinatura de contratos de qualquer natureza com pessoas físicas ou jurídicas, exceto com as instituições financeiras públicas, privadas ou mistas, na prática de qualquer ato de sua representação que envolva valores de até R$ 100.000,00 (cem mil reais), considerando uma mesma operação ou um conjunto de operações relacionadas;

(iv) **LICITAÇÕES**: representar a Companhia promovendo sua participação em licitações públicas de qualquer uma de suas modalidades;

Com o original. Dou fé.
30 MAR. 2017
Colégio Notarial do Brasil
115303
AUTENTICAÇÃO
1028AQ0387631

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUS... 100344677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fcIM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

(v) **ORGÃOS PÚBLICOS**: representar a Companhia na prática de qualquer ato de sua representação perante as repartições públicas, federais, estaduais ou municipais, em quaisquer de seus departamentos, divisões e instâncias;

(vi) **PROCESSOS**: Representar a Companhia nas ações judiciais ou administrativas em todas as suas esferas ou instâncias;

(vii) **RELAÇÕES DO TRABALHO**: representar a Companhia na prática de todos os atos necessários ao melhor desenvolvimento das atividades inerentes ao Departamento Pessoal; e

(viii) **DECLARAÇÕES EM GERAL**: representar a Companhia na elaboração de declarações em geral, salvo aquelas que criem obrigações para a Companhia ou aquelas que desonerem terceiros de obrigações com a Companhia.

Parágrafo 1º - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia pelo Diretor Financeiro em conjunto com qualquer outro Diretor, e terão prazo de validade limitado ao máximo de um ano. Apenas procurações para fins de representação judicial ou para processos administrativos serão outorgadas sem limitação do prazo de validade.

Parágrafo 2º - Os procuradores serão divididos em dois grupos, possuindo poderes conforme atribuição deste ato, sendo o primeiro grupo denominado "procurador(es) financeiro(s)" e o segundo denominado "procurador(es) inominado(s)" ou, simplesmente, "procurador(es)".

Parágrafo 3º - Os Diretores responderão perante a Companhia e terceiros, solidária e ilimitadamente, pelos atos que praticarem com violação da lei e do presente instrumento.

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 22 - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Cartório Notarial do Brasil
110303
AUTENTICAÇÃO
1028AQ0387638

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIAL 1344677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fclM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras:

(a) balanço patrimonial;
(b) demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
(c) demonstração do resultado do exercício; e
(d) demonstração das origens e aplicações de recursos.

Parágrafo 2º - Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na legislação aplicável.

Parágrafo 3º - O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
(b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 23 deste Estatuto e a legislação aplicável;
(c) constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nos termos da Lei nº 6.404/76.

Artigo 23 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

I. o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

II. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º - Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76).

Colégio Notarial do Brasil
115303
AUTENTICAÇÃO
1028AQ0387523

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIAL 344677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fcIM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

Parágrafo 2° - A Assembleia poderá atribuir aos administradores da Companhia ou de suas sociedades controladas uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório a que se refere este artigo.

Parágrafo 3° - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores *ad referendum* da Assembleia Geral; e (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 4° - Os dividendos não reclamados em três anos prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 5° - A Assembleia Geral deliberará sobre proposta do Conselho de Administração de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO V

DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS E ARBITRAGEM

Artigo 24 – Os acionistas envidarão seus melhores esforços para dirimir quaisquer controvérsias que digam respeito a este Estatuto, incluindo controvérsias relacionadas a validade, eficácia, interpretação, cumprimento, inadimplemento ou término deste Estatuto, de forma amigável, mediante negociações de boa-fé.

Parágrafo 1° - Caso os acionistas não cheguem a um acordo quanto à matéria controversa em até 30 (trinta) dias contados do recebimento de notificação extrajudicial enviada por um dos acionistas acerca da controvérsia e da necessidade de composição de interesses, a

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIA 1028AQ0387530 144677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fcIM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

controvérsia será submetida, exclusivamente e em caráter definitivo, às regras de arbitragem ("Regulamento") da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC"), que administrará e conduzirá o processo de arbitragem.

Parágrafo 2° - O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros ("Tribunal Arbitral"). Um árbitro será nomeado pela(s) parte(s) reclamante(s) e outro árbitro será nomeado pela(s) parte(s) reclamada(s), de acordo com o Regulamento. Os dois árbitros nomeados nos termos deste Parágrafo deverão conjuntamente e por mútuo acordo nomear o terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral. Na hipótese de qualquer uma das partes da arbitragem não nomear um árbitro, ou se os árbitros indicados pelos interessados não chegarem a um acordo para a designação do terceiro árbitro, este será indicado pela CCBC de acordo com o Regulamento. No caso de arbitragem com múltiplas partes, como reclamantes e/ou reclamadas, não havendo consenso sobre a forma de indicação dos árbitros pelas partes, os membros do Tribunal Arbitral deverão ser nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento.

Parágrafo 3° - A sentença arbitral será definitiva, obrigatória e vinculará os acionistas e seus respectivos sucessores e cessionários, e poderá ser executada perante qualquer tribunal com competência para tanto, ou com jurisdição sobre a parte em questão ou qualquer de seus respectivos ativos. Os acionistas expressamente renunciam a qualquer tipo de recurso contra a sentença arbitral, exceto pedidos de correção de erro substancial ou esclarecimento de dúvida, contradição, omissão ou obscuridade na sentença arbitral, nos termos do Artigo 30 da Lei n° 9.307, de 23 de setembro de 1996. Todas as decisões deverão ser aprovadas pela maioria dos votos. A arbitragem será de direito, considerando que o Tribunal Arbitral não poderá julgar com base nos princípios de equidade para a solução da controvérsia a ele submetida.

Parágrafo 4° - As audiências na arbitragem serão conduzidas no idioma português e o local da arbitragem será a Cidade de São Paulo, SP, Brasil. O Tribunal Arbitral poderá determinar que atos específicos do procedimento arbitral sejam executados em outras cidades, conforme necessário e desde que de forma devidamente motivada.

Parágrafo 5° - Os honorários dos árbitros e todos os custos incorridos com a arbitragem serão arcados, durante a arbitragem, igualmente por ambas a(s) parte(s) reclamante(s) e a(s) parte(s) reclamada(s), exceto pelos honorários advocatícios, que serão arcados por

Colégio Notarial do Brasil 115303 AUTENTICAÇÃO 1028AQ0387537

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO S/A, Nire 35300344677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fclM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

cada uma das partes individualmente. Por ocasião da sentença arbitral, o Tribunal Arbitral deverá alocar os custos e despesas, incluindo honorários de sucumbência à parte perdedora, incluindo honorários advocatícios previstos em contrato até o limite de 10% (dez por cento) do valor envolvido na controvérsia.

Parágrafo 6° - Previamente à instauração do Tribunal Arbitral, os acionistas e/ou a Companhia poderão pleitear no Poder Judiciário ou à CCBC antecipações de tutela e medidas liminares, observado o Regulamento. Após a instauração do Tribunal Arbitral, tais medidas deverão ser solicitadas necessariamente ao Tribunal Arbitral, que terá autoridade para manter ou modificar medidas previamente outorgadas pelo tribunal ou pela CCBC, conforme o caso.

Parágrafo 7° - Medidas liminares e cautelares, quando aplicável, e a execução da sentença arbitral, deverão ser pleiteadas perante os tribunais competentes para julgar controvérsias envolvendo os acionistas e/ou a Companhia e/ou seus ativos, conforme o caso, ou perante a comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. Para outras medidas judiciais, os acionistas e a Companhia elegem o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. O pleito de tais medidas judiciais não deverá ser interpretado como uma renúncia à arbitragem como único e exclusivo mecanismo de solução de controvérsias entre os acionistas e a Companhia.

Parágrafo 8° - Desde que o termo de referência previsto no Regulamento não tenha sido assinado pelas partes, o Tribunal Arbitral poderá unificar dois ou mais procedimentos arbitrais oriundos deste Estatuto, nos termos do Regulamento. Após a assinatura no termo de referência pelas partes envolvidas na disputa, o Tribunal Arbitral poderá unificar procedimentos arbitrais oriundos deste Estatuto, se: (i) os procedimentos arbitrais apresentarem significativas matérias de mérito e de direito, (ii) nenhuma das partes vier a ser prejudicada e (iii) a unificação nestas circunstâncias não resultar em um atraso no procedimento arbitral. O Tribunal Arbitral que tiver sido constituído primeiro terá jurisdição para unificar os procedimentos arbitrais e sua decisão será definitiva e vinculará as partes para todos os fins de direito.

Parágrafo 9° - Salvo por manifestação expressa e por escrito pelas partes, e exceto se diversamente exigido pela lei aplicável, as partes, seus respectivos representantes, testemunhas, peritos, assistentes técnicos e secretários da CCBC e do Tribunal Arbitral

J 0 MAR 2017

Colégio Notarial do Brasil
115303
AUTENTICAÇÃO
1028AQ0387544

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIA [illegible] S/A, Nire 33300344677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA49BBC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fclM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUCESP
31 01 17

comprometem-se, como regra geral, a manter confidenciais a existência, conteúdo, documentos e sentenças relacionadas ao procedimento arbitral, juntamente com todo e qualquer material utilizados e preparados para essa finalidade, bem como outros documentos produzidos pela outra parte durante o procedimento arbitral que não for de domínio público, exceto e no limite que a divulgação seja exigida de uma parte como consequência de seu dever legal, proteção de direito legal, execução ou questionamento de boa-fé de uma decisão judicial perante uma autoridade judicial.

CAPÍTULO VI

DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 25 - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

* * * *

Colégio Notarial do Brasil
115303
AUTENTICAÇÃO
1028AQ0387551

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6237009 em 08/03/2017 da Empresa PRODUQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO S/A, Nire 35300344677 e protocolo 171276621 - 22/02/2017. Autenticação: 9E5323367CE79698BE1C26598BA498BC2611B84. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/127.662-1 e o código de segurança fclM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

85810000000-5 21520185111-4 70590309319-2 72020180105-0

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social Produquimica Industria e Comercio S/a			07 - Data de Vencimento 05/01/2018
02 - Endereço Avenida Paulista, nº 1.754, 3º andar Sao Paulo SP			08 - Valor Total R$ 21,52
03 - CNPJ Base / CPF 60.398.138	04 - Telefone (11)4990-0021	05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	09 - Número do DARE **170590309319720**
06 - Observações Proc. Origem 1002351-95.2017.8.26.0045 - Foro De Arujá			Emissão: 06/12/2017

10 - Autenticação Mecânica | Via do Banco

170590309319720-0001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda

DARE-SP
Documento Detalhe

01 - Código de Receita – Descrição 304-9 – Extra-Orçamentária e Anulação de Despesa - carteira de previdência dos advogados de São Paulo				02 - Código do Serviço – Descrição TJ - 1130401 - TAXA DE MANDATO (PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO)	19 - Qtde Serviços: 1
15 - Nome do Contribuinte Produquimica Industria e Comercio S/a		03 - Data de Vencimento 05/01/2018 04 - Cnpj ou Cpf 60.398.138/0001-12	06 -	09 - Valor da Receita R$ 21,52	12 - Acréscimo Financeiro R$ 0,00
16 - Endereço Avenida Paulista, nº 1.754, 3º andar Sao Paulo SP		05 -	07 - Referência	10 - Juros de Mora R$ 0,00	13 - Honorários Advocatícios R$ 0,00
18 - Nº do Documento Detalhe **170590309319720-0001** Emissão: 06/12/2017	17 - Observações Proc. Origem 1002351-95.2017.8.26.0045 - Foro De Arujá		08 -	11 - Multa de Mora ou Multa Por Infração R$ 0,00	14 - Valor Total **R$ 21,52**

85810000000-5 21520185111-4 70590309319-2 72020180105-0

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social Produquimica Industria e Comercio S/a			07 - Data de Vencimento 05/01/2018
02 - Endereço Avenida Paulista, nº 1.754, 3º andar Sao Paulo SP			08 - Valor Total R$ 21,52
03 - CNPJ Base / CPF 60.398.138	04 - Telefone (11)4990-0021	05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	09 - Número do DARE **170590309319720**
06 - Observações Proc. Origem 1002351-95.2017.8.26.0045 - Foro De Arujá			Emissão: 06/12/2017

10 - Autenticação Mecânica | Via do Contribuinte

Produquímica x Resimapi

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por EDUARDO SILVA GATTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/12/2017 às 16:26 , sob o número WAUJ17700233098
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 253A9E9.

Bradesco
Net Empresa

Comprovante de Transação Bancária

IMPOSTO/TAXAS
Data da operação: 07/12/2017
Nº Controle: 477.117.547.000.282.183 | Autenticação Bancária: 087.503.192

Conta de débito:	**Agência: 413 | Conta: 160660-3 | Tipo: Conta-Corrente**
Empresa:	**MONTEIRO, DOTTO, MONTEIRO e ADVOGADOS | CNPJ: 067.178.194/0001-90**

Código de barras:	**85810000000-5 21520185111-4 70590309319-2 72020180105-0**
Empresa / Órgão:	**SP/SEFAZ-DARE**
Descrição:	**DARE**
NUMERO DARE/SP:	**170590309319720**
Data de débito:	**07/12/2017**
Data do vencimento:	**05/01/2018**
Valor principal:	**R$ 21,52**
Desconto:	**R$ 0,00**
Juros:	**R$ 0,00**
Multa:	**R$ 0,00**
Valor do pagamento:	**R$ 21,52**

A transação acima foi realizada por meio do INTERNET - PESSOA JURIDIC.
O lançamento consta no extrato de conta, junto a agência **413**, com data de pagamento em **07/12/2017**.
Comprovante de pagamento emitido de acordo com Portaria CAT - 126 de 16/09/2011 e autorizado pelo Processo SF-13836-561535/1999.

Autenticação

xHPH@*Ik szDs8B6* GNTKOIB6 3r4C@gw@ zM7AKdI3 2DeFr@4x KKJkw2pX VPPM4umO
DI@nTOtA r3UrS95? gFL@NAvW Cz7V*iPQ bYT2vODX Qmuusq7M HvUDk4Uw q3VSdObi
dG9tDXsF XujDBjLW L63WTZCf RSfxTdNN *FGcsEaJ 5SQSrwA9 00500727 00010021

SAC - Serviço de Apoio ao Cliente	Alô Bradesco 0800 704 8383	Deficiente Auditivo ou de Fala 0800 722 0099	Cancelamentos, Reclamações e Informações. Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.	Demais telefones consulte o site Fale Conosco
Ouvidoria	0800 727 9933	Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.		

1ª via

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por EDUARDO SILVA GATTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/12/2017 às 16:26 , sob o número WAUJ17700233098
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 253A9E9.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 1º VARA DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ – SP.

Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administradora Judicial nomeada nos autos desta Recuperação Judicial, vem respeitosamente perante V. Exa., requerer a concessão do prazo de 10 dias para manifestar-se nestes autos.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo para Arujá, 13 de dezembro de 2017.

MGA ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA EIRELI
Mauricio Galvão de Andrade
Responsável Técnico
CRA SP nº 135.527 CRC1SP n° 168.436/O-0

AGUINALDO PEREIRA
OAB/SP nº 374.578

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/12/2017 às 23:29 , sob o número WAUJ17700237760 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2586181.

ZIDAN sociedade de advogados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARUJÁ/SP.

Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045
Recuperação Judicial

CECIL S/A – LAMINAÇÃO DE METAIS, devidamente qualificada nos autos da Ação de Recuperação Judicial em epígrafe, requerida por **RESIMAPI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.**, por seu advogado infra-assinado, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que se segue:

Verifica-se pela relação de credores declarada pela empresa requerente, que houve informação, em favor de CECIL S/A – LAMINAÇÃO DE METAIS, do crédito quirografário no montante de **R$ 23.176,99 (vinte e três mil cento e setenta e seis reais e noventa e nove centavos)**.

Sendo assim, requer a juntada da inclusa procuração e substabelecimento, bem como seja anotado o nome do advogado RODRIGO FERREIRA ZIDAN, OAB/SP nº 155.563, na contracapa dos autos, para que receba as futuras publicações feitas no DOE, evitando-se assim a ocorrência de nulidades e cerceamento de defesa, nos termos das RSTJ 132/230, STJ-RT 779/182, RJTJESP 126/231, RTJ 112/707, RSTJ 96/335 e STJ-RT 702/207.

Nestes termos,
Pede deferimento.

São Paulo, 10 de outubro de 2017.

RODRIGO FERREIRA ZIDAN
OAB/SP nº 155.563

Alameda Ribeirão Preto, 363 . CEP: 01331 001 . Bela Vista . São Paulo . SP
Tel/Fax: 11 3284 8409 . E-mail: zidan@zidanadvogados.com.br . www.zidanadvogados.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RODRIGO FERREIRA ZIDAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/12/2017 às 09:23 , sob o número WAUJ17700237816
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 258805B.

CECIL
SOLUCAO EM LIGAS DE COBRE

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

PROCURAÇÃO
"AD JUDICIA ET EXTRA"

Outorgante: CECIL S/A Laminação de Metais, Rodovia René Benedito da Silva nº 580, Jardim Santa Rita, Itapevi (SP), CEP 06683-450, inscrita no CNPJ sob nº 61.554.028/0001-65, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos pelos representantes legais abaixo assinados.

Outorgada: Flávia Tirolo de Abreu, brasileira, advogada, com registro na OAB/SP 229.230, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.552.542-6 e no inscrita no CPF sob nº 283.311.948-88, e-mail: flavia.tirolo@cecil.com.br .

Poderes: : confere amplos e gerais poderes para que a Outorgada possa realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, para representar a Outorgante em todo o território nacional, junto a ***(1) SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, (2) JUNTAS COMERCIAIS, (3) SINDICATOS, (4) AGÊNCIAS NACIONAIS REGULADORAS, (5) VIGILÂNCIA SANITÁRIA, (6) AUTARQUIAS (7) SECRETARIAS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS, (8) CARTÓRIOS, (9) JUÍZO, INSTÂNCIA OU TRIBUNAL, (10) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E EMPREGO,*** podendo registrar constituição social da Outorgante, bem como alterações cadastrais, assinatura de transmissão de Documento Básico de Entrega da Receita Federal ("DBE") e formulários, fazer retificação de declarações e processos de ressarcimentos, podendo, ainda, dar entrada e retirar documentação própria como requerimentos, protocolos, solicitações de certidões, termos de esclarecimento e alterações, assinando e contestando documentos, prestando e requerendo informações, requerer e retirar certidões negativas, lista de restrições, apresentar documentos, solicitar baixas, resolver pendências, podendo, ainda, propor contra quem de direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e os acompanhando, receber citação inicial e intimação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, assinar cartas de preposição e cartas convite de testemunhas, enfim, praticando todos os atos necessários ao cabal desempenho do presente mandato, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com reservas de iguais poderes.

Validade: O presente mandato é válido até 31/12/2017 e poderá ser revogado a qualquer tempo pela Outorgante.

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS DE ITAPEVI - SP
Autentico a presente cópia reprográfica, a qual confere com o original apresentado. Dou fé.
04 AGO. 2017
Colégio Notarial do Brasil
124727
AUTENTICAÇÃO
0432AB0320005

Itapevi (SP), 10 de maio de 2017.

CECIL S/A Laminação de Metais
(Representantes Legais)

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE ITAPEVI - SP

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE ITAPEVI - SP

CÓPIA EXTRAÍDA PELA PARTE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RODRIGO FERREIRA ZIDAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/12/2017 às 09:23 , sob o número WAUJ17700237816
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2588061.

ZIDAN sociedade de advogados

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento particular de mandato, **CECIL S/A - LAMINAÇÃO DE METAIS,** empresa com sede na Rodovia René Benedito da Silva, nº. 580-Jardim Santa Rita, Município de Itapevi – Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 61.554.028/0001-65, neste ato representado na forma de seus Atos Constitutivos nomeia e constitui seus bastante procuradores os advogados, **RODRIGO FERREIRA ZIDAN**, inscrito na OAB/SP sob o **n.º 155.563**, **DANIELA ZIDAN LORENCINI,** inscrita na OAB/SP sob **n.º 231.573, ANGELO TADAO KAWAZOI,** inscrito na OAB/SP sob o **n.º 131.592**, **ANDRESSA RODRIGUES VIEIRA,** inscrita na OAB/SP sob **n.º 238.273, GUSTAVO TADEU KENCIS MOTTA**, inscrito na OAB/ SP sob **n.º 212.168 e VANESSA CARNEIRO RIBEIRO PALADINO,** inscrita na OAB/SP sob **n.º 243.777**, **CLAUDIA PACINI BARBOSA**, inscrita na OAB/SP sob o nº 207.937, todos estabelecidos na Alameda Ribeirão Preto, nº 363, Bela Vista - São Paulo / SP e pertencentes à sociedade **ZIDAN SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, inscrita na OAB/SP sob o **nº 10746**, escritório na Alameda Ribeirão Preto, nº 363, Bela Vista - São Paulo / SP, telefone: (11) 3284-8409, endereço eletrônico e-mail: zidan@zidanadvogados.com.br – site: www.zidanadvogados.com.br, a quem conferem amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula **"ad judicia et extra"**, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar acordos e compromissos, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, **única e exclusivamente para requerer habilitação no processo nº º 1002351-95.2017.8.26.0045 em trâmite perante a 1ª Vara da Comarca de Arujá - Recuperação Judicial - Resimapi Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.**

São Paulo, 03 de outubro de 2017.

CECIL S/A – LAMINAÇÃO DE METAIS
Flavia Tirolo de Abreu
Procuradora

Alameda Ribeirão Preto, 363 . CEP: 01331 001 . Bela Vista . São Paulo . SP
Tel/Fax: 11 3284 8409 . E-mail: zidan@zidanadvogados.com.br . www.zidanadvogados.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RODRIGO FERREIRA ZIDAN e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/12/2017 às 09:23 , sob o número WAUJ17700237816
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2588068.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARUJÁ
FORO DE ARUJÁ
1ª VARA
Avenida Albino Rodrigues Neves, 394, Center Ville - CEP 07400-000,
Fone: 011 4655-4211, Aruja-SP - E-mail: aruja@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: **1002351-95.2017.8.26.0045**
Classe – Assunto: **Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
Requerente: **Resimapi Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Ciência, a(o) Administradora Judicial, da concessão do prazo de 10 dias conforme solicitado.

Nada Mais. Aruja, 14 de dezembro de 2017. Eu, Katia Cristina Cordeiro Barreto, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por KATIA CRISTINA CORDEIRO BARRETO, liberado nos autos em 14/12/2017 às 18:24 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2595C66.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1405/2017, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Enrique de Goeye Neto (OAB 51205/SP)	D.J.E
Felipe de Castro Rubio Poli (OAB 252833/SP)	D.J.E
Leticia Rodrigues Bueno (OAB 253919/SP)	D.J.E
Marcial Barreto Casabona (OAB 26364/SP)	D.J.E
Percy Eduardo Nogueira Sternberg Heckmann (OAB 28678/SP)	D.J.E
Jose de Paula Monteiro Neto (OAB 29443/SP)	D.J.E
Waldemar Cury Maluly Junior (OAB 41830/SP)	D.J.E
Eduardo Silva Gatti (OAB 234531/SP)	D.J.E
Vera Lucia de Carvalho Rodrigues (OAB 70001/SP)	D.J.E
Marcos Caldas Martins Chagas (OAB 303021/SP)	D.J.E
Raquel Correa Ribeira (OAB 349406/SP)	D.J.E
Felipe Valente Maluly (OAB 358902/SP)	D.J.E
Rosana Alves de Oliveira (OAB 370316/SP)	D.J.E
César Augusto Müller (OAB 80948/PR)	D.J.E
Fabio Andre Fadiga (OAB 139961/SP)	D.J.E
André Luis Tardelli Magalhães Poli (OAB 158454/SP)	D.J.E
Kiciana Francisco Ferreira Mayo (OAB 140436/SP)	D.J.E
Selma Brilhante Tallarico da Silva (OAB 144668/SP)	D.J.E
Guilherme Justino Dantas (OAB 146724/SP)	D.J.E
Pablo Dotto (OAB 147434/SP)	D.J.E
Fabio Luis Ambrosio (OAB 154209/SP)	D.J.E
Rodrigo Ferreira Zidan (OAB 155563/SP)	D.J.E
Bernardo Buosi (OAB 227541/SP)	D.J.E
Rosana Aparecida Riatto (OAB 169495/SP)	D.J.E
Luciane Camarini Ambrosio (OAB 171724/SP)	D.J.E
Otto Willy Gübel Júnior (OAB 172947/SP)	D.J.E
Thiago Nosé Montani (OAB 187435/SP)	D.J.E
Eduardo Augusto de Sousa Costa (OAB 201688/SP)	D.J.E
Carla Marchezano de Melo (OAB 204492/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Ciência, a(o) Administradora Judicial, da concessão do prazo de 10 dias conforme solicitado."

Do que dou fé.
Aruja, 15 de dezembro de 2017.

Luís Endo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS ENDO, liberado nos autos em 15/12/2017 às 10:27 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 259A6A2.

BUCH ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
Rua Maria Paula, 123 – 9º andar – CEP 01319-001- SÃO PAULO- SP – BRASIL
Tel: +55 (11)3107-3542

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ - SP

Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045

Recuperação Judicial de Resimapi Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.

BANCO SAFRA S/A, por sua procuradora, nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer que as intimações dos atos processuais que vierem a ser praticados no presente feito, sejam levadas a efeito na pessoa do advogado **JOSÉ LUIZ BUCH, inscrito na OAB/SP sob nº 21.938**, devendo ser anotado, para tanto, o seu nome na contracapa do processo.

Vale notar que a procuração e substabelecimento do credor Banco Safra S/A, foram devidamente juntadas fls. 295/314.

Pede deferimento.

São Paulo, 15 de dezembro de 2017

LUCIANA BUCH
OAB/SP Nº 169.576

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUCIANA BUCH e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/12/2017 às 15:47 , sob o número WAUJ17700239550
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 25A1F98.

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 1º VARA DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ – SP.

Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administradora Judicial nos autos da Recuperação Judicial de **RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.,** vem, respeitosamente, perante V. Exa., para informar que no incidente processual nº 0003717-89.2017.8.26.0045 está disponível aos credores e demais interessados, o **RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES DA RECUPERANDA** referente ao mês de SETEMBRO/2017.

Termos em que,
J. em manifestação.
São Paulo para Arujá, 19 de dezembro de 2017.

MGA ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA EIRELI
Mauricio Galvão de Andrade
Responsável Técnico
CRA SP nº 135.527 CRC1SP n° 168.436/O-0

AGUINALDO PEREIRA
OAB/SP nº 374.578

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/12/2017 às 14:32 , sob o número WAUJ17700242100
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 25CB0EE.

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 1º VARA DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ – SP.

Processo n° 1002351-95.2017.8.26.0045

Recuperação Judicial

A Administradora Judicial nos autos deste processo de **Recuperação Judicial,** vem respeitosamente perante V. Exa., em atenção a r. decisão de fls. 999/1000, para apresentar sua manifestação nos seguintes termos:

I. SOBRE AS HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO

A Administração Judicial informa que os credores: SOROVALE ADM. DE BENEFICIOS E CONVENIOS S/A; SERABI MINERAÇÃO S/A; POOLTECNICA QUIMICA LTDA. e SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS, apresentaram suas habilitações e divergências tempestivamente e serão objeto de verificação dentro do prazo estabelecido no art. 7º, § 2º da Lei 11.101/05.

II. SOBRE A MANIFESTAÇÃO DA CREDORA BÓRAX ARGENTINA S.A. DE FLS. 846/847

Trata-se de manifestação na qual a credora Bórax Argentina alega que o Plano de Recuperação Judicial apresentado contém trechos ilegais.

Em que pese os argumentos trazidos pela credora, os pontos por ela objetados estão em sintonia com jurisprudência das cortes superiores, como exemplo citamos os julgados: 2094716-92.2017.8.26.0000 (1ª Camara Reservada de Direito Empresarial, TJSP, Relator: Hamid Bdine, publicado em: 15/12/2017); e 2247293-89.2016.8.26.0000 (2ª Camara Reservada de Direito Empresarial, TJSP Relator: Carlos Alberto Garbi, publicado em: 30/10/2017).

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/12/2017 às 21:07 , sob o número WAUJ17700242763
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 25D4913.

III. SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL APRESENTADO PELA RECUPERANDA – FLS. 874 e ss.

A Administração Judicial em análise prévia do plano apresentado pelas Recuperanda, não observou qualquer ponto manifestamente contrário as normas legais vigentes. De toda sorte, aguardará a manifestação dos credores no momento oportuno (art. 55 da Lei 11.101/05), para caso necessário, redigir novos comentários.

Era o que havia para manifestar, colocando-nos à disposição de V. Exa.

Termos em que,
J. aos autos.
São Paulo para Arujá, 19 de dezembro de 2017.

MGA ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA EIRELI
Mauricio Galvão de Andrade
Responsável Técnico
CRA SP nº 135.527 CRC1SP n° 168.436/O-0

AGUINALDO PEREIRA
OAB/SP nº 374.578

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/12/2017 às 21:07 , sob o número WAUJ17700242763 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 25D4913.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 1405/2017, foi disponibilizado na página 0583/584 do Diário da Justiça Eletrônico em 18/12/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
20/12/2017 à 31/12/2017 - Recesso - Suspensão
01/01/2018 à 06/01/2018 - Recesso - Suspensão
07/01/2018 à 20/01/2018 - Art. 116, § 2º, RITJSP - Suspensão

Advogado
Fabio Andre Fadiga (OAB 139961/SP)
Kiciana Francisco Ferreira Mayo (OAB 140436/SP)
Selma Brilhante Tallarico da Silva (OAB 144668/SP)
Guilherme Justino Dantas (OAB 146724/SP)
Pablo Dotto (OAB 147434/SP)
Fabio Luis Ambrosio (OAB 154209/SP)
Rodrigo Ferreira Zidan (OAB 155563/SP)
André Luis Tardelli Magalhães Poli (OAB 158454/SP)
Rosana Aparecida Riatto (OAB 169495/SP)
Luciane Camarini Ambrosio (OAB 171724/SP)
Otto Willy Gübel Júnior (OAB 172947/SP)
Thiago Nosé Montani (OAB 187435/SP)
Eduardo Augusto de Sousa Costa (OAB 201688/SP)
Carla Marchezano de Melo (OAB 204492/SP)
Bernardo Buosi (OAB 227541/SP)
Eduardo Silva Gatti (OAB 234531/SP)
Felipe de Castro Rubio Poli (OAB 252833/SP)
Leticia Rodrigues Bueno (OAB 253919/SP)
Marcial Barreto Casabona (OAB 26364/SP)
Percy Eduardo Nogueira Sternberg Heckmann (OAB 28678/SP)
Jose de Paula Monteiro Neto (OAB 29443/SP)
Waldemar Cury Maluly Junior (OAB 41830/SP)
Enrique de Goeye Neto (OAB 51205/SP)
Vera Lucia de Carvalho Rodrigues (OAB 70001/SP)
Marcos Caldas Martins Chagas (OAB 303021/SP)
Raquel Correa Ribeira (OAB 349406/SP)
Felipe Valente Maluly (OAB 358902/SP)
Rosana Alves de Oliveira (OAB 370316/SP)
César Augusto Müller (OAB 80948/PR)

Teor do ato: "Ciência, a(o) Administradora Judicial, da concessão do prazo de 10 dias conforme solicitado."

Arujá, 8 de janeiro de 2018.

Luís Endo
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS ENDO, liberado nos autos em 08/01/2018 às 14:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2609A1F.

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 1º VARA DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ – SP.

Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045
RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administradora Judicial nos autos da Recuperação Judicial de **RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.,** vem, respeitosamente, perante V. Exa., para informar que no incidente processual nº 0003717-89.2017.8.26.0045 está disponível aos credores e demais interessados, o **RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES DA RECUPERANDA** referente ao mês de OUTUBRO/2017.

Termos em que,
J. em manifestação.
São Paulo para Arujá, 09 de janeiro de 2018.

MGA ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA LTDA
Mauricio Galvão de Andrade
Responsável Técnico
CRA SP nº 135.527 CRC1SP n° 168.436/O-0

AGUINALDO PEREIRA
OAB/SP nº 374.578

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/01/2018 às 11:38 , sob o número WAUJ18700001295 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2611493.

ENC: Inclusão Processual, nº 1002351-95.2017.8.26.0045

ARUJA - 1 OFICIO JUDICIAL
Enviado: quinta-feira, 14 de dezembro de 2017 11:46
Para: MARIA INES DE JESUS NASCIMENTO

ANA CARLA DE AVILA
Supervisor de Serviço

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
1º Ofício Judicial (Vara Criminal, Vara Cível e Júri)
Rua Albino Rodrigues Neves, 384 - Centro - Arujá/SP - CEP: 07401-125
Tel: (11) 4655-4211
E-mail: aruja1@tjsp.jus.br

De: Antonio Tupinambá Graça [atupinamba@vlaw.com.br]
Enviado: quinta-feira, 14 de dezembro de 2017 11:21
Para: ARUJA - 1 OFICIO JUDICIAL
Cc: Natércia Escorel Cordeiro de Castro e Silva
Assunto: Inclusão Processual, nº 1002351-95.2017.8.26.0045

Prezados,

Bom dia, venho por meio deste e-mail pedir a inclusão nas partes dos advogados da Manuchar Comércio Exterior LTDA, no processo 1002351-95.2017.8.26.0045, visto que, os mesmos não estão recebendo as intimações. São eles Guilherme Vieira Assumpção, OAB/SP 180.779 e Alexandre Eppinghaus Varella, OAB/ 362.630, ambos já mencionados no processo na folha 580.

Atenciosamente,

Antonio Tupinambá Graça
atupinamba@vlaw.com.br

Varella & Advogados Associados
Rua Pacheco Leão, 862 – Jardim Botânico
22460-030 - Rio de Janeiro - Brasil
e-mail: vlaw@vlaw.com.br
TEL: (+55 21) 2215-3533
FAX: (+55 21) 2220-8452
www.vlaw.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA INES DE JESUS NASCIMENTO, liberado nos autos em 10/01/2018 às 12:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 261C888.

Este e-mail e seus anexos são confidenciais e destinam-se exclusivamente aos seus destinatários. O seu conteúdo não deve ser divulgado para terceiros. Caso você não seja o destinatário, solicitamos a gentileza de notificar o remetente e eliminar esta mensagem de sua caixa postal imediatamente.

This e-mail and its attachments are private, confidential, and solely intended for the recipients. Its contents should not be disclosed to third parties. If you are not the addressee, please contact the sender and immediately delete this message.

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.

Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA INES DE JESUS NASCIMENTO, liberado nos autos em 10/01/2018 às 12:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 261C888.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARUJÁ
FORO DE ARUJÁ
1ª VARA
Avenida Albino Rodrigues Neves, 394, Center Ville - CEP 07400-000,
Fone: 011 4655-4211, Aruja-SP - E-mail: aruja@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: **1002351-95.2017.8.26.0045**
Classe – Assunto: **Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
Requerente: **Resimapi Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Ciência aos interessados quanto às petições da administradora judicial juntadas aos autos às fls. 1230, 1231 e 1234, com informações.

Nada Mais. Aruja, 10 de janeiro de 2018. Eu, Katia Cristina Cordeiro Barreto, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por KATIA CRISTINA CORDEIRO BARRETO, liberado nos autos em 10/01/2018 às 16:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 262071A.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0061/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Enrique de Goeye Neto (OAB 51205/SP)	D.J.E
Felipe de Castro Rubio Poli (OAB 252833/SP)	D.J.E
Leticia Rodrigues Bueno (OAB 253919/SP)	D.J.E
Marcial Barreto Casabona (OAB 26364/SP)	D.J.E
Percy Eduardo Nogueira Sternberg Heckmann (OAB 28678/SP)	D.J.E
Jose de Paula Monteiro Neto (OAB 29443/SP)	D.J.E
Waldemar Cury Maluly Junior (OAB 41830/SP)	D.J.E
Eduardo Silva Gatti (OAB 234531/SP)	D.J.E
Vera Lucia de Carvalho Rodrigues (OAB 70001/SP)	D.J.E
Flavia Tirolo de Abreu (OAB 229230/SP)	D.J.E
Marcos Caldas Martins Chagas (OAB 303021/SP)	D.J.E
Raquel Correa Ribeira (OAB 349406/SP)	D.J.E
Felipe Valente Maluly (OAB 358902/SP)	D.J.E
Rosana Alves de Oliveira (OAB 370316/SP)	D.J.E
César Augusto Müller (OAB 80948/PR)	D.J.E
Fabio Andre Fadiga (OAB 139961/SP)	D.J.E
André Luis Tardelli Magalhães Poli (OAB 158454/SP)	D.J.E
Kiciana Francisco Ferreira Mayo (OAB 140436/SP)	D.J.E
Selma Brilhante Tallarico da Silva (OAB 144668/SP)	D.J.E
Guilherme Justino Dantas (OAB 146724/SP)	D.J.E
Pablo Dotto (OAB 147434/SP)	D.J.E
Fabio Luis Ambrosio (OAB 154209/SP)	D.J.E
Rodrigo Ferreira Zidan (OAB 155563/SP)	D.J.E
Bernardo Buosi (OAB 227541/SP)	D.J.E
Rosana Aparecida Riatto (OAB 169495/SP)	D.J.E
Luciane Camarini Ambrosio (OAB 171724/SP)	D.J.E
Otto Willy Gübel Júnior (OAB 172947/SP)	D.J.E
Thiago Nosé Montani (OAB 187435/SP)	D.J.E
Eduardo Augusto de Sousa Costa (OAB 201688/SP)	D.J.E
Carla Marchezano de Melo (OAB 204492/SP)	D.J.E
Jose Luiz Buch (OAB 21938/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Ciência aos interessados quanto às petições da administradora judicial juntadas aos autos às fls. 1230, 1231 e 1234, com informações."

Do que dou fé.
Aruja, 11 de janeiro de 2018.

Luís Endo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS ENDO, liberado nos autos em 11/01/2018 às 13:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26281ED.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0061/2018, foi disponibilizado na página 099/0100 do Diário da Justiça Eletrônico em 12/01/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Fabio Andre Fadiga (OAB 139961/SP)
Kiciana Francisco Ferreira Mayo (OAB 140436/SP)
Selma Brilhante Tallarico da Silva (OAB 144668/SP)
Guilherme Justino Dantas (OAB 146724/SP)
Pablo Dotto (OAB 147434/SP)
Fabio Luis Ambrosio (OAB 154209/SP)
Rodrigo Ferreira Zidan (OAB 155563/SP)
André Luis Tardelli Magalhães Poli (OAB 158454/SP)
Rosana Aparecida Riatto (OAB 169495/SP)
Luciane Camarini Ambrosio (OAB 171724/SP)
Otto Willy Gübel Júnior (OAB 172947/SP)
Thiago Nosé Montani (OAB 187435/SP)
Eduardo Augusto de Sousa Costa (OAB 201688/SP)
Carla Marchezano de Melo (OAB 204492/SP)
Jose Luiz Buch (OAB 21938/SP)
Bernardo Buosi (OAB 227541/SP)
Eduardo Silva Gatti (OAB 234531/SP)
Felipe de Castro Rubio Poli (OAB 252833/SP)
Leticia Rodrigues Bueno (OAB 253919/SP)
Marcial Barreto Casabona (OAB 26364/SP)
Percy Eduardo Nogueira Sternberg Heckmann (OAB 28678/SP)
Jose de Paula Monteiro Neto (OAB 29443/SP)
Waldemar Cury Maluly Junior (OAB 41830/SP)
Enrique de Goeye Neto (OAB 51205/SP)
Vera Lucia de Carvalho Rodrigues (OAB 70001/SP)
Flavia Tirolo de Abreu (OAB 229230/SP)
Marcos Caldas Martins Chagas (OAB 303021/SP)
Raquel Correa Ribeira (OAB 349406/SP)
Felipe Valente Maluly (OAB 358902/SP)
Rosana Alves de Oliveira (OAB 370316/SP)
César Augusto Müller (OAB 80948/PR)

Teor do ato: "Ciência aos interessados quanto às petições da administradora judicial juntadas aos autos às fls. 1230, 1231 e 1234, com informações."

Arujá, 12 de janeiro de 2018.

Luís Endo
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS ENDO, liberado nos autos em 12/01/2018 às 11:38 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2630F88.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

EXCENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARUJÁ, ESTADO DE SÃO PAULO

Processo sob nº 1002351-95.2017.8.26.0045

RESIMAPI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, devidamente qualificada, por seus procuradores que esta subscrevem, nos autos do seu pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls. 999/1.000, **informar** que a complementação da documentação solicitada pelo administrador judicial, qual seja, Balancetes e DREs dos meses 06, 07 e 08 e os relatórios de estoques e analítico de ativo imobilizado foram entregues diretamente ao administrador judicial, bem como que todas as demais documentações estão sendo entregues, dentro dos prazos solicitados, conforme anexos e-mails encaminhados pela recuperanda ao administrador judicial, documentos estes que foram utilizados para a elaboração dos relatórios juntados ao incidente nº 0003717-89.2017.8.26.0045.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2018 às 15:54 , sob o número WAUJ18700007161
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26739EC.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Termos em que, pede deferimento.

De Campinas para Arujá/SP, 05 de janeiro de 2018.

OTTO WILLY GÜBEL JUNIOR
OAB/SP 172.947

CAMILA C. FACIO SERRANO
OAB/SP 329.487

MICHEL D. MALAQUIAS DE LIMA
OAB/SP 345.561

MARÍLIA OLIVEIRA CHAVES
OAB/SP 322.210

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2018 às 15:54 , sob o número WAUJ18700007161
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26739EC.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Marilia Chaves <marilia@ottogubel.com.br>

ENC: Balancete junho

1 mensagem

Rogério <rogerio@resimapi.com.br> 5 de janeiro de 2018 16:40
Para: Michel Lima <michel@ottogubel.com.br>
Cc: Marilia Chaves <marilia@ottogubel.com.br>

ROGÉRIO GOUVEIA DE AMORIM

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.

Avenida Osaka, 800, Centro Indl. de Arujá

CEP: 07411-750 - Arujá/SP.

Tel: (11) 4653-8111- Ramal 218

Claro: (11) 97140-2998

De: Rogério [mailto:rogerio@resimapi.com.br]
Enviada em: quinta-feira, 26 de outubro de 2017 15:51
Para: Rose Feitosa Laia (r.laia@mgaconsultoria.com.br)
Cc: Mauricio Galvão de Andrade (m.andrade@mgaconsultoria.com.br)
Assunto: Balancete junho

Boa tarde Rose,

Anexei agora o balancete de junho.

ROGÉRIO GOUVEIA DE AMORIM

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.

Avenida Osaka, 800, Centro Indl. de Arujá

CEP: 07411-750 - Arujá/SP.

Tel: (11) 4653-8111- Ramal 218

Claro: (11) 97140-2998

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2018 às 15:54 , sob o número WAUJ18700007161
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26739F1.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Marilia Chaves <marilia@ottogubel.com.br>

ENC: Novo arquivo anexado no One Drive

1 mensagem

Rogério <rogerio@resimapi.com.br> 5 de janeiro de 2018 16:40
Para: Michel Lima <michel@ottogubel.com.br>
Cc: Marilia Chaves <marilia@ottogubel.com.br>

ROGÉRIO GOUVEIA DE AMORIM

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.

Avenida Osaka, 800, Centro Indl. de Arujá

CEP: 07411-750 - Arujá/SP.

Tel: (11) 4653-8111- Ramal 218

Claro: (11) 97140-2998

De: Rogério [mailto:rogerio@resimapi.com.br]
Enviada em: segunda-feira, 30 de outubro de 2017 14:34
Para: Rose Feitosa Laia (r.laia@mgaconsultoria.com.br)
Cc: Mauricio Galvão de Andrade (m.andrade@mgaconsultoria.com.br)
Assunto: Novo arquivo anexado no One Drive

Boa tarde Rose,

Acabo anexar o balancete de Julho/2017.

Acho que amanhã mando o de Agosto.

ROGÉRIO GOUVEIA DE AMORIM

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.

Avenida Osaka, 800, Centro Indl. de Arujá

CEP: 07411-750 - Arujá/SP.

Tel: (11) 4653-8111- Ramal 218

Claro: (11) 97140-2998

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2018 às 15:54 , sob o número WAUJ18700007161
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26739F7.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Marilia Chaves <marilia@ottogubel.com.br>

ENC: balancete Agosto

1 mensagem

Rogério <rogerio@resimapi.com.br> 5 de janeiro de 2018 16:41
Para: Michel Lima <michel@ottogubel.com.br>
Cc: Marilia Chaves <marilia@ottogubel.com.br>

ROGÉRIO GOUVEIA DE AMORIM

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.

Avenida Osaka, 800, Centro Indl. de Arujá

CEP: 07411-750 - Arujá/SP.

Tel: (11) 4653-8111- Ramal 218

Claro: (11) 97140-2998

De: Rogério [mailto:rogerio@resimapi.com.br]
Enviada em: terça-feira, 31 de outubro de 2017 16:14
Para: Rose Feitosa Laia (r.laia@mgaconsultoria.com.br)
Cc: Mauricio Galvão de Andrade (m.andrade@mgaconsultoria.com.br)
Assunto: balancete Agosto

Boa tarde Rose,

Anexei agora no One Drive o balancete de Agosto.

ROGÉRIO GOUVEIA DE AMORIM

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.

Avenida Osaka, 800, Centro Indl. de Arujá

CEP: 07411-750 - Arujá/SP.

Tel: (11) 4653-8111- Ramal 218

Claro: (11) 97140-2998

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2018 às 15:54 , sob o número WAUJ18700007161
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2673A00.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Marilia Chaves <marilia@ottogubel.com.br>

ENC: Nova pasta Estoque

1 mensagem

Rogério <rogerio@resimapi.com.br> 5 de janeiro de 2018 16:38
Para: Michel Lima <michel@ottogubel.com.br>
Cc: Marilia Chaves <marilia@ottogubel.com.br>

ROGÉRIO GOUVEIA DE AMORIM

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.

Avenida Osaka, 800, Centro Indl. de Arujá

CEP: 07411-750 - Arujá/SP.

Tel: (11) 4653-8111- Ramal 218

Claro: (11) 97140-2998

De: Rogério [mailto:rogerio@resimapi.com.br]
Enviada em: segunda-feira, 16 de outubro de 2017 17:08
Para: Rose Feitosa Laia (r.laia@mgaconsultoria.com.br)
Cc: Mauricio Galvão de Andrade (m.andrade@mgaconsultoria.com.br)
Assunto: Nova pasta Estoque

Boa tarde Rose,

Anexei a pasta estoque, por favor verifique se este formato atende,

Obrigado.

ROGÉRIO GOUVEIA DE AMORIM

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.

Avenida Osaka, 800, Centro Indl. de Arujá

CEP: 07411-750 - Arujá/SP.

Tel: (11) 4653-8111- Ramal 218

Claro: (11) 97140-2998

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2018 às 15:54 , sob o número WAUJ18700007161
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2673A0B.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Marilia Chaves <marilia@ottogubel.com.br>

ENC: Novos arquivos

1 mensagem

Rogério <rogerio@resimapi.com.br> 5 de janeiro de 2018 16:39
Para: Michel Lima <michel@ottogubel.com.br>
Cc: Marilia Chaves <marilia@ottogubel.com.br>

ROGÉRIO GOUVEIA DE AMORIM

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.

Avenida Osaka, 800, Centro Indl. de Arujá

CEP: 07411-750 - Arujá/SP.

Tel: (11) 4653-8111- Ramal 218

Claro: (11) 97140-2998

De: Rogério [mailto:rogerio@resimapi.com.br]
Enviada em: terça-feira, 17 de outubro de 2017 16:17
Para: Rose Feitosa Laia (r.laia@mgaconsultoria.com.br)
Cc: Mauricio Galvão de Andrade (m.andrade@mgaconsultoria.com.br)
Assunto: Novos arquivos

Boa tarde Rose,

Anexei 2 novos arquivos de relatórios do e-CAC

ROGÉRIO GOUVEIA DE AMORIM

RESIMAPI PRODUTOS QUIMICOS LTDA.

Avenida Osaka, 800, Centro Indl. de Arujá

CEP: 07411-750 - Arujá/SP.

Tel: (11) 4653-8111- Ramal 218

Claro: (11) 97140-2998

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2018 às 15:54 , sob o número WAUJ18700007161
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2673A14.

Amancio Gomes Corrêa e Fabio Francisco
Advogados Associados
OAB/SP 6289

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Arujá – São Paulo.

CBS – INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. vem, por seus advogados e procuradores, nos autos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** proposta por **RESIMAPI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA..**, processo n° **1002351-95.2017.8.26.0045**, requerer a **JUNTADA** da procuração e do contrato social, a fim de regularizar sua representação processual.

Requer ainda, que as intimações de todos os atos processuais sejam efetuadas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do advogado **FABIO BOCCIA FRANCISCO – OAB/SP 99.663**, com escritório na Avenida Salgado Filho, 610 – Jardim Maia, Guarulhos, São Paulo, CEP **07115-000.**

Termos em que,
Pede deferimento.
Guarulhos, 24 de janeiro de 2018.

FABIO BOCCIA FRANCISCO
OAB/SP 99.663

PAULA FERNANDA LIMA PEREIRA
OAB/SP 296.531

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO BOCCIA FRANCISCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/01/2018 às 11:08 , sob o número WAUJ18700010375
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26A071C.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração **CBS – INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ 57.170.375/0001-17, estabelecida à Rodovia Presidente Dutra, Km 205,5 - Galpão II Laranja Azeda, Arujá - SP, CEP 07400-000, email: jurídico@cbselos.com.br, neste ato representada por seus sócios **EDUARDO DIEZ e OSWALDO REZENDE FILHO** nomeia(m) e constitui(em) seus advogados e bastante procuradores os Drs. **AMANCIO GOMES CORRÊA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob n.º 16.060 - CPF/MF 011.649.888-91, **PRICILA SATIE FUJITA**, brasileira, divorciada, inscrita na OAB/SP sob n.º 27.008 - CPF/MF 101.459.588-68 e **FABIO BOCCIA FRANCISCO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob n.º 99.663 - CPF/MF 051.323.328-89 e **HEITOR BARROS DA CRUZ**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob n.º 220.646 - CPF/MF 219.769.948-29, todos integrantes do escritório **AMANCIO GOMES CORRÊA E FABIO FRANCISCO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade de advogados inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.820.786/0001-44 e na OAB/SP sob o nº 6289, com sede em Guarulhos, São Paulo, na Avenida Salgado Filho, 610, Jardim Maia, CEP 07115-000, e-mail: relacionamento@agcff.adv.br, a quem confere(m) amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad-judicia", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(s) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s), ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, fazer levantamentos em juízo, assinar compromisso de inventariante, prestar declarações, impugnar laudos, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para defender seus direitos nos autos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** de **RESIMAPI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.**, processo nº **1002351-95.2017.8.26.0045**, perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Arujá – São Paulo.

Guarulhos, 21 de novembro de 2017.

CBS – INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO BOCCIA FRANCISCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/01/2018 às 11:08 , sob o número WAUJ18700010375
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26A071F.

JUCESP

INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

VIGÉSIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CBS - INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
NIRE 35.207.343.071

Pelo presente instrumento particular da Vigésima Alteração de Contrato Social da Sociedade Limitada, os abaixo assinados:

/A/ Eduardo Diez, brasileiro, casado, maior, engenheiro civil, nascido em 03/10/57, natural de São Paulo – SP, portador da cédula de identidade RG nº 5.177.018-0 SSP-SP e do CPF (MF) 014.292.468-71, domiciliado e residente na Capital e Estado de São Paulo à Rua Sampaio Viana, nº 391, apto. 41, bairro do Paraíso, CEP 04004-001;

/B/ Oswaldo Rezende Filho, brasileiro, solteiro, maior, contador, nascido em 19/01/58, natural de São Paulo – SP, portador da cédula de identidade RG nº 8.792.078-5 SSP-SP e do CPF (MF) 949.855.968-68, domiciliado e residente na Capital e Estado de São Paulo à Rua Demétrio Ribeiro nº 796, apto. 151, bairro do Tatuapé, CEP 03332-000.

Únicos sócios, representando a totalidade do capital social da **CBS – INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, com sede no Município de Arujá, no Estado de São Paulo à Rodovia Presidente Dutra, Km 205,5, Galpão II, Bairro Laranja Azeda, CEP 07400-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 57.170.375/0001-17, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.207.343.071, em sessão de 27/02/1987, tem entre si justo e deliberado por unanimidade e alterar o presente contrato social, procedendo-se da seguinte forma:

1ª Alteração: **Alteração do Endereço da Filial**

Fica alterado o endereço da filial situada a Rodovia RJ-146, Km 17,5, Bairro de Barra Alegre, Número 582 – 4º Distrito, no Município de Bom Jardim CEP 28660-000 no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no cadastro Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 57.170.375/0004-60, registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob nº 33.9.0083418-5 em sessão de 08/09/2005, conforme alteração contratual nº 236.474/05-4, para **Rodovia RJ-146, KM 17,5, Bairro de Barra Alegre, Número 582, Prédio II – 4º Distrito, no Município de Bom Jardim CEP 28660-000 no Estado do Rio de Janeiro.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO BOCCIA FRANCISCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/01/2018 às 11:08 , sob o número WAUJ18700010375
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26A0729.

INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

2ª Alteração: *NOVA REDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL (Consolidação)*

Em virtude das alterações ocorridas no contrato social o mesmo passa a ter a seguinte redação:

Clausula 1ª A sociedade denomina-se **CBS – INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, e tem sede e foro no município de Arujá no Estado de São Paulo à **Rodovia Presidente Dutra, Km 205,5 – Galpão II**, bairro Laranja Azeda, CEP 07400-000.

Clausula 2ª A sociedade tem como objetivo social a exploração do ramo de atividade de: **Indústria de embalagens plásticas, lixas abrasivas de tecido, papel e outros, sendo que a industrialização será feita por terceiros; Comércio, importação e exportação de produtos notadamente de artefatos plásticos e de lixas em folhas para metais, ou ainda participar do capital social de outras empresas.**

Clausula 3ª A sociedade iniciou suas atividades em 27 de Fevereiro de 1987 e seu prazo de duração é indeterminado.

Clausula 4ª O Capital Social subscrito é de **R$ 700.000,00** (setecentos mil reais), divididos em 700.000 (setecentas mil) quotas no valor nominal de R$ 1.00 (um real) cada uma, totalmente integralizados em moeda corrente nacional e assim distribuídos entre os sócios a saber:

Eduardo Diez	350.000 quotas no valor de **R$ 350.000,00**
Oswaldo Rezende Filho	350.000 quotas no valor de **R$ 350.000,00**
Totalizando	700.000 quotas no valor de **R$ 700.000,00**

§ Único A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Clausula 5ª A sociedade poderá abrir filiais e sucursais em qualquer ponto do Território Nacional.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO BOCCIA FRANCISCO e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 24/01/2018 às 11:08 , sob o número WAUJ18700010375
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26A0729.

Clausula 6ª A administração da sociedade caberá aos sócios, podendo assinar isoladamente: duplicatas endossando-as para fins de cobranças simples, caução ou desconto, cheques, transferência eletrônica, transferência via fax, TED e DOC até o valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais) acima deste valor sempre em conjunto, com um dos sócios, ou procuradora, com exceção da transferência eletrônica. Os sócios permitem ainda, o uso da denominação social para avais, fianças, cauções, títulos, prestações de garantias a terceiros.

§ Primeiro A sociedade será representada em juízo por quaisquer dos sócios ou procuradores especiais.

§ Segundo Os sócios conjuntamente, poderão nomear procuradores para praticarem todos os atos que julgarem necessários, mediante procuração pública.

§ Terceiro Os sócios nomeiam como Administrador Delegado a Sra. **Rosana Aparecida Mesquita Carnaval**, brasileira, solteira, maior, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.869.923 e do CPF (MF) nº 857.935.748-91, domiciliada e residente na Capital e Estado de São paulo à Rua Demétrio Ribeiro nº 796, Apto 151, bairro do Tatuapé, CEP 03332-000, com poderes de assinar isoladamente: duplicatas, endossando-as para cobrança simples, caução ou desconto e transferência eletrônica, sendo que cheques, TDS e DOC até o valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), inclusive transferência via fax, acima deste valor sempre em conjunto com um dos sócios.

Cláusula 7ª Todos os sócios, no exercício de cargos e administração da sociedade terão direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, observando-se os limites e as normas estabelecidas pela legislação do imposto de renda vigente.

Cláusula 8ª Todo dia 31 de Dezembro da cada ano, será precedido o levantamento do balanço do exercício, sendo que os lucros ou prejuízos verificados, serão distribuídos ou suportados pelos sócios, nas proporções das quotas de capital de cada um.

Cláusula 9ª As quotas de responsabilidade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento da sociedade, cabendo em igualdade de condições, o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las no caso de algum dos sócios pretender ceder as que possui.

§ Primeiro Na hipótese do outro sócio não querer usar o seu direito de preferência, e após esgotado o prazo da opção mencionada no parágrafo anterior, o sócio interessado em ceder suas quotas poderá fazê-lo a terceiros, estranhos a sociedade, dentro de um prazo de 60 (sessenta) dias, sempre pelo mesmo preço e nas condições oferecidas ao outro sócio.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO BOCCIA FRANCISCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/01/2018 às 11:08 , sob o número WAUJ18700010375
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26A0729.

§ Segundo Esgotando o prazo mencionado no parágrafo anterior, e se o sócio ainda estiver interessado em ceder suas quotas, deverá novamente proceder de conformidade com o disposto neste artigo e seus parágrafos.

Cláusula 10ª No caso de algum dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar o outro, por escrito, o qual não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias e seus haveres serão reembolsados na modalidade que se estabelece a Cláusula 11ª deste instrumento.

Cláusula 11ª No caso de falecimento de qualquer um dos sócios a sociedade não se dissolverá, mas prosseguirá com os herdeiros do pré-morto, caso estes não desejem fazer parte da sociedade, o valor patrimonial da respectiva participação societária a ser apurado em Balanço Especial que deverá ser levantado até 30 (trinta) dias após o falecimento, acrescentando ou deduzindo na participação eventual saldo de conta corrente, o pagamento deverá ser feito em até 10 (dez) prestações mensais sucessivas, com correção monetária e juros de 0,5% ao mês, vencendo-se a primeira em 60 (sessenta) dias após o levantamento do balanço especial e respectiva aprovação.

Clausula 12ª Os casos omissos neste instrumento serão regulados pelo código Comercial e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie ficando eleito o foro de Arujá, Estado de São Paulo, como competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias que porventura venham a se originar do presente contrato.

Cláusula 13ª As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato, serão supridas ou resolvidas com base na Lei 10.406/02 e nas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis e subsidiariamente a Lei 6.404/76.

Cláusula 14ª As eventuais divergências entre os sócios serão dirimidas através de arbitragem, na forma de Lei nº 9.307/96.

Cláusula 15ª Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crimes falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO BOCCIA FRANCISCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/01/2018 às 11:08 , sob o número WAUJ18700010375
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26A0729.

INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Cláusula 16ª Fica eleito o Foro desta Comarca para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Instrumento Particular de Quarta Alteração de Contrato Social de Sociedade Limitada, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Arujá, 15 de Julho de 2008.

OSWALDO REZENDE FILHO
Sócio

EDUARDO DIEZ
Sócio

ROSANA AP. M. CARNAVAL
RG nº 10.869.923 - SSP-SP
Delegada

VAGNER RIVAN GONSALVES
RG nº 27.525.682-0-SSP-SP
1ª Testemunha

FERNANDO RODRIGUES FELLIPE
RG nº 26.133.297-1 – SSP-SP
2ª Testemunha

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 241.133/08-7 EM 21/07/2008
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

Rod. Presidente Dutra, Km. 205,5 - Galpão II - Laranja Azeda - Arujá / SP
Cep. 07400-000 • Fone: (11) 2148-7200 • e-mail:cbs@cbselos.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO BOCCIA FRANCISCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/01/2018 às 11:06 , sob o número WAUJ18700010375
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26A0729.

ADVOGADOS JA ASSOCIADOS
JACOMO ANDREUCCI FILHO
ANA CAROLINA ANDREUCCI BERNICCHI

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ-SP.

Proc. nº 1002351-95.2017.8.26.0045

VALTER DA SILVA COUTO, por sua advogada que esta subscreve, nos autos da Recuperação Judicial, da empresa **RESIMAPI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada da Procuração anexa, bem como, todas as publicações de todos atos processuais sejam efetuadas em nome dos advogados **DR. JÁCOMO ANDREUCCI FILHO OAB/SP Nº 69.521 E DRA. ANA CAROLINA F. ANDREUCCI BERNICCHI OAB/SP 167.963**, sob pena de nulidade.

Termos em que,

Pede Deferimento.

São Paulo, 11 de outubro de 2017.

ANA CAROLINA F. ANDREUCCI BERNICCHI

OAB/SP n.º 167.963

RUA CEARÁ, 406 - PACAEMBU - CEP: 01243-010 - TELS.: 11 3668.6080 / 11 3825.6594 - SÃO PAULO - SP - BRASIL
EMAIL: jacomoaf@terra.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA CAROLINA FERREIRA ANDREUCCI BERNICCHI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/01/2018 às 16:32 , sob o número WAUJ18700011061
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26A86BE.

PROCURAÇÃO "*AD-JUDICIA*"

VALTER DA SILA COUTO, brasileiro, divorciado, comerciantes, portador da cédula de identidade RG sob nº 13143163 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 083.104.829-09, residente na Rua Cirino de Abreu, nº 528, Penha, CEP 03630-010, São Paulo – SP.

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus bastante procuradores os advogados, **DR. JÀCOMO ANDREUCCI FILHO,** brasileiro, separado judicialmente, advogado, inscrito na OAB/ SP sob o nº 69.521 e ***DRA.*** **ANA CAROLINA FERREIRA ANDREUCCI BERNICCHI,** brasileira, casada, advogada, devidamente inscrita na OAB/ SP sob o nº 167.963, ambos com escritório sito à Rua Ceará, 406 - telefone 3668-6080, na cidade de São Paulo - Capital.

a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(s) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s), ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, com fins específicos para representa-lo na Recuperação Judicial sob nº 1002351-95.2017.8.26.0045, perante a 1ª Vara do Foro da Comarca de Arujá – SP.

São Paulo, 10 de outubro de 2017.

VALTER DA SILA COUTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA CAROLINA FERREIRA ANDREUCCI BERNICCHI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/01/2018 às 16:32 , sob o número WAUJ18700011061
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26A86C7.

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A). DE DIREITO 1º VARA DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ – SP.

Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045
RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administradora Judicial nomeada nos autos desta Recuperação Judicial, vem respeitosamente perante V. Exa., para reiterar os seguintes termos de sua manifestação anterior de fls. 974/975:

SOBRE A ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA ADMINISTRADORA JUDICIAL:

A Administradora Judicial objetivando dar ciências aos credores e demais interessados, informa o novo endereço de seu escritório comercial:

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130.

Diante disso, Requer:

a) Que sejam oficiados os órgãos de praxe, dando ciência de seu novo endereço, em especial, as Procuradorias Fazendárias da União, do Estado e do Município;

b) Que seja oficiada a JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo para que proceda à anotação da referida alteração de endereço da Administradora Judicial na ficha cadastral da Recuperanda.

Termos em que, Pede deferimento.
São Paulo para Arujá, 25 de janeiro de 2018.

MGA ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.
Mauricio Galvão de Andrade
Responsável Técnico
CRA SP nº 135.527 CRC1SP n° 168.436/O-0

AGUINALDO PEREIRA
OAB/SP nº 374.578

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/01/2018 às 14:51 , sob o número WAUJ18700011495 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26B2204.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARUJÁ/SP

Processo n° 1002351-95.2017.8.26.0045

RESIMAPI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), já devidamente qualificada por seus advogados, nos autos de sua **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em atendimento ao r. ato ordinatório de fls. 1237, manifestar ciência acerca das petições de fls. 1230-1233 e fls. 1233, da administradora judicial, para os devidos fins de direito.

Termos em que, pede deferimento.
São Paulo/SP, 26 de janeiro de 2018.

OTTO WILLY GÜBEL JUNIOR
OAB/SP 172.947

CAMILA C. FACIO SERRANO
OAB/SP 329.487

MICHEL D. MALAQUIAS DE LIMA
OAB/SP 345.561

GUILHERME DA CRUZ SEILER
ESTAGIÁRIO DE DIREITO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/01/2018 às 19:23 , sob o número WAUJ18700012742
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 26C3CCB.

Marcos Whitaker
Advogados

Marcos Brandão Whitaker
Bruno Yudi Soares Koga
Alessandra S. do Santos

EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DE ARUJÁ - SP

Processo n° 1002351-95.2017.8.26.0045

PROQUIGEL QUÍMICA S.A., nos autos do procedimento de RECUPERAÇÃO JUDICIAL ofertado por **RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. E OUTROS**, vem reiterar o pedido para que seja incluído o nome do subscritor da presente em todas as intimações a serem realizadas neste processo, sob pena de nulidade absoluta.

Informa a SUPLICANTE que a procuração se encontra entranhada às fls. 769/771, e que este D. Juizo já deferiu a inclusão do nome do procurador, conforme se denota do r. despacho de fls.

Termos em que,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS BRANDAO WHITAKER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/02/2018 às 14:57 , sob o número WAUJ18700017647
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2715424.

Marcos Whitaker Advogados

Pede deferimento.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2018.

Marcos Brandão Whitaker

OAB/SP 86.999

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS BRANDAO WHITAKER e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/02/2018 às 14:57 , sob o número WAUJ18700017647
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2715424.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Processo n° 1002351-95.2017.8.26.0045

1ª Vara do Foro da Comarca de Arujá – SP

RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

RELAÇÃO DE CREDORES VERIFICADA PELA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

(Art. 7°, § 2º da Lei 11.101/2005)

MGA ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.
Responsável Técnico: Mauricio Galvão de Andrade
Administrador de Empresas - CRA/SP 135.527
Contabilista - CRC/SP 1SP 168.436

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

ÍNDICE

Item	DESCRIÇÃO	PÁGINA
1.	**DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**	4
2.	**DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS - CLASSE I**	4
	I- Carine Munback Prates	5
	II- Cassia Aparecida de Andrade Silveira	5
	III- Claudinei Silva de Jesus	6
	IV- Douglas Enrique dos Santos	6
	V- Eduardo Lopes Mombach	7
	VI- Ivan Cipelli Conde	7
	VII- Ivan Marcio da Silva	8
	VIII- Jair de Andrade Ferreira	8
	IX- Marli Sudati dos Santos	9
	X- Newton Luis Oliveira de Oliveira	10
	XI- Romualdo Aparecido Cibas	10
	XII- Sivaldo Pacheco dos Santos	11
	XIII- Josuel Benedito de Farias	11
	XIV- Osvaldo Santos	12
3.	**DOS CRÉDITOS COM GARANTIA REAL - CLASSE II**	13
	I- Proquigel Química S.A.	13
	II- Serabi Mineração S.A.	15
	III- Banco do Brasil S.A.	16
	IV- Spgprints Brasil Ltda.	18
4.	**DOS CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS - CLASSE III**	19
	I- Alexandre Tetsuya	19
	II- Banco ABC Brasil S.A.	19
	III- Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL	20
	IV- Banco Bradesco S.A.	22
	V- Banco Safra S.A.	23
	VI- Borax Argentina S.A.	24
	VII- China National Minerals CO. LTD.	25
	VIII- Circuibras Ind. Com. De Circuitos Imp. Profissionais Ltda.	26
	IX- Durox Produtos Químicos Ltda.	27
	X- H4B FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA	28
	XI- Imobiliária Bassanesi	28
	XII- Itaú Unibanco S.A.	29
	XIII- KD Feddersen Ueberseegesellchaft mBH	30
	XIV- Marcio R. Da Silva Almeida	31
	XV- Paraná Banco S.A.	31
	XVI- Pooltecnica Química Ltda.	32
	XVII- Sorovale Administradora de Benefícios e Convênios Ltda.	33
	XVIII- Suatrans Emergência S.A.	35

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

Item	DESCRIÇÃO	PÁGINA
	XIX- Sul Invest S.A.	36
	XX- Unipar Carbocloro S.A.	37
	XXI- Usiquimica do Brasil Ltda.	38
	XXII- Vale Fertilizantes S.A.	40
	XXIII- Verde Gaia Consultoria e Educação Ambiental Ltda.	41
	XXIV- Companhia Brasileira de Alumínio	41
4.1	RECLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITOS	42
5.	**DOS CRÉDITOS DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQ. PORTE – CLASSE IV**	43
	I- De Luna Ind. E Com. De Sucatas e Metais Ltda - EPP	43
	II- Polipet Embalagens Plásticas Ltda - EPP	44
5.1.	RECLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITOS	44
6.	**DAS HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS INTEMPESTIVAS**	45
	I- Armazém 1001 Comércio de Cestas Básicas Ltda.	45
	II- De Luna e Comércio de Sucatas e Metais Ltda.	45
7.	**DO ENCERRAMENTO**	46

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

1. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inicialmente destacamos que o edital contendo a relação de credores apresentada pela Recuperanda, previsto no § 1° do art. 52 da LRF, foi publicado no DJE em 05/10/2017.

Com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe foram apresentados pelos credores, em cumprimento ao disposto no "caput" do art. 7° da Lei 11.101/2005, a Administradora Judicial, em conjunto com sua equipe de profissionais, realizou a verificação dos créditos listados pela Recuperanda.

Nesse sentido, a Administração Judicial apresenta a seguir o resultado da verificação de créditos e a nova relação de credores para publicação do edital previsto no § 2° do mesmo artigo.

2. DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS – CLASSE I

Os **credores Trabalhistas – Classe I** que não tiveram seus créditos relacionados ou discordaram dos créditos listados pela Recuperanda, apresentaram suas habilitações e divergências de crédito à Administração Judicial.

A seguir informamos os resultados obtidos após as análises das habilitações e divergências de crédito recebidas tempestivamente:

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

I- CARINE MUNBACK PRATES

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 31.871,92 (trinta e um mil, oitocentos e setenta e um reais e noventa e dois centavos), como Trabalhista – Classe I.

Cumpre esclarecer que a Recuperanda apresentou documentos capazes de comprovar somente a existência de crédito no valor de R$ 18.161,90.

Sendo assim, o crédito foi alterado para o valor de **R$ 18.161,90 (dezoito mil, cento e sessenta um reais e noventa centavos) como Trabalhista – Classe I, na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

II- CASSIA APARECIDA DE ANDRADE SILVEIRA

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 115.509,61 (cento e quinze mil, quinhentos e nove reais e sessenta e um centavos), como Trabalhista – Classe I.

Cumpre esclarecer que a Recuperanda apresentou documentos capazes de comprovar somente a existência de crédito no valor de R$ 109.254,37.

Sendo assim, o crédito foi alterado para o valor de **R$ 109.254,37 (cento e nove mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos) como Trabalhista – Classe I, na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

III- CLAUDINEI SILVA DE JESUS

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 28.455,86 (vinte e oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), como Trabalhista – Classe I.

O Credor apresentou habilitação de crédito decorrente da ação trabalhista nº 1001685-42.2017.5.02.0521, cujo o crédito totaliza o valor de R$ 31.500,00.

Após analisar os documentos apresentados verificamos que a divergência de crédito é **Totalmente Procedente**.

Sendo assim, o crédito no valor de **R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais) foi lançado como Trabalhista – Classe I, na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

IV- DOUGLAS ENRIQUE DOS SANTOS

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 9.049,19 (nove mil quarenta e nove reais e dezenove centavos), como Trabalhista – Classe I.

O Credor apresentou habilitação de crédito decorrente de ação trabalhista nº 1001503-56.2017.5.02.0521, cujo o crédito totaliza o valor de R$ 11.000,00.

Após analisar os documentos apresentados verificamos que a divergência de crédito é **Totalmente Procedente**.

Sendo assim, o crédito no valor de **R$ 11.000,00 (onze mil reais) foi lançado como Trabalhista – Classe I, na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

V- EDUARDO LOPES MOMBACH

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 14.868,20 (quatorze mil oitocentos e sessenta e oito reais e vinte centavos), como Trabalhista – Classe I.

Cumpre esclarecer que a Recuperanda apresentou documentos capazes de comprovar somente a existência de crédito no valor de R$ 13.997,46.

Sendo assim, o crédito foi alterado para o valor de **R$ 13.997,46 (treze mil novecentos e noventa e sete reais e quarenta e seis centavos) como Trabalhista – Classe I, na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

VI- IVAN CIPELLI CONDE

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 5.348,25 (cinco mil trezentos e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos), como Trabalhista – Classe I.

Cumpre esclarecer que a Recuperanda apresentou documentos capazes de comprovar somente a existência de crédito no valor de R$ 13.996,04.

Sendo assim, o crédito no valor de **R$ 13.996,04 (treze mil novecentos e noventa e seis reais e quatro centavos) foi lançado como Trabalhista – Classe I, na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

VII- IVAN MARCIO DA SILVA

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 18.666,52 (dezoito mil seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), como Trabalhista – Classe I.

Durante a verificação do crédito e análise dos documentos apresentados pela Recuperanda, observou-se que o valor foi objeto de composição entre as partes na ação trabalhista nº 1001203-94.2017.5.02.0521, no valor de R$ 18.000,00.

Sendo assim, o crédito no valor de **R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) foi lançado como crédito Trabalhista – Classe I, na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

VIII- JAIR DE ANDRADE FERREIRA

O crédito foi lançado no valor de R$ 9.360,00 (nove mil trezentos e sessenta reais), na relação de credores apresentada pela Recuperanda. O valor é relativo ao saldo de acordo realizado nos autos da ação trabalhista nº 1001733-35.2016.5.02.0521, realizado em 02/02/2017, no valor de R$ 14.000,00.

Após analisar os documentos apresentados pelas Recuperanda durante a verificação do crédito, a Administração Judicial identificou somente 1 (um) comprovante de pagamento com data anterior ao pedido de recuperação judicial.

Diante disso, o crédito foi alterado para constar no valor de **R$ 12.830,00 (doze mil oitocentos e trinta reais) como Trabalhista – Classe I, na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

OBS: Durante as verificações dos créditos e análises dos documentos apresentados pela Recuperanda, a Administração Judicial observou ainda que o credor Jair de Andrade Ferreira recebeu pagamentos em datas posteriores ao pedido de Recuperação Judicial. Os pagamentos não poderiam ter sido realizados pois os créditos estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial.

Desta forma, recomendamos que a Recuperanda, pelos meios apropriados, requeira a restituição dos valores pagos a este credor.

IX- MARLI SUDATI DOS SANTOS

O crédito foi lançado no valor de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), na relação de credores apresentada pela Recuperanda. O valor é relativo ao saldo de acordo realizado nos autos da ação trabalhista nº 0020251-65.2017.5.04.0403, realizado em 20/04/2017, no valor de R$ 8.400,00.

Após analisar os documentos apresentados pela Recuperanda durante a verificação do crédito, a Administração Judicial identificou somente 2 (dois) comprovante de pagamento com data anterior ao pedido de recuperação judicial.

Diante disso, o crédito foi alterado para constar no valor de **R$ 6.000,00 (seis mil reais) como Trabalhista – Classe I, na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

OBS: Durante as verificações dos créditos e análises dos documentos apresentados pela Recuperanda, a Administração Judicial verificou ainda que a credora Marli Sudati dos Santos recebeu pagamentos em datas posteriores ao pedido de Recuperação Judicial. Os pagamentos não poderiam ter sido realizados pois os créditos estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial.

Desta forma, recomendamos que a Recuperanda, pelos meios apropriados, requeira a restituição dos valores pagos a esta credora.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

X- NEWTON LUIS OLIVEIRA DE OLIVEIRA

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 47.618,28 (quarenta e sete mil seiscentos e dezoito reais e vinte oito centavos), como Trabalhista – Classe I

Cumpre esclarecer que a Recuperanda apresentou documentos capazes de comprovar somente a existência de crédito no valor de R$ 11.920,39.

Sendo assim, o crédito foi alterado para o valor de **R$ 11.920,39 (onze mil novecentos e vinte reais e trinta e nove centavos) como Trabalhista – Classe I, na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

XI- ROMUALDO APARECIDO CIBAS

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 75.123,39 (setenta e cinco mil, cento e vinte e três reais e trinta e nove centavos), como Trabalhista – Classe I

Durante a verificação do crédito observou-se que o valor decorre da ação trabalhista nº 0001869-42.2012.5.02.0019, na qual foi homologada liquidação no valor de R$ 230.589,65 (duzentos e trinta mil, quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), correspondente ao principal em 01/04/2016, a ser acrescido de juros desde 27/07/2012.

A Administração Judicial atualizou o crédito conforme determinado naquela ação (e em observância ao disposto no art. 9º, inciso II da Lei 11.101/2005) e obteve o valor de R$ 376.829,38, para a data pedido de recuperação judicial (04/08/2017).

Sendo assim, o crédito no valor de **R$ 376.829,38 (trezentos e setenta e seis mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta e oito centavos) foi lançado como Trabalhista – Classe I, na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

XII- SIVALDO PACHECO DOS SANTOS

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 22.127,83 (vinte e dois mil cento e vinte e sete reais e oitenta e três centavos), como Trabalhista – Classe I

Durante a verificação do crédito observou-se que o valor decorre de composição entre as partes realizada pelo valor de R$ 25.000,00, na ação trabalhista nº 1001385-80.2017.5.02.0521.

Sendo assim, o crédito foi alterado para o valor de **R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) como Trabalhista – Classe I, na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

XIII- JOSUEL BENEDITO DE FARIAS

O credor apresentou habilitação alegando que seu crédito é proveniente de honorários advocatícios previstos no Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças, firmado entre a Recuperanda a empresa Serabi Mineração S.A., além de honorários arbitrados nos autos do processo nº 1009080-69.2017.8.26.0100, cujo o montante perfaz o valor de R$ 48.040,67 (quarenta e oito mil, quarenta reais e sessenta e sete centavos) a ser incluído na classificação com privilégio especial.

Após analisar os documentos apresentados a Administração Judicial chegou ao valor e classificação devidos do crédito, senão vejamos:

O crédito decorre de Instrumento de Confissão de Dívida e foi objeto de Ação de Execução. Desta forma, a Administração Judicial atualizou o saldo devedor e apurou os honorários advocatícios, como segue:

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITO PARA DATA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - 04/08/2017										
DATA	DESCRIÇÃO	VALOR	DATA PGTO	JUROS DE MORA	MULTA 10%	VALOR COM JUROS E MULTA	VALOR PAGO	DIFERENÇA	JUROS / DESONERAÇÃO	SALDO DEVEDOR
05/05/2016	Confissão de Dívida	160.370,00							9.622,20	169.992,20
25/08/2016	Parcela 1	28.332,03	01/09/2016	66,11	2.833,20	31.231,34	28.332,03	2.899,31		144.559,48
25/09/2016	Vencimento Antecipado	144.559,48							-6.414,80	**138.144,68**
									VALOR CORRIGIDO TJSP	**140.578,91**
									JUROS DE MORA 1% A.M.	**14.667,07**
									MULTA DE MORA 10%	**14.057,89**
									VALOR DO CRÉDITO	**169.303,87**
									HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EXTRAJUDICIAL 10%	**16.930,39**
									TOTAL - BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	**186.234,25**
									HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS JUDICIAL 10%	**18.623,43**

* Os valores referentes aos honorários advocatícios serão habilitados em favor dos patronos da credora.

Conforme demonstrado na tabela acima, o crédito referente a honorários totaliza o valor de **R$ 35.553,82 (trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e dois centavos), atualizado até a data do pedido de recuperação judicial (04/08/2017)**

Quanto a classificação, a Administração Judicial entende tratar-se de crédito de natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho. Desta forma, **o crédito deve ser relacionado como Trabalhista – classe I**.

Sendo assim, o pedido do credor é **Parcialmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 35.553,82 (trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e dois centavos) foi lançado como Trabalhista – Classe I na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

XIV- OSVALDO SANTOS

A Recuperanda não listou créditos em favor do credor.

O Credor apresentou habilitação de crédito decorrente de ação trabalhista nº 1000318-80.2017.5.02.0521, que tramitou na Vara do Trabalho de Arujá/SP, cujo o crédito totaliza o valor de R$ 1.724,56 (um mil, setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos), atualizado para 01/11/2017.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

Após analisar os documentos apresentados verificou-se que o crédito foi atualizado para data posterior ao pedido de recuperação judicial, ocorrido em 04/08/2017. No entanto, conforme previsto no art. 9º, inciso II da Lei 11.101/2005, o crédito deve ser atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.

Assim, a Administração Judicial atualizou o crédito para data do pedido de recuperação judicial e obteve o valor de R$ 1.677,51.

Sendo assim, o pedido do credor é **Parcialmente Procedente** e o valor de **R$ 1.677,51 (um mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta e um centavos) foi lançado como Trabalhista – Classe I, na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

3. DOS CRÉDITOS COM GARANTIA REAL – CLASSE II

Os **credores com Garantia Real - Classe II** que discordaram dos créditos listados pela Recuperanda, apresentaram divergências de crédito à Administração Judicial.

A seguir são informados os resultados obtidos após as análises das habilitações e divergências de crédito recebidas tempestivamente pela Administração Judicial:

I- PROQUIGEL QUÍMICA S.A.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 3.293.896,33 (três milhões duzentos e noventa e três mil, oitocentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos), como Garantia Real – Classe II.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

A credora alega que o crédito decorre de Instrumento de Confissão de Dívida e perfaz o valor de R$ 3.533.442,08 (três milhões quinhentos e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e oito centavos), referente à 11 (onze) parcelas não pagas e atualizadas até a data do pedido de recuperação judicial.

Além disso, a credora alega que o contrato prevê garantia hipotecária constituída por meio da Escritura de Hipoteca registro nº 130.477.

Após analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial verificou que o crédito foi lançado pelo valor original, sem considerar a confissão de dívida firmada em 20/06/2016 (e encargos ali previstos). Também foi constatado que o bem dado em garantia não pertence à Recuperanda, tratando-se de garantia de terceiros, senão vejamos:

A credora apresentou a atualização do crédito referente à Confissão de Dívida, até a data do pedido de recuperação, cujo o montante perfaz o valor de **R$ 3.533.442,08 (três milhões quinhentos e trinta e três mil quatrocentos e quarenta e dois reais e oito centavos)**.

Quanto a garantia hipotecária constituída por meio da Escritura de Hipoteca registro nº 130.477, verifica-se que o bem não pertence à Recuperanda, e considerando que o bem do terceiro garantidor não integra o patrimônio do devedor, não pode admitir sua classificação como garantia real.

Desta forma, **o crédito deve ser relacionado como quirografário – classe III**.

Sendo assim, o pedido da credora é **Parcialmente Procedente** e crédito no valor **de R$ 3.533.442,08 (três milhões quinhentos e trinta e três mil quatrocentos e quarenta e dois reais e oito centavos) foi lançado como crédito Quirografário – Classe III, na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

II- SERABI MINERAÇÃO S.A.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 141.660,15 (cento quarenta e um mil, seiscentos e sessenta reais e quinze centavos), como Garantia Real – Classe II.

A credora alega que o crédito totaliza o valor de R$ 178.621,71 (cento e setenta e oito mil, seiscentos e vinte um reais e setenta e um centavos), atualizado até 30/08/2017, decorrente da Ação de Execução nº 119005-34.2016.8.26.0100.

Além disso, alega que o crédito está garantido por meio de hipoteca do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel sob o nº 3.698.

Depois de analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial verificou o valor e classificação devida do crédito, vejamos:

O crédito decorre de Instrumento de Confissão de Dívida e foi objeto de Ação de Execução, nos termos do aditivo de confissão de dívida. Desta forma, a Administração Judicial atualizou o saldo devedor, como segue:

ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITO PARA DATA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - 04/08/2017										
DATA	DESCRIÇÃO	VALOR	DATA PGTO	JUROS DE MORA	MULTA 10%	VALOR COM JUROS E MULTA	VALOR PAGO	DIFERENÇA	JUROS / DESONERAÇÃO	SALDO DEVEDOR
05/05/2016	Confissão de Dívida	160.370,00							9.622,20	169.992,20
25/08/2016	Parcela 1	28.332,03	01/09/2016	66,11	2.833,20	31.231,34	28.332,03	2.899,31		144.559,48
25/09/2016	Vencimento Antecipado	144.559,48							-6.414,80	**138.144,68**
									VALOR CORRIGIDO TJSP	**140.578,91**
									JUROS DE MORA 1% A.M.	**14.667,07**
									MULTA DE MORA 10%	**14.057,89**
									VALOR DO CRÉDITO	**169.303,87**
									HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EXTRAJUDICIAL 10%	**16.930,39**
									TOTAL - BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	**186.234,25**
									HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS JUDICIAL 10%	**18.623,43**

* Os valores referentes aos honorários advocatícios serão habilitados em favor dos patronos da credora.

Conforme demonstrado na tabela acima, o crédito totaliza o valor de **R$ 169.303,87 (cento sessenta e nove mil, trezentos e três reais e oitenta e sete centavos), atualizado até a data do pedido de recuperação judicial (04/08/2017)**.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

Quanto a classificação do crédito, verificou-se que o imóvel indicado no Instrumento de Confissão de Dívida não pertence à Recuperanda, e considerando que o bem do terceiro garantidor não integra o patrimônio do devedor, não pode admitir sua classificação como garantia real.

Desta forma, **o crédito deve ser relacionado como quirografário – classe III**.

Sendo assim, o pedido da credora é **Parcialmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 169.303,87 (cento sessenta e nove mil, trezentos e três reais e oitenta e sete centavos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

III-BANCO DO BRASIL S.A.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda, o crédito foi lançado no valor de R$ 1.202.803,79 (um milhão duzentos e dois mil, oitocentos e três reais e setenta e nove centavos), sem demonstração analítica da composição do crédito.

O Banco do Brasil alega ser credor dos seguintes contratos celebrados entre as partes: Cédula de Crédito Bancário, n° 490.302.102, no valor de R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais); Cédula de Crédito Bancário – n° 490.302.103, no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), conforme documento anexo; Termo de Adesão aos cartões OUROCARD EMPRESARIAIS, OP n° 776.977.41, no limite proposto de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Em razão da inadimplência perante a obrigação assumida nos contratos mencionados, a dívida atualizada até a data da distribuição da recuperação judicial atinge o montante de R$ 1.680.054,69 (um milhão seiscentos e oitenta mil cinquenta e quatro reais e sessenta e nove reais).

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

Requer a habilitação do crédito referente aos Contratos supramencionados. Na classe dos credores com garantia real as Cédulas de créditos bancárias de n° 490.302.102 e 490.302.103 e na classe dos quirografários o Termo de Adesão aos Cartões de n° 776.977.41, no total de **R$ 1.680.054,69 (um milhão seiscentos e oitenta mil cinquenta e quatro reais e sessenta e nove reais).**

Em seguida, após analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial verificou o valor e classificação de cada crédito, concluindo que:

i. A Cédula de Crédito Bancário n° 490.302.102 e a memória de cálculo, **o crédito foi alterado para constar no valor de R$ 1.177.597,85 (um milhão cento e setenta e sete mil quinhentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos)**.

   Quanto a classificação do crédito referente a CCB n° 490.302.102 verificou-se que o imóvel dado em garantia não pertence à Recuperanda, e considerando que o bem do terceiro garantidor não integra o patrimônio do devedor, não pode admitir sua classificação como garantia real. Desta forma, **o crédito deve ser relacionado como quirografário – classe III;**

ii. A Cédula de Crédito Bancário – n° 490.302.103 e a memória de cálculo, **o crédito passou a constar no valor de R$ 502.104,39 (quinhentos e dois mil cento e quatro reais e trinta e nove centavos)**.

   Quanto a classificação do crédito referente a CCB n° 490.302.103 verificou-se que o imóvel dado em garantia não pertence à Recuperanda, e considerando que o bem do terceiro garantidor não integra o patrimônio do devedor, não pode admitir sua classificação como garantia real. Desta forma, **o crédito deve ser relacionado como quirografário – classe III;**

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

iii. Após analisar o Termo de Adesão aos cartões OUROCARD EMPRESARIAIS, OP n° 776.977.41 e a memória de cálculo, **o crédito passou a constar no valor de R$ 352,45 (trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos)**.

Sendo assim, o pedido do credor é **Parcialmente Procedente** e crédito no valor total de **R$ 1.680.054,69 (um milhão seiscentos e oitenta mil cinquenta e quatro reais e sessenta e nove reais), foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

IV- SPGPRINTS BRASIL LTDA.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 295.985,23 (duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais e vinte e três centavos) como Garantia Real – Classe II.

Durante a verificação dos créditos a Administração Judicial observou que o bem dado em garantia foi o veículo modelo Volkswagen 24-280, ano 2012, placa EOF 5565, RENAVAM 00500118051, porém não houve o devido registro da garantia no Detran. Além disso, verifica-se que o referido veículo foi objeto de alienação fiduciária em contrato formalizado junto ao BANRISUL.

Sendo assim, o crédito no valor de **R$ 295.985,23 (duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais e vinte e três centavos), foi reclassificado para constar como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

4. CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS – CLASSE III

Os **credores Quirografários – Classe III** que não tiveram seus créditos lançados ou que discordaram dos créditos relacionados pela Recuperanda, apresentaram suas habilitações e divergências de crédito à Administração Judicial.

A seguir são informados os resultados obtidos nas análises das habilitações e divergências de crédito recebidas tempestivamente pela Administração Judicial:

I- ALEXANDRE TETSUYA

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) como quirografário – Classe III.

Durante a verificação dos créditos a Recuperanda informou que o crédito decorre da devolução de cheque nº 006035, emitido para pagamento de serviços. No entanto, restou comprovado que o valor foi pago anteriormente ao pedido de recuperação judicial.

Sendo assim, o crédito foi **excluído da relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

II- BANCO ABC BRASIL S.A.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 55.665,51 (cinquenta e cinco mil seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) como Quirografário – Classe III.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

O credor alega que o crédito decorre da Cédula de Crédito Bancário –nº 4194416 e perfaz o valor de R$ 70.288,93 (setenta mil duzentos e oitenta e oito reais e noventa e três centavos), atualizado até 04/08/2016.

Depois de analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial verificou o crédito foi lançado considerando o valor principal sem juros, senão vejamos:

i. O crédito listado pela Recuperanda considerou o valor principal sem os encargos contratuais firmados na CCB. O valor principal apresentado pelo credor converge com o valor da Recuperanda, porém foi atualizado e acrescidos dos encargos contratuais até 04/08/2017.

Sendo assim, o pedido do credor é **Totalmente Procedente** e crédito no valor de **R$ 70.288,93 (setenta mil duzentos e oitenta e oito reais e noventa e três centavos), foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005**.

III-BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A - BANRISUL

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 736.500,00 (setecentos e trinta e seis mil e quinhentos reis), na classe III – Quirografário.

O credor alega que o crédito decorre do Instrumento Particular de Confissão de Dívida com Garantias Fiduciária e Fidejussória nº 201704133019550100000 1 e perfaz o valor de R$ 845.048,50 (oitocentos e quarenta cinco mil, quarenta e oito reais e cinquenta centavos), atualizado até a data do pedido de recuperação judicial (04/08/2016).

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

O crédito é garantido pela propriedade fiduciária na modalidade alienação de veículo, devidamente registrada no órgão competente, merecendo ser tratado como Extraconcursal. Além disso, alega que para efeito de pagamento o crédito foi dividido em dois valores, conforme cláusula 4.1 e 4.2 do contrato.

Por fim, requer que o crédito passe a constar como Extraconcursal no valor de R$ 845.048,50 (oitocentos e quarenta cinco mil, quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

Depois de analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial verificou o crédito foi lançado considerando o valor principal sem juros, senão vejamos:

i. O crédito listado pela Recuperanda considera o valor principal sem os encargos contratuais firmados no Instrumento de Confissão de Dívida. O valor principal apresentado pelo credor converge com o valor da Recuperanda, porém foi atualizado e acrescidos dos encargos contratuais até 04/08/2017. Os valores pagos pela Recuperanda também foram considerados pelo credor.

ii. Quanto a classificação, verificou-se que o crédito é garantido por alienação fiduciária de veículo, devidamente registrada junto ao órgão competente.

Ocorre que o valor de avaliação do bem, constante na cláusula 9.7 do Instrumento de Confissão de Dívida é de R$ 138.545,00 (cento e trinta e oito mil quinhentos e quarenta e cinco reais).

Considerando que a garantia é limitada ao valor do bem gravado, o crédito, até o limite da garantia, deve ser tratado como extraconcursal. O valor excedente será considerado como quirografário.

Sendo assim, o pedido do credor é **Parcialmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 138.545,00 (cento e trinta e oito mil quinhentos e quarenta e cinco reais), foi excluído da relação de credores**. O valor de **R$ 706.503,50 (setecentos e seis mil quinhentos e três reais e cinquenta**

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

centavos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.

IV- BANCO BRADESCO S.A.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 1.063.388,38 (um milhão, sessenta e três mil trezentos e oitenta e oito reais e trinta e oito centavos), na classe III – Quirografário.

O credor alega que o crédito decorre das seguintes cédulas de créditos: Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro nº 351/9.028.097, com valor atualizado de R$ 280.547,67 (duzentos e oitenta mil quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta e sete centavos); Cédula de Crédito Bancário — Conta Garantida — PJ nº 447/3.671.398, no valor de R$ 184.697,33 (cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos) e 13 (treze) operações de descontos de duplicatas no valor de R$ 963.100,53 (novecentos e sessenta e três mil, cem reais e cinquenta e três centavos).

Desta forma, requer a retificação do crédito para constar no valor de R$ 1.428.345,53 (um milhão quatrocentos e vinte e oito mil, trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos) como quirografário.

Após analisar os documentos apresentados, verificou-se que a Recuperanda deixou de detalhar os créditos por contrato, prejudicando a análise individual dos créditos. A Administração Judicial analisou as divergências apontadas pelo credor e concluiu que:

i. O crédito decorrente da Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro nº 351/9.028.097, foi atualizado para 30/09/2017, data posterior ao pedido de recuperação judicial.
   Desta forma o crédito foi atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, totalizando o valor de R$ 277.297,66 (duzentos e setenta e sete mil, duzentos e noventa e sete reais e sessenta e seis centavos).

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

ii. No crédito decorrente da Cédula de Crédito Bancário — Conta Garantida — PJ nº 447/3.671.398, o valor de R$ 184.697,33 (cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos) não foi alterado.

iii. Nas operações de descontos de duplicatas, foi mantido o valor de R$ 963.100,53 (novecentos e sessenta e três mil, cem reais e cinquenta e três centavos).

Sendo assim, o pedido do credor é **Parcialmente Procedente** e o crédito no valor total de **R$ 1.425.095,52 (um milhão quatrocentos e vinte e cinco mil, noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

V- BANCO SAFRA S.A.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 473.402,78 (quatrocentos e setenta e três mil quatrocentos e dois reais e setenta e oito centavos), na classe III – Quirografário.

O credor alega que o crédito decorre da Cédula de Crédito Bancário (Mútuo) nº 002631079, que perfaz o valor de R$ 740.893,04 (setecentos e quarenta mil oitocentos e noventa e três reais e quatro centavos), atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.

Desta forma, requer retificação do crédito para constar no valor de R$ 740.893,04 (setecentos e quarenta mil oitocentos e noventa e três reais e quatro centavos) como quirografário.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

Depois de analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial concluiu que:

i. O credor atualizou o crédito para a data do pedido de recuperação judicial, as parcelas vencidas foram corrigidas e acrescidas de encargos moratório, as parcelas vincendas sofreram deságio expurgando os juros a vencer. Após a atualização o crédito totaliza o valor de R$ 740.893,04 (setecentos e quarenta mil oitocentos e noventa e três reais e quatro centavos).

Sendo assim, o pedido do credor é **Totalmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 740.893,04 (setecentos e quarenta mil oitocentos e noventa e três reais e quatro centavos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

VI- BORAX ARGENTINA S.A.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 152.795,38 (cento e cinquenta e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e trinta e oito centavos), na classe III – Quirografário.

No entanto, a Recuperanda apresentou divergência alegando que houve equívoco no lançamento do crédito e requer a correção para constar o valor de USD 33,858.00 (trinta e três mil oitocentos e cinquenta e oito dólares americanos).

Depois de analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial concluiu que:

i. O crédito decorre da importação de produtos descritos nas proformas nº 0001-900001934 e 0001-90002455, nos respectivos valores, USD 15,005.25 (quinze mil e cinco dólares e vinte e cinco centavos) e USD 18,852.75 (dezoito mil oitocentos e cinquenta e dois mil dólares e setenta e cinco centavos).

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

Sendo assim, o pedido do credor é **Totalmente Procedente** e o crédito no valor de **USD 33,858.00 (trinta e três mil oitocentos e cinquenta e oito dólares americanos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

VII- CHINA NATIONAL MINERALS CO. LTD.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 106.318,00 (cento e seis mil trezentos e dezoito reais), na classe III – Quirografário.

No entanto, a Recuperanda apresentou divergência alegando que houve equívoco no lançamento do crédito, sendo que o valor constante na relação: R$ 106.318,00 (cento e seis mil trezentos e dezoito reais) resulta da conversão do valor originário em dólar, de USD 34,000.00 (trinta e quatro mil dólares), correspondente ao valor total da venda. No entanto, foram pagos 20% (vinte por cento) de forma antecipada, e o saldo remanescente é USD 27,200.00 (vinte e sete mil e duzentos dólares).

Desta forma, requer retificação do crédito para constar no valor de USD 27,200.00 (vinte e sete mil e duzentos dólares) como quirografário.

Após analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial concluiu que:

ii. A Recuperanda pagou 20% do valor da importação de mercadorias por meio da contratação de câmbio firmada junto ao Itaú Unibanco S.A., restando o saldo devedor de USD 27,200.00 (vinte e sete mil e duzentos dólares).

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

Sendo assim, o pedido da Recuperanda é **Totalmente Procedente** e o crédito no valor de **USD 27,200.00 (vinte e sete mil e duzentos dólares) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

VIII- CIRCUIBRAS IND. COM. DE CIRCUITOS IMP. PROFISSIONAIS LTDA.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 25.732,19 (vinte e cinco mil, setecentos e trinta e dois reais e dezenove centavos), como quirografário - classe III.

O credor apresentou divergência, alegando que o crédito perfaz o valor de R$ 41.318,61 (quarenta e um mil trezentos e dezoito reais e sessenta e um centavos), decorrente do Instrumento Particular de Acordo Extrajudicial formalizado em 03/11/2016.

Depois de analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial verificou o crédito foi lançado considerando o valor principal sem juros, senão vejamos:

i. O crédito listado pela Recuperanda considera o valor principal sem os encargos contratuais firmados no Instrumento de Acordo Extrajudicial. O valor principal apresentado pelo credor converge com o valor da Recuperanda, porém foi atualizado e acrescidos dos encargos contratuais até 04/08/2017. O valor pago pela Recuperanda também foram considerados pelo credor.

Sendo assim, o pedido do credor é **Totalmente Procedente** e crédito no valor de **R$ 41.318,61 (quarenta e um mil trezentos e dezoito reais e sessenta e um centavos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

IX- DUROX PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 120.323,07 (cento e vinte mil, trezentos e vinte e três reais e sete centavos) como quirografário - classe III.

A credora apresentou divergência, alegando que o crédito perfaz o valor de R$ 192.764,22 (cento e noventa e dois mil setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos), decorrente do Instrumento Particular de Confissão de Dívida formalizado em 03/11/2016.

Depois de analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial verificou o crédito foi lançado considerando o valor principal sem juros, senão vejamos:

i. O crédito listado pela Recuperanda considera o valor em aberto em 14/06/2016, e não abrange os valores e encargos contratuais firmados no Instrumento Particular de Confissão de Dívida de 06/06/2016.

   De acordo com os documentos juntados aos autos da Ação de Execução nº 1125408-19.2016.8.26.0100 foram pagas duas parcelas da confissão de dívida. Os valores em aberto foram atualizados conforme os encargos previstos na confissão de dívida.

Sendo assim, o pedido da credora é **Totalmente Procedente** e crédito no valor de **R$ 192.764,22 (cento e noventa e dois mil setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

X- H4B FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 2.230.750,00 (dois milhões duzentos e trinta mil e setecentos e cinquenta reais) como quirografário - classe III.

Durante as verificações a Administração Judicial solicitou que fossem apresentados os documentos que deram origem ao crédito da empresa H4B FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA, porém a Recuperanda não apresentou tais documentos.

Sendo assim, o crédito no valor de **R$ 2.230.750,00 (dois milhões duzentos e trinta mil e setecentos e cinquenta reais) foi excluído da relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

XI- IMOBILIÁRIA BASSANESI

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 2.085,37 (dois mil, oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos) como quirografário - classe III.

A credora apresentou divergência, alegando que o crédito perfaz o valor de R$ 34.844,05 (trinta e quatro mil oitocentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos) decorrente dos processos nº 010/1.17.0008826-2, nº 010/1170007396-6 e 010/1170011164-7, todos em trâmite na comarca de Caxias do Sul – RS.

Depois de analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial concluiu que:

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

i. Os valores pleiteados pela credora não são de sua titularidade, caso o crédito tenha sido objeto de cessão, deverá apresentar os documentos que suportam a transação.

Sendo assim, o pedido da credora é **Improcedente** e crédito no valor de **R$ 2.085,37 (dois mil, oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

XII- ITAÚ UNIBANCO S.A.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 155.265,07 (cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sete centavos) como quirografário - classe III.

O credor apresentou divergência alegando que o crédito decorre da Cédula de Crédito Bancário – Confissão de Dívida Parcelamento – PJ e perfaz o valor de R$ 135.278,87 (cento e trinta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos), atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.

Depois de analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial verificou o crédito foi lançado sem considerar todas as amortizações realizadas antes do pedido de recuperação judicial, senão vejamos:

i. O crédito listado pela Recuperanda considera o valor em aberto em 24/07/17, porém não abrange todos os valores pagos.

Sendo assim, o pedido do credor é **Totalmente Procedente** e crédito no valor de **R$ 135.278,87 (cento e trinta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

XIII- KD FEDDERSEN UEBERSEEGESELLCHAFT MBH

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 426.835,50 (quatrocentos e vinte e seis mil, oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos), na classe III – Quirografário.

No entanto, a Recuperanda apresentou divergência alegando que houve equívoco no lançamento do crédito, sendo que o valor constante na relação: R$ 426.835,50 (quatrocentos e vinte e seis mil, oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos) resulta da conversão do valor originário em dólar, de USD 136,500 (cento e trinta e seis mil e quinhentos dólares americanos). No entanto, alega que o saldo devedor correto é USD 68,250.00 (sessenta e oito mil e duzentos e cinquenta dólares americanos).

Desta forma, requer retificação do crédito para constar no valor de USD 68,250.00 (sessenta e oito mil e duzentos e cinquenta dólares americanos) como quirografário.

Após analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial concluiu que:

i. O crédito decorre da importação de produtos descritos na fatura 300379 no total de USD 68,250.00 (sessenta e oito mil e duzentos e cinquenta dólares americanos).

Sendo assim, o pedido a Recuperanda é **Totalmente Procedente** e o crédito no valor de **USD 68,250.00 (sessenta e oito mil e duzentos e cinquenta dólares americanos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

XIV- MARCIO R. DA SILVA ALMEIDA

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 344,00 (trezentos e quarenta e quatro reais), na classe III – Quirografário.

No entanto, a Recuperanda apresentou divergência alegando que houve equívoco no lançamento do crédito, sendo que o valor constante na relação foi integralmente quitado em 07/11/2016. Desta forma, requer exclusão do crédito da relação de credores.

Após analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial verificou que o crédito foi pago.

Sendo assim, o pedido da Recuperanda é **Totalmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 344,00 (trezentos e quarenta e quatro reais) foi excluído da relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

XV- PARANÁ BANCO S.A.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 437.735,33 (quatrocentos e trinta e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos) como quirografário – classe III.

O credor apresentou divergência alegando que o crédito decorre da Cédula de Crédito Bancário nº 10378, pactuada em 07/08/2015 e aditada em 30/06/2016, totalizando o valor de R$ 590.211,32 (quinhentos e noventa mil, duzentos e onze reais e trinta e dois centavos), na data do pedido de recuperação judicial.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

Após analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial concluiu que:

i. O crédito foi lançado pelo valor principal, sem a inclusão dos encargos contratuais previstos na cédula de crédito.

Sendo assim, o pedido do credor é **Totalmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 590.211,32 (quinhentos e noventa mil, duzentos e onze reais e trinta e dois centavos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

XVI- POOLTECNICA QUÍMICA LTDA.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 58.778,86 (cinquenta e oito mil, setecentos e setenta e oito reais e oitenta e seis centavos) como quirografário - classe III.

O credor apresentou divergência alegando que o crédito decorre do descumprimento do acordo judicial firmado nos Autos nº 1059721-95.2016.8.26.0100 e perfaz o valor de R$ 99.337,30 (noventa e nove mil, trezentos e trinta e sete reais e trinta centavos).

Após analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial concluiu que:

i. A Recuperanda listou o crédito pelo valor principal, sem a inclusão dos encargos contratuais previstos acordo judicial firmado entre as partes.
ii. O valor pleiteado pela credora foi corrigido pelo índice IPCA e acrescidos de juros de 12% anual até 12/09/2017, data posterior ao pedido de recuperação judicial. Além disso, o índice e os juros aplicados não estão em conformidade com o acordo firmados entre as partes.
iii. Também foram incluídos nos cálculos os honorários advocatícios, porém estes devem ser pleiteados pelo seu titular.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

A Administração Judicial atualizou o crédito conforme as condições previstas no acordo judicial firmado entre as partes e a legislação vigente, como segue:

APURAÇÃO DO SALDO DEVEDOR NA DATA DO PEDIDO DE RJ						
DATA	**VALOR DA PARCELA**	**DATA PGTO**	**VALOR CORRIGIDO ÍNDICE TJ-SP**	**VALOR PAGO**	**CORREÇÃO MONETÁRIA NÃO PAGA**	**SALDO DEVEDOR**
17/06/2016						83.969,80
22/06/2016	8396,98	22/06/2016	8.396,98	8397	0,00	75.572,82
22/07/2016	8396,98	27/07/2016	8.436,45	8397	39,47	67.215,31
22/08/2016	8396,98	30/08/2016	8.490,44	8397	93,46	58.911,78
22/09/2016	8396,98	31/08/2016	8.490,44	0	93,46	59.005,24
VENCIMENTO ANTECIPADO - MULTA DE INADIMPLÊNCIA – 10%						**11.801,05**
SALDO DEVEDOR COM MULTA						**70.806,29**
SALDO DEVEDOR CORRIGIDO PELO TJ-SP ATÉ DATA DO PEDIDO DE RJ						**72.053,96**
CUSTAS PROCESSUAIS FLS. 69 - ATUALIZADA ATÉ A DATA DO PEDIDO DE RJ						**12,75**
CUSTAS PROCESSUAIS FLS. 97 - ATUALIZADA ATÉ A DATA DO PEDIDO DE RJ						**12,61**
CUSTAS PROCESSUAIS FLS. 111 - ATUALIZADA ATÉ A DATA DO PEDIDO DE RJ						**12,56**
SALDO TOTAL DA DÍVIDA NA DATA DO PEDIDO DE RJ						**72.091,88**

Sendo assim, o pedido do credor é **Parcialmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 72.091,88 (setenta e dois mil, noventa e um reais e oitenta e oito centavos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

XVII- SOROVALE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS LTDA.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 15.208,97 (quinze mil, duzentos e oito reais e noventa e sete centavos) como quirografário - classe III.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

A credora apresentou divergência alegando que o crédito está consubstanciado em sentença proferida na ação de cobrança nº 1013355-94.2016.8.26.0068 e perfaz o valor atualizado de R$ 24.488,08 (vinte quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oito centavos).

Após analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial conclui que:

i. A Recuperanda listou o crédito pelo valor principal das duplicatas, sem atualização monetária, juros de mora e multa, determinados na sentença proferida na ação movida pela credora.
ii. Quanto a atualização apresentada pela credora verificou-se que o crédito foi atualizado até 29/09/2017, data posterior ao pedido de recuperação judicial. Além disso, a credora incluiu no crédito o valor referente aos honorários advocatícios.

Na tabela abaixo, a Administração Judicial demonstra a atualização do valor das duplicatas, de acordo com sentença, até a data do pedido de recuperação judicial em 04/08/2017, totalizando R$ 19.012,11 (dezenove mil, doze reais e onze centavos). Os honorários advocatícios devem ser pleiteados pelo titular do crédito.

ATUALIZAÇÃO DO CRÉDITO ATÉ DATA DO PEDIDO DE RJ (04/08/2017)					
DATA	**VALOR**	**VALOR CORRIGIDO ÍNDICE TJSP**	**JUROS DE MORA 1% A.M.**	**MULTA DE 2%**	**TOTAL**
08/03/2016	8.079,82	8.545,62	1.464,15	170,91	10.180,69
08/04/2016	7.129,15	7.477,92	1.203,95	149,56	8.831,43
				TOTAL DO CRÉDITO ATUALIZADO	**19.012,11**

Sendo assim, o pedido da credora é **Parcialmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 19.012,11 (dezenove mil, doze reais e onze centavos), foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

XVIII- SUATRANS EMERGÊNCIA S.A.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 7.884,48 (sete mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) como quirografário - classe III.

A credora apresentou divergência alegando que o crédito totaliza o valor de R$ R$ 19.215,89 (dezenove mil, duzentos e quinze reais e oitenta e nove centavos), decorrente das seguintes notas fiscais: 112480, 114951, 117408, 119892, 122398, 124882 e 127376.

Após analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial conclui que:

i. A Recuperanda não listou todas as notas fiscais em aberto, também não foram inclusos a atualização monetária e os encargos previstos no contrato de prestação de serviços firmado entre as partes. Após solicitação de esclarecimentos sobre as notas não listadas, a Recuperanda reconheceu as demais notas apresentadas pela credora.

ii. Quanto a atualização apresentada pela credora, não foi possível identificar os encargos cobrados e a data para qual o crédito foi atualizado.

Na tabela a seguir, a Administração Judicial demonstra a atualização dos valores das duplicatas, em conformidade com o contrato de prestação de serviços, totalizando o valor de R$ 17.951,10 (dezessete mil, novecentos e cinquenta e um reais e dez centavos) na data do pedido de recuperação judicial.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

ATUALIZAÇÃO DO CRÉDITO ATÉ DATA DO PEDIDO DE RJ (04/08/2017)						
NOTA FISCAL	DATA	VALOR	VALOR CORRIGIDO ÍNDICE TJSP	JUROS DE 1% A.M.	MULTA DE 10%	TOTAL
112480	15/02/2016	1.971,12	2.096,38	374,55	209,64	2.680,57
114951	15/03/2016	1.971,12	2.084,76	352,32	208,48	2.645,55
117408	15/04/2016	1.971,12	2.067,55	328,05	206,76	2.602,36
119892	15/05/2016	1.971,12	2.054,40	305,42	205,44	2.565,26
122398	15/06/2016	1.971,12	2.034,47	281,43	203,45	2.519,35
124882	15/07/2016	1.971,12	2.024,95	259,87	202,49	2.487,31
127376	15/08/2016	1.971,12	2.012,07	237,42	201,21	2.450,70
				TOTAL DO CRÉDITO ATUALIZADO		17.951,10

Sendo assim, o pedido da credora é **Parcialmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 17.951,10 (dezessete mil, novecentos e cinquenta e um reais e dez centavos), foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

XIX- SUL INVEST FUNDO INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 623.201,95 (seiscentos e vinte e três mil, duzentos e um reais e noventa e cinco centavos) como quirografário - classe III.

O credor apresentou divergência alegando que o crédito decorre do Termo de Cessão 1706300062, estando em aberto a duplicata nº 51850/A vencida em 27/10/2017, no valor de R$ 854.938,79 (oitocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e trinta e oito reais e setenta e nove centavos).

Após analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial conclui que:

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

i. A Recuperanda listou o crédito com base no Razão Analítico de 31/12/2016. Após solicitação de esclarecimentos sobre o Termo de Cessão 17066300062, a Recuperanda reconheceu a operação realizada com o credor.

Sendo assim, o pedido do credor é **Totalmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 854.938,79 (oitocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e trinta e oito reais e setenta e nove centavos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

XX- UNIPAR CARBOCLORO S.A.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 70.080,79 (setenta mil oitenta reais e setenta e nove centavos) como quirografário - classe III.

O credor apresentou divergência alegando que o crédito atualizado totaliza o valor de R$ 82.971,49 (oitenta e dois mil, novecentos e setenta e um reais e quarenta e nove centavos).

Após analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial conclui que:

i. O crédito é referente ao saldo do parcelamento das duplicatas nº 139021, 143540, 143676 e 146689.

ii. A credora atualizou o crédito para a data do pedido de recuperação judicial, porém aplicou juros de 1% a.m. sobre o valor corrigido, sem demonstrar contrato com a previsão dos juros aplicados.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

Na tabela abaixo, a Administração Judicial demonstra a atualização do crédito para a data do pedido de recuperação judicial (04/08/2017), sem a inclusão dos juros, totalizando o valor de R$ 72.569,24 (setenta e dois mil, quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

ATUALIZAÇÃO DO CRÉDITO ATÉ A DATA DO PEDIDO DE RJ (04/08/2017)		
DATA	**VALOR DA PARCELA**	**PARCELA CORRIGIDA TJSP**
30/05/2016	23.360,26	24.347,27
15/06/2016	23.360,26	24.110,98
30/06/2016	23.360,26	24.110,98
SALDO DEVEDOR TOTAL NA DATA DO PEDIDO		**72.569,24**

Sendo assim, o pedido da credora é **Parcialmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 72.569,24 (setenta e dois mil, quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

XXI- USIQUIMICA DO BRASIL LTDA.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 62.896,36 (sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos) como quirografário - classe III.

A credora apresentou divergência alegando que o crédito decorre do inadimplemento das duplicadas mercantis, quais sejam: a) nº 2191, com valor histórico de R$ 15.903,00, vencida em 18/04/2016; b) nº 2814, com valor histórico de R$ 4.279,00, vencida em 02/05/2016; c) nº 1398, com valor histórico de R$ 44.750,00, vencida em 31/03/2016.

Em razão dos débitos a credora ajuizou Ação de Execução, processo nº 1002441-40.2016.8.26.0045, em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Arujá-SP.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

Após analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial conclui que:

i. A Recuperanda listou o crédito com base no livro razão analítico, posição em 03/11/2016.

ii. A credora apresentou as notas fiscais que deram origem ao crédito e a memória de cálculo, na qual o crédito foi corrigido monetariamente e acrescido de juros de 1% a.m.

Na tabela abaixo, a Administração Judicial demonstra a atualização dos valores das duplicatas, pelo índice do TJ-SP, sem a inclusão de juros, totalizando o valor de R$ 68.470,65 (sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos) na data do pedido de recuperação judicial.

ATUALIZAÇÃO PARA DATA DO PEDIDO DE RJ (04/08/2017)			
DATA	**NOTA FISCAL**	**VALOR**	**VALOR CORRIGIDO ÍNDICE TJSP**
31/03/2016	1398	44.750,00	47.329,85
18/04/2016	2191	15.903,00	16.681,01
02/05/2016	2814	4.279,00	4.459,80
			68.470,65

Sendo assim, o pedido da credora é **Parcialmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 68.470,65 (sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

XXII- VALE FERTILIZANTES S.A.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 51.302,02 (cinquenta e um mil trezentos e dois reais e dois centavos) como quirografário - classe III.

A credora apresentou divergência alegando que o crédito é oriundo de notas fiscais de compra de matéria prima, totalizando o valor de R$ 54.562,04 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quatro centavos) atualizado até a data do pedido de recuperação judicial.

Após analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial conclui que:

i. A Recuperanda listou o crédito pelo valor das notas fiscais sem realizar atualização monetária.

ii. A credora apresentou as notas fiscais que deram origem ao crédito e os valores corrigidos monetariamente.

A Administração Judicial atualizou o valor das notas fiscais pelo índice do TJ-SP, totalizando o valor de R$ 54.562,04 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quatro centavos) na data do pedido de recuperação judicial.

Sendo assim, o pedido da credora é **Totalmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 54.562,04 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quatro centavos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

XXIII- VERDE GAIA CONSULTORIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL LTDA.

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 3.432,60 (três mil quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta centavos) como quirografário - classe III.

A credora apresentou divergência alegando que o crédito é oriundo da prestação de serviços e perfaz o valor de R$ 4.576,80 (quatro mil quinhentos e setenta e seis reais e oitenta centavos).

Depois de analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial conclui que:

i. A Recuperanda não havia listado todas a notas fiscais em aberto.

ii. A credora apresentou as notas fiscais que deram origem ao crédito.

Sendo assim, o pedido da credora é **Totalmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 4.576,80 (quatro mil quinhentos e setenta e seis reais e oitenta centavos) foi lançado como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

XXIV- COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda foi lançado, em favor da empresa Votorantim Metais Zinco S.A., o crédito no valor de R$ 154.946,42 (cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos) como quirografário - classe III.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

A Companhia Brasileira de Alumínio apresentou divergência alegando que o crédito em questão é de sua titularidade, motivo pelo qual requer sua regular indicação e retificação.

Depois de analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial conclui que:

i. A empresa Votorantim Metais Zinco S.A. foi incorporada pela Companhia Brasileira de Alumínio em 01/07/2016.

Sendo assim, o pedido da credora é **Totalmente Procedente** e **o crédito foi lançado em nome da Companhia Brasileira de Alumínio no valor de R$ 154.946,42 (cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos) como Quirografário – Classe III na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

4.1 RECLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

Durante o procedimento de verificação dos créditos, a Administração Judicial apurou que créditos da classe III – Quirografário, estavam classificados na classe II – Garantia Real, sendo os créditos reclassificados para a classe III, conforme demonstrado na tabela abaixo:

CRÉDITOS RECLASSIFICADOS DA CLASSE II PARA CLASSE III	
CREDOR	**CNPJ**
BANCO DO BRASIL S.A.	00.000.000/0001-01
PROQUIGEL QUIMICA S.A.	27.515.154/0011-44
SERABI MINERAÇÃO S/A.	04.207.303/0001-30
SPGPRINTS BRASIL LTDA.	61.939.419/0001-06

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

5. DOS CRÉDITOS DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – CLASSE IV

Os credores da classe **Microempresa e Empresa de Pequeno Porte** que discordaram dos créditos relacionados pelas Recuperandas, apresentaram suas divergências de crédito ao Administrador Judicial.

A seguir são informados os resultados obtidos nas análises das divergências de créditos recebidas tempestivamente pela Administração Judicial:

I- DE LUNA IND. E COM. DE SUCATAS E METAIS LTDA - EPP

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 7.443,34 (sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos) como credor ME e EPP - classe IV.

No entanto, a Recuperanda apresentou divergência alegando que houve equívoco no lançamento do crédito e requer a correção para constar o valor de R$ 14.886,67 (quatorze mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

Após analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial conclui que:

i. A Recuperanda contabilizou em duplicidade o pagamento realizado em 31/05/2016.

Sendo assim, o pedido da Recuperanda é **Totalmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 14.886,67 (quatorze mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos) foi lançado credor ME e EPP – Classe IV na relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

II- POLIPET EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA - EPP

Na relação de credores apresentada pela Recuperanda o crédito foi lançado no valor de R$ 2.324,00 (dois mil trezentos e vinte e quatro reais) como credor ME e EPP - classe IV.

A credora apresentou divergência informando que a fatura já foi liquidada.

Após de analisar os documentos apresentados, a Administração Judicial conclui que:

i. A duplicata que deu origem ao crédito foi paga em 05/06/2017.

Sendo assim, o pedido da credora é **Totalmente Procedente** e o crédito no valor de **R$ 2.324,00 (dois mil trezentos e vinte e quatro reais) foi excluído da relação de credores que trata o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/2005.**

5.1 RECLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

Durante o procedimento de verificação dos créditos, a Administração Judicial apurou que créditos da classe IV – ME e EPP, estavam classificados na classe III – Quirografário, sendo os créditos reclassificados para a classe IV, conforme demonstrado na tabela abaixo:

CRÉDITOS RECLASSIFICADOS DA CLASSE III PARA CLASSE IV	
CREDOR	**CNPJ**
ALCESTE REFRATARIOS E ISOLAMENTOS LTDA - EPP	07.659.369/0001-50
CALDEIRARIA SÃO PAULO LTDA - ME	45.792.819/0001-77
NAVETHERM EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP	66.658.238/0001-17

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

6. DAS HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS INTEMPESTIVAS

I- ARMAZÉM 1001 COMÉRCIO DE CESTAS BÁSICAS LTDA.

A credora Armazém 1001 Comércio de Cestas Básicas Ltda. apresentou divergência de crédito, porém não se ateve ao prazo para o envio à Administradora Judicial, restando sua análise prejudicada ante a intempestividade.

II- DE LUNA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUCATAS E METAIS LTDA.

A credora De Luna Indústria e Comércio de Sucatas e Metais Ltda., apresentou divergência de crédito, porém não se ateve ao prazo para o envio à Administradora Judicial, restando sua análise prejudicada ante a intempestividade.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

7. DO ENCERRAMENTO

Depois de ter procedido com as alterações necessárias na relação de credores apresentada pela Recuperandas (art. 51, III) a Administração Judicial apresenta a relação de credores de que trata o art. 7°, § 2° da Lei 11.101/2005 (DOC. 1) para publicação em edital, conforme minuta anexa (DOC. 2).

Posto isso, o signatário **REQUER**, **seja publicado Edital contendo a Relação de Credores (DOC. 1), nos termos do art. 7°, § 2° da Lei 11.101/2005, conforme minuta anexa (DOC. 2)**.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Arujá, 08 de fevereiro de 2018.

MAURÍCIO GALVÃO ANDRADE
Administrador Judicial
CRC1SP n° 168.436/O-0
CRA SP n° 135.527

JOSÉ ROBERTO ALVES
Economista
CORECON-SP n° 35.364

GUILHERME JUSTINO DANTAS
Advogado
OAB/SP nº 146.724

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D576.

RELAÇÃO DE CREDORES - ARTIGO 7º, § 2º DA LEI 11.101/2005 - RECUPERAÇÃO JUDICIAL			
Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045 - 1ª VARA DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ- SP			
RELAÇÃO DE CREDORES RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA			
CLASSE I - CREDORES TRABALHISTAS			
Nº	**CREDOR**	**MOEDA**	**VALOR**
1	A A PAULA A DRADE ROC A	REAL	0.000,00
2	A TO IO RA CI CO A TO DE A REU	REAL	3.7 2, 1
3	CARI E MU AC PRATE	REAL	1 .161, 0
4	CA IA APARECIDA DE A DRADE IL EIRA	REAL	10 .2 4,37
	CLAUDI EI IL A DE JE U	REAL	31. 00,00
6	DOU LA E RI UE DO A TO	REAL	11.000,00
7	EDUARDO LOPE MOM AC	REAL	13. 7,46
	RA CI CO DE A I IDAL	REAL	30.000,00
	I A CIPELLI CO DE	REAL	13. 6,04
10	I A MARCIO DA IL A	REAL	1 .000,00
11	JAIR DE A DRADE ERREIRA	REAL	12. 30,00
12	JO O DE DEU LIMA PEREIRA IL O	REAL	3.413,17
13	JOR E MARCO DO A TO	REAL	2 . ,4
14	JULIO PEDRO O DE JE U	REAL	1 .7 0,44
1	LEA DRO E EDITO RA CO	REAL	1 .614,3
16	MARCIO DA CO TA DEMERTI E	REAL	1 .103,46
17	MARLI UDATI DO A TO	REAL	6.000,00
1	EU A APARECIDA DUARTE	REAL	.04 , 3
1	E TO LUI OLI EIRA DE OLI EIRA	REAL	11. 20,3
20	PATRICIA CO CEI O PEREIRA RODRI UE	REAL	2 .37 ,
21	ROMUALDO APARECIDO CI A	REAL	376. 2 ,3
22	I ALDO PAC ECO DO A TO	REAL	2 .000,00
23	A DERLEI IL A DE JE U	REAL	7 .64 ,40
24	JO UEL E EDITO DE ARIA	REAL	3 . 3, 2
2	O ALDO A TO	REAL	1.677, 1
TOTAL DE CRÉDITOS TRABALHISTAS - CLASSE I			**1.058.027,93**
CLASSE III - CREDORES QUIROGRAFÁRIOS			
Nº	**CREDOR**	**MOEDA**	**VALOR**
26	Acefer erramentas e Tintas Ltda	REAL	1.23 ,17
27	Aecia - Assoc Empresas Centro Indl Arujá	REAL	20.036,0
2	Alfacleaner Industria e Comercio Ltda	REAL	46.620,00
2	Amonex do rasil Industria e Comercio Ltda	REAL	1 . 21,0
30	Anglo Industria e Comercio de Metais Ltda	REAL	3 .630, 0
31	Aodran Do rasil Comercio de Produtos uimicos Ltda	REAL	3.4 2, 0
32	Armazem 1001 Comercio de Cestas asicas Ltda	REAL	.031,13
33	Aromat Produtos uimicos Ltda	REAL	1.762,42
34	Atlanta uimica Industrial Ltda	REAL	3. 37,06
3	anco A C rasil .A.	REAL	70.2 , 3
36	anco do Est do Rio rande do ul	REAL	706. 03, 0
37	anco radesco .A	REAL	1.42 .0 , 2
3	anco afra .A.	REAL	740. 3,04
3	andeirante uimica Ltda	REAL	4 .333,0
40	asequimica Prod uimicos Ltda	REAL	7.03 ,40
41	orax Argentina .A	U D	33. ,00
42	rasilbor Comercio e Representacoes Ltda	REAL	6. 06,66

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D577.

Nº	CREDOR	MOEDA	VALOR
43	rasinox Metais e Ligas Ltda	REAL	1 . 10,00
44	Cardillo Prado Rossi ociedade de Advogados	REAL	23.741,06
4	Cargill Agricola .A	REAL	4.0 0,00
46	Carvalhares Produtos P Laborat rio	REAL	2.072,00
47	C Industria Comercio Imp. E Exp. Ltda	REAL	.3 ,
4	Cecil A	REAL	23.176,
4	China at Min	U D	27.200,00
0	Cia ering .A.	REAL	42.416,00
1	Cia itro uimica rasileira .A.	REAL	66.330, 4
2	Cimsal - Com e Ind de Moagem e Refinacao ta Cecilia Ltda	REAL	7.076,1
3	Circuibras Ind Com de Circuitos Imp Profissionais Ltda	REAL	41.31 ,61
4	Cobaltec alancas Ltda	REAL	2. 30,00
	Componel Industria e Comercio Ltda	REAL	24.302,00
6	Cooperativa de Transporte de Cargas	REAL	1.10 ,37
7	Coremal .A	REAL	1 . 7 ,00
	Cosmoquimica Industria e Comercio EIRELI	REAL	.01 ,00
	Credit rasil omento Mercantil	REAL	174.777,7
60	Damatolli Comercio de Produtos uímicos Ltda	REAL	46. 0,41
61	Diatom Mineracao Ltda	REAL	16.30 ,66
62	Dinamica uimica EIRELI	REAL	17.200,0
63	Durox Produtos uimicos Ltda	REAL	1 2.764,22
64	Editora D Ltda	REAL	2.330,67
6	Esseco do rasil Ind. Com. Prod. uim. Ltda	REAL	26. 1 ,14
66	Expresso Rodoviario Tamoyo Ltda	REAL	1.400,17
67	austo Ramos	REAL	1 .22 ,00
6	enix abril Industria e Comercio Ltda	REAL	3 . 60,00
6	raga Consultoria e Engenharia Amiental Ltda	REAL	4.4 4, 0
70	ragon Prod. p Ind. De orracha Ltda	REAL	2.403,
71	U DO DE I E TIME TO EM DIREITO CREDITORIO DA I DU TRIA E ODU I	REAL	420.072,3
72	U DO DE I E TIME TO EM DIREITO CREDITORIO DA I DU TRIA E ODU I TITUCIO AL	REAL	1 . 44,20
73	undo acional Anti Drogas	REAL	1.1 ,
74	olden arma istema de Convenios Ltda	REAL	13.210, 1
7	olpac Ind. E Com. De Embalagens Plasticas EIRELI	REAL	23. 34,73
76	ICT Changhai	U D	2 .0 0,00
77	Imobiliaria assanesi	REAL	2.0 ,37
7	Inst. ras. Do Meio Ambiente - I AMA	REAL	4.0 7,72
7	ITAU Unibanco .A.	REAL	13 .27 , 7
0	Jebsen Jebsen -	U D	23.2 0,00
1	d eddersen Ueberseegesellchaft m	U D	6 .2 0,00
2	rohn Produtos uimicos Ltda	REAL	7.0 1,70
3	L.A. . do rasil Ind de Cabos e ios ranulados - EIRELI	REAL	1.03 ,00
4	Legal Ind. E Com. De Embalagens Ltda	REAL	21.641,64
	Manuchar Comercio Exterior Ltda	REAL	13.7 , 6
6	Metalloys Chemicals Comercial Ltda	REAL	6 .44 , 2
7	Micro uimica Produtos para Laboratorios Ltda	REAL	22.316,00
	Microsal Industria e Comercio Ltda	REAL	12.700,00
	M Industrias uimicas A	REAL	3.2 ,7
0	Morganite rasil Ltda	REAL	11.161,0
1	Multi Recebiveis ll undo Investimento em Direitos Creditorios	REAL	4. ,70

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D577.

Nº	CREDOR	MOEDA	VALOR
2	extel Telecomunicações A	REAL	16.6 0,47
3	Orsil Com de Prods uimicos Ltda	REAL	1. 6 ,
4	Paraná anco .A.	REAL	0.211,32
	Phelps Industria, Comercio, Imp e Exp Ltda	REAL	4.43 ,0
6	Phoenix Chemicals uimica Indal Ltda	REAL	0.2 ,77
7	Polimix Concreto Ltda	REAL	1.443,
	Pooltecnica uimica Ltda	REAL	72.0 1,
	Posto de ervico aldissera Ltda	REAL	1.04 ,02
100	Produquimica Ind e Com A	REAL	71.076,07
101	uimica Ambiental Com e Representacao Ltda	REAL	. 0,00
102	uimica eral do ordeste Ltda	REAL	2 .441, 2
103	uimisa A	REAL	17.2 0,
104	Realum Ind e Com de Metais Puros e Liga Ltda	REAL	1.0 6,
10	Reprocessa Residuos Industriais Ltda	REAL	3.600,00
106	Resim Ind. E Comercio Ltda	REAL	2. 7 ,7
107	Rio Metalurgica .A	REAL	30.2 4,00
10	Royal Marc Comercial Ltda	REAL	.772,70
10	age rasil oftware A	REAL	21,4
110	aintsteel Com Internacional de Metais Ltda	REAL	0 . 6,0
111	erasa .A	REAL	3.171,20
112	ind Trab. Ind uim arm Plast imilares de ão Paulo	REAL	2.21 , 7
113	orovale Adm de eneficios e Convenios A	REAL	1 .012,11
114	T egurança e Transporte de alores Ltda	REAL	1.71 , 4
11	uall Industria e Comercio Ltda	REAL	21.063,32
116	uatrans Emergencia .A	REAL	17. 1,10
117	ul rasil R undo Investimento	REAL	733.7 ,67
11	ul Invest undo de Investimento em Direitos	REAL	4. 3 ,7
11	Tedrive Comercial e Importadora Ltda	REAL	4. 62, 1
120	Tinturaria E Estamparia Primor Ltda	REAL	33.436,23
121	TJ-LO Armazens erais Ltda	REAL	2.46 ,
122	Transjoi Transportes Ltda	REAL	10.4 ,3
123	Transportadora Rocha EIRELI	REAL	26.417,01
124	Transportes eller Ltda	REAL	1. 16,63
12	Tratho Metal uimica Ltda	REAL	2.043,44
126	Trier Produtos uimicos Ltda	REAL	22. 3, 0
127	Una Prosil Usina ova America Ind. E Com. Ltda	REAL	7. 00,00
12	Unipar Carbocloro A	REAL	72. 6 ,24
12	Usiquimica do rasil Ltda	REAL	6 .470,6
130	aldeci Costa ales	REAL	1.4 3,00
131	ale ertilizantes A	REAL	4. 62,04
132	alter da ilva Couto (Perito Judicial n 1626)	REAL	0.0 0,00
133	erde aia Consultoria e Educação Ambiental Ltda	REAL	4. 76, 0
134	eronese Cia Ltda	REAL	1 0.0 2,42
13	Companhia rasileira de Alumínio	REAL	1 4. 46,42
136	anco do rasil	REAL	1.6 0.0 4,6
137	Proquigel uimica A	REAL	3. 33.442,0
13	erabi Mineração A	REAL	16 .303, 7
13	pgprints rasil Ltda	REAL	2 . ,23
TOTAL DE CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS INTERNACIONAIS - CLASSE III		**USD**	**180.608,00**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D577.

Nº	CREDOR	MOEDA	VALOR
TOTAL DE CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS NACIONAIS - CLASSE III		**REAL**	**15.227.501,11**
	CLASSE IV - CREDORES EPP e ME		
Nº	**CREDOR**	**MOEDA**	**VALOR**
140	Ademar Cislaghi ME	REAL	18.603,00
141	Agua Certa Comercial e Transportadora Ltda - EPP	REAL	11.720,10
142	Airam Transportes acionais e Internacionais Ltda -ME	REAL	7. 00,00
143	Ancae Tecnologia EIRELI - EPP	REAL	7. 3,
144	Antonio Carlos azanella - EPP	REAL	42. 00,00
14	Camarão Enrolamentos Ltda - ME	REAL	1.184,42
146	Carbonos do ordeste Ltda - EPP	REAL	16.312,30
147	Colla Com. E Ass. Inform. Med. Ltda - EPP	REAL	40.717,00
14	De Luna Ind e Com de ucatas e Metais Ltda - EPP	REAL	14. 6,67
14	Decio Carvalho Assessoria Documental Ltda - EPP	REAL	24.74 ,3
1 0	ama Print Etiq Ades LTDA ME	REAL	2.139,00
1 1	Igles Ind e Com de Embalagens Ltda - ME	REAL	.402, 6
1 2	Imperial D. Embalagens LTDA - EPP	REAL	4.2 0,4
1 3	Irene de Lourdes asuo a - EPP	REAL	7.022,27
1 4	Irmão Daufenbach Ltda - ME	REAL	3.585,00
1	Italiza Metais Ltda - ME	REAL	16.017,46
1 6	Loo Metais - ME	REAL	374.310,68
1 7	MCC Massaro - ME	REAL	4. 4,2
1	Mais Logistica e Transportes Ltda - ME	REAL	1.3 0,00
1	Mec as Comercio e ervicos Ltda - EPP	REAL	6.2 4, 0
160	Mercemec ervicos e Pecas para Mercedes Ltda - EPP	REAL	3.60 ,74
161	Plasca Embalagens lexiveis Ltda - ME	REAL	6.037,33
162	Renovar Medicina egurança do Trabalho Ltda - EPP	REAL	10. 00,00
163	analplast Ltda -EPP	REAL	3.134,23
164	M Aquecedores Eletricos Industriais Ltda - EPP	REAL	2.42 ,10
16	Unifibra Embalagens Ltda - ME	REAL	3 .236,40
166	Mudancas e Transportes Ltda - ME	REAL	4.231,30
167	Alceste Refratarios e Isolamentos Ltda - EPP	REAL	23,00
16	Caldeiraria ão Paulo LTDA - ME	REAL	1. 0,00
16	avetherm Equipamentos Industriais Ltda - EPP	REAL	1.4 7,40
TOTAL DE CRÉDITOS ME / EPP - CLASSE IV		**REAL**	**738.949,90**

TOTAL GERAL DE CRÉDITOS NACIONAIS	**REAL**	**17.024.478,94**
TOTAL GERAL DE CRÉDITOS INTERNACIONAIS EM DÓLAR AMERICANO	**USD**	**180.608,00**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D577.

1º VARA DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ – SP.

EDITAL DE RELAÇÃO DE CREDORES, (ART. 7º, § 2º DA LEI 11.101/05) E AVISO SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO APRESENTADO (ART. 53, P. ÚNICO) DA LEI 11.101/05 COM PRAZO DE 10 DIAS PARA IMPUGNAÇÃO CONTRA A RELAÇÃO DE CREDORES (ART. 8º DA LEI 11.101/05) E, SIMULTANEAMENTE, PRAZO DE 30 DIAS PARA OBJEÇÃO AO PLANO (ART. 55, "CAPUT", DA LEI 11.101/05), EXPEDIDO NOS AUTOS DA AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL de **RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.**, – PROCESSO Nº 1002351-95.2017.8.26.0045.

A Dra. Renata Moreira Dutra Costa, MMa. Juíza de Direito da 1ª VARA DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ – SP, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa que, foi apresentado PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, que se encontra juntado aos autos às fls. 874 e ss., sendo fixado o prazo de 30 dias, a partir da publicação deste, para a apresentação de eventuais objeções, nos termos do "caput" do art. 55 da Lei 11.101/2005., **FAZ SABER TAMBÉM QUE** por parte de **MGA Administração e Consultoria LTDA.** (responsável técnico Sr. Mauricio Galvão de Andrade) nomeada Administradora Judicial nos autos do pedido de Recuperação Judicial requerido por **RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.**, empresa inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.728.993/0001-70, com sede na Rua Vinte e Um de Abril, n° 1.235 — Bairro Belenzinho — na cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, CEP 03.047-007 e filial na Avenida Osaka, n° 800 — Centro Industrial de Arujá — na cidade de Arujá, Estado do São Paulo, CEP 07.411-750, com base nos livros contábeis, documentos comerciais e fiscais da empresa em recuperação e nos documentos que lhe foram apresentados, na forma do *caput* do artigo 7º da lei 11.101/05, foram analisadas as divergências e habilitações de crédito apresentadas tempestivamente pelos credores. Os valores dos créditos atribuídos a cada credor foram consolidados na relação a seguir: **CREDORES RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. - CLASSE I - CREDORES TRABALHISTAS:** ANA PAULA ANDRADE ROCHA R$ 50.000,00; ANTONIO FRANCISCO SANTOS DE ABREU R$ 3.752,91; CARINE MUNBACK PRATES R$ 18.161,90; CASSIA APARECIDA DE ANDRADE SILVEIRA R$ 109.254,37; CLAUDINEI SILVA DE JESUS R$ 31.500,00; DOUGLAS ENRIQUE DOS SANTOS R$ 11.000,00; EDUARDO LOPES MOMBACH R$ 13.997,46; FRANCISCO DE ASSIS VIDAL R$ 30.000,00; IVAN CIPELLI CONDE R$ 13.996,04; IVAN MARCIO DA SILVA R$ 18.000,00; JAIR DE ANDRADE FERREIRA R$ 12.830,00; JOÃO DE DEUS LIMA PEREIRA FILHO R$ 3.413,17; JORGE MARCOS DOS SANTOS R$ 29.598,49; JULIO PEDROSO DE JESUS R$ 18.750,44; LEANDRO BENEDITO FRANCO R$ 18.614,38; MARCIO DA COSTA DEMERTINE R$ 15.103,46; MARLI SUDATI DOS SANTOS R$ 6.000,00; NEUSA APARECIDA DUARTE R$ 98.045,83; NEWTON LUIS OLIVEIRA DE OLIVEIRA R$ 11.920,39; PATRICIA CONCEIÇÃO PEREIRA RODRIGUES R$ 25.378,98; ROMUALDO APARECIDO CIBAS R$ 376.829,38; SIVALDO PACHECO DOS SANTOS R$ 25.000,00; WANDERLEI SILVA DE JESUS R$ 79.649,40; JOSUEL BENEDITO DE FARIAS R$ 35.553,82; OSVALDO SANTOS R$ 1.677,51; **TOTAL CLASSE I = R$ 1.058.027,93; CLASSE III – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS:** ACEFER FERRAMENTAS E TINTAS LTDA R$ 1.238,17; AECIA - ASSOC EMPRESAS CENTRO INDL ARUJÁ R$ 20.036,09; ALFACLEANER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA R$ 46.620,00; AMONEX DO BRASIL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D578.

INDUSTRIA E COMERCIO LTDA R$ 18.821,09; ANGLO INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA R$ 38.630,80; AODRAN DO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA R$ 3.492,50; ARMAZEM 1001 COMERCIO DE CESTAS BASICAS LTDA R$ 5.031,13; AROMAT PRODUTOS QUIMICOS LTDA R$ 1.762,42; ATLANTA QUIMICA INDUSTRIAL LTDA R$ 3.837,06; BANCO ABC BRASIL S.A. R$ 70.288,93; BANCO DO EST DO RIO GRANDE DO SUL R$ 706.503,50; BANCO BRADESCO S.A R$ 1.425,095,52; BANCO SAFRA S.A. R$ 740.893,04; BANDEIRANTE QUIMICA LTDA R$ 45.333,05; BASEQUIMICA PROD QUIMICOS LTDA R$ 57.035,40; BORAX ARGENTINA S.A U$D 33.858,00; BRASILBOR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA R$ 6.906,66; BRASINOX METAIS E LIGAS LTDA R$ 18.810,00; CARDILLO & PRADO ROSSI SOCIEDADE DE ADVOGADOS R$ 23.741,06; CARGILL AGRICOLA S.A R$ 94.050,00; CARVALHARES PRODUTOS P/LABORATÓRIO R$ 2.072,00; CBS INDUSTRIA COMERCIO IMP. E EXP. LTDA R$ 8.358,55; CECIL S/A R$ 23.176,99; CHINA NAT MIN U$D 27.200,00; CIA HERING S.A. R$ 42.416,00; CIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA S.A. R$ 66.330,54; CIMSAL - COM E IND DE MOAGEM E REFINACAO STA CECILIA LTDA R$ 7.076,15; CIRCUIBRAS IND COM DE CIRCUITOS IMP PROFISSIONAIS LTDA R$ 41.318,61; COBALTEC BALANCAS LTDA R$ 2.530,00; COMPONEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA R$ 24.302,00; COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE CARGAS R$ 1.108,37; COREMAL S.A R$ 18.579,00; COSMOQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI R$ 9.018,00; CREDIT BRASIL FOMENTO MERCANTIL R$ 174.777,75; DAMATOLLI COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA R$ 46.890,41; DIATOM MINERACAO LTDA R$ 16.309,66; DINAMICA QUIMICA EIRELI R$ 17.200,08; DUROX PRODUTOS QUIMICOS LTDA R$ 192.764,22; EDITORA QD LTDA R$ 2.330,67; ESSECO DO BRASIL IND. COM. PROD. QUIM. LTDA R$ 26.815,14; EXPRESSO RODOVIARIO TAMOYO LTDA R$ 1.400,17; FAUSTO RAMOS R$ 15.228,00; FENIX FABRIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA R$ 35.560,00; FRAGA CONSULTORIA E ENGENHARIA AMIENTAL LTDA R$ 4.454,90; FRAGON PROD. P/ IND. DE BORRACHA LTDA R$ 2.403,85; FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS DA INDUSTRIA EXODUS I R$ 420.072,38; FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS DA INDUSTRIA EXODUS INSTITUCIONAL R$ 188.544,20; FUNDO NACIONAL ANTI DROGAS R$ 1.188,99; GOLDEN FARMA SISTEMA DE CONVENIOS LTDA R$ 13.210,51; GOLPACK IND. E COM. DE EMBALAGENS PLASTICAS EIRELI R$ 23.534,73; ICT CHANGHAI U$D 28.050,00; IMOBILIARIA BASSANESI R$ 2.085,37; INST. BRAS. DO MEIO AMBIENTE - IBAMA R$ 4.057,72; ITAU UNIBANCO S.A. R$ 135.278,87; JEBSEN & JEBSEN - U$D 23.250,00; KD FEDDERSEN UEBERSEEGESELLCHAFT MBH U$D 68.250,00; KROHN PRODUTOS QUIMICOS LTDA R$ 7.081,70; L.A.F. DO BRASIL IND DE CABOS E FIOS GRANULADOS - EIRELI R$ 91.035,00; LEGAL IND. E COM. DE EMBALAGENS LTDA R$ 21.641,64; MANUCHAR COMERCIO EXTERIOR LTDA R$ 13.795,86; METALLOYS & CHEMICALS COMERCIAL LTDA R$ 65.449,82; MICRO QUIMICA PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA R$ 22.316,00; MICROSAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA R$ 12.700,00; MKK INDUSTRIAS QUIMICAS S/A R$ 3.295,75; MORGANITE BRASIL LTDA R$ 11.161,05; MULTI RECEBIVEIS II FUNDO INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS R$ 84.898,70; NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES S/A R$ 16.680,47; ORSIL COM DE PRODS QUIMICOS LTDA R$ 1.565,55; PARANÁ BANCO S.A. R$ 590.211,32; PHELPS INDUSTRIA, COMERCIO, IMP E EXP LTDA R$ 4.438,08; PHOENIX CHEMICALS QUIMICA INDAL LTDA R$ 90.255,77; POLIMIX CONCRETO LTDA R$

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D578.

1.443,98; POOLTECNICA QUIMICA LTDA R$ 72.091,88; POSTO DE SERVICO BALDISSERA LTDA R$ 1.045,02; PRODUQUIMICA IND E COM S/A R$ 71.076,07; QUIMICA AMBIENTAL COM E REPRESENTACAO LTDA R$ 5.950,00; QUIMICA GERAL DO NORDESTE LTDA R$ 29.441,52; QUIMISA S/A R$ 17.250,59; REALUM IND E COM DE METAIS PUROS E LIGA LTDA R$ 1.096,55; REPROCESSA RESIDUOS INDUSTRIAIS LTDA R$ 3.600,00; RESIM IND. E COMERCIO LTDA R$ 2.979,78; RIO METALURGICA S.A R$ 30.294,00; ROYAL MARCK COMERCIAL LTDA R$ 5.772,70; SAGE BRASIL SOFTWARE S/A R$ 821,49; SAINTSTEEL COM INTERNACIONAL DE METAIS LTDA R$ 908.596,08; SERASA S.A R$ 3.171,20; SIND TRAB. IND QUIM FARM PLAST SIMILARES DE SÃO PAULO R$ 2.218,57; SOROVALE ADM DE BENEFICIOS E CONVENIOS S/A R$ 19.012,11; STV SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA R$ 1.719,94; SUALL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA R$ 21.063,32; SUATRANS EMERGENCIA S.A R$ 17.951,10; SUL BRASIL BRZ FUNDO INVESTIMENTO R$ 733.785,67; SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS R$ 854.938,79; TEDRIVE COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA R$ 54.862,91; TINTURARIA E ESTAMPARIA PRIMOR LTDA R$ 33.436,23; TJ-LOG ARMAZENS GERAIS LTDA R$ 2.468,95; TRANSJOI TRANSPORTES LTDA R$ 10.458,38; TRANSPORTADORA ROCHA EIRELI R$ 26.417,01; TRANSPORTES KELLER LTDA R$ 1.516,63; TRATHO METAL QUIMICA LTDA R$ 92.043,44; TRIER PRODUTOS QUIMICOS LTDA R$ 22.883,80; UNA PROSIL USINA NOVA AMERICA IND. E COM. LTDA R$ 7.500,00; UNIPAR CARBOCLORO S/A R$ 72.569,24; USIQUIMICA DO BRASIL LTDA R$ 68.470,65; VALDECI COSTA SALES R$ 1.493,00; VALE FERTILIZANTES S/A R$ 54.562,04; VALTER DA SILVA COUTO (PERITO JUDICIAL N° 1626) R$ 50.050,00; VERDE GAIA CONSULTORIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL LTDA R$ 4.576,80; VERONESE & CIA LTDA R$ 150.092,42; COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO R$ 154.946,42; BANCO DO BRASIL R$ 1.680.054,69; PROQUIGEL QUIMICA S/A R$ 3.533.442,08; SERABI MINERAÇÃO S/A R$ 169.303,87; SPGPRINTS BRASIL LTDA R$ 295.985,23; **TOTAL CLASSE III = R$ 15.227.501,11 – U$D 180.608,00; CLASSE IV – CREDORES ME E EPP:** ADEMAR CISLAGHI ME R$ 18.603,00; AGUA CERTA COMERCIAL E TRANSPORTADORA LTDA - EPP R$ 11.720,10; AIRAM TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA -ME R$ 7.800,00; ANCAE TECNOLOGIA EIRELI - EPP R$ 7.893,58; ANTONIO CARLOS BAZANELLA - EPP R$ 42.800,00; CAMARÃO ENROLAMENTOS LTDA - ME R$ 1.184,42; CARBONOS DO NORDESTE LTDA - EPP R$ 16.312,30; COLLA COM. E ASS. INFORM. MED. LTDA - EPP R$ 40.717,00; DE LUNA IND E COM DE SUCATAS E METAIS LTDA - EPP R$ 14.886,67; DECIO CARVALHO ASSESSORIA DOCUMENTAL LTDA - EPP R$ 24.749,39; GAMA PRINT ETIQ ADES LTDA ME R$ 2.139,00; IGLES IND E COM DE EMBALAGENS LTDA - ME R$ 9.402,96; IMPERIAL D. EMBALAGENS LTDA - EPP R$ 54.280,49; IRENE DE LOURDES YASUOKA - EPP R$ 7.022,27; IRMÃO DAUFENBACH LTDA - ME R$ 3.585,00; ITALIZA METAIS LTDA - ME R$ 16.017,46; LOOK METAIS - ME R$ 374.310,68; MCC MASSARO - ME R$ 4.584,28; MAIS LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA - ME R$ 1.350,00; MEC GAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP R$ 6.284,80; MERCEMEC SERVICOS E PECAS PARA MERCEDES LTDA - EPP R$ 3.608,74; PLASCA EMBALAGENS FLEXIVEIS LTDA - ME R$ 6.037,33; RENOVAR MEDICINA SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - EPP R$ 10.500,00; SANALPLAST LTDA -EPP R$ 3.134,23; SMS AQUECEDORES ELETRICOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP R$ 2.428,10; UNIFIBRA EMBALAGENS LTDA - ME R$ 39.236,40; VB MUDANCAS E TRANSPORTES LTDA - ME R$ 4.231,30; ALCESTE REFRATARIOS E ISOLAMENTOS LTDA - EPP R$ 823,00;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D578.

CALDEIRARIA SÃO PAULO LTDA - ME R$ 1.850,00; NAVETHERM EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP R$ 1.457,40; **TOTAL CLASSE IV = R$ 738.949,90. FAZ SABER também** ao Comitê, qualquer credor, ao devedor ou seus sócios ou ao Ministério Público, que, poderão, pelo prazo de 10 (dez) dias contados da publicação deste apresentar ao Juiz, impugnação contra a relação de credores, apontando a ausência de qualquer crédito ou manifestando-se contra a legitimidade, importância ou classificação, podendo as pessoas indicadas no art. 8° da Lei 11.101/2005, ter acesso aos documentos que serviram de base para a elaboração desta relação, no escritório do Administrador Judicial, situado na Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Conjunto 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130, Tel: (11) 3360-0500 - rjresimapi@mgaconsultoria.com.br, com agendamento prévio. Ficam os credores, o devedor, ou seus sócios ou o Ministério Público cientificados que eventuais impugnações à relação de credores deverão ser apresentadas como INCIDENTE PROCESSUAL, utilizando-se a classe/tipo de petição "114 - Impugnação de Crédito", sob pena de rejeição da petição independente de intimação do peticionário. E, para que ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital, para que chegue ao conhecimento de todos, o qual será publicado e afixado na forma da Lei.

Data e assinaturas

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 09:09 , sob o número WAUJ18700022608
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 276D578.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARUJÁ
FORO DE ARUJÁ
1ª VARA
Avenida Albino Rodrigues Neves, 394, Center Ville - CEP 07400-000,
Fone: 011 4655-4211, Aruja-SP - E-mail: aruja@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: **1002351-95.2017.8.26.0045**
Classe – Assunto: **Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
Requerente: **Resimapi Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Manifestem-se o(a)s interessados quanto às petições do(a) administradora da recuperanda, juntadas aos autos (fls. 1003/1004 e 1260/1309).

Nada Mais. Aruja, 09 de fevereiro de 2018. Eu, Katia Cristina Cordeiro Barreto, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por KATIA CRISTINA CORDEIRO BARRETO, liberado nos autos em 09/02/2018 às 13:07 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2772682.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0150/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vera Lucia de Carvalho Rodrigues (OAB 70001/SP)	D.J.E
Eduardo Silva Gatti (OAB 234531/SP)	D.J.E
Felipe de Castro Rubio Poli (OAB 252833/SP)	D.J.E
Leticia Rodrigues Bueno (OAB 253919/SP)	D.J.E
Marcial Barreto Casabona (OAB 26364/SP)	D.J.E
Percy Eduardo Nogueira Sternberg Heckmann (OAB 28678/SP)	D.J.E
Jose de Paula Monteiro Neto (OAB 29443/SP)	D.J.E
Waldemar Cury Maluly Junior (OAB 41830/SP)	D.J.E
Enrique de Goeye Neto (OAB 51205/SP)	D.J.E
Jacomo Andreucci Filho (OAB 69521/SP)	D.J.E
Bernardo Buosi (OAB 227541/SP)	D.J.E
Marcos Brandao Whitaker (OAB 86999/SP)	D.J.E
Fabio Boccia Francisco (OAB 99663/SP)	D.J.E
Flavia Tirolo de Abreu (OAB 229230/SP)	D.J.E
Marcos Caldas Martins Chagas (OAB 303021/SP)	D.J.E
Raquel Correa Ribeira (OAB 349406/SP)	D.J.E
Felipe Valente Maluly (OAB 358902/SP)	D.J.E
Rosana Alves de Oliveira (OAB 370316/SP)	D.J.E
Aguinaldo Pereira (OAB 374578/SP)	D.J.E
César Augusto Müller (OAB 80948/PR)	D.J.E
Isabella Fajnzylber Krueger (OAB 137891/SP)	D.J.E
Ana Carolina Ferreira Andreucci Bernicchi (OAB 167963/SP)	D.J.E
Fabio Andre Fadiga (OAB 139961/SP)	D.J.E
Kiciana Francisco Ferreira Mayo (OAB 140436/SP)	D.J.E
Selma Brilhante Tallarico da Silva (OAB 144668/SP)	D.J.E
Guilherme Justino Dantas (OAB 146724/SP)	D.J.E
Pablo Dotto (OAB 147434/SP)	D.J.E
Fabio Luis Ambrosio (OAB 154209/SP)	D.J.E
Rodrigo Ferreira Zidan (OAB 155563/SP)	D.J.E
André Luis Tardelli Magalhães Poli (OAB 158454/SP)	D.J.E
Amancio Gomes Correa (OAB 16060/SP)	D.J.E
Jose Luiz Buch (OAB 21938/SP)	D.J.E
Rosana Aparecida Riatto (OAB 169495/SP)	D.J.E
Luciane Camarini Ambrosio (OAB 171724/SP)	D.J.E
Otto Willy Gübel Júnior (OAB 172947/SP)	D.J.E
Murilo Cruz Garcia (OAB 173439/SP)	D.J.E
Josuel Benedito de Farias (OAB 177122/SP)	D.J.E
Thiago Nosé Montani (OAB 187435/SP)	D.J.E
Eduardo Augusto de Sousa Costa (OAB 201688/SP)	D.J.E
Carla Marchezano de Melo (OAB 204492/SP)	D.J.E
Patricia Fajnzylber (OAB 218004/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Manifestem-se o(a)s interessados quanto às petições do(a) administradora da recuperanda, juntadas aos autos (fls. 1003/1004 e 1260/1309)."

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS ENDO, liberado nos autos em 09/02/2018 às 14:20 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2773C97.

Do que dou fé.
Aruja, 9 de fevereiro de 2018.

Luís Endo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS ENDO, liberado nos autos em 09/02/2018 às 14:20 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2773C97.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0150/2018, foi disponibilizado na página 0431/0432 do Diário da Justiça Eletrônico em 14/02/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Isabella Fajnzylber Krueger (OAB 137891/SP)
Fabio Andre Fadiga (OAB 139961/SP)
Kiciana Francisco Ferreira Mayo (OAB 140436/SP)
Selma Brilhante Tallarico da Silva (OAB 144668/SP)
Guilherme Justino Dantas (OAB 146724/SP)
Pablo Dotto (OAB 147434/SP)
Fabio Luis Ambrosio (OAB 154209/SP)
Rodrigo Ferreira Zidan (OAB 155563/SP)
André Luis Tardelli Magalhães Poli (OAB 158454/SP)
Amancio Gomes Correa (OAB 16060/SP)
Ana Carolina Ferreira Andreucci Bernicchi (OAB 167963/SP)
Rosana Aparecida Riatto (OAB 169495/SP)
Luciane Camarini Ambrosio (OAB 171724/SP)
Otto Willy Gübel Júnior (OAB 172947/SP)
Murilo Cruz Garcia (OAB 173439/SP)
Josuel Benedito de Farias (OAB 177122/SP)
Thiago Nosé Montani (OAB 187435/SP)
Eduardo Augusto de Sousa Costa (OAB 201688/SP)
Carla Marchezano de Melo (OAB 204492/SP)
Patricia Fajnzylber (OAB 218004/SP)
Jose Luiz Buch (OAB 21938/SP)
Bernardo Buosi (OAB 227541/SP)
Eduardo Silva Gatti (OAB 234531/SP)
Felipe de Castro Rubio Poli (OAB 252833/SP)
Leticia Rodrigues Bueno (OAB 253919/SP)
Marcial Barreto Casabona (OAB 26364/SP)
Percy Eduardo Nogueira Sternberg Heckmann (OAB 28678/SP)
Jose de Paula Monteiro Neto (OAB 29443/SP)
Waldemar Cury Maluly Junior (OAB 41830/SP)
Enrique de Goeye Neto (OAB 51205/SP)
Jacomo Andreucci Filho (OAB 69521/SP)
Vera Lucia de Carvalho Rodrigues (OAB 70001/SP)
Marcos Brandao Whitaker (OAB 86999/SP)
Fabio Boccia Francisco (OAB 99663/SP)
Flavia Tirolo de Abreu (OAB 229230/SP)
Marcos Caldas Martins Chagas (OAB 303021/SP)
Raquel Correa Ribeira (OAB 349406/SP)
Felipe Valente Maluly (OAB 358902/SP)
Rosana Alves de Oliveira (OAB 370316/SP)
Aguinaldo Pereira (OAB 374578/SP)
César Augusto Müller (OAB 80948/PR)

Teor do ato: "Manifestem-se o(a)s interessados quanto às petições do(a) administradora da recuperanda, juntadas aos autos (fls. 1003/1004 e 1260/1309)."

Arujá, 14 de fevereiro de 2018.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS ENDO, liberado nos autos em 14/02/2018 às 15:38 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2787FAD.

Luís Endo
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS ENDO, liberado nos autos em 14/02/2018 às 15:38 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2787FAD.

Fajnzylber e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail : advogado@fajnzylber.com.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ, SÃO PAULO, SP.

Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045

ISABELLA FAJNZYLBER KRUEGER, brasileira, divorciada, **PATRICIA FAJNZYLBER,** brasileira, divorciada, devidamente inscritas na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo, sob nºs 137.891 e 218.004, inscritas no CPF/MF sob nºs 173.596.218-01 e 134.453.048-66 e **JOSUEL BENEDITO DE FARIAS**, brasileiro, casado, devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo, sob nº 177.122 e inscrito no CPF/MF sob nº 205.164.178-19 (ambos em CAUSA PRÓPRIA), todos com domicílio na Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33, Bairro Perdizes, CEP.: 05013-001, São Paulo/SP, advogados em causa própria, nos autos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL de Resimapi Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda**, processo em epígrafe, em cumprimento ao r. despacho de fls., vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, expor e ao final requerer o quanto segue:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C5899.

Fajnzylber e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail : advogado@fajnzylber.com.br

Às fls. 1270/1271, a Administradora Judicial comunicou a este MM. Juízo que o Requerente Josuel Benedito de Farias procedeu à habilitação, alegando que seu crédito é de R$48.040,67, a ser incluído na classificação com privilégio especial.

Contudo, a Administradora Judicial alegou que, após analisar os documentos apresentados, chegou à conclusão que o pedido do Requerente é parcialmente procedente, opinando pela inclusão do crédito no montante de **R$35.553,82**, devendo ser relacionado como crédito trabalhista – classe I.

Todavia, o crédito apresentado pela Administradora Judicial merece ser corrigido, conforme se demonstrará:

Para que não paire qualquer dúvida, os Requerentes fazem jus aos seguintes honorários: 10% a título de honorários contratuais (fixados na confissão de dívida), 10% a título de honorários judiciais arbitrados na ação executiva e mais 10% de honorários sucumbenciais fixados nos autos dos Embargos à Execução.

Na planilha de fls., 1.271, o valor dos honorários advocatícios extrajudicial 10% (contratuais), no montante de **R$16.930,39**, estão corretos, conforme destaque abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA. Ocorrendo o inadimplemento total ou parcial de qualquer das parcelas previstas da Cláusula 2ª deste ADITIVO, incidirá multa de 10%, juros de 1% ao mês e correção monetária com base no índice da Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, acrescido de honorários advocatícios de 10% para cobrança extrajudicial e para cobrança judicial o que for arbitrado pelo Juiz.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C5899.

Fajnzylber e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail : advogado@fajnzylber.com.br

Na mesma planilha de fls. 1.271, o valor dos honorários advocatícios judicial (sucumbência – ação executiva), no montante de **R$18.623,43** também está correto, conforme r. despacho abaixo:

> Fixo os honorários advocatícios a serem pagos pelo(a)(s) executado(a)(s) em 10% (dez por cento) do débito exequendo, conforme disposto no artigo 827 do Código de Processo Civil. No caso de pagamento no prazo de três (03) dias, a verba honorária será reduzida à metade (artigo 827, §1º do Código de Processo Civil).

Contudo, a Administradora Judicial deixou de calcular e computar os honorários advocatícios sucumbenciais fixados nos autos dos Embargos à Execução, no percentual de 10% conforme destaque da r. sentença:

> prosseguimento.
>
> Condeno **a embargante** ao pagamento das custas, despesas processuais e dos honorários advocatícios, em 10 % sobre o valor atualizado da causa.

Estes honorários sucumbenciais fixados nos autos dos embargos à execução somam o montante de **R$17.873,31**, conforme planilha abaixo:



Cálculo realizado com sucesso

Dados do Cálculo

Descrição do Cálculo:	
Indíce:	Tabela prática do TJ de SP (Déb.Judiciais) - 01/10/1964 a 01/01/2999 , Valor , Capitalizada , Mensal
Valores corrigidos até:	30/08/2017
Cálculo não pró-rata de correções	
Cálculo não pró-rata de juros	

Parcelas

	Parcela 1
Parcela 1 de 1 Descrição :	
Valor Original em 03/02/2017 :	R$ 177.188,52
Valor Corrigido até 30/08/2017 :	R$ 178.733,07
Juros Simples de 0,00 % Mensal no período de 01/03/2017 até 30/08/2017 sobre R$ 178.733,07 :	R$ 0,00
Multa de 0,00 % sobre R$ 178.733,07 :	R$ 0,00
Total da parcela	R$ 178.733,07

Resultado - Total Geral

Total das parcelas :	R$ 178.733,07
Honorários Advocatícios :	R$ 17.873,31
Total geral :	R$ 196.606,38

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C5899.

Fajnzylber e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail : advogado@fajnzylber.com.br

Desta forma, o valor do crédito dos Requerentes a ser habilitado é de **R$53.427,13** (R$16.930,39+R$18.623,43+R$17.873,31), razão pela qual desde já ficam impugnados os cálculos apresentados pela Administradora Judicial.

Ante o exposto, requer digne-se Vossa Excelência de acatar os cálculos declinados nesta petição, determinando que seja lançado no rol de credores, na classificação trabalhista – classe I, o crédito dos Requerentes no montante de **R$53.427,13 (Cinquenta e Três Mil, Quatrocentos e Vinte e Sete Reais e Treze Centavos).**

Termos em que,
P. Deferimento.
São Paulo, 19 de fevereiro de 2018

JOSUEL BENEDITO DE FARIAS
OAB/SP 177.122

ISABELLA FAJNZYLBER KRUEGER
OAB/SP 137.891

PATRICIA FAJNZYLBER
OAB/SP 218.004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C5899.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __ VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA CAPITAL DE SÃO PAULO, SP.

SERABI MINERAÇÃO S.A, empresa privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.207.303/0001-30, sediada na Rodovia Transgarimpeira, Km 22, Comunidade Jardim do Ouro, Município de Itaituba, Estado do Pará, CEP. 68.189-970, email: semir.albertoni@serabi.com.br, neste ato, representada por seu Diretor Sr. Ulisses Marcelo de Melo, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.514. 124 – SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 678.856-15, por seus advogados (procuração anexo), vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 771, 781, 784, inciso III e seguintes do Código de Processo Civil, propor a presente

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

em face de **RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.728.993/0001-70, sediada na Rua Vinte e Um de Abril, 1.235/1.239, Bairro do Belenzinho, São Paulo/SP, CEP.: 03047-007, email: diretoria@resimapi.com.br, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 30/10/2018 às 16:52 , sob o número WPRJ18302216152
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2016.8.26.0048 e código 27E54A0B.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

DO FORO COMPETENTE

Conforme demonstra o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças (doc. em anexo), as partes elegeram como competente para dirimir todas as dúvidas e questões oriundas do referido contrato, o Foro Central da Capital de São Paulo.

O artigo 781 do Código de Processo Civil dispõe que:

> ***"A execução fundada em título extrajudicial será processada perante o juízo competente, observando-se o seguinte:***
> ***I – a execução poderá ser proposta no foro do domicílio do executado, de eleição constante do título ou, ainda, de situação dos bens a ela sujeitos"*** *(sic – grifos nossos)*

Assim sendo, não há dúvida alguma, quanto à competência deste MM. Juízo para o processamento da presente Ação Executiva.

DOS FATOS

Conforme demonstra seu Estatuto Social, a Autora é uma sociedade anônima de capital fechado, que têm como objetivo social a pesquisa e extração de minérios e minerais, mineração, compra, venda, beneficiamento, processamento, refino, importação, exportação comércio, transporte de minério, minerais e metais, equipamentos de mineração, representação em sociedades, nacionais ou não, por conta própria ou de terceiros, participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 30/10/2018 às 16:52 , sob o número WPRI16000285170000
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2016.8.26.0048 e código 27E5A0B.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

sócia, acionista ou quotista e desenvolvimento e intermediação de negócios associados à mineração.

Para o desenvolvimento de suas operações, a Exequente necessita adquirir insumos consistentes em CIANETO DE SÓDIO BRIQUETES ONU.

Assim sendo, a Exequente e Executada passaram a desenvolver um relacionamento comercial, no qual a segunda fornecia à primeira, os insumos descritos acima.

Ocorre que, a Executada de forma equivocada, visto que indevidos, emitiu dois títulos em desfavor da Exequente, veja:

Duplicata	Emissão	Vencimento	Valor
44367/C	18/12/2015	01/03/2016	R$88.337,17
45581	22/02/2016	21/03/2016	R$35.280,00
VALOR TOTAL			**R$123.617,17**

Estes títulos são indevidos pelo fato que as mercadorias não foram solicitadas e, logicamente não foram entregues e, tudo isto foi expressamente reconhecido pela Executada, conforme demonstra a Confissão de Dívida (doc. em anexo).

Visando resolver o assunto de forma amigável, a Exequente entrou em contato com a Executada e, para sua surpresa foi informada que os títulos indevidos haviam sido descontados pela mesma junto ao Banco Bradesco S.A, que por sua vez, determinou que fossem lavrados os protestos por falta de pagamento (doc. em anexo).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 30/10/2018 às 16:52 , sob o número WPRB18302290118
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-95.2016.8.26.0048 e código 27E54A0B.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

Pois bem, para baixar os protestos indevidos, a Exequente necessitava das respectivas cartas de anuência, que o Bradesco se recusava a fornecer porque a Executada estava com pendências financeiras perante à mencionada instituição, estando os referidos títulos em aberto.

A Executada alegava que estava com dificuldades e não tinha condições de resolver as pendências financeiras junto ao Bradesco e tampouco a quitação dos títulos, a permitir que as cartas de anuência fossem disponibilizadas para baixa dos protestos indevidos e injustos.

Pois bem, considerando o relacionamento comercial existente até aquele momento, a Exequente, com o fito de ajudar à Executada e resolver o problema, já que não pode sofrer protestos, por tratar-se de sociedade anônima que frequentemente têm o dever de prestar contas aos seus investidores, acabou por realizar um acordo com a Executada.

E foi assim que as partes, em 05 de maio de 2016 firmaram o **INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E OUTRAS AVENÇAS** (doc. em anexo).

Por meio deste instrumento, a Exequente depositou diretamente na conta que a Executada possui junto ao Banco Bradesco, a importância de R$123.617,17 para a quitação dos títulos em aberto e, em contrapartida lhe foram fornecidas diretamente pelo Banco Bradesco, as cartas de anuência, consoante comprovantes (doc. em anexo).

Em contrapartida, a Executada se obrigou a entregar à Exequente 9164 quilos de CIANETO DE SÓCIO BRIQUETES ONU (7.064 quilos correspondentes aos títulos quitados pela Exequente – R$123.617,17 e 2.100 quilos em compensação pelos protestos indevidos –

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 01/06/2018 às 16:52 , sob o número WPRB10055442018826000028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2016.8.26.0048 e código 27E5A0B.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

R$36.750,00), no valor total de R$160.370,00 (Cento e Sessenta Mil, Trezentos e Setenta Reais).

Pois bem, a Executada se obrigou a entregar os insumos no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da assinatura do contrato (05.05.16), logo, o último dia do prazo para entrega foi 19 de junho de 2016, contudo, a Executada não cumpriu a sua obrigação, conforme demonstra o email anexo (doc.).

Novamente, a Exequente, visando resolver o assunto de forma amigável, fez contatos com a Executada, que após várias ligações e promessas, informou que não poderia entregar a mercadoria, e, então, por falta de alternativa, foram iniciadas as tratativas de recebimento do valor do crédito que a Exequente têm direito, conforme email anexo.

E, somente no dia 11 de agosto, p.p., as partes firmaram um **TERMO ADITIVO ao instrumento de CONFISSÃO DE DÍVIDA**, no qual a Executada se obrigou a pagar à Exequente a importância de **R$169.992,20 (Cento e Sessenta e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Dois Reais e Vinte Centavos**), em 06 (seis) parcelas no valor de **R$28.332,03 (Vinte e Oito Mil, Trezentos e Trinta e Dois Reais e Três Centavos)** cada uma, vencendo-se a primeira no dia **25 de agosto** p.p e as demais na mesma data dos meses subsequentes.

Todavia, a Executada não efetuou o pagamento da primeira parcela em seu vencimento (25.08.16), sendo que, somente o fez após muita insistência, no dia **01 de setembro de 2016**, conforme demonstra o email anexo, sem os encargos previstos no contrato.

Várias foram as tentativas no sentido de que a Executada efetuasse o pagamento dos encargos pelo pagamento da primeira

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 30/10/2018 às 16:52 , sob o número WPRI16000285170000
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2016.8.26.0048 e código 27E5A0B.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

parcela fora do prazo, mas a Executada apenas fez promessas que nunca foram cumpridas.

E pior, além de não pagar os encargos contratuais, também não efetuou o pagamento da segunda parcela vencida no dia 25 de setembro de 2016.

Assim, não resta à Exequente alternativa senão socorrer-se do Poder Judiciário, a fim de receber o crédito a que têm direito.

DO DIREITO

O artigo 784, inciso III do CPC dispõe que:

> ***"São títulos executivos extrajudiciais:***
> ***...***
> ***III- o documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas".***

O requisito do inciso III supra encontra-se devidamente preenchido haja vista o INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E ADITIVO (docs. em anexo), no qual a Executada se obrigou a pagar à Exequente o valor de **R$169.992,20 (Cento e Sessenta e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Dois Reais e Vinte Centavos**) em 06 parcelas no valor de **R$28.332,03 (Vinte e Oito Mil, Trezentos e Trinta e Dois Reais e Três Centavos)** cada uma, vencendo-se a primeira no dia **25 de agosto** p.p e as demais na mesma data dos meses subsequentes.

Conforme já relatado acima, a Executada efetuou o pagamento da primeira parcela vencida em 25 de agosto de 2016

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 30/10/2018 às 16:52 , sob o número 10020650520188260000
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-95.2018.8.26.0000 e código 27E54B.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

P. 7

somente no dia 01 de setembro, ou seja, depois de seu vencimento e, também não efetuou o pagamento da parcela vencida no dia 25 de setembro de 2016, bem como de todas as demais, logo, incorreu nos encargos de que tratam a cláusula terceira do ADITIVO:

CLÁUSULA TERCEIRA. Ocorrendo o inadimplemento total ou parcial de qualquer das parcelas previstas da Cláusula 2ª deste ADITIVO, incidirá multa de 10%, juros de 1% ao mês e correção monetária com base no índice da Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, acrescido de honorários advocatícios de 10% para cobrança extrajudicial e para cobrança judicial o que for arbitrado pelo Juiz.



Como a Executada não efetuou o pagamento em seu vencimento, e decorridos 30 (trinta) dias em 24 de setembro p.p., também não se manifestou no sentido de regularizar a sua pendência, portanto, ficou constituída em mora automaticamente, vencendo-se as demais parcelas antecipadamente, nos termos do parágrafo único da cláusula terceira abaixo destacada:

P. 4

Parágrafo único: O não pagamento da parcela vencida, no prazo de 30 (trinta) dias, acarretará o vencimento antecipado das demais, ficando a **CREDORA** autorizada desde já, a utilizar-se dos meios judiciais cabíveis para o recebimento de seu crédito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, hipótese em que os acréscimos previstos no *caput* incidirão sobre o saldo devedor.

Assim sendo, a Exequente tem todo o direito de exigir o saldo devedor da dívida confessada pela Executada, acrescido dos encargos de que trata a cláusula terceira do aditivo:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 30/10/2018 às 16:52 , sob o número WPRB10028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2018.8.26.0048 e código 27E5A0B.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

P. 8

CLÁUSULA TERCEIRA. Ocorrendo o inadimplemento total ou parcial de qualquer das parcelas previstas da Cláusula 2ª deste ADITIVO, incidirá multa de 10%, juros de 1% ao mês e correção monetária com base no índice da Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, acrescido de honorários advocatícios de 10% para cobrança extrajudicial e para cobrança judicial o que for arbitrado pelo Juiz.

Desta forma, o valor do débito atualizado nos termos do parágrafo único do artigo 798, soma a importância de **R$ R$177.188,52 (Cento e Setenta e Sete Mil, Cento e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Dois Centavos)**, conforme se demonstra abaixo:

Multa de 10% sobre a parcela 01 - (R$28.332,03 x 10%).....	R$ 2.833,20
Hon. Advoc. de 10% sobre a parcela 01 - (R$28.332,03 x 10%)...	R$ 2.833,20
Valor das parcelas em aberto.....	R$141.660,17
Correção TJ/SP.....	R$ 113,33
Juros de 1% 25/09 à 26/10/16 - (R$141.660,17x1%).....	R$ 1.416,60
Multa de 10% - (R$141.660,17x10%).....	R$ 14.166,01
Honorários contratuais de 10% - (R$141.660,17x10%).....	R$ 14.166,01
VALOR TOTAL DEVIDO.....	**R$177.188,52**

* Computados juros de 1% ao mês a partir de 25 de setembro de 2016
* Aplicada multa de 10%
* Honorários de Advocatícios de 10%
* Índice de correção da Tabela de Atualização do TJ/SP: 65,937995

DA GARANTIA HIPOTECÁRIA

Nos termos do contrato de CONFISSÃO DE DÍVIDA, ratificada por meio do ADITIVO, a Executada deu em garantia hipotecária à Exequente o seguinte imóvel:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 30/10/2018 às 16:52 , sob o número WPRO10055442018826000028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2018.8.26.0048 e código 27E5A0B.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

CLÁUSULA TERCEIRA: Em face das obrigações aqui assumidas, a **DEVEDORA** dá em garantia hipotecária **50% (cinquenta por cento)** do imóvel abaixo descrito, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel sob o nº 3.698:

"Um lote de terreno sob o nº 16 da Quadra E, do Loteamento denominado "Centro Industrial de Arujá", situado no perímetro urbano do Município de Arujá, desta Comarca de Santa Isabel, dentro das seguintes metragens e confrontrações: mede 50,00 metros de frente para a Avenida 2; mede 100,00 metros pelo lado direito, onde confronta com o lote nº 7; mede 100,00 metros pelo lado esquerdo, onde confronta com o lote nº 5; mede 50,00 metros nos fundos, confrontrando com o lote nº 12, encerrando assim uma área de 5.000,00 metros quadrados".

DO PEDIDO

Ante o exposto, requer digne-se Vossa Excelência de receber a presente, mandando autuá-la com as formalidades de estilo, para:

a) Fixar os honorários no percentual de 10% (Dez por cento), nos termos do artigo 827 do CPC;

b) Determinar a expedição de mandado de citação, para que a Executada efetue o pagamento da importância de **R$177.188,52 (Cento e Setenta e Sete Mil, Cento e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Dois Centavos)**, acrescida de juros legais, correção monetária com base no índice da Tabela do Tribunal de Justiça deste Estado, honorários advocatícios supra, custas e despesas processuais, no prazo de 03 (três) dias, nos termos do artigo 827 do CPC e sua intimação, para que, querendo, apresente Embargos no prazo de 15 (quinze) dias nos termos do artigo 915 do CPC.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 30/11/2018 às 16:52 , sob o número WPRB18000028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2016.8.26.0046 e código 27E5A0B.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

c) Em caso de não pagamento, **a penhora** deverá recair sobre **50% (CINQUENTA POR CENTO)** do imóvel abaixo descrito, dado em garantia hipotecária, lavrando-se o respectivo termo de penhora nos termos do artigo 845, § 1º do CPC:

"Um lote de terreno sob o nº 16 da Quadra E, do Loteamento denominado "Centro Industrial de Arujá", situado no perímetro urbano do Município de Arujá, desta Comarca de Santa Isabel, dentro das seguintes metragens e confrontrações: mede 50,00 metros de frente para a Avenida 2; mede 100,00 metros pelo lado direito, onde confronta com o lote nº 7; mede 100,00 metros pelo lado esquerdo, onde confronta com o lote nº 5; mede 50,00 metros nos fundos, confrontrando com o lote nº 12, encerrando assim uma área de 5.000,00 metros quadrados".

d) Determinar a **expedição de certidão** de que a presente execução foi admitida por este MM. Juízo, com a identificação das partes e do valor da causa, para que a Exequente possa proceder a averbação no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Santa Isabel, nos termos do artigo 828 do CPC.

Os subscritores desta declaram que as cópias ora acostadas conferem com seus originais, nos termos do artigo 425, inciso IV do CPC.

Requer ainda, que todas as intimações referentes a este feito sejam veiculadas exclusivamente em nome de **DR JOSUEL BENEDITO DE FARIAS, OAB/SP 177.122** e **DRA ISABELLA FAJNZYLBER KRUEGER, OAB/SP 137.891**, ambos com escritório no endereço declinado no cabeçalho desta, local em que receberão as intimações consoante inciso V do artigo 77 do CPC, **sob pena de nulidade**.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 30/10/2018 às 16:52 , sob o número WPRO10028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2016.8.26.0048 e código 27E5A0B.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

Dá-se à causa o valor de R$177.188,52 (Cento e Setenta e Sete Mil, Cento e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Dois Centavos).

Termos em que,

P. Deferimento.

De São Paulo, 31 de outubro de 2016

JOSUEL BENEDITO DE FARIAS

OAB/SP 177.122

ISABELLA FAJNZYLBER KRUEGER

OAB/SP 137.891

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 01/11/2016 às 16:52 , sob o número WPRI16000285170000
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-95.2016.8.26.0048 e código 27E54GB.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, doravante denominado CONTRATO, as partes, a saber:

RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.728.993/0001-70, sediada na Rua Vinte e Um de Abril, 1.235, São Paulo/SP, neste ato, representada por seu sócio Diretor **RENATO MARFARAGI**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.632.663-X – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 108.309.288-04, residente e domiciliado na Rua Professor Pedreira de Freitas, 69, apto 101, São Paulo/SP, doravante denominada simplesmente **DEVEDORA**, e, de outro lado,

SERABI MINERAÇÃO S/A, constituída sob as leis da República Federativa do Brasil, estabelecida a Rodovia Transgarimpeira km 22, Mina Palito, Jardim do Ouro, Município de Itaituba, PA – Brasil, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º CNPJ: 04.207.303/0001-30, neste ato, representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente **CREDORA** e,

RENATO MARFARAGI, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.632.663 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 108.309.288-04, casado com **YARA SALGADO MARFARAGI**, brasileira, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.636.310 – SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 101.602.288-32, ambos residentes e domiciliados na Rua Professor Pedreira de Freitas, 69, apto 101, São Paulo/SP, doravante denominados simplesmente **INTERVENIENTES-ANUENTES.**

Considerando que:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C589D.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

- As partes possuem relações comerciais, na qual a **DEVEDORA**, com frequência, fornece insumos à **CREDORA**, consistente em CIANETO DE SÓDIO acompanhado de Desengraxante D-220;

- A **DEVEDORA**, por equívoco, emitiu dois títulos indevidamente contra à **CREDORA**, uma vez que as mercadorias a eles vinculadas não foram entregues: (DMI 00044367 no valor de R$88.337,17 com vencimento em 01 de março de 2016 e DMI 00045581 no valor de R$35.280,00, com vencimento em 21 de março de 2016, num total de R$123.617,17);

- A **DEVEDORA** reconhece que tais títulos são indevidos, portanto, emitidos injustamente;

- A **DEVEDORA** já havia negociado tais títulos com o Banco Bradesco S.A, antecipando os recebimentos, que, por sua vez, determinou os protestos, ambos efetivados junto ao Cartório de Registro de Protestos de Nova Lima;

- O Bando Bradesco se recusa a carimbar e assinar as cartas de anuência emitidas pela **DEVEDORA**, pelo fato de que os títulos não foram por ela liquidados até esta data.

Têm, entre si, justo e pactuado presente CONTRATO, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Com o objetivo de obter as cartas de anuência carimbadas e assinadas pelo Banco Bradesco, a permitir a baixa dos títulos protestados, a **CREDORA**, na data da assinatura deste CONTRATO, depositará no Banco Bradesco, agência nº 0054, conta corrente nº 36640-4, de titularidade da **DEVEDORA**, o valor de **R$123.617,17 (Cento Vinte e Três Mil, Seiscentos**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C589D.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

e Dezessete Reais e Dezessete Centavos), importância esta que será utilizado exclusivamente para a quitação dos seguintes títulos: DMI 00044367, no valor de R$88.337,17 (Oitenta e oito mil, Trezentos e Trinta e Sete Reais e Dezessete) com vencimento em 01 de março de 2016 e DMI 00045581, no valor de R$35.280,00 (Trinta e Cinco Mil e Duzentos e Oitenta Reais).

Parágrafo Primeiro: Concomitante à realização do depósito de que trata o *caput*, a **DEVEDORA** se obriga à entregar à **CREDORA** as cartas de anuência, assinadas e com firma reconhecida, carimbo e assinatura do representante legal do BRADESCO, ou seja, com todos os requisitos necessários para que a **CREDORA** possa proceder à baixa dos títulos junto ao Cartório de Protesto.

Parágrafo Segundo: Os juros e todos os demais encargos gerados pelo não pagamento dos títulos de que trata o *caput* cobrados pelo Banco Bradesco, serão suportados exclusivamente pela **DEVEDORA**.

Parágrafo Terceiro: As despesas referentes às taxas e emolumentos para proceder à baixa dos títulos perante o Cartório de Protesto serão quitadas pela **CREDORA**, e, reembolsadas pela **DEVEDORA**, no prazo de até 02 (dois) corridos contados da assinatura deste CONTRATO, mediante depósito a ser realizado junto ao Banco Bradesco, Agência nº 0759-5, Conta corrente nº 21.639-9, de titularidade da **CREDORA**, valendo o comprovante de depósito como quitação, para todos os fins de direito.

Parágrafo Quarto: Em caso de inadimplemento, o valor de que trata o parágrafo terceiro supra, será acrescido de correção monetária com base no IGPM/FGV, juros de 1% ao mês e multa de 10%.

CLÁUSULA SEGUNDA: Com a realização do depósito acima, cuja beneficiária será a **DEVEDORA**, a mesma passará a dever à **CREDORA**, o valor de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C589D.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

R$123.617,17, que ela se obriga a quitar por meio do fornecimento de mercadorias, ou seja, por meio de 7.064 (Sete Mil e Sessenta e Quatro) quilos de CIANETO DE SÓDIO BRIQUETES ONU.

Parágrafo Primeiro: Em compensação pelos transtornos e danos suportados pela **CREDORA**, em decorrência dos protestos indevidos causados pela **DEVEDORA**, a mesma dará à **CREDORA**, a título de indenização, 2.100 (Dois Mil e Cem) quilos de CIANETO DE SÓDIO BRIQUETES ONU. Portanto, a **DEVEDORA** se obriga a entregar à **CREDORA** o total de 9.164 (Nove Mil Cento e Sessenta e Quatro) quilos de CIANETO DE SÓDIO BRIQUETES ONU.

Parágrafo Segundo: Neste data, a **DEVEDORA** emitirá duas Notas Fiscais para entrega futura, uma referente à **7.064 (Sete mil e Sessenta e Quatro)** quilos de CIANETO DE SÓDIO BRIQUETES ONU, no valor de **R$123.620,00** (Cento Vinte e Três Mil Seiscentos e Vinte Reais) e a outra referente à **bonificação** de **2.100 (Dois Mil e Cem)** quilos de CIANETO DE SÓDIO BRIQUETES ONU, no valor de **R$36.750,00** (Trinta e Seis Mil Setecentos e Cinquenta Reais) num total de 9.164 (Nove Mil Cento e Sessenta e Quatro) quilos de CIANETO DE SÓDIO, e, se obriga a entregar tais mercadorias no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data da assinatura deste CONTRATO.

Parágrafo Terceiro: O transporte das mercadorias correrão por conta da **CREDORA**.

CLÁUSULA TERCEIRA: Em face das obrigações aqui assumidas, a **DEVEDORA** dá em garantia hipotecária **50% (cinquenta por cento)** do imóvel abaixo descrito, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel sob o nº 3.698:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C589D.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

"Um lote de terreno sob o nº 16 da Quadra E, do Loteamento denominado "Centro Industrial de Arujá", situado no perímetro urbano do Município de Arujá, desta Comarca de Santa Isabel, dentro das seguintes metragens e confrontrações: mede 50,00 metros de frente para a Avenida 2; mede 100,00 metros pelo lado direito, onde confronta com o lote nº 7; mede 100,00 metros pelo lado esquerdo, onde confronta com o lote nº 5; mede 50,00 metros nos fundos, confrontrando com o lote nº 12, encerrando assim uma área de 5.000,00 metros quadrados".

CLÁUSULA QUARTA: Na hipótese de a **DEVEDORA** não proceder a entrega das mercadorias de que trata a Cláusula Segunda, §§ 1º e 2º, no prazo aqui estipulado, a mesma restará constituída em mora automaticamente, independente de notificação judicial ou extrajudicial, podendo a **CREDORA**, de imediato, proceder a execução deste CONTRATO, e em, consequência da garantia, e, ao seu exclusivo critério, exigir a entrega das mercadorias ou executar o valor de seu crédito, no montante de **R$160.370,00 (Cento Sessenta Mil, Trezentos e Setenta Reais)**.

CLÁUSULA QUINTA: Caso qualquer das disposições deste CONTRATO venha a ser julgada nula, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra, que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

CLÁUSULA SEXTA: Qualquer alteração do presente CONTRATO deverá ser feita exclusivamente por meio de termos aditivos, a ser devidamente assinado pelas partes.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este CONTRATO representa a totalidade das condições ajustadas pelas partes, sobrepondo-se a todos e quaisquer ajustes,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C589D.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

comprometimentos, negociações e declarações, verbais ou escritas, previamente havidas entre as partes a respeito do assunto.

CLÁUSULTA OITAVA: Os direitos e obrigações deste CONTRATO obrigam as partes, seus sucessores e seus diretores a qualquer título.

CLÁUSULA NONA: A tolerância por qualquer das partes em relação ao inadimplemento ou inobservância pela outra de qualquer das disposições deste CONTRATO não poderá ser interpretada como renúncia ou novação e não prejudicará a exigibilidade futura do pleno cumprimento do disposto na mesma ou em qualquer outra disposição do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente CONTRATO será regido e interpretado de acordo com o Código Civil Brasileiro e constitui-se título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes elegem o Foro Central da Capital de São Paulo, como único competente para dirimir todas as dúvidas e questões oriundas deste CONTRATO, com renúncia expresa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente CONTRATO, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que a tudo presenciaram.

São Paulo, 05 de maio de 2016

RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

RENATO MARFARAGI

DEVEDORA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C589D.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

SERABI MINERAÇÃO S.A

CREDORA

INTERVENIENTES ANUENTES:

RENATO MARFARAGI

YARA SALGADO MARFARAGI

Testemunhas

Nome: Roberto Gouveia de Amorim
RG: 19.317.456-X
CPF: 164.951.968-06

Nome:
RG: 36.056.881-6SP
CPF: 339.701.168-93

Esta página é parte integrante do Termo de Confissão de Dívida e Outras Avenças firmado entre RESIMAPI e SERABI em 05 de maio de 2016

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C589D.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

ADITIVO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E OUTRAS AVENÇAS FIRMADO EM 05 DE MAIO DE 2016

Pelo presente instrumento particular, doravante denominado simplesmente ADITIVO, as partes, a saber:

RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.728.993/0001-70, sediada na Rua Vinte e Um de Abril, 1.235, São Paulo/SP, neste ato, representada por seu sócio Diretor **RENATO MARFARAGI**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.632.663-X – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 108.309.288-04, residente e domiciliado na Rua Professor Pedreira de Freitas, 69, apto 101, São Paulo/SP, doravante denominada simplesmente **DEVEDORA**, e, de outro lado,

SERABI MINERAÇÃO S/A, constituída sob as leis da República Federativa do Brasil, estabelecida a Rodovia Transgarimpeira km 22, Mina Palito, Jardim do Ouro, Município de Itaituba, PA – Brasil, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º CNPJ: 04.207.303/0001-30, neste ato, representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente **CREDORA** e,

RENATO MARFARAGI, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.632.663 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 108.309.288-04, casado com **YARA SALGADO MARFARAGI**, brasileira, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.636.310 – SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 101.602.288-32, ambos residentes e domiciliados na Rua Professor Pedreira de Freitas, 69, apto 101, São Paulo/SP, doravante denominados simplesmente **INTERVENIENTES-ANUENTES.**

Considerando que:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C589E.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

- As partes firmaram um INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E OUTRAS AVENÇAS em 05 de maio de 2016;

- A cláusula 4ª deste INSTRUMENTO faz previsão que, caso a **DEVEDORA** não entregue as mercadorias previstas em sua cláusula 2ª, parágrafos 1º e 2º, no prazo ali estipulado, estará constituída em mora automaticamente, independente de notificação judicial ou extrajudicial, podendo a **CREDORA** executar o valor de seu crédito, no montante de R$ 160.370,00 (cento e sessenta mil, trezentos e setenta reais);

- Como tal prazo venceu em 19 de junho, sem que as mercadorias tenham sido entregues, a **CREDORA** passou a ser detentora do crédito de R$ 160.370,00 (cento e sessenta mil, trezentos e setenta reais) perante à **DEVEDORA**.

Têm, entre si, justo e pactuado presente **ADITIVO**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A **DEVEDORA**, através do presente, reconhece expressamente que possui uma dívida a ser paga diretamente à **CREDORA**, no valor total de R$ 160.370,00 (cento e sessenta mil, trezentos e setenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: A **DEVEDORA** confessa e assume integral responsabilidade pelo pagamento da dívida descrita na cláusula primeira, cuja quitação dar-se-á através de 06 (seis) parcelas mensais, fixas e sucessivas, acrescidas de juros de 1% ao mês sobre o total do débito, totalizando o valor de R$169.992,20 (cento e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e vinte centavos), cujas parcelas serão no montante de R$28.332,03 (vinte e oito

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAU18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C589E.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E- MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

mil, trezentos e trinta e dois reais e três centavos) cada uma, com o primeiro vencimento para o dia 25 de agosto de 2016, e os demais, na mesma data dos meses subsequentes, com término previsto para 25 de janeiro de 2017.

Parágrafo primeiro. A quitação das parcelas será efetuada através de depósitos bancários/transferências na conta corrente da **CREDORA**, no Banco Bradesco, agência 0759-5, conta corrente 21639-9.

Parágrafo segundo: Os pagamentos efetuados por meio de cheque somente se concretizarão após a devida compensação.

Parágrafo terceiro: Os comprovantes de depósitos serão válidos como recibos, para todos os fins admitidos em direito.

Parágrafo quarto: Caso o vencimento ocorra em final de semana ou feriado, o mesmo fica prorrogado para o próximo dia útil seguinte.

Parágrafo quinto: Com a quitação do débito elencado na cláusula 1ª, a **CREDORA** dará plena e total quitação em relação a este débito, para nada mais reclamar seja a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA. Ocorrendo o inadimplemento total ou parcial de qualquer das parcelas previstas da Cláusula 2ª deste ADITIVO, incidirá multa de 10%, juros de 1% ao mês e correção monetária com base no índice da Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, acrescido de honorários advocatícios de 10% para cobrança extrajudicial e para cobrança judicial o que for arbitrado pelo Juiz.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C589E.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

Parágrafo único: O não pagamento da parcela vencida, no prazo de 30 (trinta) dias, acarretará o vencimento antecipado das demais, ficando a **CREDORA** autorizada desde já, a utilizar-se dos meios judiciais cabíveis para o recebimento de seu crédito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, hipótese em que os acréscimos previstos no *caput* incidirão sobre o saldo devedor.

CLÁUSULA QUARTA: Todas as demais cláusulas do contrato ora aditado, que aqui não foram alteradas permanecerão em pleno vigor, portanto, continuarão a produzir todos os efeitos admitidos em direito.

São Paulo, 11 de agosto de 2016

RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
RENATO MARFARAGI
DEVEDORA

SERABI MINERAÇÃO S.A
CREDORA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C589E.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

INTERVENIENTES ANUENTES:

RENATO MARFARAGI

YARA SALGADO MARFARAGI

Testemunhas

Nome: Roberto Gouveia de Amorim
RG: 19.317.456-X
CPF: 164.951.968-06

Nome: CLAYTON CESAR SILVEIRA
RG: 13 985 086
CPF: 082 193 286 14

Esta é a última página integrante do Aditivo ao Termo de Confissão de Dívida e Outras Avenças firmado entre RESIMAPI e SERABI em 11 de agosto de 2016

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27C589E.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
33ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 03 de novembro de 2016, promovo este processo à conclusão ao MM. Juiz de Direito Dr. GUILHERME SILVEIRA TEIXEIRA.
Eu, _____(Moacir Mosho Yabiku, Matrícula: 362.190), Escrevente, subscrevi.

DESPACHO

Processo Digital nº:	**1119005-34.2016.8.26.0100**
Classe – Assunto:	**Execução de Título Extrajudicial - Compromisso**
Exeqüente:	**Serabi Mineração S.A**
Executado:	**Resimapi Produtos Químicos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Guilherme Silveira Teixeira**

Vistos.

Cite-se o(a)(s) executado(a)(s) por mandado, a pagar(em), no prazo de três (03) dias (artigo 829 do Código de Processo Civil), o débito exeqüendo, ou apresentar(em) embargos no prazo de quinze (15) dias (artigo 915 do CPC), independentemente de penhora, depósito ou caução, contados da juntada do mandado/carta de citação.

Fixo os honorários advocatícios a serem pagos pelo(a)(s) executado(a)(s) em 10% (dez por cento) do débito exequendo, conforme disposto no artigo 827 do Código de Processo Civil. No caso de pagamento no prazo de três (03) dias, a verba honorária será reduzida à metade (artigo 827, §1º do Código de Processo Civil).

Deverá(ão) ficar ciente(s) o(a)(s) executado(a)(s) que, comprovado o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários de advogados, poderá(ão) requerer seja admitido o pagamento do restante em até seis (06) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (art. 916, do CPC).

Sem pagamento, no caso de cumprimento da diligência por mandado, o Oficial de Justiça, procederá, de imediato, à penhora dos bens e sua avaliação, lavrando-se o auto respectivo, com intimação da(s) parte(s) executada(s) (artigo 829, §1º do CPC).

Não localizada(o)(s) para intimá-la da penhora, o oficial certificará detalhadamente acerca das diligências realizadas.

Autorizo ao Sr. Oficial de Justiça, a utilização das prerrogativas do artigo 212 e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, e informe o processo 1119005-34.2016.8.26.0100 e código 27C589F.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
33ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo-SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Sem prejuízo, expeça-se a certidão almejada para averbação do ajuizamento do feito, prevista no art. 828, caput, do Código de Processo Civil.

Int.

São Paulo, 03 de novembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por 33 VARA CIVEL DO FORO CENTRAL CIVEL - SP e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, e informe o processo 0151351-95.2017.8.26.0045 e código 27C589F.

FERREIRA
Advocacia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO – SP

Distribuição por dependência ao
Processo de Execução n.º 1119005-34.2016.8.26.0100

RESIMAPI - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS, inscrita no CNPJ sob n.º 62728993/0001-70, com sede na Rua Vinte e Um de Abril, 1235/1239 – Belenzinho – São Paulo/SP – CEP 03047-007 representada neste ato pelo **Sr. Eduardo Tadeu Piagentini,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.º 10.785.456-9-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 011.028.848-39, residente e domiciliado na Rua Ametista 414 – Condomínio Arujá V – Arujá/SP CEP 07428-240, através de seu advogado que esta subscreve, com fulcro no artigo 485, I e IV, 914 e ss e 921 e ss, todos do CPC, opor

EMBARGOS A EXECUÇÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO SOUZA DE FERREIRA e UNIDAS Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 15:26:19 - sob o número WAGC18200700100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002080-09.2017.8.26.0000 e código 2BC53AKB.

em face de **SERABI MINERAÇÃO S/A**, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.207.303/0001-30, estabelecida à Rodovia Transgarimpeira, km22 – Comunidade Jardim do Ouro – Itaituba – Pará - CEP 68189-970 , com base nos motivos de fato e razões de direito doravante articuladas:

I – BREVE RESUMO DA EXECUÇÃO

Em breve síntese, alega a Exequente que é credora da Executada no valor de R$ 177.188,52 (cento e setenta e sete mil cento e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) ora representado por confissão de divida assinada entre as partes.

Procura demonstrar em sua exordial que sempre foi vitima da situação, de atos praticados pela Executada, mas que sempre buscou resolver de maneira amigável, mas isso não foi possível por culpa da Executada.

Alega que, a despeito de ser cliente contumaz da Executada, não havia realizado aquele pedido de compra que gerou as duplicatas ou recebido as respectivas mercadorias.

Tais fatos foram geradores da primeira confissão de divida que previa a entrega de mercadorias, porém, como não foram entregues no prazo estipulado em contrato, acabou sendo ajustada uma nova confissão de divida para pagamento em parcelas.

Diante da inadimplência, ajuizou a presente demanda para recebimento do alegado crédito.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO HENRIQUE DE FERREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 15:51:19 sob o número WAGC18028807100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002080-09.2017.8.26.0000 e código 2BC53KB.

II – DO DIREITO

a) Da realidade da relação comercial

A fim de demonstrar a boa-fé da Embargante, mister se faz explanar sobre toda a realidade dos fatos pertinentes à relação que gerou a presente demanda, e ainda, sobre o relacionamento comercial que é mantido entre as partes.

A reposição da verdade se faz necessária ao caso em testilha, já que na inicial de execução, a Embargante foi colocada com uma empresa que não preserva seus clientes, e pior, insinua que os procedimentos internos são imbuídos de indevidas praticas comerciais.

De fato, a Embargada é cliente da Embargante, cujo histórico de pedidos feitos pela área comercial seguem seu tramite interno normal, produção e financeiro, como em todas as operações.

Importante ressaltar que a Embargante é uma empresa que atua há décadas no mercado, atendendo à extensa gama de clientes em todo território nacional. Ademais, os produtos vendidos pela Embargante, são produtos restritos no mercado, atendido por poucas empresas especializadas em razão da complexidade do próprio material – produtos químicos.

Em suma, a Embargante é uma das poucas empresas no mercado que atende uma clientela exigente e, num mercado extremamente controlado, emitir nota fiscal sem pedidos ou para uma empresa que não tivesse um histórico de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO HENRIQUE DE FERREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 15:26:19 - 09/02/2018 15:26:19 - sob o número WAGC18028810100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002980-09.2017.8.26.0000 e código 2BC53KB.

pedidos seria denegrir a própria imagem, agindo em desconformidade com sua própria história.

Sobre o caso em tela, houveram discussões sobre os pedidos que estavam sendo feitos pela Embargada, em especial sobre o caso em tela, no entanto, gerada a discussão, a Embargante optou por manter o bom relacionamento com a Embargada e cancelar esses pedidos que geravam tamanha discussão.

Assim, prontamente foi cancelada a entrega de quaisquer mercadorias, no entanto, os títulos já estavam no banco, impedindo que a Embargante simplesmente os cancelasse, já que necessitava de uma autorização do banco.

Após inúmeras discussões entre as partes e Banco, as partes optaram por assinar uma confissão, onde a Embargada ficaria com mercadorias e pagaria os títulos que estavam no Banco.

b) Dos problemas encontrados nas confissões

Após inúmeras negociações com a Embargada e com o Banco, as partes assinaram uma confissão para entrega de mercadorias.

Nota-se que nessa primeira confissão, o valor era superior ao valor que se discutia, já que a nota recusada perfazia R$123.617,17 (cento e vinte e três mil seiscentos e dezessete reais e dezessete centavos), e, na confissão foi colocado o valor de R$ 160.370,00 (cento e sessenta mil trezentos e setenta reais).

Referida diferença foi colocada por imposição da Embargada, que alegava prejuízos e embutiu juros e altos valores à titulo de danos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO SOUZA DE ALENCAR e UNIDAS ADVOCACIA FERREIRA, em 19/02/2018 às 15:19 , sob o número WAPB18219150100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002980-69.2017.8.26.0100 e código 2BC53KB.

A despeito da discordância - mas tentando manter a relação comercial - a Embargante se dispôs a entregar os produtos químicos que estavam sendo pleiteados pela Embargada, mas para tanto, necessitava de tempo para adquirir tais produtos químicos e entregar para a Embargada.

Esse tempo nunca foi aceito pela Embargada e, como já era de se esperar, constatou-se que não haveria tempo hábil de entregar os produtos dentro do prazo que exigido pela Embargada, motivo pelo qual, a segunda confissão de divida foi firmada para pagamento parcelado.

Na assinatura desse contrato, percebeu-se que o valor constante como devido foi novamente elevado para R$169.992.20 (cento e sessenta e nove mil novecentos e noventa e dois reais e vinte centavos).

Observando os fatos até esse momento, a Embargante resolveu reagir e parou de acatar a todos as exigências e vontades da Embargada, já que os valores se elevavam de acordo com a vontade da Embargada, sem que a Embargante pudesse mexer em qualquer condição.

Em resposta, a Embargada impôs que para realizar qualquer alteração, seria necessário o pagamento da primeira parcela, senão nada seria alterado.

Como era de se esperar, após o pagamento da primeira, a única postura tomada pela Embargada foi de alegar que estava atrasada, e que a Embargante deveria pagar juros sobre esse atraso, honorários etc.

Diante desses termos, a Embargante resolveu encerrar a relação comercial e dar um basta nos pagamentos até que a Embargada aceitasse

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO SOUZA DE ALMEIDA FERREIRA e UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE PINHEIROS - SP, em 09/02/2018 às 15:19:19 , sob o número WAPC18040900100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002080-69.2017.8.26.0011 e código 2BC53AKB.

sentar para rediscutir valores que estavam sendo cobrados a livre critério da Embargada.

Por sua vez, no sentido contrario, a única reação tomada pela Embargada foi ajuizar uma ação para cobrar o valor de R$ 177.188,52 (cento e setenta e sete mil cento e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) mesmo tendo a Embargante pago uma parcela de R$ 28.332,03 (vinte e oito mil trezentos e trinta e dois reais e três centavos)

Em outras palavras, a Embargante pagou uma parcela, mas mesmo assim, a divida cresce exponencialmente.

Frisa-se que uma divida de **R$123.617,17** – aumentou para **R$ 160.370,00** – depois para **R$169.992.20** – onde se pagou **R$ 28.332,03** – e agora, perfaz ao seu final, o valor de **R$ 177.188,52**!!

É improvável imaginar que os valores cobrados pela Embargada não estão cercados de abusos e cobranças indevidas, e, por mais que a Embargante tenha tentado manter o relacionamento comercial, não é possível explicar tais aumentos.

Assim como os números apresentados, também é inaceitável a postura da Embargada de não trazer aos autos toda a realidade da relação comercial, já que a Embargante é composta por pessoas responsáveis e de caráter, contraria da imagem de mau pagadora da inicial que se tentou construir da inicial.

c) Do notório excesso de cobrança

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO HENRIQUE DE FERREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 09/02/2018 às 15:19 , sob o número WAGC18020915193100000012886107.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002980-09.2017.8.26.0000 e código 2BC53KB.

É necessário observar que os valores cobrados não devem prevalecer, e uma analise mais detida dos números se faz necessária para observar se existe cobrança de juros excessivo, além de outras cobranças.

Como é sabido – com exceção feita as Instituições Financeiras - a taxa de juros que pode ser cobrada entre pessoas físicas ou jurídicas, é limitada a 12% ao ano, assim, qualquer cobrança que tenha sido realizada que destoe dessa realidade, deve der expurgada.

Sobre o tema, o Decreto 22.626/33 estipula em seu artigo 1º:

Art. 1º. É vedado, e será punido nos termos desta lei, estipular em quaisquer contratos taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal (Código Civil, artigo 1.062).

Por seu turno, o artigo 406 do Código Civil, prevê:

Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

Em suma, observa-se com muita clareza que as alegações trazidas pela Embargada em sua exordial não corresponde à verdade dos fatos diante da elevação dos valores mencionados.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO HENRIQUE DE FERREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 16:36:19 sob o número WAGC18041219, sob o código 2BC53400000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002080-69.2017.8.26.0000 e código 2BC53400.

Por essa razão, se faz necessária a produção de provas, em especial a prova pericial contábil para que seja apurado se existe valor em aberto e qual o montante devido, respeitando é claro as leis.

d) Da falta dos requisitos basilares para a execução

Para que se promova uma execução, seus requisitos basilares devem ser preenchidos, ou seja, o titulo a ser cobrado deve estar revestido de liquidez, certeza e exigibilidade.

No caso em tela, a Embargante traz à baila a realidade dos fatos, comprovando que a Embargada não possui um titulo executivo extrajudicial, diante da falta de clareza dos valores cobrados.

Em suma, a postura da Embargada é forçar um pagamento através de uma ação de execução, baseada em uma confissão de divida com valores que foram inflados sem qualquer justificativa ou legalidade.

Assim, é taxativa a necessidade dos requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade, sendo certo que a ausência desses requisitos, descaracteriza o titulo como sendo executivo.

Nessa esteira, o artigo 917, I do CPC entende que se o titulo apresentado não pode ser considerado um titulo executivo valido, a ação esta eivada de nulidade, senão vejamos:

> ***Art. 917. Nos embargos à execução, o executado poderá alegar:***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO HENRIQUE DE FERREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2018 15:51:29 sob o número WVOO03012880100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002080-09.2017.8.26.0000 e código 2BC53AKB.

I - inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;

Pelas razões expostas, não podemos admitir que no caso em tela, exista liquidez, certeza e exigibilidade sobre os valores cobrados pela Embargada, ou seja, a presente demanda não merece prosperar pela falta de condições da ação.

Assim, com supedâneo no artigo 485, I do CPC, urge a necessidade de extinção do processo, *in verbis*:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:
I - indeferir a petição inicial;
IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

III - DO PEDIDO

Diante de todos os fatos e fundamentos anteriormente dispostos, REQUER:

I – Seja a presente demanda seja julgada improcedente, condenando a Embargada, ao pagamento de custas, despesas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, observadas as cominações legais;

II - Provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidas, em especial prova testemunhal e pericial.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO HENRIQUE DE FERREIRA e UNIDAS ADVOCACIA - EPP, protocolado em 19/02/2018 15:51:19 sob o número WAGC18049100128807100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002080-09.2017.8.26.0006 e código 2BC53548.

Por fim, protesta pela posterior juntada da procuração e custas iniciais em 5 dias.

Dá-se a causa o valor de R$ 177.188,52 (cento e setenta e sete mil cento e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos).

Termos em que,
Pede deferimento

São Paulo, 03 de fevereiro de 2017.

Fernando C. Ferreira Jr.
OAB/SP n.º 201.797

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO CESAR FERREIRA e UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL, protocolado em 09/02/2017 15:51:19 sob o número WAGC17100900128807100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002080-09.2017.8.26.0000 e código 2BC53KB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
33ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº:	**1009080-69.2017.8.26.0100**
Classe - Assunto	**Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
Embargante:	**Resimapi Produtos Químicos Ltda**
Embargado:	**Serabi Mineração S.a**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **José Pedro Rebello Giannini**

Vistos.

Trata-se de embargos à execução opostos por **RESIMAPI – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS**, na execução fundada em título executivo extrajudicial, movida por **SERABI MINERAÇÃO S.A.**, todos devidamente qualificados nos autos, pugnando pela inviabilidade da pretensão executiva, por incorreção de valores e vícios que, em tese, inquinam a pretensão executiva. Em consequência, requereram a procedência dos embargos, com a extinção da execução, acompanhado o pedido por documentos.

A embargada ofertou impugnação, com documentos, aduzindo, em síntese, que a dívida foi confessada, e que a embargante descumpriu o clausulado. Logo, postulou pela improcedência dos embargos, pela higidez da execução.

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Conheço diretamente da demanda. Como ensina Cândido Rangel Dinamarco:

> *"A razão pela qual se permite a antecipação do julgamento do mérito é invariavelmente a* desnecessidade de produzir provas. *Os dois incisos do art. 330 desmembram essa causa única em várias hipóteses, mediante uma redação cuja leitura deve ser feita com a consciência de que só será lícito privar as partes de provar quando as provas não forem necessárias ao julgamento"* (**Instituições de Direito Processual Civil**, v. III, 2ª ed., Malheiros, p.555).

Conforme já decidiu, na mesma linha, o Excelso Supremo Tribunal Federal:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE PEDRO REBELLO GIANNINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009080-69.2017.8.26.0100 e código 2700000.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
33ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

> *"A necessidade de produção de prova há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do Magistrado"* (RE 101171, Relator Min. FRANCISCO REZEK, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/10/1984, DJ 07-12-1984 p. 20990).

É o caso dos autos, vez que desnecessária dilação probatória, porquanto as alegações controvertidas encontram-se elucidadas pela prova documental, não tendo o condão a prova oral ou pericial de trazer quaisquer esclarecimentos relevante para seu deslinde. No mais, versa a demanda matéria de direito, tratando-se da interpretação dos ditames constitucionais e legais, tendo em vista a matéria objeto do processo, e as partes não postularam pela produção de provas.

Destarte, perfeitamente cabível que se julgue antecipadamente o mérito, sem olvidar que, nos termos do contido no Código de Processo Civil, compete ao magistrado velar pela rápida solução do litígio, privilegiando a efetividade do processo, quando prescindível a instrução processual (cf. José Roberto dos Santos Bedaque, **Efetividade do Processo e Técnica Processual**, 2ª ed., Malheiros, p. 32/34), e atendendo a garantia constitucional de razoável duração do processo (artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal).

Os embargos à execução são improcedentes.

Frise-se que não obstante o princípio *pacta sunt servanda*, a conferir a natureza ao contrato de "lei entre as partes", sofrer, no moderno direito obrigacional, relativização, notadamente por normas de ordem pública e, por conseqüência, cogentes, como as aplicáveis às relações de consumo, o caráter vinculante do pacto prevalece. Neste sentido, julgado do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE EDUARDO DE SOUZA CASTRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAU18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009080-69.2017.8.26.0100 e código 26

> *"HERANÇA DE DIREITO ROMANO, PREVALECE ENTRE NÓS, O PRINCIPIO − 'PACTA SUNT SERVANDA' - OU SEJA, ENQUANTO EXISTE A RELAÇÃO JURÍDICA, DEVE SER CUMPRIDA AS RESPECTIVAS OBRIGAÇÕES (...)"* (REsp 167.978/PR, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 26.05.1998, DJ 22.06.1998 p. 213).

Na hipótese *sub judice*, inegável, pois, a força obrigatória do instrumento de confissão de dívida, especialmente, tendo em vista a ausência de vício a macular a manifestação de vontade da parte embargante. Não prospera, em conseqüência, a declaração de nulidade ou anulabilidade do negócio jurídico entabulado, tampouco sua relativização.

Com efeito, portanto, a conclusão irremediável constitui-se na inexistência de vício na declaração jurídico-negocial emanada. Assim, uma vez que a vontade foi manifestada de forma livre e espontânea, não se reveste de defeito o negócio jurídico, tornando-se apto a produzir todos seus efeitos na órbita jurídica das partes contratantes.

De outro lado, é evidente que o instrumento particular de confissão de dívida consubstancia-se em documento hábil para o exercício da pretensão executiva. Nessa direção, trilha pacífica a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça, ensejando a edição da Súmula nº 300, *in verbis*:

> *"O instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial"* (SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 18/10/2004, DJ 22/11/2004 p. 425).

Confira-se em sede Jurisprudencial:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONFISSÃO DE DÍVIDA.DESCUMPRIMENTO. LIQUIDEZ. EXIGIBILIDADE. ART. 585, II, DO REVOGADO CPC. SÚMULA N. 300 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. A confissão de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE EDUARDO DE BARROS LEITE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAU18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009080-69.2017.8.26.0100 e código 26

dívida, preenchidos os requisitos do artigo 585, II, do Código de Processo Civil, é título executivo extrajudicial, independentemente de haver ou não novação da dívida confessada ou da origem desta, 2. Conforme o enunciado n. 300 da Súmula do STJ, "O instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial." 3. Agravo interno a que se nega provimento." (STJ, 4ª Turma, AgRg no AResp 259918/SP, Min.Maria Isabel Galotti, j.04.08.2016)

Anote-se, igualmente, que, na busca da verdade dos fatos objetos da demanda, o Código de Processo Civil estabelece regras de distribuição do ônus da prova. Atribuído o ônus de provar à parte, a alegação levada a efeito, em caso de não produção de prova a fim de corroborá-la, acarreta como conseqüência a conclusão negativa no convencimento judicial acerca de sua ocorrência no mundo fático (verdade formal). Segundo os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior acerca do ônus da prova:

> *"(...) consiste na conduta processual exigida da parte para que a verdade dos fatos por ela arrolados seja admitida pelo juiz. Não há um deve de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados dos quais depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Isto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e não prova é o mesmo que fato inexistente"* (**Curso de Direito Processual Civil**, v. I, 44ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 281).

No mais, cabe ao demandante a prova dos fatos constitutivos de seu direito e ao demandado a prova dos fatos modificativos, impeditivos ou extintivos do direito do autor (cf., Cândido Rangel Dinamarco, **Instituições de Direito**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por 33 VARA CIVEL DO FORO CENTRAL CIVEL - SP e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAU18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009080-69.2017.8.26.0100 e código 26

Processual Civil, v. III, 2ª ed., Malheiros, p. 72/74). Em conseqüência, porquanto a embargante não demonstrou a satisfação da pretensão da embargada, com comprovação do adimplemento da obrigação retratada no negócio jurídico entabulado.

De fato, no caso em tela, o embargante não provou o pagamento das obrigações assumidas nos instrumentos de confissão de dívida.

Ademais, por se tratar de uma obrigação líquida, com vencimento certo e determinado, devem ser computados juros de mora desde o inadimplemento da obrigação, em seu termo, caracterizando mora ex re, ou seja, consoante o que estabelece o artigo 397 do Código Civil, que assim dispõe em seu *caput*: "O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor."

Nesse passo, não é necessária a notificação para a constituição em mora do devedor, como se extrai, a contrario sensu, do parágrafo único do mesmo dispositivo.

Confira-se: "Não havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial." Vale citar alguns dos inúmeros precedentes desta E. Corte, a respeito do tema: "MONITÓRIA- Contrato bancário Borderô de desconto de título garantido por nota promissória Juros de mora de 1% ao mês Incidência a partir do vencimento da obrigação e não da citação Precedente jurisprudencial do STJ Honorários de advogado Réus citados por edital e representados por curador especial indicado pela Defensoria Pública Réus não são beneficiários da gratuidade processual Condenação ao pagamento das verbas de sucumbência Admissibilidade Princípio da causalidade - Ação monitória procedente Recurso provido." (TJSP 20ª Câmara de Direito Privado Apelação 0210573-03.2006.8.26.0100 Rel. Álvaro Torres Júnior J. 14.12.2015 Reg. 16.12.2015)

Não prospera, pois, a oposição veiculada nos embargos opostos, deixando-se, no entanto, de fixar pena por pretensa litigância de má-fé, tendo a embargante limitado-se ao seu exercício de ação, ao deduzir os embargos ora rejeitados.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAU18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009080-69.2017.8.26.0100 e código 26

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
33ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos opostos nos autos da execução fundada em título extrajudicial, determinando seu regular prosseguimento.

Condeno **a embargante** ao pagamento das custas, despesas processuais e dos honorários advocatícios, em 10 % sobre o valor atualizado da causa.

Certifique a Serventia no processo principal a prolação da sentença nos embargos à execução.

Com o trânsito em julgado, resta **extinta** a fase de conhecimento, com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Publique-se, registre-se e intime-se.

São Paulo, 24 de agosto de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE EDUARDO DE BELLIS PACIANOTTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 19/02/2018 às 16:52 , sob o número WAUJ18700028517
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009080-69.2017.8.26.0100 e código 26608823.

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A). DE DIREITO DA 1º VARA DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ – SP.

Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045
RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administradora Judicial nomeada nos autos desta Recuperação Judicial de **RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.**, vem, respeitosamente, perante V. Exa., manifestar-se sobre a petição da Recuperanda de fls. 1240/1241, nos seguintes termos:

A Recuperanda alega que os documentos solicitados pela Administração Judicial para a elaboração dos relatórios mensais de atividades da empresa (art. 22, II, alínea "c" da Lei 11.101/05) estão sendo entregues dentro do prazo requerido.

Em que pese a informação corresponder a verdade para o mês de outubro de 2017, o mesmo não se pode dizer em relação aos meses subsequentes (novembro/17 a janeiro/18).

A Administração Judicial vem realizando reiteradas cobranças por e-mail, no entanto, a Recuperanda mantém-se inerte.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 10:55 , sob o número WAUJ18700029076 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CA791.

Apenas para ilustrar as tentativas frustradas da Administração Judicial, entre os dias 08/01/2018 e 19/02/2018 foram enviados 9 e-mails. Como resposta foram enviadas justificativas genéricas que, ao que tudo indica, objetivam postergar a entrega dos referidos documentos.

Diante disso, requer que V. Exa., **determine a intimação da Recuperanda para que proceda a imediata apresentação dos documentos requisitados abaixo por esta Administração Judicial, sob pena de destituição de seus administradores nos termos do parágrafo único do art. 64 da Lei Falimentar.**

i. Novembro/17: Balancete e DRE mensal, relatório de Endividamento Fiscal atualizado, relatório ISS Prefeitura, DCTF e comprovantes de pagamentos dos Tributos e Impostos;

ii. Dezembro/17: Balancete e DRE mensal, folhas de pagamento, relatório de Estoque, informes (DCTF, Relatório e-Cac, relatório ISS Prefeitura), comprovantes de pagamentos dos Tributos e Impostos, relatório do Endividamento Fiscal atualizado, Razão Analítico Caixa e Bancos, extratos bancários;

iii. Janeiro/18: Balancete e DRE mensal, folhas de pagamento, Relatório de Estoque, informes (GFIP, DCTF, Gia, relatório e-Cac, relatório ISS Prefeitura), comprovantes de pagamentos dos tributos e impostos, relatório do endividamento fiscal atualizado, Razão Analítico Caixa e Bancos, extratos bancários.

Termos em que, Pede Deferimento.
São Paulo para Arujá, 19 de fevereiro de 2018.

MGA ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.
Mauricio Galvão de Andrade
Responsável Técnico
CRA SP nº 135.527 CRC1SP n° 168.436/O-0

AGUINALDO PEREIRA
OAB/SP nº 374.578

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 10:55 , sob o número WAUJ18700029076 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CA791.

Fajnzylber e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail : advogado@fajnzylber.com.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ, SÃO PAULO, SP.

Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045

SERABI MINERAÇÃO S.A, já qualificada nos autos, por seus advogados, nos autos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL de Resimapi Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda**, processo em epígrafe, em cumprimento ao r. despacho de fls., vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, expor e ao final requerer o quanto segue:

Às fls. 1274/1275, a Administradora Judicial comunicou a este MM. Juízo que a Requerente apresentou divergência de crédito, alegando que seu crédito é de R$178.621,71, a ser incluído na classificação como garantia real.

A Administradora Judicial se manifestou alegando que o pedido da Requerente é parcialmente procedente e o crédito a ser relacionado é de R$169.303,87, na classificação quirografário classe III,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD42.

Fajnzylber e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail : advogado@fajnzylber.com.br

pelo fato de que o imóvel que está garantindo a dívida não integra o patrimônio da Recuperanda.

Todavia, melhor não assiste à Administradora Judicial, senão vejamos:

Conforme se verifica da cláusula terceira da confissão de dívida firmada entre a Credora e a Recuperanda, foi dado em garantia hipotecária ao pagamento da dívida, 50% de um imóvel, portanto, estamos diante de uma garantia real, por este motivo, o crédito da Requerente deverá ser habilitado na classificação garantia real, conforme inclusive já consta da relação de credores encartada aos autos.

CLÁUSULA TERCEIRA: Em face das obrigações aqui assumidas, a **DEVEDORA** dá em garantia hipotecária **50% (cinquenta por cento)** do imóvel abaixo descrito, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel sob o nº 3.698:

Quanto ao valor do crédito, o valor apresentado pela Administradora Judicial às fls., 1274 está equivocado, visto que, nos termos do aditivo à confissão de dívida, o saldo devedor deve ser acrescido de correção monetária com base nos índices da Tabela do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, juros de 1% ao mês e multa de 10%, conforme cláusula terceira:

CLÁUSULA TERCEIRA. Ocorrendo o inadimplemento total ou parcial de qualquer das parcelas previstas da Cláusula 2ª deste ADITIVO, incidirá multa de 10%, juros de 1% ao mês e correção monetária com base no índice da Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, acrescido de honorários advocatícios de 10% para cobrança extrajudicial e para cobrança judicial o que for arbitrado pelo Juiz.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD42.

Fajnzylber e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail : advogado@fajnzylber.com.br

Pois bem, a primeira parcela no valor de R$28.332,03 vencida no dia 25 de agosto de 2016, foi quitada somente no dia 01 de setembro de 2016, logo, a mesma também deve ser acrescida de todos os encargos acima (em especial a multa de 10%), cujo valor é de R$2.833,20 (Dois Mil Oitocentos e Trinta e Três Reais e Vinte Centavos).

O saldo devedor atualizado soma a importância de R$144.559,48 (Cento e Quarenta e Quatro Mil, Quinhentos e Cinquenta e Nove Reais e Quarenta e Oito Centavos).

O valor dos juros é de R$14.667,07 (Quatorze Mil Seiscentos e Sessenta e Sete Reais e Sete Centavos).

O valor da multa de 10% é de R$14.057,89 (Quatorze Cinquenta e Sete Reais e Oitenta e Nove Centavos).

Todos estes valores estão declinados na planilha de fls. 1.274, contudo, a Administradora Judicial deixou de incluir no seu cálculo as custas e despesas processuais no montante de R$2.313,94 (Dois Mil Trezentos e Treze Reais e Noventa e Quatro Centavos), conforme demonstram os comprovantes em anexo.

Além disso, de forma equivocada, procedeu à desoneração de juros no montante de R$6.414,80, quando na verdade, em caso de inadimplência, os valores em aberto deveriam ser apenas corrigido e acrescido dos encargos contratuais, consoante restou demonstrado acima.

Desta forma, o valor correto do crédito da Requerente, soma a importância de **R$178.431,58 (Cento e Setenta e Oito Mil**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD42.

Fajnzylber e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail : advogado@fajnzylber.com.br

Quatrocentos e Trinta e Um Reais e Cinquenta e Oito Centavos), conforme Memória de Cálculos abaixo:

Multa de 10% sobre a parcela 01 - (R$28.332,03 x 10%).....R$ 2.833,20
Saldo devedor atualizado.....R$144.559,48
Juros de 1% 25/09 à 26/10/16 - (R$141.660,17x1%).....R$ 14.667,07
Multa de 10% - (R$141.660,17x10%)..... R$ 14.057,89
Custas e despesas processuais.....R$ 2.313,94
VALOR TOTAL DEVIDO.....**R$178.431,58**

* Computados juros de 1% ao mês a partir de 25 de setembro de 2016
* Aplicada multa de 10% - conforme cláusula 3ª da confissão de dívida
* Índice de correção da Tabela de Atualização do TJ/SP
* atualizado até 30.08.2017

Ante o exposto, fica impugnado o valor do crédito apresentado pela Administradora Judicial às fls. 1274, bem como, a classificação do crédito, devendo a presente ser acatada, para o fim de reconhecer e determinar a habilitação do crédito da Requerente no montante de **R$178.431,58 (Cento e Setenta e Oito Mil Quatrocentos e Trinta e Um Reais e Cinquenta e Oito Centavos)**, na classificação **garantia real**, conforme consta da relação de credores.

Termos em que,
P. Deferimento.
São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

JOSUEL BENEDITO DE FARIAS
OAB/SP 177.122

ISABELLA FAJNZYLBER KRUEGER
OAB/SP 137.891

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD42.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __ VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA CAPITAL DE SÃO PAULO, SP.

SERABI MINERAÇÃO S.A, empresa privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.207.303/0001-30, sediada na Rodovia Transgarimpeira, Km 22, Comunidade Jardim do Ouro, Município de Itaituba, Estado do Pará, CEP. 68.189-970, email: semir.albertoni@serabi.com.br, neste ato, representada por seu Diretor Sr. Ulisses Marcelo de Melo, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.514. 124 – SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 678.856-15, por seus advogados (procuração anexo), vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 771, 781, 784, inciso III e seguintes do Código de Processo Civil, propor a presente

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

em face de **RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.728.993/0001-70, sediada na Rua Vinte e Um de Abril, 1.235/1.239, Bairro do Belenzinho, São Paulo/SP, CEP.: 03047-007, email: diretoria@resimapi.com.br, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 30/10/2018 às 12:05 , sob o número WPRJ18301205155
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002965-94.2016.8.26.0048 e código 27EC0028.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

DO FORO COMPETENTE

Conforme demonstra o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças (doc. em anexo), as partes elegeram como competente para dirimir todas as dúvidas e questões oriundas do referido contrato, o Foro Central da Capital de São Paulo.

O artigo 781 do Código de Processo Civil dispõe que:

> ***"A execução fundada em título extrajudicial será processada perante o juízo competente, observando-se o seguinte:***
> ***I – a execução poderá ser proposta no foro do domicílio do executado, de eleição constante do título ou, ainda, de situação dos bens a ela sujeitos"*** *(sic – grifos nossos)*

Assim sendo, não há dúvida alguma, quanto à competência deste MM. Juízo para o processamento da presente Ação Executiva.

DOS FATOS

Conforme demonstra seu Estatuto Social, a Autora é uma sociedade anônima de capital fechado, que têm como objetivo social a pesquisa e extração de minérios e minerais, mineração, compra, venda, beneficiamento, processamento, refino, importação, exportação comércio, transporte de minério, minerais e metais, equipamentos de mineração, representação em sociedades, nacionais ou não, por conta própria ou de terceiros, participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 30/10/2018 às 10:05 , sob o número WPRB10055442018826000029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2018.8.26.0048 e código 27ECA028.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

sócia, acionista ou quotista e desenvolvimento e intermediação de negócios associados à mineração.

Para o desenvolvimento de suas operações, a Exequente necessita adquirir insumos consistentes em CIANETO DE SÓDIO BRIQUETES ONU.

Assim sendo, a Exequente e Executada passaram a desenvolver um relacionamento comercial, no qual a segunda fornecia à primeira, os insumos descritos acima.

Ocorre que, a Executada de forma equivocada, visto que indevidos, emitiu dois títulos em desfavor da Exequente, veja:

Duplicata	Emissão	Vencimento	Valor
44367/C	18/12/2015	01/03/2016	R$88.337,17
45581	22/02/2016	21/03/2016	R$35.280,00
VALOR TOTAL			**R$123.617,17**

Estes títulos são indevidos pelo fato que as mercadorias não foram solicitadas e, logicamente não foram entregues e, tudo isto foi expressamente reconhecido pela Executada, conforme demonstra a Confissão de Dívida (doc. em anexo).

Visando resolver o assunto de forma amigável, a Exequente entrou em contato com a Executada e, para sua surpresa foi informada que os títulos indevidos haviam sido descontados pela mesma junto ao Banco Bradesco S.A, que por sua vez, determinou que fossem lavrados os protestos por falta de pagamento (doc. em anexo).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 30/10/2018 às 10:05 , sob o número 1001055-44.2016.8.26.0068
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1001055-44.2016.8.26.0068 e código 27EC0029238.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

Pois bem, para baixar os protestos indevidos, a Exequente necessitava das respectivas cartas de anuência, que o Bradesco se recusava a fornecer porque a Executada estava com pendências financeiras perante à mencionada instituição, estando os referidos títulos em aberto.

A Executada alegava que estava com dificuldades e não tinha condições de resolver as pendências financeiras junto ao Bradesco e tampouco a quitação dos títulos, a permitir que as cartas de anuência fossem disponibilizadas para baixa dos protestos indevidos e injustos.

Pois bem, considerando o relacionamento comercial existente até aquele momento, a Exequente, com o fito de ajudar à Executada e resolver o problema, já que não pode sofrer protestos, por tratar-se de sociedade anônima que frequentemente têm o dever de prestar contas aos seus investidores, acabou por realizar um acordo com a Executada.

E foi assim que as partes, em 05 de maio de 2016 firmaram o **INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E OUTRAS AVENÇAS** (doc. em anexo).

Por meio deste instrumento, a Exequente depositou diretamente na conta que a Executada possui junto ao Banco Bradesco, a importância de R$123.617,17 para a quitação dos títulos em aberto e, em contrapartida lhe foram fornecidas diretamente pelo Banco Bradesco, as cartas de anuência, consoante comprovantes (doc. em anexo).

Em contrapartida, a Executada se obrigou a entregar à Exequente 9164 quilos de CIANETO DE SÓCIO BRIQUETES ONU (7.064 quilos correspondentes aos títulos quitados pela Exequente – R$123.617,17 e 2.100 quilos em compensação pelos protestos indevidos –

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 02/05/2018 às 10:05 , sob o número WPRB10055442018826000029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2016.8.26.0048 e código 27ECA028.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

R$36.750,00), no valor total de R$160.370,00 (Cento e Sessenta Mil, Trezentos e Setenta Reais).

Pois bem, a Executada se obrigou a entregar os insumos no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da assinatura do contrato (05.05.16), logo, o último dia do prazo para entrega foi 19 de junho de 2016, contudo, a Executada não cumpriu a sua obrigação, conforme demonstra o email anexo (doc.).

Novamente, a Exequente, visando resolver o assunto de forma amigável, fez contatos com a Executada, que após várias ligações e promessas, informou que não poderia entregar a mercadoria, e, então, por falta de alternativa, foram iniciadas as tratativas de recebimento do valor do crédito que a Exequente têm direito, conforme email anexo.

E, somente no dia 11 de agosto, p.p., as partes firmaram um **TERMO ADITIVO ao instrumento de CONFISSÃO DE DÍVIDA**, no qual a Executada se obrigou a pagar à Exequente a importância de **R$169.992,20 (Cento e Sessenta e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Dois Reais e Vinte Centavos**), em 06 (seis) parcelas no valor de **R$28.332,03 (Vinte e Oito Mil, Trezentos e Trinta e Dois Reais e Três Centavos)** cada uma, vencendo-se a primeira no dia **25 de agosto** p.p e as demais na mesma data dos meses subsequentes.

Todavia, a Executada não efetuou o pagamento da primeira parcela em seu vencimento (25.08.16), sendo que, somente o fez após muita insistência, no dia **01 de setembro de 2016**, conforme demonstra o email anexo, sem os encargos previstos no contrato.

Várias foram as tentativas no sentido de que a Executada efetuasse o pagamento dos encargos pelo pagamento da primeira

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 30/08/2018 às 12:05 , sob o número WPRJ18243000000
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2016.8.26.0048 e código 27EC0028.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

parcela fora do prazo, mas a Executada apenas fez promessas que nunca foram cumpridas.

E pior, além de não pagar os encargos contratuais, também não efetuou o pagamento da segunda parcela vencida no dia 25 de setembro de 2016.

Assim, não resta à Exequente alternativa senão socorrer-se do Poder Judiciário, a fim de receber o crédito a que têm direito.

DO DIREITO

O artigo 784, inciso III do CPC dispõe que:

> ***"São títulos executivos extrajudiciais:***
> ***...***
> ***III- o documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas".***

O requisito do inciso III supra encontra-se devidamente preenchido haja vista o INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E ADITIVO (docs. em anexo), no qual a Executada se obrigou a pagar à Exequente o valor de **R$169.992,20 (Cento e Sessenta e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Dois Reais e Vinte Centavos**) em 06 parcelas no valor de **R$28.332,03 (Vinte e Oito Mil, Trezentos e Trinta e Dois Reais e Três Centavos)** cada uma, vencendo-se a primeira no dia **25 de agosto** p.p e as demais na mesma data dos meses subsequentes.

Conforme já relatado acima, a Executada efetuou o pagamento da primeira parcela vencida em 25 de agosto de 2016

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 30/10/2018 às 12:05 , sob o número WPRB18000029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2018.8.26.0048 e código 27EC0028.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

P. 7

somente no dia 01 de setembro, ou seja, depois de seu vencimento e, também não efetuou o pagamento da parcela vencida no dia 25 de setembro de 2016, bem como de todas as demais, logo, incorreu nos encargos de que tratam a cláusula terceira do ADITIVO:

CLÁUSULA TERCEIRA. Ocorrendo o inadimplemento total ou parcial de qualquer das parcelas previstas da Cláusula 2ª deste ADITIVO, incidirá multa de 10%, juros de 1% ao mês e correção monetária com base no índice da Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, acrescido de honorários advocatícios de 10% para cobrança extrajudicial e para cobrança judicial o que for arbitrado pelo Juiz.



Como a Executada não efetuou o pagamento em seu vencimento, e decorridos 30 (trinta) dias em 24 de setembro p.p., também não se manifestou no sentido de regularizar a sua pendência, portanto, ficou constituída em mora automaticamente, vencendo-se as demais parcelas antecipadamente, nos termos do parágrafo único da cláusula terceira abaixo destacada:

P. 4

Parágrafo único: O não pagamento da parcela vencida, no prazo de 30 (trinta) dias, acarretará o vencimento antecipado das demais, ficando a **CREDORA** autorizada desde já, a utilizar-se dos meios judiciais cabíveis para o recebimento de seu crédito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, hipótese em que os acréscimos previstos no *caput* incidirão sobre o saldo devedor.

Assim sendo, a Exequente tem todo o direito de exigir o saldo devedor da dívida confessada pela Executada, acrescido dos encargos de que trata a cláusula terceira do aditivo:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 01/06/2018 às 12:05 , sob o número WPRB10029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2018.8.26.0048 e código 27EC0028.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

P. 8

CLÁUSULA TERCEIRA. Ocorrendo o inadimplemento total ou parcial de qualquer das parcelas previstas da Cláusula 2ª deste ADITIVO, incidirá multa de 10%, juros de 1% ao mês e correção monetária com base no índice da Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, acrescido de honorários advocatícios de 10% para cobrança extrajudicial e para cobrança judicial o que for arbitrado pelo Juiz.

Desta forma, o valor do débito atualizado nos termos do parágrafo único do artigo 798, soma a importância de **R$ R$177.188,52 (Cento e Setenta e Sete Mil, Cento e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Dois Centavos)**, conforme se demonstra abaixo:

Multa de 10% sobre a parcela 01 - (R$28.332,03 x 10%).....	R$ 2.833,20
Hon. Advoc. de 10% sobre a parcela 01 - (R$28.332,03 x 10%)...	R$ 2.833,20
Valor das parcelas em aberto.....	R$141.660,17
Correção TJ/SP.....	R$ 113,33
Juros de 1% 25/09 à 26/10/16 - (R$141.660,17x1%).....	R$ 1.416,60
Multa de 10% - (R$141.660,17x10%).....	R$ 14.166,01
Honorários contratuais de 10% - (R$141.660,17x10%).....	R$ 14.166,01
VALOR TOTAL DEVIDO.....	**R$177.188,52**

* Computados juros de 1% ao mês a partir de 25 de setembro de 2016
* Aplicada multa de 10%
* Honorários de Advocatícios de 10%
* Índice de correção da Tabela de Atualização do TJ/SP: 65,937995

DA GARANTIA HIPOTECÁRIA

Nos termos do contrato de CONFISSÃO DE DÍVIDA, ratificada por meio do ADITIVO, a Executada deu em garantia hipotecária à Exequente o seguinte imóvel:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 01/09/2017 às 12:05 , sob o número WPRO10055442017826
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2017.8.26.0048 e código 27EC0028.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

CLÁUSULA TERCEIRA: Em face das obrigações aqui assumidas, a **DEVEDORA** dá em garantia hipotecária **50% (cinquenta por cento)** do imóvel abaixo descrito, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel sob o nº 3.698:

"Um lote de terreno sob o nº 16 da Quadra E, do Loteamento denominado "Centro Industrial de Arujá", situado no perímetro urbano do Município de Arujá, desta Comarca de Santa Isabel, dentro das seguintes metragens e confrontrações: mede 50,00 metros de frente para a Avenida 2; mede 100,00 metros pelo lado direito, onde confronta com o lote nº 7; mede 100,00 metros pelo lado esquerdo, onde confronta com o lote nº 5; mede 50,00 metros nos fundos, confrontrando com o lote nº 12, encerrando assim uma área de 5.000,00 metros quadrados".

DO PEDIDO

Ante o exposto, requer digne-se Vossa Excelência de receber a presente, mandando autuá-la com as formalidades de estilo, para:

a) Fixar os honorários no percentual de 10% (Dez por cento), nos termos do artigo 827 do CPC;

b) Determinar a expedição de mandado de citação, para que a Executada efetue o pagamento da importância de **R$177.188,52 (Cento e Setenta e Sete Mil, Cento e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Dois Centavos)**, acrescida de juros legais, correção monetária com base no índice da Tabela do Tribunal de Justiça deste Estado, honorários advocatícios supra, custas e despesas processuais, no prazo de 03 (três) dias, nos termos do artigo 827 do CPC e sua intimação, para que, querendo, apresente Embargos no prazo de 15 (quinze) dias nos termos do artigo 915 do CPC.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 30/11/2018 às 12:05 , sob o número WPRB18000029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2016.8.26.0046 e código 27EC0028.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

c) Em caso de não pagamento, **a penhora** deverá recair sobre **50% (CINQUENTA POR CENTO)** do imóvel abaixo descrito, dado em garantia hipotecária, lavrando-se o respectivo termo de penhora nos termos do artigo 845, § 1º do CPC:

"Um lote de terreno sob o nº 16 da Quadra E, do Loteamento denominado "Centro Industrial de Arujá", situado no perímetro urbano do Município de Arujá, desta Comarca de Santa Isabel, dentro das seguintes metragens e confrontrações: mede 50,00 metros de frente para a Avenida 2; mede 100,00 metros pelo lado direito, onde confronta com o lote nº 7; mede 100,00 metros pelo lado esquerdo, onde confronta com o lote nº 5; mede 50,00 metros nos fundos, confrontrando com o lote nº 12, encerrando assim uma área de 5.000,00 metros quadrados".

d) Determinar a **expedição de certidão** de que a presente execução foi admitida por este MM. Juízo, com a identificação das partes e do valor da causa, para que a Exequente possa proceder a averbação no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Santa Isabel, nos termos do artigo 828 do CPC.

Os subscritores desta declaram que as cópias ora acostadas conferem com seus originais, nos termos do artigo 425, inciso IV do CPC.

Requer ainda, que todas as intimações referentes a este feito sejam veiculadas exclusivamente em nome de **DR JOSUEL BENEDITO DE FARIAS, OAB/SP 177.122** e **DRA ISABELLA FAJNZYLBER KRUEGER, OAB/SP 137.891**, ambos com escritório no endereço declinado no cabeçalho desta, local em que receberão as intimações consoante inciso V do artigo 77 do CPC, **sob pena de nulidade**.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 30/11/2018 às 10:05 , sob o número WPRI16028220118260000
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2016.8.26.0048 e código 27EC0028.

Fajnzylber, Krueger e Farias Advogados

OAB/SP 2.897

Rua Cardoso de Almeida, 788, cj 31/33
Perdizes
São Paulo - SP
05013-001

telefone/fax: (55) (11) 3257-7911
e-mail: advogado@fajnzylber.com.br

Dá-se à causa o valor de R$177.188,52 (Cento e Setenta e Sete Mil, Cento e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Dois Centavos).

Termos em que,

P. Deferimento.

De São Paulo, 31 de outubro de 2016

JOSUEL BENEDITO DE FARIAS

OAB/SP 177.122

ISABELLA FAJNZYLBER KRUEGER

OAB/SP 137.891

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 01/11/2016 às 12:05 , sob o número WPRO16305420168260100002938
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-94.2016.8.26.0048 e código 27ECA028.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, doravante denominado CONTRATO, as partes, a saber:

RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.728.993/0001-70, sediada na Rua Vinte e Um de Abril, 1.235, São Paulo/SP, neste ato, representada por seu sócio Diretor **RENATO MARFARAGI**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.632.663-X – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 108.309.288-04, residente e domiciliado na Rua Professor Pedreira de Freitas, 69, apto 101, São Paulo/SP, doravante denominada simplesmente **DEVEDORA**, e, de outro lado,

SERABI MINERAÇÃO S/A, constituída sob as leis da República Federativa do Brasil, estabelecida a Rodovia Transgarimpeira km 22, Mina Palito, Jardim do Ouro, Município de Itaituba, PA – Brasil, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º CNPJ: 04.207.303/0001-30, neste ato, representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente **CREDORA** e,

RENATO MARFARAGI, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.632.663 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 108.309.288-04, casado com **YARA SALGADO MARFARAGI**, brasileira, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.636.310 – SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 101.602.288-32, ambos residentes e domiciliados na Rua Professor Pedreira de Freitas, 69, apto 101, São Paulo/SP, doravante denominados simplesmente **INTERVENIENTES-ANUENTES.**

Considerando que:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD50.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

- As partes possuem relações comerciais, na qual a **DEVEDORA**, com frequência, fornece insumos à **CREDORA**, consistente em CIANETO DE SÓDIO acompanhado de Desengraxante D-220;

- A **DEVEDORA**, por equívoco, emitiu dois títulos indevidamente contra à **CREDORA**, uma vez que as mercadorias a eles vinculadas não foram entregues: (DMI 00044367 no valor de R$88.337,17 com vencimento em 01 de março de 2016 e DMI 00045581 no valor de R$35.280,00, com vencimento em 21 de março de 2016, num total de R$123.617,17);

- A **DEVEDORA** reconhece que tais títulos são indevidos, portanto, emitidos injustamente;

- A **DEVEDORA** já havia negociado tais títulos com o Banco Bradesco S.A, antecipando os recebimentos, que, por sua vez, determinou os protestos, ambos efetivados junto ao Cartório de Registro de Protestos de Nova Lima;

- O Bando Bradesco se recusa a carimbar e assinar as cartas de anuência emitidas pela **DEVEDORA**, pelo fato de que os títulos não foram por ela liquidados até esta data.

Têm, entre si, justo e pactuado presente CONTRATO, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Com o objetivo de obter as cartas de anuência carimbadas e assinadas pelo Banco Bradesco, a permitir a baixa dos títulos protestados, a **CREDORA**, na data da assinatura deste CONTRATO, depositará no Banco Bradesco, agência nº 0054, conta corrente nº 36640-4, de titularidade da **DEVEDORA**, o valor de **R$123.617,17 (Cento Vinte e Três Mil, Seiscentos**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD50.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

e Dezessete Reais e Dezessete Centavos), importância esta que será utilizado exclusivamente para a quitação dos seguintes títulos: DMI 00044367, no valor de R$88.337,17 (Oitenta e oito mil, Trezentos e Trinta e Sete Reais e Dezessete) com vencimento em 01 de março de 2016 e DMI 00045581, no valor de R$35.280,00 (Trinta e Cinco Mil e Duzentos e Oitenta Reais).

Parágrafo Primeiro: Concomitante à realização do depósito de que trata o *caput*, a **DEVEDORA** se obriga à entregar à **CREDORA** as cartas de anuência, assinadas e com firma reconhecida, carimbo e assinatura do representante legal do BRADESCO, ou seja, com todos os requisitos necessários para que a **CREDORA** possa proceder à baixa dos títulos junto ao Cartório de Protesto.

Parágrafo Segundo: Os juros e todos os demais encargos gerados pelo não pagamento dos títulos de que trata o *caput* cobrados pelo Banco Bradesco, serão suportados exclusivamente pela **DEVEDORA**.

Parágrafo Terceiro: As despesas referentes às taxas e emolumentos para proceder à baixa dos títulos perante o Cartório de Protesto serão quitadas pela **CREDORA**, e, reembolsadas pela **DEVEDORA**, no prazo de até 02 (dois) corridos contados da assinatura deste CONTRATO, mediante depósito a ser realizado junto ao Banco Bradesco, Agência nº 0759-5, Conta corrente nº 21.639-9, de titularidade da **CREDORA**, valendo o comprovante de depósito como quitação, para todos os fins de direito.

Parágrafo Quarto: Em caso de inadimplemento, o valor de que trata o parágrafo terceiro supra, será acrescido de correção monetária com base no IGPM/FGV, juros de 1% ao mês e multa de 10%.

CLÁUSULA SEGUNDA: Com a realização do depósito acima, cuja beneficiária será a **DEVEDORA**, a mesma passará a dever à **CREDORA**, o valor de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD50.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

R$123.617,17, que ela se obriga a quitar por meio do fornecimento de mercadorias, ou seja, por meio de 7.064 (Sete Mil e Sessenta e Quatro) quilos de CIANETO DE SÓDIO BRIQUETES ONU.

Parágrafo Primeiro: Em compensação pelos transtornos e danos suportados pela **CREDORA**, em decorrência dos protestos indevidos causados pela **DEVEDORA**, a mesma dará à **CREDORA**, a título de indenização, 2.100 (Dois Mil e Cem) quilos de CIANETO DE SÓDIO BRIQUETES ONU. Portanto, a **DEVEDORA** se obriga a entregar à **CREDORA** o total de 9.164 (Nove Mil Cento e Sessenta e Quatro) quilos de CIANETO DE SÓDIO BRIQUETES ONU.

Parágrafo Segundo: Neste data, a **DEVEDORA** emitirá duas Notas Fiscais para entrega futura, uma referente à **7.064 (Sete mil e Sessenta e Quatro)** quilos de CIANETO DE SÓDIO BRIQUETES ONU, no valor de **R$123.620,00** (Cento Vinte e Três Mil Seiscentos e Vinte Reais) e a outra referente à **bonificação** de **2.100 (Dois Mil e Cem)** quilos de CIANETO DE SÓDIO BRIQUETES ONU, no valor de **R$36.750,00** (Trinta e Seis Mil Setecentos e Cinquenta Reais) num total de 9.164 (Nove Mil Cento e Sessenta e Quatro) quilos de CIANETO DE SÓDIO, e, se obriga a entregar tais mercadorias no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data da assinatura deste CONTRATO.

Parágrafo Terceiro: O transporte das mercadorias correrão por conta da **CREDORA**.

CLÁUSULA TERCEIRA: Em face das obrigações aqui assumidas, a **DEVEDORA** dá em garantia hipotecária **50% (cinquenta por cento)** do imóvel abaixo descrito, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel sob o nº 3.698:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD50.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

"Um lote de terreno sob o nº 16 da Quadra E, do Loteamento denominado "Centro Industrial de Arujá", situado no perímetro urbano do Município de Arujá, desta Comarca de Santa Isabel, dentro das seguintes metragens e confrontrações: mede 50,00 metros de frente para a Avenida 2; mede 100,00 metros pelo lado direito, onde confronta com o lote nº 7; mede 100,00 metros pelo lado esquerdo, onde confronta com o lote nº 5; mede 50,00 metros nos fundos, confrontrando com o lote nº 12, encerrando assim uma área de 5.000,00 metros quadrados".

CLÁUSULA QUARTA: Na hipótese de a **DEVEDORA** não proceder a entrega das mercadorias de que trata a Cláusula Segunda, §§ 1º e 2º, no prazo aqui estipulado, a mesma restará constituída em mora automaticamente, independente de notificação judicial ou extrajudicial, podendo a **CREDORA**, de imediato, proceder a execução deste CONTRATO, e em, consequência da garantia, e, ao seu exclusivo critério, exigir a entrega das mercadorias ou executar o valor de seu crédito, no montante de **R$160.370,00 (Cento Sessenta Mil, Trezentos e Setenta Reais)**.

CLÁUSULA QUINTA: Caso qualquer das disposições deste CONTRATO venha a ser julgada nula, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra, que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

CLÁUSULA SEXTA: Qualquer alteração do presente CONTRATO deverá ser feita exclusivamente por meio de termos aditivos, a ser devidamente assinado pelas partes.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este CONTRATO representa a totalidade das condições ajustadas pelas partes, sobrepondo-se a todos e quaisquer ajustes,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD50.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

comprometimentos, negociações e declarações, verbais ou escritas, previamente havidas entre as partes a respeito do assunto.

CLÁUSULTA OITAVA: Os direitos e obrigações deste CONTRATO obrigam as partes, seus sucessores e seus diretores a qualquer título.

CLÁUSULA NONA: A tolerância por qualquer das partes em relação ao inadimplemento ou inobservância pela outra de qualquer das disposições deste CONTRATO não poderá ser interpretada como renúncia ou novação e não prejudicará a exigibilidade futura do pleno cumprimento do disposto na mesma ou em qualquer outra disposição do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente CONTRATO será regido e interpretado de acordo com o Código Civil Brasileiro e constitui-se título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes elegem o Foro Central da Capital de São Paulo, como único competente para dirimir todas as dúvidas e questões oriundas deste CONTRATO, com renúncia expresa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente CONTRATO, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que a tudo presenciaram.

São Paulo, 05 de maio de 2016

RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

RENATO MARFARAGI

DEVEDORA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD50.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

SERABI MINERAÇÃO S.A

CREDORA

INTERVENIENTES ANUENTES:

RENATO MARFARAGI

YARA SALGADO MARFARAGI

Testemunhas

Nome: Roberto Gouveia de Amorim
RG: 19.317.456-X
CPF: 164.951.968-06

Nome:
RG: 36.056.081-6SP
CPF: 339.701.168-93

Esta página é parte integrante do Termo de Confissão de Dívida e Outras Avenças firmado entre RESIMAPI e SERABI em 05 de maio de 2016

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD50.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

ADITIVO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E OUTRAS AVENÇAS FIRMADO EM 05 DE MAIO DE 2016

Pelo presente instrumento particular, doravante denominado simplesmente ADITIVO, as partes, a saber:

RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.728.993/0001-70, sediada na Rua Vinte e Um de Abril, 1.235, São Paulo/SP, neste ato, representada por seu sócio Diretor **RENATO MARFARAGI**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.632.663-X – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 108.309.288-04, residente e domiciliado na Rua Professor Pedreira de Freitas, 69, apto 101, São Paulo/SP, doravante denominada simplesmente **DEVEDORA**, e, de outro lado,

SERABI MINERAÇÃO S/A, constituída sob as leis da República Federativa do Brasil, estabelecida a Rodovia Transgarimpeira km 22, Mina Palito, Jardim do Ouro, Município de Itaituba, PA – Brasil, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º CNPJ: 04.207.303/0001-30, neste ato, representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente **CREDORA** e,

RENATO MARFARAGI, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.632.663 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 108.309.288-04, casado com **YARA SALGADO MARFARAGI**, brasileira, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.636.310 – SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 101.602.288-32, ambos residentes e domiciliados na Rua Professor Pedreira de Freitas, 69, apto 101, São Paulo/SP, doravante denominados simplesmente **INTERVENIENTES-ANUENTES.**

Considerando que:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD52.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

- As partes firmaram um INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E OUTRAS AVENÇAS em 05 de maio de 2016;

- A cláusula 4ª deste INSTRUMENTO faz previsão que, caso a **DEVEDORA** não entregue as mercadorias previstas em sua cláusula 2ª, parágrafos 1º e 2º, no prazo ali estipulado, estará constituída em mora automaticamente, independente de notificação judicial ou extrajudicial, podendo a **CREDORA** executar o valor de seu crédito, no montante de R$ 160.370,00 (cento e sessenta mil, trezentos e setenta reais);

- Como tal prazo venceu em 19 de junho, sem que as mercadorias tenham sido entregues, a **CREDORA** passou a ser detentora do crédito de R$ 160.370,00 (cento e sessenta mil, trezentos e setenta reais) perante à **DEVEDORA**.

Têm, entre si, justo e pactuado presente **ADITIVO**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A **DEVEDORA**, através do presente, reconhece expressamente que possui uma dívida a ser paga diretamente à **CREDORA**, no valor total de R$ 160.370,00 (cento e sessenta mil, trezentos e setenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: A **DEVEDORA** confessa e assume integral responsabilidade pelo pagamento da dívida descrita na cláusula primeira, cuja quitação dar-se-á através de 06 (seis) parcelas mensais, fixas e sucessivas, acrescidas de juros de 1% ao mês sobre o total do débito, totalizando o valor de R$169.992,20 (cento e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e vinte centavos), cujas parcelas serão no montante de R$28.332,03 (vinte e oito

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAU18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD52.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E- MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

mil, trezentos e trinta e dois reais e três centavos) cada uma, com o primeiro vencimento para o dia 25 de agosto de 2016, e os demais, na mesma data dos meses subsequentes, com término previsto para 25 de janeiro de 2017.

Parágrafo primeiro. A quitação das parcelas será efetuada através de depósitos bancários/transferências na conta corrente da **CREDORA**, no Banco Bradesco, agência 0759-5, conta corrente 21639-9.

Parágrafo segundo: Os pagamentos efetuados por meio de cheque somente se concretizarão após a devida compensação.

Parágrafo terceiro: Os comprovantes de depósitos serão válidos como recibos, para todos os fins admitidos em direito.

Parágrafo quarto: Caso o vencimento ocorra em final de semana ou feriado, o mesmo fica prorrogado para o próximo dia útil seguinte.

Parágrafo quinto: Com a quitação do débito elencado na cláusula 1ª, a **CREDORA** dará plena e total quitação em relação a este débito, para nada mais reclamar seja a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA. Ocorrendo o inadimplemento total ou parcial de qualquer das parcelas previstas da Cláusula 2ª deste ADITIVO, incidirá multa de 10%, juros de 1% ao mês e correção monetária com base no índice da Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, acrescido de honorários advocatícios de 10% para cobrança extrajudicial e para cobrança judicial o que for arbitrado pelo Juiz.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD52.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

Parágrafo único: O não pagamento da parcela vencida, no prazo de 30 (trinta) dias, acarretará o vencimento antecipado das demais, ficando a **CREDORA** autorizada desde já, a utilizar-se dos meios judiciais cabíveis para o recebimento de seu crédito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, hipótese em que os acréscimos previstos no *caput* incidirão sobre o saldo devedor.

CLÁUSULA QUARTA: Todas as demais cláusulas do contrato ora aditado, que aqui não foram alteradas permanecerão em pleno vigor, portanto, continuarão a produzir todos os efeitos admitidos em direito.

São Paulo, 11 de agosto de 2016

RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
RENATO MARFARAGI
DEVEDORA

SERABI MINERAÇÃO S.A
CREDORA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAU18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD52.

FAJNZYLBER, KRUEGER E FARIAS ADVOGADOS

OAB/SP 2.897

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 788, CJ 31/33
PERDIZES
SÃO PAULO - SP
05013-001

TELEFONE/FAX: (55) (11) 3257-7911
E-MAIL: ADVOGADO@FAJNZYLBER.COM.BR

INTERVENIENTES ANUENTES:

RENATO MARFARAGI

YARA SALGADO MARFARAGI

Testemunhas

Nome: Roberto Gouveia de Amorim
RG: 19.317.456-X
CPF: 164.951.968-06

Nome: CLAYTON CESAR SILVEIRA
RG: 13 985 086
CPF: 082 193 286 14

Esta é a última página integrante do Aditivo ao Termo de Confissão de Dívida e Outras Avenças firmado entre RESIMAPI e SERABI em 11 de agosto de 2016

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD52.

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

matricula -3.698-

folha -1-

CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

Comarca de SANTA IZABEL - E. S. Paulo

Santa Izabel, 15 de dezembro de 1977.

Oficial,

IMOVEL:- Um lote de terras sob nº 6 da Quadra E, do Loteamento denominado "Centro Industrial de Arujá", situado no perímetro urbano do Município de Arujá, desta Comarca de Santa Isabel, dentro das seguintes metragens e confrontações:- mede - 50,00 metros de frente para a Avenida 2; mede 100,00 metros pelo lado direito, onde confronta com o lote nº 7; mede - - 100,00 metros pelo lado esquerdo, onde confronta com o lote nº 5; mede 50,00 metros nos fundos, confrontando com o lote nº 12, encerrando assim uma área de 5.000,00 metros quadrados - PROPRIETARIO:- Takara Belmont Para America do Sul-Industria e Comercio de Moveis Ltda. com sede em São Paulo, à Rua Treze de Maio, 1.513, inscrita no CGC. sob nº 43.466.749/001.- - - TITULO AQUISITIVO:- Havido dito imóvel anteriormente em maior área conforme Matricula nº 3.574, neste Registro.- - - - - - - O Escr. Aut. (Alekisando Kawaguti). O Oficial,

R.1- 3.698 - Santa Isabel, 15 de dezembro de 1.977.- - - PROMITENTE VENDEDOR:- Takara Belmont Para America do Sul Industria e Comercio de Moveis Ltda. com sede em São Paulo, à Rua Treze de Maio, 1.513, inscrito no C.G.C. sob número - - - 43.446.749/001.- PROMITENTE COMPRADOR:- José Aparecido Santinon, do comercio, portador da Cart. Id. RG. nº 3.638.187 e CIC. 245.260.378-72 casado sob o regime da comunhão de bens com d. Sonia Maria - Santinon, Roberto Taashi, digo, Roberto Tadashi Chida, advogado, solteiro, maior, RG. 3.820.267 e CIC. 135.681.248-15,- e Laercio Akira Chida, advogado, RG. 4.238.267 e CIC. nº - - - 135.681.248-15, casado sob o regime da comunhão de bens com d. Tiieco Chida, todos brasileiros, residentes e domiciliados em São Paulo, à Av. Pedroso de Moraes nº 1.484.- - - - - - - TITULO:- Compromisso de Venda e compra.- - - - - - - - - - - FORMA DO TITULO:- Contrato particular de 20 de dezembro de - 1.96, digo, 1.976, devidamente assinado pelas partes e por - - duas testemunhas.- VALOR:= CR$ 450.000,00 que serão pagos em 30 prestações mensaisi, digo, mensais, iguais e consecutivas de CR$ 15.000,00 cada uma, vencendo-se a primeira em 30 de janeiro de 1.977 - e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes até final liquidação.- O Escr. Aut. (ARekisando Kawaguti).- O Oficial,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD5A.

matrícula -3.698- folha -1- verso

R.2- 3.698 - Santa Isabel, 19 de junho de 1.979.- - - -
TRANSMITENTE:- Takara Belmont Para América do Sul - Indústria e Comércio de Móveis Limitada, com sede em São Paulo, na Rua Treze de Maio, nº 1.315, inscrio,digo, inscrito no C.G.C. sob nº 43.446.749/0001-70,.- - - - - - - - - - - - - - - - -
ADQUIRENTE:- José Aparecido Santinon, brasileiro, do comércio, portador da Cart.Id. RG. nº 3.638.187 e do C.I.C. número 245.260.378-34, casado sob o regime da comunhão de bens anteriormente à vigência da Lei 6.515-77 com d. Sonia Maria Santinon, residente e domiciliado em São Paulo, na Avenida Carinas nº 321, Roberto Tadashi Chida, brasileiro, advogado, portador da Cart. Id. RG. nº 3.820.850, e do C.I.C. número 056.943.298-72, casado sob o regime parcial da comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6.515-77 com dona Irene de Mello Chida, residente e domiciliado em São Paulo, na Rua Dr. Eduadr,digo, Dr. Eduardo Souza Aranha, nº 191, ap. 72, e Laercio Akira Chida, brasileiro, advogado, portador da Cart. Id. RG. nº 4.238.267 e do C.I.C. nº 135.681.248-15, casado sob o regime da comunhão de bens anteriormente à vigência da Lei 6.515-77 com d. Tiieco Chida, residente e domiciliado em São Paulo, na Av. Carinas nº 321.- - - - - - - - -
TITULO:- Venda e compra.- - - - - - - - - - - - - - - - - -
FORMA DO TITULO:- Escritura de 12 de junho de 1.979, lavrada nas Notas do 15º Tabelião da Comarca de São Paulo, às folhas 41 do Livro nº 1.126.- - - - - - - - - - - - - - - - - -
VALOR:- CR$ 450.000,00.- - - - - - - - - - - - - - - - - -
O Escr. Aut. (Arekisando Kawaguti
O Oficial,

="

R.3- 3.698 - Santa Isabel, 19 de julho de 1.979.- - - -
TRANSMITENTE:- José Aparecido Santinon, do comércio, portador da Cart.Id. RG. nº 3.638.187 e sua mulher d. Sonia Maria Santinon, portadora da Cart. Id. RG. nº 3.060.817, e ambos do C.I.C. nº 245.260.387-34, brasileiros, residentes e domiciliados em São Paulo, na Rua Amador Bueno nº 601, Santo Amaro; Roberto Tadashi Chida, advogado,portador da Cart. Id. RG. nº 3.820.850 e sua mulher d. Irene de Mllo,digo, Irene de Mello Chida, do lar, portadora da Cart. Id. RG. nº 4.648.905, e ambos do C.I.C. nº 056.943.298-72, brasileiros, casados sob o regime da separação de bens nos termos da escritura de pacto ante-nupcial lavrada nas Notas do 22º Tabelião da Comarca de São Paulo, às folhas 73do Livro nº 1.574 em data de 13 de janeiro de 1.977 e registrada sob nº 897, no Cartório da 10ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de São Paulo, residentes e domiciliados em São Paulo na Av. Waldemar Ferreira nº 150, ap. 31, Butantã, e Laercio Akira Chida, advogado, portador da Cart. Id. RG. nº 4.238.267 e sua mulher d. Tiieco Chida, do -

CONT; NA FLS. 2.-

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD5A.

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
Comarca de SANTA IZABEL - E. S. Paulo

matricula -3.698- folha .-2-

Santa Izabel, 19 de julho de 1979.-
Oficial:

CONT. DE FL. 1.-
do lar, portadora da Cart. Id. RG. nº 7.345.959 e ambos do - C.I.C. nº 135.681.248-15, residentes e domiciliados em São - Paulo, na Rua Fernão Dias nº 346, Casa 6, Pinheiros.- - - -
ADQUIRENTE:- WALDEMAR FOGAGNOLO, industrial, portador da -- Cart. Id. RG. nº 1.588.944 e do C.I.C. nº 005.394.658-87, casado sob o regime da comunhão de bens anteriormente à vigência da Lei6.515-77 com d. Appareeida Assumpção Fogagnolo, -- portadora da Cart. Id. RG. nº 2.643.131, residente e domiciliado em São Paulo, na Rua XV de Novembro nº 432, Alto da Boa Vista- Santo Amaro.- -
TITULO:- Permuta.- -
FORMA DO TITULO:- Escritura de 28 de junho de 1.979, lavrada nas Notas do 22º Tabelião da Comarca de São Paulo, às fls 171 do Livro nº 1.755.- - - - - - - - - - - - - - - - - - -
VALOR:- CR$ 4.666.666,66.- - - - - - - - - - - - - - - - -
O Escr. Aut. (Arekisando Kawaguti)
O Oficial,

=“=

R.4- 3.698 - Santa Isabel, 16 de setembro de 1.982.-
Pelo instrumento particular de 13 de setembro de 1.982, devidamente assinado pelas partes e por duas testemunhas, os proprietários Waldemar Fogagnolo e sua mulher d. Aparecida Assumpção Fogagnolo, prometeram vender o imóvel matriculado - sob nº 3.698, a ANGELO FERDINANDO AGNELLI, brasileiro, industrial, portador da Carteira de Identidade R.G. número - - 3.619.689-SP. e do C.I.C. nº 273.586.908-34, casado sob o regime da comunhão de bens antes da Lei 6.515-77 com dona - -- MARISA CURY AGNELLI, residente e domiciliado em São Paulo, - na Rua Paulistânia, nº 488, ap. 802, pela quantia de CR$ --- 6.500.000,00, sendo a quantia de CR$ 250.000,00 pagos e recebidos no ato do contrato, e o restante do preço, isto é, a - quantia de CR$ 6.250.000,00, será pago por meio de 10 (dez)- parcelas de CR$ 625.000,00 cada, vencendo-se a primeira parcela no dia 15 de outubro de 1.982 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes até final liquidação, parcelas estas representadas por notas promissórias de emissão do promitente comprador a favor dos promitentes vendedores.- - - - - -
O Escr. Aut. (Arekisando Kawaguti)

=“=

R.5- 3.698 - Santa Isabel, 14 de setembro de 1.983.-
Pela Escritura de 2 de setembro de 1.983, lavrada nas Notas- do 15º Tabelião da Comarca de São Paulo, às folhas 114 do -- Livro nº 1.287, os proprietários Waldemar Fogagnolo e sua mu

CONTINUA NO VERSO - - - - - -

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD5A.

matricula -3.698- folha -2- verso

lher d. Aparecida Assumpção Fogagnolo, transmitiram por venda o imóvel matriculado sob nº 3.698, a ANGELO FERDINANDO AGNELLI, brasileiro, industrial, portador da Cart. Id. RG. nº 3.619.689-SSP-SP. e do C.I.C. nº 273.586.908-34, casado sob o regime da comunhão de bens antes da Lei 6.515-77 com d. MARISA CURY AGNELLI, residente e domiciliado em São Paulo, na Rua Paulistânia, nº 488, ap. 802, pela quantia de CR$ 6.500.000,00.- -
O Escr. Aut. (Arekisando Kawaguti)
="
R.6- 3.698 - Santa Isabel, 28 de agosto de 1.984.-
Pela Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em data de 20 de julho de 1.984, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em data de 22 de agosto de 1.984, sob nº 530009937, os proprietários Angelo Ferdinando Agnelli e sua mulher d. Marisa Cury Agnelli, transmitiram por Conferência de Bens o imóvel matriculado sob nº 3.698 à FAZENDA BARRA S.A., com sede em São Paulo, na Avenida Serafim Gonçalves Pereira, nº 531, 1º andar, sala 1, inscrita no C.G.C.M.F. sob nº 53649200/0001-76, pela quantia de CR$ 15.000.000,00.- -
O Escr. Aut. (Arekisando Kawaguti).-
="
R.7 - 3.698 - Santa Isabel, 10 de outubro de 1.985.-
Pela Escritura de dissolução, liquidação e exteinção de sociedade anônima, atribuição de bens imóveis e móveis e transcrição de ata de assmbléia geral extraordinária, datada de 31 de maio de 1.985 lavrada nas Notas do 28º Tabelião da Comarca de São Paulo, às folhas 81 do Livro nº 226, ANGELO FERDINANDO AGNELLI, brasileiro, separado judicialmente, industrial, portador da Cart. Id. RG. nº 3.619.689-SP. e do C.I.C. nº 273.586.908-34, residente e domiciliado em São Paulo, na Rua Almirante Calheiros, nº 112, houve o imóvel matriculado sob nº 3.698 da Fazenda Barra S.A., pela quantia de CR$ 39.037.500.- -
O Escr. Aut. (Arekisando Kawaguti)
="
Av.8- 3.698 - Santa Isabel, 3 de outubro de 1.989.-
É feita a presente averbação nos termos do Decreto Municipal de 691/77 de 25 de fevereiro de 1.977 da Prefeitura Municipal, para constar que a Avenida Dois, para onde faz frente o imóvel matriculado sob número 3.698, passou a denominar-se

CONTINUA NA FOLHA 3.- - - --

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAU18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD5A.

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

Cartório de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Santa Isabel - E. S. Paulo

matrícula -3.698-

folha -3-

Santa Isabel, 03 de OUTUBRO de 19 89

Oficial,

CONTINUAÇÃO DE FOLHA 2.- - - - - - - -
denominar-se AVENIDA OSAKA. -
O Escr. Aut. (Arekisando Kawaguti).-
=="=

R.9 - 3.698 - Santa Isabel, 03 de outubro de 1.989.-
Pela escritura de 20 de setembro de 1.989, lavrada nas Notas do Sétimo Tabelião da Comarca de São Paulo, às folhas 295 do Livro nº 4.643, o proprietário Angelo Ferdinando Agnelli transmitiu - por venda o imóvel matriculado sob nº 3.698 a RENATO MARFARAGI, brasileiro, do comércio, portador da Cart. Id. RG. sob número - 3.632.663-SSP-SP. e do C.I.C. nº 108.309.288-04, casado sob o - regime da comunhão de bens antes da Lei 6.515-77 com d. YARA = SALGADO MARFARAGI, brasileira, do lar, portadora da Cart. Id. - RG. nº 6.636.310-SSP-SP., residentes e domiciliados em São Paulo, na Rua 21 de Abril, nº 1.235, e a EDUARDO DO ESPIRITO SANTO PIAGENTINI, brasileiro, viuvo, do comércio, portador da Cart. - Id. RG. nº 2.081.644-SSP-SP. e do C.I.C. nº 187.057.158-49, res2 sidente e domiciliado em São Paulo com endereço na Rua 21 de - Abril, nº 1.255.- -
O Escr. Aut. (Arekisando Kawaguti).-
=="=

R. 10 - 3.698.

PARTILHA.

Santa Isabel/SP, em 04 de novembro de 2008.

Por Formal de Partilha, de 15 de maio de 2008, da 12ª Vara da Família e Sucessões do Foro Central do Município de São Paulo/SP, Ação de Arrolamento dos bens de EDUARDO DO ESPIRITO SANTO PIAGENTINI, processo nº 000.96.616406-9, homologado por sentença de 17/12/2007, transitado em julgado em 23/01/2008, foi **PARTILHADO** a **ELIZABETH GAMBOA PIAGENTINI,** CI/RG 7.188.247, CPF 013.646.608-73, brasileira, divorciada, funcionária pública municipal, residente e domiciliada na Rua dos Franceses, 498, bloco E, apto. 92, São Paulo/SP; e **EDUARDO TADEU PIAGENTINI,** CI/RG 10.785.456, CPF 011.028.848-39, brasileiro, divorciado, industrial, residente e domiciliado na Rua Tuia, 34, Condomínio Arujazinho, Arujá/SP, a **fração ideal de 50% (cinquenta por cento) do imóvel desta matrícula**, pelo valor de R$ 10.279,98, na proporção de **25% (vinte e cinco por cento), para ELIZABETH GAMBOA PIAGENTINI, e 25% (vinte e cinco por cento), para EDUARDO TADEU PIAGENTINI. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: SO.21.09.02.11.000.** (Documento protocolado sob nº 88507, de 31/10/2008).

O Escrevente, (Cristian dos Santos Silva).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD5A.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS – COMARCA DE SANTA ISABEL
SÃO PAULO – MUNICÍPIO DE ARUJÁ – IGARATÁ – SANTA ISABEL

Certifico que a presente certidão é reprodução da matrícula arquivada eletronicamente nesta Serventia Registral (art. 37 e 38 da Lei nº 11.977/2009), extraída por meio digital, mediante certificação de conformidade com Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP (MP nº 2.220-2/2001), devendo para validade ser conservada em meio eletrônico, bem como comprovada a autoria e integridade. --

Nada mais constando além dos atos expressamente lançados nesta, em relação ao imóvel. (Art. 19 § 1º, da Lei 6.015/73). **Validade 30 dias**. (Art. 1º, IV, do Dec. nº 93.240/86). ----------

Santa Isabel/SP, data e hora abaixo indicadas.

Escrevente (_____) (mod 4)

EM BRANCO

CONTINUAÇÃO DA MATRÍCULA Nº 3698

Ao Oficial.: R$ *28,12
Ao Estado..: R$ *7,99
Ao IPESP...: R$ *4,12
Ao Reg.Civil R$ *1,48
Ao Trib.Just R$ *1,93
Ao Fedmp...: R$ *1,35
Total.....: R$ 44,99
SELOS E CONTRIBUIÇÕES
RECOLHIDOS POR VERBA

Certidão expedida às 16:02:30 horas do dia 24/10/2016. Certidão assinada digitalmente.
Para lavratura de escrituras esta certidão é válida por 30 dias (NSCGJSP, XIV, 12, "d").
Código de controle de certidão : 00369824102016

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAUJ18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD5A.

85800000017-8 71880185111-1 60190211407-3 87120161123-6

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social
SERABI MINERAÇÃO S. A.

07 - Data de Vencimento
23/11/2016

02 - Endereço RODOVIA TRANSGARIMPEIRA, KM 22 ITAITUBA PA

08 - Valor Total
R$ 1.771,88

03 - CNPJ Base / CPF	04 - Telefone	05 - Quantidade de Documentos Detalhe
04.207.303	(11)3257-7911	1

06 - Observações Inicial Exec de Título Extrajudicial Serabi Mineração x Resimapi Produtos Químicos - Foro Central da Capital SP

09 - Número do DARE
160190211407871

Emissão: 24/10/2016

10 - Autenticação Mecânica

Via do Banco

160190211407871-0001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda

DARE-SP

DOCUMENTO DETALHE

01 - Código de Receita - Descrição da Receita		02 - Código Tipo de Serviço - Descrição do Serviço
230-6	Custas - judiciárias pertencentes ao Estado, referentes a atos judiciais	1123001 TJ - PETIÇÃO INICIAL

15 - Nome / Razão Social	03 - Data de Vencimento	06 - Inscrição na Dívida ou Nº Etiqueta	09 -Valor da Receita	12 - Acréscimo Financeiro
SERABI MINERAÇÃO S. A.	23/11/2016		1.771,88	
16 - Endereço RODOVIA TRANSGARIMPEIRA, KM 22 ITAITUBA PA	04 - CNPJ ou CPF ou Renavam	07 - Referência	10 - Juros de Mora	13 - Honorários Advocatícios
	04.207.303/0001-30		0,00	
18 - Nº do Documento Detalhe	17 - Observações Inicial Exec de Título Extrajudicial Serabi Mineração x Resimapi Produtos Químicos - Foro Central da Capital SP	05 - Insc. Estadual / Cód. Município / Nº Declaração	08 - Nº AIIM / Nº Controle / Nº do Parc. / Nº da Notif.	11 - Multa de Mora ou por Infração	14 - Valor Total
160190211407871-0001					**1.771,88**
Emissão: 24/10/2016					

85800000017-8 71880185111-1 60190211407-3 87120161123-6

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social
SERABI MINERAÇÃO S. A.

07 - Data de Vencimento
23/11/2016

02 - Endereço RODOVIA TRANSGARIMPEIRA, KM 22 ITAITUBA PA

08 - Valor Total
R$ 1.771,88

03 - CNPJ Base / CPF	04 - Telefone	05 - Quantidade de Documentos Detalhe
04.207.303	(11)3257-7911	1

06 - Observações Inicial Exec de Título Extrajudicial Serabi Mineração x Resimapi Produtos Químicos - Foro Central da Capital SP

09 - Número do DARE
160190211407871

Emissão: 24/10/2016

10 - Autenticação Mecânica

Via do Contribuinte

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/07/2018 às 13:05 , sob o número WPA00533472018260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002005-95.2018.8.26.0000 e código 27EA0BF.

85810000000-5 20000185111-2 60190211411-1 39220161123-7

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social
SERABI MINERAÇÃO S. A.

07 - Data de Vencimento
23/11/2016

02 - Endereço RODOVIA TRANSGARIMPEIRA, KM 22 ITAITUBA PA

08 - Valor Total
R$ 20,00

03 - CNPJ Base / CPF	04 - Telefone	05 - Quantidade de Documentos Detalhe
04.207.303	(11)3257-7911	1

06 - Observações Juntada de Procuração Petição Inicial Ação de Exec Tit Extrajudicial de Serabi Mineração x Resimapi

09 - Número do DARE
160190211411392
Emissão: 24/10/2016

10 - Autenticação Mecânica

Via do Banco

160190211411392-0001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda

DARE-SP

DOCUMENTO DETALHE

01 - Código de Receita - Descrição da Receita
304-9 Extra-Orçamentária e Anulação de Despesa - carteira de previdência dos advogados de São Pa

02 - Código Tipo de Serviço - Descrição do Serviço
1130401 TJ - TAXA DE MANDATO (PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO)

15 - Nome / Razão Social	03 - Data de Vencimento	06 - Inscrição na Dívida ou Nº Etiqueta	09 -Valor da Receita	12 - Acréscimo Financeiro
SERABI MINERAÇÃO S. A.	23/11/2016		20,00	
16 - Endereço RODOVIA TRANSGARIMPEIRA, KM 22 ITAITUBA PA	04 - CNPJ ou CPF ou Renavam	07 - Referência	10 - Juros de Mora	13 - Honorários Advocatícios
	04.207.303/0001-30		0,00	
18 - Nº do Documento Detalhe **160190211411392-0001** Emissão: 24/10/2016	17 - Observações Juntada de Procuração Petição Inicial Ação de Exec Tit Extrajudicial de Serabi Mineração x Resimapi	05 - Insc. Estadual / Cód. Município / Nº Declaração	08 - Nº AIIM / Nº Controle / Nº do Parc. / Nº da Notif.	11 - Multa de Mora ou por Infração	14 - Valor Total **20,00**

85810000000-5 20000185111-2 60190211411-1 39220161123-7

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social
SERABI MINERAÇÃO S. A.

07 - Data de Vencimento
23/11/2016

02 - Endereço RODOVIA TRANSGARIMPEIRA, KM 22 ITAITUBA PA

08 - Valor Total
R$ 20,00

03 - CNPJ Base / CPF	04 - Telefone	05 - Quantidade de Documentos Detalhe
04.207.303	(11)3257-7911	1

06 - Observações Juntada de Procuração Petição Inicial Ação de Exec Tit Extrajudicial de Serabi Mineração x Resimapi

09 - Número do DARE
160190211411392
Emissão: 24/10/2016

10 - Autenticação Mecânica

Via do Contribuinte

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/07/2018 às 13:05 , sob o número WPA00133720188260000
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002005-94.2018.8.26.0000 e código 27EA0F.

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 01982.377002 00717.077184 1 69620000007065**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	5905-6 / 950493-1	29/10/2016	29/10/2016

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
PRACA DA SE SN - SE - SAO PAULO - SP - 00100-000	CPF/CNPJ: 51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
SERABI MINERAÇÃO S. A.	19823770000717077	717077	70,65

Instruções **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **SERABI MINERAÇÃO S. A.** Número do Depósito: **717077** Número do Processo:
Nome do Autor: **SERABI MINERAÇÃO S. A.** Vara Judicial:
Nome do Réu: **RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA** Comarca/Fórum: **SP-CENTRAL CAPITAL(JOAO MENDES)** Ano Processo: **2016**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento dos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

1ª via - PROCESSO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 01982.377002 00717.077184 1 69620000007065**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	5905-6 / 950493-1	29/10/2016	29/10/2016

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
PRACA DA SE SN - SE - SAO PAULO - SP - 00100-000	CPF/CNPJ: 51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
SERABI MINERAÇÃO S. A.	19823770000717077	717077	70,65

Instruções **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **SERABI MINERAÇÃO S. A.** Número do Depósito: **717077** Número do Processo:
Nome do Autor: **SERABI MINERAÇÃO S. A.** Vara Judicial:
Nome do Réu: **RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA** Comarca/Fórum: **SP-CENTRAL CAPITAL(JOAO MENDES)** Ano Processo: **2016**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento dos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

2ª via - ESCRIVÃO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 01982.377002 00717.077184 1 69620000007065**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	5905-6 / 950493-1	29/10/2016	29/10/2016

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
PRACA DA SE SN - SE - SAO PAULO - SP - 00100-000	CPF/CNPJ: 51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
SERABI MINERAÇÃO S. A.	19823770000717077	717077	70,65

Instruções **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **SERABI MINERAÇÃO S. A.** Número do Depósito: **717077** Número do Processo:
Nome do Autor: **SERABI MINERAÇÃO S. A.** Vara Judicial:
Nome do Réu: **RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA** Comarca/Fórum: **SP-CENTRAL CAPITAL(JOAO MENDES)** Ano Processo: **2016**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento dos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

3ª via - ESCRIVÃO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 01982.377002 00717.077184 1 69620000007065**

Local de pagamento	Vencimento
PAGAVEL EM QUAQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO	29/10/2016
Beneficiário: SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	Agência / Código do beneficiário: 5905-6 / 950493-1

Data do Documento	Nº do documento	Espécie Doc	Aceite	Data de Processamento	Nosso número
29/10/2016	717077			29/10/2016	19823770000717077

Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(=) Valor do documento
18/019				70,65

Instruções (texto de responsabilidade do beneficiário)

Até a data de vencimento: O pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária do País. Após a data de vencimento: Somente nas agências do Banco d o Brasil.

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

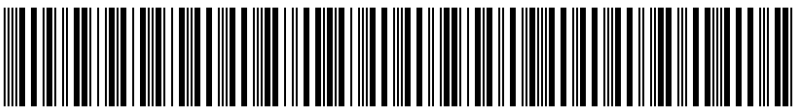
(=) Valor cobrado 70,65

Pagador
SERABI MINERAÇÃO S. A.
RODOVIA TRANSGARIMPEIRA, S/N KM 22, CENTRO
ITAITUBA -PA CEP:68189-970

Sacador/Avalista

Código de baixa

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL FERREIRA DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/10/2016 às 13:20:05 , sob o número WVAD16303722000
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-95.2016.8.26.0000 e código 27ECA0F.



Emissão de comprovantes

A33R261926016776019
26/10/2016 19:51:12

```
SISBB  -  SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
26/10/2016 -     AUTOATENDIMENTO      - 19.51.07
0754400754         SEGUNDA VIA              0007

            COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: SERABI MINERACAO LTDA
AGENCIA: 0754-4 CONTA:        22.500-2
================================================
Convenio  SEFAZ/SP-AMBIENTEPAG
Codigo de Barras   85800000017-8   71880185111-1
                   60190211407-3   87120161123-6
Banco                                       001
Data do pagamento                    26/10/2016
Nr de controle- Dare-SP          160190211407871
Valor Total                            1.771,88
------------------------------------------------
COMPROVANTE DE PAGAMENTO EMITIDO DE ACORDO COM A
PORTARIA CAT 126 DE 16/09/2011 E AUTORIZADO PELO
PROCESSO SF 38-9078843/2001.
------------------------------------------------
DOCUMENTO:  102617
AUTENTICACAO SISBB:        D.246.D35.E45.E2E.C0F
```

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/10/2016 às 13:05 , sob o número WPA00533472016826000
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002865-95.2016.8.26.0000 e código 27EEA03F.

26/10/2016 - BANCO DO BRASIL - 19:51:07
075400754 0008

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: SERABI MINERACAO LTDA
AGENCIA: 0754-4 CONTA: 22.500-2

BANCO DO BRASIL

00190000090198237700200717077184169620000007065

NR. DOCUMENTO	102.618
NOSSO NUMERO	19823770000717077
CONVENIO	01982377
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	
AG/COD. BENEFICIARIO	5905/00950493
DATA DE VENCIMENTO	29/10/2016
DATA DO PAGAMENTO	26/10/2016
VALOR DO DOCUMENTO	70,65
VALOR COBRADO	70,65

NR.AUTENTICACAO A.9B9.03D.E28.BDD.A97

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/08/2016 às 13:05 , sob o número WPA00539472016826000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002065-95.2016.8.26.0000 e código 27EEA03F.

```
SISBB  -  SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
26/10/2016 -     AUTOATENDIMENTO      - 19.51.07
0754400754         SEGUNDA VIA              0011

            COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: SERABI MINERACAO LTDA
AGENCIA: 0754-4 CONTA:        22.500-2
================================================
Convenio  SEFAZ/SP-AMBIENTEPAG
Codigo de Barras   85810000000-5   20000185111-2
                   60190211411-1   39220161123-7
Banco                                      001
Data do pagamento                   26/10/2016
Nr de controle- Dare-SP          160190211411392
Valor Total                              20,00
------------------------------------------------
COMPROVANTE DE PAGAMENTO EMITIDO DE ACORDO COM A
PORTARIA CAT 126 DE 16/09/2011 E AUTORIZADO PELO
PROCESSO SF 38-9078843/2001.
------------------------------------------------
DOCUMENTO:  102619
AUTENTICACAO SISBB:        B.F12.CF2.79A.0DF.C5F
```

Transação efetuada com sucesso por: J4268269 ULISSES MARCELO DE MELO.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/10/2016 às 13:05 , sob o número WPA00539720168260100.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002005-95.2018.8.26.0100 e código 27EEA03F.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/04/2017 às 16:12 , sob o número WJMJ17403989864
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1119005-34.2016.8.26.0100 e código 2F9DFF4.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAOU18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD5F.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20170419905722O6

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Serabi Mineração S/A			04.207.303/0001-30

Nº do processo	Unidade	CEP
1119005-34.2016		05013-001

Endereço	Código
Rua Cardoso de Almeida, 788, 3 and. Cjtos 31/33 - Perdizes,	120-1

Histórico	Valor
33 Vara Cível - Foro central Cível, Proc. 1119005-34.2016.8.26.0100 - Intimação da penhora via posta.	31,60
	Total 31,60

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Nov/16 - SISBB 16323 - ass
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868600000001	316051174001	112010420738	030001302088

Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20170419905722O8

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Serabi Mineração S/A			04.207.303/0001-30

Nº do processo	Unidade	CEP
1119005-34.2016		05013-001

Endereço	Código
Rua Cardoso de Almeida, 788, 3 and. Cjtos 31/33 - Perdizes,	120-1

Histórico	Valor
33 Vara Cível - Foro central Cível, Proc. 1119005-34.2016.8.26.0100 - Intimação da penhora via posta.	31,60
	Total 31,60

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Nov/16 - SISBB 16323 - ass
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868600000001	316051174001	112010420738	030001302088

19/04/2017 - BANCO DO BRASIL - 15:23:25
783216779 0389

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio TJSP - CUSTAS FEDTJ		
Codigo de Barras	86860000000-1	31605117400-1
	11201042073-8	03000130208-8
Data do pagamento		19/04/2017
Valor Total		31,60

NR.AUTENTICACAO E.4CB.C2C.18C.FD5.6A0

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 02/06/2017 às 16:36 , sob o número WJMJ17405921330
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1119005-34.2016.8.26.0100 e código 31F395B.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAU18700028288
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD5F.

fls. 1406

fls. 163

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2017060117081080

BANCO DO BRASIL

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome: Serabi Mineração S/A	RG:	CPF:	CNPJ: 04.207.303/0001-30
Nº do processo: 1119005-34.2016	Unidade:		CEP: 05013-001
Endereço: Rua Cardoso de Almeida, 788, 3 and. Cjtos 31/33 - Perdizes.			Código: 120-1
Histórico: 33 Vara Cível - Foro Central - Nova intimação, via postal do Sr. Eduardo Tadeu Piagentini			Valor: 10,50
			Total: 10,50

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.

Mod. 0.70.731-4 - Nov/16 - SISBB 16323 - ass
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868500000000 | 105051174003 | 112010420738 | 030001300808

Corte aqui.

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2017060117081080

BANCO DO BRASIL

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome: Serabi Mineração S/A	RG:	CPF:	CNPJ: 04.207.303/0001-30
Nº do processo: 1119005-34.2016	Unidade:		CEP: 05013-001
Endereço: Rua Cardoso de Almeida, 788, 3 and. Cjtos 31/33 - Perdizes.			Código: 120-1
Histórico: 33 Vara Cível - Foro Central - Nova intimação, via postal do Sr. Eduardo Tadeu Piagentini			Valor: 10,50
			Total: 10,50

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.

Mod. 0.70.731-4 - Nov/16 - SISBB 16323 - ass
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868500000000 | 105051174003 | 112010420738 | 030001300808

Corte aqui.

02/06/2017 - BANCO DO BRASIL - 15:25:05
783113039 0211

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio TJSP - CUSTAS FEDTJ
Codigo de Barras 86850000000-0 10505117400-3
11201042073-8 03000130080-6
Data do pagamento 02/06/2017
Valor Total 10,50

NR.AUTENTICACAO 1.A12.D5A.19B.2BF.A16

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO, protocolado em 20/02/2018 às 12:05 , sob o número WAU18700029238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27CCD5F.

fls. 1407

fls. 176

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2017091911352304

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça

Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Serabi Mineração S/A			04.207.303/0001-30

Nº do processo	Unidade	CEP
1119005-34.2016		

Endereço	Código
Rua Cardoso de Almeida, 788, 3 and. Cjtos 31/33 - Perdizes,	120-1

Histórico	Valor
33 Vara Cível- Foro Central - Intimação, via postal Eduardo Tadeu Piagentini	10,50
	Total 10,50

O Tribunal de Justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.

Mod. 0.70.731-4 - Nov/16 - SISBB 16323 - ass

1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868900000007 | 105051174003 | 112010420738 | 030001303041

Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2017091911352304

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça

Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Serabi Mineração S/A			04.207.303/0001-30

Nº do processo	Unidade	CEP
1119005-34.2016		

Endereço	Código
Rua Cardoso de Almeida, 788, 3 and. Cjtos 31/33 - Perdizes,	120-1

Histórico	Valor
33 Vara Cível- Foro Central - Intimação, via postal Eduardo Tadeu Piagentini	10,50
	Total 10,50

O Tribunal de Justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.

Mod. 0.70.731-4 - Nov/16 - SISBB 16323 - ass

1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868900000007 | 105051174003 | 112010420738 | 030001303041

20/09/2017 - BANCO DO BRASIL - 12:46:53
783213242 0199

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio	TJSP - CUSTAS FEDTJ	
Codigo de Barras	86890000000-7	10505117400-3
	11201042073-8	03000130304-1
Data do pagamento		20/09/2017
Valor Total		10,50
NR.AUTENTICACAO		0.BB4.041.3F5.267.7F5

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/09/2017 às 14:11 , sob o número WJMJ17410862173
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1119005-34.2016.8.26.0100 e código 3818270.

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 01982.377002 00829.672187 2 73620000007521**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	5905-6 / 950493-1	28/11/2017	03/12/2017

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
R DA CONSOLACAO 1483 10 ANDAR - CONSOLACAO - SAO PAULO - SP - 00130-100	CPF/CNPJ: 51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
Serabi Mineração S/A	19823770000829672	829672	75,21

Instruções **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **Serabi Mineração S/A** Número do Depósito: **829672** Número do Processo:
Nome do Autor: **Serabi Mineração S/A** Vara Judicial: **33 - VARA CIVEL** **11190053420168260100**
Nome do Réu: **Resimapi Produtos Químicos S/A** Comarca/Fórum: **SP-CENTRAL CAPITAL(JOAO MENDES)** Ano Processo: **2016**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento dos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

1ª via - PROCESSO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 01982.377002 00829.672187 2 73620000007521**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	5905-6 / 950493-1	28/11/2017	03/12/2017

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
R DA CONSOLACAO 1483 10 ANDAR - CONSOLACAO - SAO PAULO - SP - 00130-100	CPF/CNPJ: 51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
Serabi Mineração S/A	19823770000829672	829672	75,21

Instruções **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **Serabi Mineração S/A** Número do Depósito: **829672** Número do Processo:
Nome do Autor: **Serabi Mineração S/A** Vara Judicial: **33 - VARA CIVEL** **11190053420168260100**
Nome do Réu: **Resimapi Produtos Químicos S/A** Comarca/Fórum: **SP-CENTRAL CAPITAL(JOAO MENDES)** Ano Processo: **2016**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento dos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

2ª via - ESCRIVÃO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 01982.377002 00829.672187 2 73620000007521**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	5905-6 / 950493-1	28/11/2017	03/12/2017

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
R DA CONSOLACAO 1483 10 ANDAR - CONSOLACAO - SAO PAULO - SP - 00130-100	CPF/CNPJ: 51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
Serabi Mineração S/A	19823770000829672	829672	75,21

Instruções **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **Serabi Mineração S/A** Número do Depósito: **829672** Número do Processo:
Nome do Autor: **Serabi Mineração S/A** Vara Judicial: **33 - VARA CIVEL** **11190053420168260100**
Nome do Réu: **Resimapi Produtos Químicos S/A** Comarca/Fórum: **SP-CENTRAL CAPITAL(JOAO MENDES)** Ano Processo: **2016**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento dos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

3ª via - ESCRIVÃO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 01982.377002 00829.672187 2 73620000007521**

Local de pagamento	Vencimento
PAGAVEL EM QUAQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO	03/12/2017
Beneficiário: SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	Agência / Código do beneficiário: 5905-6 / 950493-1

Data do Documento	Nº do documento	Espécie Doc	Aceite	Data de Processamento	Nosso número
28/11/2017	829672			28/11/2017	19823770000829672

Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(=) Valor do documento
18/019				75,21

Instruções (texto de responsabilidade do beneficiário)

Até a data de vencimento: O pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária do País. Após a data de vencimento: Somente nas agências do Banco d o Brasil.

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado 75,21

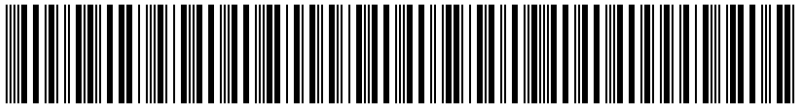
Pagador

Serabi Mineração S/A CPF/CNPJ: 04.207.303/0001-30
UNIDADE OPERACIONAL AC MORAES DE ALMEIDA RODOVIA TRANSGARIMPEIRA, S/N Km 22, CENTRO
ITAITUBA -PA CEP:68189-970

Sacador/Avalista

Código de baixa

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/11/2017 às 12:05 , sob o número WAMJ17400070238
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002005-94.2016.8.26.0000 e código 2ED0C1F.

Recomendamos a impressão desse Comprovante.
Para tanto, utilize a opção de impressão de seu browser.

Bradesco

Comprovante de Pagamento
Boleto de Cobrança
Data: 28/11/2017

Nome do Banco Destinatário:	*BANCO DO BRASIL S.A.*		
Número de Identificação:	*00190.00009 01982.377002 00829.672187 2 73620000007521*		
Razão Social Beneficiário:			
Nome Beneficiário:			
CPF/CNPJ Beneficiário:			
Razão Social Sacador Avalista:			
CNPJ/CPF Sacador Avalista:			
Instituição Recebedora:	*237*		
Nome Pagador:			
CPF/CNPJ Pagador:			
Data de Vencimento:	*03/12/2017*		
Valor:	*75,21*	**Multa:**	*0,00*
Desconto:	*0,00*	**Juros:**	*0,00*
Abatimento:	*0,00*	**Valor do Pagamento:**	*75,21*
Bonificação:	*0,00*		
Data do Pagamento:	*28/11/2017*	**Hora:**	*14:18:29*
Descrição do Pagamento:	*Serabi oficial de justiça*		
Debitado da:	*Conta-Corrente*		

A transação acima foi realizada através do(a) BRADESCO CELULAR, dentro das condições especificadas.
O lançamento consta no extrato do(a) cliente *PATRICIA FAJNZYLBER* , CPF *134.453.048-66* , Agência *1768* - Conta *1855* , da data de pagamento, sob o número de protocolo *0000134.*

Banco Bradesco S.A.
http://www.bradesco.com.br

AUTENTICAÇÃO

```
sSXegEEb 6ISqW3zN rv@ca#ol 2Yp6VZUO Ubn7#pN6 TkBZMcIm z@DgcwC3 jOENxWEn
hUl#VmId fB9?NQw4 mJt?QNKj fAWK#e6g AtVqsJV@ ranV7ox# B#DoT836 Itj9gTJn
DXhMJjR* xttw*25? wyy8tmvd hcTK4naF FnUmWDPE gaQSEgEk 78410107 01330152
```

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 15:05 , sob o número WAMJ17400085228
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002905-95.2016.8.26.0006 e código 28BBD5C.

85830000002-5 57000185111-2 80590009041-5 55220180310-5

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social
Serabi Mineracao S.a.

07 - Data de Vencimento
10/03/2018

02 - Endereço
Rodovia Transgarimpeira, km 22 ITAITUBA PA

08 - Valor Total
R$ 257,00

03 - CNPJ Base / CPF	04 - Telefone	05 - Quantidade de Documentos Detalhe
04.207.303	(11)3257-7911	1

09 - Número do DARE
180590009041552

06 - Observações
Foro Deprec: Foro De Arujá - Proc. Origem 1119005-34.2016.8.26.0100 - Foro Central Cível

Emissão: 08/02/2018

10 - Autenticação Mecânica

Via do Banco

180590009041552-0001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda

DARE-SP

Documento Detalhe

01 - Código de Receita – Descrição		02 - Código do Serviço – Descrição	19 - Qtde Serviços: 1
233-1	Custas - taxa judiciária – cartas de ordem ou precatórias	TJ - 1123302 - CARTAS PRECATÓRIAS	

15 - Nome do Contribuinte	03 - Data de Vencimento	06 -	09 - Valor da Receita	12 - Acréscimo Financeiro
Serabi Mineracao S.a.	10/03/2018		R$ 257,00	R$ 0,00
	04 - Cnpj ou Cpf: 04.207.303/0001-30			
16 - Endereço: Rodovia Transgarimpeira, km 22 ITAITUBA PA	05 -	07 - Referência	10 - Juros de Mora: R$ 0,00	13 - Honorários Advocatícios: R$ 0,00

18 - Nº do Documento Detalhe	17 - Observações	08 -	11 - Multa de Mora ou Multa Por Infração	14 - Valor Total
180590009041552-0001	Foro Deprec: Foro De Arujá - Proc. Origem 1119005-34.2016.8.26.0100 - Foro Central Cível		R$ 0,00	R$ 257,00
Emissão: 08/02/2018				

85830000002-5 57000185111-2 80590009041-5 55220180310-5

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social
Serabi Mineracao S.a.

07 - Data de Vencimento
10/03/2018

02 - Endereço
Rodovia Transgarimpeira, km 22 ITAITUBA PA

08 - Valor Total
R$ 257,00

03 - CNPJ Base / CPF	04 - Telefone	05 - Quantidade de Documentos Detalhe
04.207.303	(11)3257-7911	1

09 - Número do DARE
180590009041552

06 - Observações
Foro Deprec: Foro De Arujá - Proc. Origem 1119005-34.2016.8.26.0100 - Foro Central Cível

Emissão: 08/02/2018

10 - Autenticação Mecânica

Via do Contribuinte

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 11:25 , sob o número WVAJ18003662045.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002366-94.2018.8.26.0045 e código 27000185225.

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02844.573002 00000.183178 6 74340000007710**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	1476-1 / 950000-6	08/02/2018	13/02/2018

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
RUA DA CONSOLACAO 1483 4 ANDAR - CONSOLACAO - SAO PAULO - SP - 1301100	CPF/CNPJ: 51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
Serabi Mineração S. A.	28445730000000183	183	77,10

Instruções **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **Serabi Mineração S. A.** Número do Depósito: **183** Número do Processo:
Nome do Autor: **Serabi Mineração S. A.** Vara Judicial: **null**
Nome do Réu: **Resimapi Prod. Químicos Ltda** Comarca/Fórum: **ARUJA** Ano Processo: **2018**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento dos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

1ª via - PROCESSO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02844.573002 00000.183178 6 74340000007710**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	1476-1 / 950000-6	08/02/2018	13/02/2018

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
RUA DA CONSOLACAO 1483 4 ANDAR - CONSOLACAO - SAO PAULO - SP - 1301100	CPF/CNPJ: 51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
Serabi Mineração S. A.	28445730000000183	183	77,10

Instruções **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **Serabi Mineração S. A.** Número do Depósito: **183** Número do Processo:
Nome do Autor: **Serabi Mineração S. A.** Vara Judicial: **null**
Nome do Réu: **Resimapi Prod. Químicos Ltda** Comarca/Fórum: **ARUJA** Ano Processo: **2018**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento dos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

2ª via - ESCRIVÃO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02844.573002 00000.183178 6 74340000007710**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	1476-1 / 950000-6	08/02/2018	13/02/2018

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
RUA DA CONSOLACAO 1483 4 ANDAR - CONSOLACAO - SAO PAULO - SP - 1301100	CPF/CNPJ: 51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
Serabi Mineração S. A.	28445730000000183	183	77,10

Instruções **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **Serabi Mineração S. A.** Número do Depósito: **183** Número do Processo:
Nome do Autor: **Serabi Mineração S. A.** Vara Judicial: **null**
Nome do Réu: **Resimapi Prod. Químicos Ltda** Comarca/Fórum: **ARUJA** Ano Processo: **2018**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento dos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

3ª via - ESCRIVÃO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02844.573002 00000.183178 6 74340000007710**

Local de pagamento	Vencimento
PAGAVEL EM QUAQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO	13/02/2018
Beneficiário: SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	Agência / Código do beneficiário: 1476-1 / 950000-6

Data do Documento	Nº do documento	Espécie Doc	Aceite	Data de Processamento	Nosso número
08/02/2018	183			08/02/2018	28445730000000183

Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(=) Valor do documento
17/35				77,10

Instruções (texto de responsabilidade do beneficiário)

Até a data de vencimento: O pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária do País. Após a data de vencimento: Somente nas agências do Banco d o Brasil.

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado 77,10

Pagador

Serabi Mineração S. A. CPF/CNPJ: 04.207.303/0001-30
UNIDADE OPERACIONAL AC MORAES DE ALMEIDA RODOVIA TRANSGARIMPEIRA, S/N km22, CENTRO
ITAITUBA -PA CEP:68189-970

Sacador/Avalista

Código de baixa

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL FERREIRA DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 11:25 , sob o número WAJB18000223045.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002366-95.2018.8.26.0045 e código 27000285.

Banco Itaú - Comprovante de Pagamento
Tributos Estaduais com código de barras

Identificação no extrato: SISPAG TRIBUTOS

Dados da conta debitada:

Nome: **SERABI MINERACAO S A**
Agência: **8157** Conta: **08611 - 0**

Dados do pagamento:

Código de barras: **858300000025 570001851112 805900090415 552201803105**

Controle: **80390086110170997280**

Valor do documento: **R$ 257,00**

Informações fornecidas pelo pagador:

Operação efetuada em 08/02/2018 às 16:35:46 via Sispag, CTRL 799435106000014.

Autenticação:
CDCB24FB02072FF71A6646F949837558F77E38A3

Dúvidas, sugestões e reclamações: na sua agência. Se preferir, ligue para o SAC Itaú: 0800 728 0728 (todos os dias, 24h) ou acesse o Fale Conosco no www.itau.com.br. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, ligue para a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis, das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala: 0800 722 1722 (todos os dias, 24h).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 15:25 , sob o número 10003661620188260045.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 10003661620188260045 e código 27001225.

Itaú

30 horas

Comprovante de pagamento de boleto

Dados da conta debitada / Pagador Final

Agência/conta: **8157/08611-0** CNPJ: **04.207.303/0001-30** Empresa: **SERABI MINERACAO S A**

Dados do pagamento

Identificação no meu comprovante:

BANCO DO BRASIL	00190 00009 02844 573002 00000 183178 6 74340000007710	
Beneficiário: **SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA** Razão Social: **SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA**	CPF/CNPJ do beneficiário: **51.174.001/0001-93**	Data de vencimento: **13/02/2018**
		Valor do boleto (R$); **77,10**
		(-) Desconto (R$): **0,00**
		(+)Mora/Multa (R$): **0,00**
Pagador: **SERABI MINERACAO S A**	CPF/CNPJ do pagador: **04.207.303/0001-30**	(=) Valor do pagamento (R$): **77,10**
		Data de pagamento: **08/02/2018**
Autenticação mecânica 6125871425965E1CE4DEAA9F5B6E704888D66264		Pagamento realizado em espécie: Não

Operação efetuada em 08/02/2018 às 16:35:46 via Sispag, CTRL 799435071000015.

Dúvidas, sugestões e reclamações: na sua agência. Se preferir, ligue para o SAC Itaú: 0800 728 0728 (todos os dias, 24h) ou acesse o Fale Conosco no www.itau.com.br. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, ligue para a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis, das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala: 0800 722 1722 (todos os dias, 24h).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSUEL BENEDITO DE FARIAS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2018 às 15:25 , sob o número WAB18000045.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002366-95.2018.8.26.0045 e código 27000125.

CASABONA & MONTEIRO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

MARCIAL BARRETO CASABONA
JOSÉ DE PAULA MONTEIRO NETO

Aline Thomaz Alvarenga Rota
Ana Carolina Mendes Gomes
Andrea Costa Duduch
Audrey Cristina M. dos Santos Meucci
Carla Cristina Ribeiro
Claudia Mazario
Claudia Regina Di Pietro
Dirce Sant'anna Ferreira
Ednalva Leopoldino Galamba
Elisa Melo Pereira Espires Miguel
Euna Santos Fernandes
Lea Fernanda Gamba Mathias
Luciano Oscar de Carvalho
Marcelo Barreto
Mariana Moretti Oliveira
Maria Clarice Santos de Almeida
Renata Albieri
Silvana Elaine Borsandi Nakatani
Silvio Ricardo de Souza
Soraya Paneque
Vanessa Ferrarezi Tayar

PASTA CASABONA: 117557
CÓDIGO: C-82

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 01ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ - SP

Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045

VALE FERTILIZANTES S/A, já qualificada, por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL,** requerida por **RESIMAPI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUIMÍCOS LTDA.**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao ato ordinatório de fls., **INFORMAR** que está ciente do teor das petições do administrador judicial de folhas 1.003/1.004 e 1.260/1.309, bem como informar que está de acordo com a alteração do valor devido a peticionária, inclusive constante no novo quadro geral de folhas 1.306/1.309.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo/SP, 21 de fevereiro de 2018.

LUCIANO OSCAR DE CARVALHO
OAB/SP 246.320

CARLOS EDUARDO BENETI
OAB/SP 368.463

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIAL BARRETO CASABONA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/02/2018 às 11:31 , sob o número WAUJ18700030317
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27DE09D.

EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 01ª VARA DO FORO DE ARUJÁ- SP.

Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045

USIQUIMICA DO BRASIL LTDA., já qualificada, por suas advogadas que esta subscrevem, nos autos da RECUPERAÇÃO JUDICIAL em epígrafe proposta por **RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.**, vem, respeitosamente à presença de V. Exa., expor e requerer o quanto segue:

Verifica-se que em petição de fls. 1260/1309 o Sr. Administrador Judicial apresentou manifestação acerca das Impugnações aos créditos apresentados pelos credores, sendo que no item XXI (fls. 1297/1298), manifestou especificadamente acerca do crédito da credora **USIQUIMICA DO BRASIL LTDA**.

Nesse sentido, o Sr. administrador judicial alegou que concluiu o seguinte:

i. A Recuperanda listou o crédito com base no livro razão analítico, posição em 03/11/2016.

ii. A credora apresentou as notas fiscais que deram origem ao crédito e a memória de cálculo, na qual o crédito foi corrigido monetariamente e acrescido de juros de 1% a.m.

Entretanto, sem quaisquer justificativas, foi apresentada planilha de cálculo **sem a inclusão de juros**, apenas com a correção monetária, totalizando o

Alameda Jaú, 1754 - 6º andar 01420-002 São Paulo - SP Fone: 11-3088-9600
www.degoeye.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIANA VIOLANTE DE GOEYE BUTRICO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/02/2018 às 16:44 , sob o número WAUJ18700031100
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27E733C.

crédito de R$ 68.470,65 (sessenta e oito mil quatrocentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos).

Ora Exa., é sabido que a incidência de juros de mora decorre da Lei e não há razão para não ser calculado nos autos da Recuperação Judicial.

.

> *"Art. 394. Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.*
>
> *Art. 395. Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa,* ***mais juros****, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado."*

Ademais, o artigo 9º, II, da lei 11.101/05 determina a apresentação do crédito habilitando atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, o que não significa atualizado monetariamente apenas, mas sim atualizado com os encargos que sobre ele devam incidir, incluindo-se aqui encargos moratórios.

Isso porque o mencionado dispositivo legal deve ser interpretado em consonância com o disposto no artigo 124 da Lei n. 11.101/05, que se aplica também à recuperação judicial e determina que são exigíveis juros moratórios mesmo após a decretação da falência, in verbis:

> *Art. 124. Contra a massa falida não são exigíveis juros vencidos após a decretação da falência, previstos em lei ou em contrato, se o ativo apurado não bastar para o pagamento dos credores subordinados.*

Nesse sentido, cumpre transcrever decisões proferidas pelo E. Tribunal:

Alameda Jaú, 1754 - 6º andar 01420-002 São Paulo - SP Fone: 11-3088-9600
www.degoeye.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIANA VIOLANTE DE GOEYE BUTRICO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/02/2018 às 16:44 , sob o número WAUJ18700031100
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27E733C.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. Locação de espaço comercial em shopping center. Inadimplemento dos aluguéis e demais encargos locatícios. Crédito constituído em favor do locador. Habilitação deferida. Alegação de nulidade fundada na ausência de responsabilidade das agravantes após celebração de contrato de franquia com terceira pessoa jurídica. Improcedência. Agravantes que não demonstraram a cessão da locação nem o consentimento expresso do locador (CPC, art. 373, II). Inoponibilidade ao credor (locador). Inteligência do art. 13 da Lei 8.245/91. Impugnação do valor do crédito. ***Insurgência adstrita à incidência de juros. Possibilidade. Aplicação do art. 124 da Lei 11.101/05 também às hipóteses de recuperação judicial****. Crédito devido. Habilitação mantida. Recurso improvido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2147925-73.2017.8.26.0000; Relator (a): Hamid Bdine; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Central Cível - 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; Data do Julgamento: 18/01/2018; Data de Registro: 18/01/2018)*

*"RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Habilitação de crédito trabalhista. Decisão que admite a incidência de juros de mora até a data do ajuizamento do pedido de recuperação. Pedido, pela recuperanda, de expurgo dos juros. Descabimento. Contador que retroagiu corretamente a correção monetária e juros moratórios do crédito trabalhista até a data do pedido de recuperação (art. 9º II c.c. 124 LRF e §1º do art. 39 da Lei 8177/91). Decisão mantida. Recurso desprovido" (****Al n. 2075156-04.2016.8.26.0000, Rel. Des. Teixeira Leite, j. 28.7.2016****).*

Ainda, conforme os ensinamento de **Manoel Justino Bezerra Filho,** os juros devem seguir a mesma sistemática da falência, com a ponderação de que o pagamento poderá sofrer influência do plano de recuperação aprovado:

"Na falência, o valor habilitado será atualizado até a data da sua decretação.; o art. 124 [da Lei n. 11.101/05] estabelece contra a massa não correm juros, contando-se portanto os juros apenas até o dia da decretação da falência. Em caso de recuperação, embora o sistema de atualização seja o mesmo, o valor

Alameda Jaú, 1754 - 6º andar 01420-002 São Paulo - SP Fone: 11-3088-9600
www.degoeye.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIANA VIOLANTE DE GOEYE BUTRICO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/02/2018 às 16:44 , sob o número WAUJ18700031100
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27E733C.

habilitado não será necessariamente o valor a ser pago na recuperação, pois o pagamento será feito de acordo com o plano aprovado." (**Lei de recuperação de empresas e falência, Revistas dos Tribunais, 2014, 10ª ed., p. 93**).

Por fim, destaca-se que os credores já são demasiadamente prejudicados com a existência de deságios, longos parcelamentos da dívida, apresentados pelo plano de recuperação judicial, não sendo razoável ainda excluir a incidência de juros de dívidas vencidas e não pagas.

Diante de todo exposto, sendo certa a incidência de juros moratórios desde o vencimento da dívida, requer seja o Sr. administrador judicial, intimado para que efetue a competente inclusão dos juros no cálculo apresentado às fls. 1298, acolhendo-se integralmente a impugnação apresentada pela ora Peticionante.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 21 de fevereiro de 2018.

Luana Isola
OAB/SP 307.324

Mariana Violante de Goeye Butrico
OAB/SP 250.232

Alameda Jaú, 1754 - 6º andar 01420-002 São Paulo - SP Fone: 11-3088-9600
www.degoeye.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIANA VIOLANTE DE GOEYE BUTRICO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/02/2018 às 16:44 , sob o número WAUJ18700031100
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27E733C.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARUJÁ/SP

Processo n° 1002351-95.2017.8.26.0045

RESIMAPI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), já devidamente qualificada por seus advogados, nos autos de sua **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em atendimento ao r. ato ordinatório de fls. 1314, requerer que sejam contabilizados com urgência, os caracteres do Edital da Relação de Credores, para que assim possam ser recolhidas as custas de publicação, para os devidos fins de Direito.

Termos em que, pede deferimento.
São Paulo/SP, 22 de fevereiro de 2018.

OTTO WILLY GÜBEL JUNIOR
OAB/SP 172.947

CAMILA C. FACIO SERRANO
OAB/SP 329.487

MICHEL D. MALAQUIAS DE LIMA
OAB/SP 345.561

GUILHERME DA CRUZ SEILER
ESTAGIÁRIO DE DIREITO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/02/2018 às 17:29 , sob o número WAUJ18700032409
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 27F9C98.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARUJÁ
Estado de São Paulo

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1º VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARUJÁ/SP

Processo nº: 1002351-95.2017.8.26.0045

O **MUNICÍPIO DE ARUJÁ,** já qualificado nos autos em referência, vem através do presente, por sua procuradora infra-assinada, se manifestar em observância à decisão de fls. 1314, conforme segue:

A relação de credores indicada pela administradora da recuperanda, não contempla os débitos que esta tem com a municipalidade conforme fls. 570/572.

Portanto, solicitamos que este juízo intime a administradora para esclarecer o motivo da ausência do referido débito e sua imediata inclusão.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Arujá, 22 de fevereiro de 2018

Rosana Alves de Oliveira
OAB/SP 370.316
Procuradora do Município

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSANA ALVES DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2018 às 16:07 , sob o número WAUJ18700035050
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 281CB68.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARUJÁ
FORO DE ARUJÁ
1ª VARA
Avenida Albino Rodrigues Neves, 394, Center Ville - CEP 07400-000,
Fone: 011 4655-4211, Aruja-SP - E-mail: aruja@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: **1002351-95.2017.8.26.0045**
Classe – Assunto: **Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
Requerente: **Resimapi Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Manifeste-se o(a) administrador(a) judicial quanto às petições do(a)s interessados juntadas aos autos (fls. 1366/1413,1415/1418 e 1420).

Nada Mais. Aruja, 28 de fevereiro de 2018. Eu, Katia Cristina Cordeiro Barreto, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por KATIA CRISTINA CORDEIRO BARRETO, liberado nos autos em 28/02/2018 às 12:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 283A01F.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARUJÁ/SP

URGENTE !

> *O prazo de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005 pode excepcionalmente ser prorrogado, se o retardamento do feito não puder ser imputado ao devedor* (Enunciado nº 42 do Conselho da Justiça Federal, editado durante a 1ª Jornada de Direito Comercial.)

Processo sob nº 1002351-95.2017.8.26.0045

RESIMAPI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), já devidamente qualificada nos autos de sua **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** em epígrafe, por seus advogados subscritos, vêm, com o devido respeito e acatamento, perante V. Exa., expor e requerer o que segue:

1. *Ab initio*, neste ato os Subscritores desta afirmam que a rapidez e celeridade com a qual este M.M. Juízo tem atuado nesta RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sem dúvida alguma, não somente abrilhanta o Poder Judiciário, mas atribui grande eficácia à Lei de Falências e Recuperação Judicial (LFRJ), como já ensinava o mestre polímata Ruy Barbosa de Oliveira, *justiça rápida é justiça eficaz.*

2. Pois bem.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

3. Em apertada síntese, insta ressaltar que a Recuperanda, diante das dificuldades econômicas e financeiras que vinha sofrendo em razão de vultosos investimentos, contratos de centenas de milhares de reais, atrelado à qualificação da gestão, na data de **07/08/2017**, viu-se compelida a se socorrer dos benefícios legais de uma Recuperação Judicial, nos termos do artigo 47 da Lei 11.101/2005.

4. Estando em termos toda documentação exigida por lei, insculpida no artigo 51, da LFRJ, o D. Juízo, na data de **31 de agosto de 2017**, por decisão publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 01 de setembro de 2017, houve por bem **deferir o processamento** da Recuperação Judicial e nomear como Administrador Judicial **MGA ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA EIRELI.**, inscrito no CNPJ 22.508.211/0001-72, que ingressou nos autos aceitando o *múnus* que lhe foi confiado.

5. Impende destacar que, em cumprimento com o quanto disposto no art. 6°,§4°, da Lei 11.101/2005, na mesma decisão foi escorreitamente determinada a suspensão de todas as ações e execuções movidas em face da Recuperanda pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias).

6. Cumpre ressaltar, ainda, que desde o ajuizamento da Recuperação Judicial a Recuperanda vem cumprindo rigorosamente as determinações judiciais, a fim de tornar o processo recuperacional mais célere, demonstrando boa-fé e empenho na tentativa de soerguer a empresa.

7. Seguindo o feito seu regular trâmite, em cumprimento ao disposto no art. 52, §1° da LFRJ, em 20 de setembro de 2017 foi publicado o 1° Edital (fls. 441/442), para que os credores se manifestassem acerca dos créditos consignados no prazo legal de 15 dias.

8. Inobstante ao delineado em linhas volvidas, dezenas de credores passaram a apresentar petição de habilitação/divergência de créditos diretamente aos autos Recuperacionais, petições estas que acabaram por atravancar o presente feito.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

9. Em meio ao trâmite regular do processo, a Recuperanda apresentou tempestivamente na data de **06/11/2017** seu Plano de Recuperação Judicial às fls. 873/947, cumprindo integralmente com o prazo de 60 (sessenta) dias estipulado no artigo 53, *caput* da Lei 11.101/2005, sem qualquer pedido de prorrogação de prazo para tanto.

10. Pois bem. O que se verifica de todo o acima exarado, é que tanto a Recuperanda, quanto este Douto Juízo recuperacional e z. serventia, vêm envidando todos os esforços para o rápido desenvolvimento da recuperação e reestruturação da empresa "RESIMAPI" (maior interessada na celeridade do feito), sendo certo que especialmente a sujeição das dívidas bancárias ao procedimento recuperacional vem impactando os resultados da empresa.

11. Assim, impende trazer a conhecimento deste D. Juízo que muitas das questões acima alinhavadas acabaram por atravancar sobremaneira o andamento do feito recuperacional, sobretudo as sopesadas discussões acerca da competência para processamento do pleito recuperacional, as dezenas habilitações/divergências e impugnações apresentadas nos autos, as inúmeras Objeções ao Plano de Recuperação Judicial.

12. Fato é que, como bem descrito anteriormente, o deferimento do processamento da presente Recuperação Judicial foi **disponibilizado** no DJE em 01/09/2017, de modo que **o prazo de 180 (cento e oitenta) dias de suspensão de todas as ações e execuções movidas contra a Recuperanda, previsto no artigo 6º, § 4º, cumulado com artigo 49, § 3º, ambos da Lei 11.101/2005, transcorrerá já no próximo dia de 05 de março de 2018.**

13. Muito embora, por cooperação da Recuperanda e boa organização deste D. Juízo e z. Serventia, já tenha havido a publicação do edital referente ao artigo 52º, § 1º LRE, ainda não foi possível a designação da Assembleia Geral de Credores.

14. **Destarte, no interregno compreendido do dia 05 de março de 2018 até a realização do ato assemblear a ser efetivado, a Recuperanda ficará desguarnecida**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

do manto protetor de nossa legislação pátria, podendo haver a continuidade das ações e execuções movidas em face dela, assim como a constrição e expropriação de bens de capital essenciais à continuidade da unidade produtiva (artigo 49, §3º, parte final, da LFRJ).

15. **TORNA-SE IMPERIOSO FRISAR QUE A NÃO REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES DENTRO DO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS NÃO DECORREU POR DESÍDIA, INCÚRIA OU INÉRCIA DA RECUPERANDA, QUE SEMPRE ATENDEU OS PRAZOS LEGAIS, BEM COMO TODAS AS DETERMINAÇÕES DESTE D. JUÍZO, CONFORME BEM DEMONSTRADO POR MEIO DOS ATOS ARTICULADOS, ASSIM COMO DE TODAS AS PROVAS CONSTANTES DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

16. Por óbvio também **não decorreu de qualquer desídia por parte deste Douto Juízo ou até mesmo por parte da zelosa serventia, ou então do Ilmo. Sr. Administrador Judicial, que sempre atuaram de forma diligente e precisa no feito, sendo atuações irretocáveis.**

17. A bem da verdade, a não realização da Assembleia decorreu simplesmente do TRANSCURSO NATURAL DO PROCESSO, que demanda um estudo aprofundado de seus aspectos por todos os envolvidos, interessados no bom e fiel andamento das inúmeras questões que dele emanam.

18. O que ocorre é que, na prática, a deliberação sobre o plano de recuperação judicial apresentado no aludido prazo é intangível, tendo em vista que acaba por deixar de avaliar não somente o elevado número de incidentes processuais a que o processo está sujeito, assim como ao alto volume de processos a que estão submetidos aos órgãos, agentes e entidades jurisdicionais.

19. Neste diapasão, pode-se afirmar que na maioria dos processos de recuperação o prazo de 180 (cento e oitenta) dias é extrapolado, mas isto não decorre de culpa, inércia,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

falta de retidão, ou procrastinação proposital dos interessados, sejam eles credores, Recuperanda, o Juízo ou seus auxiliares.

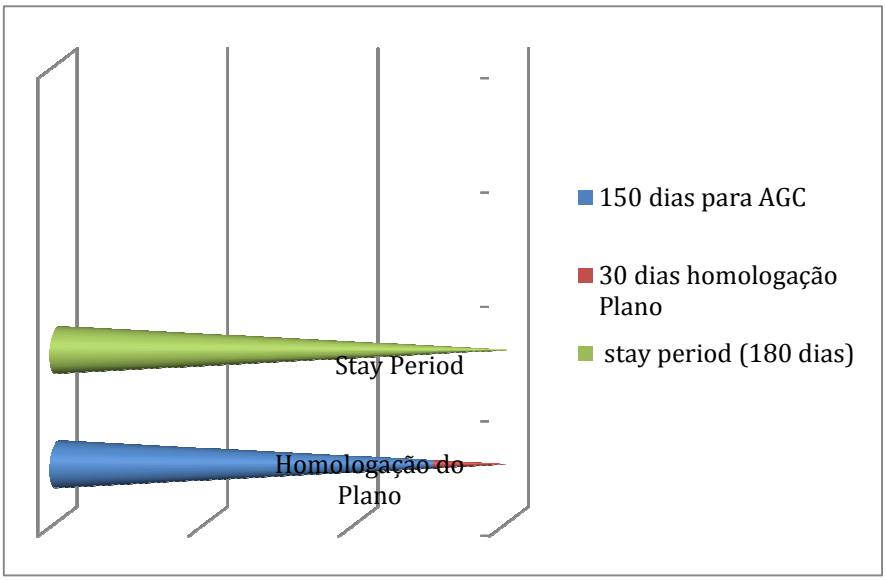
20. Certos disso, o período de proteção possessória e de suspensão das ações, conhecido como "*stay period*", foi trazido ao Brasil através da positiva experiência do *"Chapter 11"* norte-americano, contudo, o prazo fixo de 180 (cento e oitenta) dias não se adéqua as realidades processuais brasileiras, sendo este o entendimento majoritário jurisprudencial e doutrinário, e, portanto, de rigor a extensão do prazo insculpido no artigo 6º, §4º e 49, §3º, parte final, ambos da LFRJ, até que se realize a Assembleia Geral de Credores.

21. De se frisar que, para que não pairem dúvidas, que a intenção do legislador pátrio foi de, através do "*stay period*" dar proteção à RECUPERANDA e viabilizar sua RECUPERAÇÃO, haja vista que, enquanto a Lei determina que a Assembléia Geral de Credores seja realizada em 150 (cento e cinqüenta) dias (artigo 53 §º 1) da publicação do deferimento do processamento, há previsão de suspensão das ações e proteção possessória por 180 (cento e oitenta) dias (artigos 6º, § 4º; 49, § 3º e 52, III), imaginando, o legislador, que estes 30 dias de diferença seriam suficientes para a homologação do Plano após aprovação da Assembléia.

22. Esta seria a linha do tempo ASSEMBLEIA DE CREDORES x PERIODO DE PROTEÇÃO:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS



23. Na verdade, este instituto do Direito norte americano, foi de lá trazido, inclusive com o mesmo prazo, mas, obviamente, com a aplicação completamente diferenciada. Isto porque, no "*Chapter 11*", a suspensão pode eventualmente durar até a aprovação do plano (com algumas exceções que são de 90 dias), contudo, o Plano deve ser entregue (*exclusivity period)*[1] em até 180 dias, embora este prazo possa ser ampliado para até 20 meses.

[1] ***"(d)(1)*** *Subject to paragraph (2), on request of a party in interest made within the respective periods specified in subsections (b) and (c) of this section and after notice and a hearing, the court may for cause reduce or increase the 120-day period or the 180-day period referred to in this section.*

(2)(A) *The 120-day period specified in paragraph (1) may not be extended beyond a date that is 18 months after the date of the order for relief under this chapter.*

(B) *The 180-day period specified in paragraph (1) may not be extended beyond a date that is 20 months after the date of the order for relief under this chapter."*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

24. Ocorre que o Brasil, com vistas para o sistema *Civil Law*, possui a força de suas normas com a positivação, diferente dos Estados Unidos da América, de tradição do sistema *Common Law*. Assim, embora com boa intenção, nota-se a razão de ter o legislador pátrio normatizado a LRE com prazos taxados, "picados" e curtos.

25. Com isso salta aos olhos a diferença do prazo mínimo para apresentação do Plano nos EUA (120 dias), e o prazo máximo improrrogável da Lei 11.101/2005 – LRE (60 dias).

26. Feitas as ponderações acima, imperiosa a prorrogação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias de suspensão do curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face da Recuperanda, assim como para que no mesmo prazo seja impossibilitada a retirada dos bens de capital do estabelecimento dela, até ulterior deliberação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores.

27. Importante trazer à baila o teor dos artigos que balizam a ordem aqui pleiteada, ante os vultosos efeitos que eles acarretam no processo de recuperação judicial, à medida que estão diretamente ligados ao sucesso e insucesso dos fins colimados na Lei de Recuperação de Empresas, senão veja-se:

> ***"Art. 6º** A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.*
> ***(...)***
> ***§ 4º** Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.".*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

> *"**Art. 49**. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º** Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial."*.

28. Nesta esteira, em uma análise sumária da LFRJ, pode-se extrair a equivocada interpretação de que o prazo de 180 (cento e oitenta) dias de suspensão de que a Lei trata, chamado de *stay period*, é improrrogável, contudo, este não é o entendimento contemporâneo tanto da doutrina quanto da jurisprudência majoritária.

29. Na visão do legislador ordinário, referido prazo, inspirado no *Chapter 11* norte-americano, seria suficiente para satisfação de todos os trâmites burocráticos e legais necessários à designação da Assembleia Geral de Credores e consequente aprovação ou rejeição do plano de recuperação judicial.

30. **Contudo, o que se mostra na prática é que a deliberação sobre o plano de recuperação judicial apresentado no aludido prazo é inviável**, haja vista que despreza não só o elevado volume de incidentes processuais ao qual a Recuperação Judicial está sujeita, mas também o inacreditável volume de processos enfrentado pelos órgãos judiciais de primeira instância.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

31. Dessa forma, na esmagadora maioria dos casos sequer se torna possível a consolidação do quadro geral de credores no prazo de suspensão, expediente indispensável para sua habilitação e contabilização de voto na Assembleia Geral de Credores.

32. Com efeito, decorrido o prazo sem a deliberação sobre o plano de recuperação judicial, **a determinação de prosseguimento das ações individuais tem se mostrado temerária, haja vista que a empresa passa a ter atacados os já parcos recursos destinados a superação de sua crise econômico financeira e pagamento dos credores no âmbito concursal, violando os princípios que regem a matéria, instituídos pelo art. 47 da LFRJ.**

33. Sendo assim, ao se determinar o prosseguimento das ações após o decurso do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, **mesmo sem a necessária deliberação sobre o plano de Recuperação Judicial**, acaba por se inviabilizar o próprio instituto da recuperação judicial, **fazendo-a sucumbir, invariavelmente, aos nefastos efeitos da falência.**

34. Percebendo esse fato e provocado para este fim, o E. Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento no sentido de que aludido prazo pode ser entendido, pode ser flexibilizado, de forma relativa, **com sua consequente dilação até ulterior deliberação sobre o plano de recuperação judicial da empresa em recuperação judicial, em homenagem ao princípio de preservação da empresa, o que se denota das recentes decisões transcritas:**

> AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS CONSTRITIVAS IMPOSTAS AO PATRIMÔNIO DA RECUPERANDA. **COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, INDEPENDENTEMENTE DO DECURSO DO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS PREVISTO NO ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/05. ART. 49, § 3º, DA LEI N. 11.101/2005. BENS ESSENCIAIS ÀS ATIVIDADES ECONÔMICO-**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

PRODUTIVAS. PERMANÊNCIA COM A EMPRESA RECUPERANDA.
COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO IMPROVIDO.
1. A despeito de o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05 assegurar o direito de os credores prosseguirem com seus pleitos individuais passado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data em que deferido o processamento da recuperação judicial, a jurisprudência desta Corte tem mitigado sua aplicação, tendo em vista tal determinação se mostrar de difícil conciliação com o escopo maior de implementação do plano de recuperação da empresa. Precedentes.
2. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no CC 143.802/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/04/2016, DJe 19/04/2016)

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ATOS CONSTRITIVOS. APRECIAÇÃO DO CARÁTER EXTRACONCURSAL DE CRÉDITOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE.** COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.
1. Compete ao Juízo da recuperação judicial tomar todas as medidas de constrição e de venda de bens integrantes do patrimônio da empresa sujeitos ao plano de recuperação judicial, uma vez aprovado o referido plano; cabendo-lhe, ainda, a constatação do caráter extraconcursal de crédito discutido nos autos de ação de execução.
2. No normal estágio da recuperação judicial, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

prazo legal de 180 dias de que trata o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 141.719/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/04/2016, DJe 02/05/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO PELO PRAZO DE 180 DIAS. PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. *AUSENTE O INTERESSE RECURSAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. Ausente o interesse recursal quando a pretensão deduzida no recurso especial foi devidamente atendida no julgamento do agravo de instrumento, uma vez que o Tribunal de origem decidiu nos termos das razões e do pedido deduzido no recurso ora em julgamento. 2. Ao repisar os fundamentos do recurso especial, a parte agravante não trouxe, nas razões do agravo regimental, argumentos aptos a modificar a decisão agravada, que deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1278819 / DF AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2011/0220670-8 – Ministro: Luis Felipe Salomão - 23/06/2015).*

35. **Destarte, verifica-se que o prazo de suspensão das ações de 180 (cento e oitenta dias) deve ser entendido de forma relativa, sendo de rigor sua dilação no caso em tela, onde A NÃO REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES NÃO OCORREU POR CULPA DA RECUPERANDA OU ENTÃO DO PODER JUDICIÁRIO, MAS SIM COMO COROLÁRIO DO TRÂMITE REGULAR DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

36. Neste sentido, pede-se *vênia*, para colacionar erudição jurisprudencial pátria acerca da matéria trazida à baila, veja-se:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

RECUPERAÇÃO JUDICIAL ***Prorrogação do prazo de 180 dias de suspensão das ações e execuções em face da recuperanda Possibilidade ante as especificidades do caso concreto. Recuperanda que não deu causa ao atraso na aprovação do plano.*** *Credores que, ademais, decidiram em AGC pela suspensão dos trabalhos e continuação em data já agendada. Prorrogação da suspensa do prazo do art. 6º, §4º, da LRE até a data agendada para a realização da AGC. Provimento, em parte para este fim. (TJ-SP – AI Nº 2194129-83.2014.8.26.0000; Relator: Ênio Zuliani – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Data de publicação: 25/08/2015).*

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ***Suspensão das ações e execuções em face do devedor que, em hipóteses excepcionais, poderá exceder o prazo de 180 dias, contados do deferimento do processamento da recuperação judicial. Situação excepcional do caso concreto, à luz de assembleia geral de credores em futuro próximo. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento.*** *(TJSP - 2136725-40.2015.8.26.0000 Agravo de Instrumento / Recuperação judicial - Relator(a): Pereira Calças Comarca: São Paulo Órgão julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial Data do julgamento: 12/08/2015 Data de registro: 15/08/2015).*

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ***Prorrogação do prazo estipulado no art. 6º, §4º, da Lei 11.101/2005. Possibilidade em situações excepcionais. Caso concreto em que a medida se autorizava. Retardo que se deveu à burocracia do serviço judiciário e às próprias objeções dos credores. Apresentação tempestiva do plano.*** *Decisão mantida. Recurso desprovido. (TJSP - 2051379-24.2015.8.26.0000 Agravo de Instrumento / Recuperação judicial e Falência - Relator(a): Claudio Godoy - Comarca:*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Piracicaba - Órgão julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Data do julgamento: 12/08/2015 - Data de registro: 13/08/2015).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Prorrogação do prazo de suspensão das ações e execuções movidas contra a devedora. Ausência de qualquer indício de desídia da recuperanda para com a aprovação do plano. Decisão mantida. Recurso desprovido. *(TJSP - 2009340-12.2015.8.26.0000 Agravo de Instrumento / Recuperação judicial e Falência - Relator(a): Claudio Godoy - Comarca: Indaiatuba*
Órgão julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Data do julgamento: 29/07/2015 - Data de registro: 01/08/2015).

AGRAVO DE INSTRUMENTO Recuperação Judicial Decisão que deferiu pedido de prorrogação de suspensão das ações e execuções em face do devedor, previsto no art. 6º, § 4º, da LRF Prorrogação do prazo legal que vem sendo admitida em casos excepcionais, com os quais a hipótese vertente se afigura identificar Devedoras que não obraram com desídia Prorrogação deferida até a realização da Assembleia Geral de Credores, que, pelo constante nos autos, ocorreu durante o processamento deste agravo (dias 17 e 24 de novembro) Agravo desprovido. *(TJSP -2171780-86.2014.8.26.0000 Agravo de Instrumento / Recuperação judicial e Falência Relator(a): Ramon Mateo Júnior - Comarca: São Paulo - Órgão julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Data do julgamento: 29/06/2015 - Data de registro: 02/07/2015).*

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DE AÇÕES E EXECUÇÕES CONTRA A DEVEDORA. ***PRORROGAÇÃO DO PRAZO***. ***POSSIBILIDADE. ATRASO NÃO ATRIBUÍDO À RECUPERANDA. VIABILIDADE***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

DA ATIVIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA PRESENTE. *RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O art. 6º, §4º, da Lei nº 11.101, de 2005 prevê que deferido o processamento da recuperação judicial, as ações e execuções propostas contra a devedora ficam suspensas pelo prazo de cento e oitenta dias. 2. Todavia, é possível prorrogação do mencionado prazo quando necessário para viabilidade da recuperação judicial e se houver evidências de que eventual atraso na fase inicial do procedimento não foi atribuído à recuperanda. 3. Agravo de instrumento conhecido e não provido, mantida a decisão que deferiu prorrogação de prazo de suspensão das ações e execuções propostas contra a agravada. (TJMG – MG Relator(a): Des.(a) Caetano Levi Lopes Data de Julgamento: 06/10/2015 Data da publicação da súmula: 16/10/2015).*

AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - ***PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE 180 DIAS: POSSIBILIDADE EM TESE*** *- INSTRUÇÃO DEFICIENTE DO RECURSO - REVISÃO DOS FUNDAMENTOS: INVIABILIDADE - EXCLUSÃO DE CRÉDITO: PRECLUSÃO. 1.* ***O prazo legal estabelecido no art. 6º, §4º, da Lei nº 11.101/2005, não é absoluto, cedendo diante de determinadas peculiaridades em observância aos princípios da razoabilidade e da preservação da empresa, consoante entendimento que se vem sedimentando em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ)****. 2. A instrução deficiente do agravo, que não permite reexaminar a validade dos fundamentos lançados na decisão agravada, embora não impeça o processamento do recurso, prejudica a análise da tese desenvolvida pelo agravante. 3. Já decidida há muito, na origem, a exclusão de crédito em recuperação judicial, sem notícia de recurso interposto a tempo e modo, descabe a abordagem do tema no juízo ad quem, por caracterizada a preclusão. (TJMG - Relator(a): Des.(a) Oliveira Firmo Data de Julgamento: 29/09/2015 Data da publicação da súmula: 05/10/2015).*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE 180 DIAS. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. *Agravo de instrumento desprovido, em decisão monocrática. (TJRS - Agravo de Instrumento Nº 70066426925, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Elisa Carpim Corrêa, Julgado em 10/09/2015).*

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ***RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DO PRAZO DE 180 DIAS DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DEFERIDA. CASO CONCRETO. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 6º DA LEI N.º 11.101/2005***. *COBRANÇA DE INSUMOS. 1.* ***Da prova coligida aos autos é possível concluir que a recuperanda não contribuiu, no curso do feito, para o retardamento do procedimento***. *2. Deste modo, na hipótese em comento, e em observância ao princípio da preservação da empresa, mostra-se adequada a decisão judicial que deferiu a prorrogação do prazo de suspensão, nos termos do art. 6º da Lei n° 11.101/2005. 3. No entanto, embora impossível a cobrança de dívidas passadas relativas ao fornecimento da energia elétrica, viável a cobrança das que forem se vencendo, sob pena de corte do serviço. Inteligência do art. 49 da Lei n° 11.101/05. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJRS - Agravo de Instrumento Nº 70062850623, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 25/03/2015).*

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. ***PRAZO DE SUSPENSÃO. PRORROGAÇÃO POR MAIS 180 DIAS. POSSIBILIDADE. SOCIEDADES RECUPERANDAS QUE FORAM DILIGENTES DURANTE TODO O TRÂMITE***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

PROCESSUAL. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA QUE SE SOBREPÕE AO TEOR DO §4º, DO ART. 6º, DA LEI N.º 11.101/05. *PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. DECISÃO ESCORREITA. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, NOS TERMOS DO ART. 557, CAPUT, DO CPC. (TJRJ - 0048696-43.2015.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO DES. MAURO MARTINS - Julgamento: 09/09/2015 - DECIMA TERCEIRA CAMARA CIVEL).*

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Decisão interlocutória de deferimento do pedido de suspensão previsto no artigo 6.º, § 4.º, da Lei n.º 11.101/05 (por mais 180 dias). Inconformismo do credor. Entendimento desta Relatora quanto à admissibilidade do agravo na sua forma instrumental em virtude da manutenção da decisão agravada poder ser considerada como circunstância capaz de causar à parte lesão grave e de difícil reparação. Artigo 522, do CPC, modificado pela Lei n.º 11.187/05. Quanto ao mérito, esta Desembargadora compartilha o entendimento adotado pelo Juízo a quo. Deve ser ressaltado que uma das consequências do deferimento do pedido de recuperação judicial é a suspensão do curso da prescrição e de todas as ações e execuções contra o devedor, por créditos sujeitos aos seus efeitos, observando-se a aplicação do princípio da preservação da empresa. ***Neste passo, admitir hipótese em contrário, qual seja, a não prorrogação do prazo, impossibilitaria a própria recuperação da empresa, eis que os prejuízos advindos com as execuções individuais colocariam em risco o cumprimento das obrigações assumidas, e, por conseguinte, o forçoso caminho da falência. Por outro lado, o magistrado a quo não vislumbrou nenhum ato de negligência da sociedade, assim, conforme entendimento jurisprudencial é possível estender o prazo previsto no art. 6.º, § 4.º, da Lei n.º 11.101/05, visto que o processo de recuperação é complexo, envolvendo atrasos que, muitas vezes,***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

> ***<u>são causados pelo próprio Judiciário. Incidência do artigo 47 da Lei de Recuperação e Falências. Princípio da Preservação da Empresa. Precedentes do E. STJ e do TJERJ. Agravo de instrumento cujas razões se mostram manifestamente improcedentes e em confronto com súmula e jurisprudência dominante da E. Corte Superior de Justiça e deste Egrégio Tribunal.</u>*** *RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, na forma do Artigo 557, caput, do CPC. (TJRJ - 0012050-34.2015.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DES. CONCEICAO MOUSNIER - Julgamento: 29/07/2015 - VIGESIMA CAMARA CIVEL).*

37. Não bastasse a remansosa e pacífica jurisprudência, cumpre aludir enunciado de número 42 do Conselho da Justiça Federal, desenvolvido na I Jornada de Direito Comercial, que teve como coordenador científico o professor Paulo Penalva Santos, veja-se:

> ***<u>Enunciado nº 42 do Conselho da Justiça Federal, editado durante a 1ª Jornada de Direito Comercial.</u>*** *- O prazo de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005 pode excepcionalmente ser prorrogado, se o retardamento do feito não puder ser imputado ao devedor.*

38. Ora, conforme amplamente demonstrado em linha volvidas, a Recuperanda têm colaborado para a celeridade da Recuperação Judicial, cumprindo fielmente com suas obrigações ao tempo e modo estipulados, de forma que não pode ser penalizada com a retomada das ações individuais antes de aperfeiçoada a assembleia geral de credores, **<u>dando condições para o adimplemento de todas suas obrigações, inclusive aquelas que não se sujeitam diretamente ao procedimento, mas que tratam de bens de capital essenciais.</u>**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.

OTTO GÜBEL
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

39. **ISTO POSTO, A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DEVE SER DEFERIDA EM ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO MAIOR DE PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.**

40. Dessa forma, com supedâneo no entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, bem como a efetiva comprovação de que a empresa Recuperanda não atuou com desídia e desmazelo, ou então de modo a procrastinar o feito e levando-se em conta a essencialidade dos bens de capital para o exercício de suas atividades regulares, a Recuperanda **requer seja mitigado o prazo suspensivo de 180 (cento e oitenta dias) até ulterior deliberação sobre o plano de recuperação pela Assembleia Geral de Credores, tornando viável o soerguimento da empresa, com a manutenção da fonte produtora, geradora de empregos e pagadora de impostos, em consonância com sua função social.**

41. Ante o todo acima exposto, **requer pela PRORROGAÇÃO do período de proteção possessória da Recuperanda, previsto no artigo 49, § 3º da LRE, assim como de suspensão da prescrição e de todas as ações e execuções movidas em face da Recuperanda (artigo 6º, §4º, LRE) mitigando-se o prazo suspensivo de 180 (cento e oitenta dias) até ulterior deliberação sobre o plano de recuperação pela Assembleia Geral de Credores, tornando viável o soerguimento da empresa, com a manutenção da fonte produtora, geradora de empregos e pagadora de impostos, em consonância com sua função social retomando-se, assim, a ordem, a legalidade e sobretudo a soberana JUSTIÇA!**

Termos em que, pede deferimento.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2018.

OTTO WILLY GÜBEL JUNIOR
OAB/SP 172.947

CAMILA C. FACIO SERRANO
OAB/SP 329.487

CAMILA DE C. FACIO SERRANO
OAB/SP 329.487

ISABELA P. PEREIRA
ESTAGIÁRIA DE DIRETO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2018 às 16:57 , sob o número WAUJ18700038075
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2841DDE.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARUJÁ
FORO DE ARUJÁ
1ª VARA
Avenida Albino Rodrigues Neves, 394, Center Ville - CEP 07400-000,
Fone: 011 4655-4211, Aruja-SP - E-mail: aruja@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**1002351-95.2017.8.26.0045**
Classe – Assunto:	**Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
Requerente:	**Resimapi Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.**
Tipo Completo da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>:	**Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Aruja, 01 de março de 2018.
Eu, ___, Sandra Regina Teixeira Xavier, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SANDRA REGINA TEIXEIRA XAVIER, liberado nos autos em 01/03/2018 às 12:41 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 284B57D.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARUJÁ
FORO DE ARUJÁ
1ª VARA
Avenida Albino Rodrigues Neves, 394, Center Ville - CEP 07400-000,
Fone: 011 4655-4211, Aruja-SP - E-mail: aruja@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**1002351-95.2017.8.26.0045**
Classe – Assunto:	**Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
Requerente:	**Resimapi Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. e outro**
Tipo Completo da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>:	**Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>**

CERTIFICA-SE que em 01/03/2018 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Aruja, (SP), 01 de março de 2018

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 01/03/2018 às 12:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 284B5A5.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0240/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vera Lucia de Carvalho Rodrigues (OAB 70001/SP)	D.J.E
Eduardo Silva Gatti (OAB 234531/SP)	D.J.E
Felipe de Castro Rubio Poli (OAB 252833/SP)	D.J.E
Leticia Rodrigues Bueno (OAB 253919/SP)	D.J.E
Marcial Barreto Casabona (OAB 26364/SP)	D.J.E
Percy Eduardo Nogueira Sternberg Heckmann (OAB 28678/SP)	D.J.E
Jose de Paula Monteiro Neto (OAB 29443/SP)	D.J.E
Waldemar Cury Maluly Junior (OAB 41830/SP)	D.J.E
Enrique de Goeye Neto (OAB 51205/SP)	D.J.E
Jacomo Andreucci Filho (OAB 69521/SP)	D.J.E
Bernardo Buosi (OAB 227541/SP)	D.J.E
Marcos Brandao Whitaker (OAB 86999/SP)	D.J.E
Fabio Boccia Francisco (OAB 99663/SP)	D.J.E
Flavia Tirolo de Abreu (OAB 229230/SP)	D.J.E
Marcos Caldas Martins Chagas (OAB 303021/SP)	D.J.E
Raquel Correa Ribeira (OAB 349406/SP)	D.J.E
Felipe Valente Maluly (OAB 358902/SP)	D.J.E
Rosana Alves de Oliveira (OAB 370316/SP)	D.J.E
Aguinaldo Pereira (OAB 374578/SP)	D.J.E
César Augusto Müller (OAB 80948/PR)	D.J.E
Isabella Fajnzylber Krueger (OAB 137891/SP)	D.J.E
Ana Carolina Ferreira Andreucci Bernicchi (OAB 167963/SP)	D.J.E
Fabio Andre Fadiga (OAB 139961/SP)	D.J.E
Kiciana Francisco Ferreira Mayo (OAB 140436/SP)	D.J.E
Selma Brilhante Tallarico da Silva (OAB 144668/SP)	D.J.E
Guilherme Justino Dantas (OAB 146724/SP)	D.J.E
Pablo Dotto (OAB 147434/SP)	D.J.E
Fabio Luis Ambrosio (OAB 154209/SP)	D.J.E
Rodrigo Ferreira Zidan (OAB 155563/SP)	D.J.E
André Luis Tardelli Magalhães Poli (OAB 158454/SP)	D.J.E
Amancio Gomes Correa (OAB 16060/SP)	D.J.E
Jose Luiz Buch (OAB 21938/SP)	D.J.E
Rosana Aparecida Riatto (OAB 169495/SP)	D.J.E
Luciane Camarini Ambrosio (OAB 171724/SP)	D.J.E
Otto Willy Gübel Júnior (OAB 172947/SP)	D.J.E
Murilo Cruz Garcia (OAB 173439/SP)	D.J.E
Josuel Benedito de Farias (OAB 177122/SP)	D.J.E
Thiago Nosé Montani (OAB 187435/SP)	D.J.E
Eduardo Augusto de Sousa Costa (OAB 201688/SP)	D.J.E
Carla Marchezano de Melo (OAB 204492/SP)	D.J.E
Patricia Fajnzylber (OAB 218004/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Manifeste-se o(a) administrador(a) judicial quanto às petições do(a)s interessados juntadas aos autos (fls. 1366/1413,1415/1418 e 1420)."

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS ENDO, liberado nos autos em 01/03/2018 às 13:19 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 284C371.

Do que dou fé.
Aruja, 1 de março de 2018.

Luís Endo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS ENDO, liberado nos autos em 01/03/2018 às 13:19 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 284C371.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **1002351-95.2017.8.26.0045**
Foro: **Foro de Arujá**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **01/03/2018 14:33**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

São Paulo, 1 de Março de 2018

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DEBORA BEZERRA DE MENEZES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 01/03/2018 às 15:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 284EBAF.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0240/2018, foi disponibilizado na página 0583/0584 do Diário da Justiça Eletrônico em 02/03/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Isabella Fajnzylber Krueger (OAB 137891/SP)
Fabio Andre Fadiga (OAB 139961/SP)
Kiciana Francisco Ferreira Mayo (OAB 140436/SP)
Selma Brilhante Tallarico da Silva (OAB 144668/SP)
Guilherme Justino Dantas (OAB 146724/SP)
Pablo Dotto (OAB 147434/SP)
Fabio Luis Ambrosio (OAB 154209/SP)
Rodrigo Ferreira Zidan (OAB 155563/SP)
André Luis Tardelli Magalhães Poli (OAB 158454/SP)
Amancio Gomes Correa (OAB 16060/SP)
Ana Carolina Ferreira Andreucci Bernicchi (OAB 167963/SP)
Rosana Aparecida Riatto (OAB 169495/SP)
Luciane Camarini Ambrosio (OAB 171724/SP)
Otto Willy Gübel Júnior (OAB 172947/SP)
Murilo Cruz Garcia (OAB 173439/SP)
Josuel Benedito de Farias (OAB 177122/SP)
Thiago Nosé Montani (OAB 187435/SP)
Eduardo Augusto de Sousa Costa (OAB 201688/SP)
Carla Marchezano de Melo (OAB 204492/SP)
Patricia Fajnzylber (OAB 218004/SP)
Jose Luiz Buch (OAB 21938/SP)
Bernardo Buosi (OAB 227541/SP)
Eduardo Silva Gatti (OAB 234531/SP)
Felipe de Castro Rubio Poli (OAB 252833/SP)
Leticia Rodrigues Bueno (OAB 253919/SP)
Marcial Barreto Casabona (OAB 26364/SP)
Percy Eduardo Nogueira Sternberg Heckmann (OAB 28678/SP)
Jose de Paula Monteiro Neto (OAB 29443/SP)
Waldemar Cury Maluly Junior (OAB 41830/SP)
Enrique de Goeye Neto (OAB 51205/SP)
Jacomo Andreucci Filho (OAB 69521/SP)
Vera Lucia de Carvalho Rodrigues (OAB 70001/SP)
Marcos Brandao Whitaker (OAB 86999/SP)
Fabio Boccia Francisco (OAB 99663/SP)
Flavia Tirolo de Abreu (OAB 229230/SP)
Marcos Caldas Martins Chagas (OAB 303021/SP)
Raquel Correa Ribeira (OAB 349406/SP)
Felipe Valente Maluly (OAB 358902/SP)
Rosana Alves de Oliveira (OAB 370316/SP)
Aguinaldo Pereira (OAB 374578/SP)
César Augusto Müller (OAB 80948/PR)

Teor do ato: "Manifeste-se o(a) administrador(a) judicial quanto às petições do(a)s interessados juntadas aos autos (fls. 1366/1413,1415/1418 e 1420)."

Arujá, 2 de março de 2018.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS ENDO, liberado nos autos em 02/03/2018 às 11:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2859A27.

Luís Endo
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS ENDO, liberado nos autos em 02/03/2018 às 11:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2859A27.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARUJÁ
FORO DE ARUJÁ
1ª VARA
Avenida Albino Rodrigues Neves, 394, Center Ville - CEP 07400-000,
Fone: 011 4655-4211, Aruja-SP - E-mail: aruja@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**1002351-95.2017.8.26.0045**
Classe – Assunto:	**Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
Requerente:	**Resimapi Produtos Químicos Ltda.**
Tipo Completo da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>:	**Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que pra fins de cumprimento da r. Decisão de fls. 519/520, compulsando os autos verifiquei que as habilitações do Banco do Brasil (fls. 372) e Antonio Carlos Bazanella EPP (fls. 414/415), não são retardatárias vide a data dos Editais expedidos às fls. 525/527. Nada Mais. Aruja, 09 de março de 2018. Eu, ___, Rafael Takeshi Moraes Fujishiro, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RAFAEL TAKESHI MORAES FUJISHIRO, liberado nos autos em 09/03/2018 às 15:38 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 28B888E.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Autos n.1002351-95/2017

M.M. Juíza,

Fls.1422/1439: aguardo a manifestação do Sr.Administrador Judicial.

Arujá, 09 de março de 2018.

Débora Bezerra de Menezes

Promotora de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DEBORA BEZERRA DE MENEZES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/03/2018 às 16:00 , sob o número WAUJ18700047279
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 28B9DE3.

ENC: Recuperação Judicial Resimapi - Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045 1º Vara de Arujá/SP - Minuta do edital contendo a relação de credores do (art. 7º, § 2º) e Aviso do PRJ apresentado (art. 53, § único) da Lei 11.101/05

ARUJA - 1 OFICIO JUDICIAL
Enviado: quinta-feira, 1 de março de 2018 13:17
Para: MARIA INES DE JESUS NASCIMENTO
Prioridade: Alta
Anexos: MINUTA EDT RMP RCR E PRJ ~1.docx (22 KB)

ANA CARLA DE AVILA
Supervisor de Serviço

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
1º Ofício Judicial (Vara Criminal, Vara Cível e Júri)
Rua Albino Rodrigues Neves, 384 - Centro - Arujá/SP - CEP: 07401-125
Tel: (11) 4655-4211
E-mail: aruja1@tjsp.jus.br

De: Aguinaldo Pereira [a.pereira@mgaconsultoria.com.br]
Enviado: quinta-feira, 1 de março de 2018 11:16
Para: ARUJA - 1 OFICIO JUDICIAL; RAFAEL TAKESHI MORAES FUJISHIRO
Assunto: Recuperação Judicial Resimapi - Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045 1º Vara de Arujá/SP - Minuta do edital contendo a relação de credores do (art. 7º, § 2º) e Aviso do PRJ apresentado (art. 53, § único) da Lei 11.101/05

Bom dia!

Prezados,
Segue anexa Minuta (Word) do Edital de Relação de Credores (art. 7º, § 2º) e Aviso do PRJ apresentado (art. 53, § único) da Lei 11.101/05, referente a Recuperação Judicial da empresa Resimapi Produtos Químicos Ltda.

Favor certificar o valor das custas para o devido recolhimento pela Recuperanda.

Agradecemos pela costumeira colaboração e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos.

Favor acusar o recebimento.

At.

MGA CONSULTORIA
Aguinaldo Pereira
Advogado
OAB SP 374.578
a.pereira@mgaconsultoria.com.br
Tel: 11 3360-0500

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.
Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA INES DE JESUS NASCIMENTO, liberado nos autos em 12/03/2018 às 11:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 28C5DE7.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA INES DE JESUS NASCIMENTO, liberado nos autos em 12/03/2018 às 11:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 28C5DE7.

1º VARA DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ – SP.

EDITAL DE RELAÇÃO DE CREDORES, (ART. 7º, § 2º DA LEI 11.101/05) E AVISO SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO APRESENTADO (ART. 53, P. ÚNICO) DA LEI 11.101/05 COM PRAZO DE 10 DIAS PARA IMPUGNAÇÃO CONTRA A RELAÇÃO DE CREDORES (ART. 8º DA LEI 11.101/05) E, SIMULTANEAMENTE, PRAZO DE 30 DIAS PARA OBJEÇÃO AO PLANO (ART. 55, "CAPUT", DA LEI 11.101/05), EXPEDIDO NOS AUTOS DA AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL de RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA., – PROCESSO Nº 1002351-95.2017.8.26.0045.

A Dra. Renata Moreira Dutra Costa, MMa. Juíza de Direito da 1ª VARA DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ – SP, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa que, foi apresentado PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, que se encontra juntado aos autos às fls. 874 e ss., sendo fixado o prazo de 30 dias, a partir da publicação deste, para a apresentação de eventuais objeções, nos termos do "caput" do art. 55 da Lei 11.101/2005., **FAZ SABER TAMBÉM QUE** por parte de **MGA Administração e Consultoria LTDA.** (responsável técnico Sr. Mauricio Galvão de Andrade) nomeada Administradora Judicial nos autos do pedido de Recuperação Judicial requerido por **RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.**, empresa inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.728.993/0001-70, com sede na Rua Vinte e Um de Abril, n° 1.235 — Bairro Belenzinho — na cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, CEP 03.047-007 e filial na Avenida Osaka, n° 800 — Centro Industrial de Arujá — na cidade de Arujá, Estado do São Paulo, CEP 07.411-750, com base nos livros contábeis, documentos comerciais e fiscais da empresa em recuperação e nos documentos que lhe foram apresentados, na forma do *caput* do artigo 7º da lei 11.101/05, foram analisadas as divergências e habilitações de crédito apresentadas tempestivamente pelos credores. Os valores dos créditos atribuídos a cada credor foram consolidados na relação a seguir: **CREDORES RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. - CLASSE I - CREDORES TRABALHISTAS:** ANA PAULA ANDRADE ROCHA R$ 50.000,00; ANTONIO FRANCISCO SANTOS DE ABREU R$ 3.752,91; CARINE MUNBACK PRATES R$ 18.161,90; CASSIA APARECIDA DE ANDRADE SILVEIRA R$ 109.254,37; CLAUDINEI SILVA DE JESUS R$ 31.500,00; DOUGLAS ENRIQUE DOS SANTOS R$ 11.000,00; EDUARDO LOPES MOMBACH R$ 13.997,46; FRANCISCO DE ASSIS VIDAL R$ 30.000,00; IVAN CIPELLI CONDE R$ 13.996,04; IVAN MARCIO DA SILVA R$ 18.000,00; JAIR DE ANDRADE FERREIRA R$ 12.830,00; JOÃO DE DEUS LIMA PEREIRA FILHO R$ 3.413,17; JORGE MARCOS DOS SANTOS R$ 29.598,49; JULIO PEDROSO DE JESUS R$ 18.750,44; LEANDRO BENEDITO FRANCO R$ 18.614,38; MARCIO DA COSTA DEMERTINE R$ 15.103,46; MARLI SUDATI DOS SANTOS R$ 6.000,00; NEUSA APARECIDA DUARTE R$ 98.045,83; NEWTON LUIS OLIVEIRA DE OLIVEIRA R$ 11.920,39; PATRICIA CONCEIÇÃO PEREIRA RODRIGUES R$ 25.378,98; ROMUALDO APARECIDO CIBAS R$ 376.829,38; SIVALDO PACHECO DOS SANTOS R$ 25.000,00; WANDERLEI SILVA DE JESUS R$ 79.649,40; JOSUEL BENEDITO DE FARIAS R$ 35.553,82; OSVALDO SANTOS R$ 1.677,51; **TOTAL CLASSE I = R$ 1.058.027,93; CLASSE III – CREDORES QUIROGRAFÁRIOS:** ACEFER FERRAMENTAS E TINTAS LTDA R$ 1.238,17; AECIA - ASSOC EMPRESAS CENTRO INDL ARUJÁ R$ 20.036,09; ALFACLEANER INDUSTRIA E COMERCIO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA INES DE JESUS NASCIMENTO, liberado nos autos em 12/03/2018 às 11:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 28C5E0F.

LTDA R$ 46.620,00; AMONEX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA R$ 18.821,09; ANGLO INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA R$ 38.630,80; AODRAN DO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA R$ 3.492,50; ARMAZEM 1001 COMERCIO DE CESTAS BASICAS LTDA R$ 5.031,13; AROMAT PRODUTOS QUIMICOS LTDA R$ 1.762,42; ATLANTA QUIMICA INDUSTRIAL LTDA R$ 3.837,06; BANCO ABC BRASIL S.A. R$ 70.288,93; BANCO DO EST DO RIO GRANDE DO SUL R$ 706.503,50; BANCO BRADESCO S.A R$ 1.425,095,52; BANCO SAFRA S.A. R$ 740.893,04; BANDEIRANTE QUIMICA LTDA R$ 45.333,05; BASEQUIMICA PROD QUIMICOS LTDA R$ 57.035,40; BORAX ARGENTINA S.A U$D 33.858,00; BRASILBOR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA R$ 6.906,66; BRASINOX METAIS E LIGAS LTDA R$ 18.810,00; CARDILLO & PRADO ROSSI SOCIEDADE DE ADVOGADOS R$ 23.741,06; CARGILL AGRICOLA S.A R$ 94.050,00; CARVALHARES PRODUTOS P/LABORATÓRIO R$ 2.072,00; CBS INDUSTRIA COMERCIO IMP. E EXP. LTDA R$ 8.358,55; CECIL S/A R$ 23.176,99; CHINA NAT MIN U$D 27.200,00; CIA HERING S.A. R$ 42.416,00; CIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA S.A. R$ 66.330,54; CIMSAL - COM E IND DE MOAGEM E REFINACAO STA CECILIA LTDA R$ 7.076,15; CIRCUIBRAS IND COM DE CIRCUITOS IMP PROFISSIONAIS LTDA R$ 41.318,61; COBALTEC BALANCAS LTDA R$ 2.530,00; COMPONEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA R$ 24.302,00; COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE CARGAS R$ 1.108,37; COREMAL S.A R$ 18.579,00; COSMOQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI R$ 9.018,00; CREDIT BRASIL FOMENTO MERCANTIL R$ 174.777,75; DAMATOLLI COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA R$ 46.890,41; DIATOM MINERACAO LTDA R$ 16.309,66; DINAMICA QUIMICA EIRELI R$ 17.200,08; DUROX PRODUTOS QUIMICOS LTDA R$ 192.764,22; EDITORA QD LTDA R$ 2.330,67; ESSECO DO BRASIL IND. COM. PROD. QUIM. LTDA R$ 26.815,14; EXPRESSO RODOVIARIO TAMOYO LTDA R$ 1.400,17; FAUSTO RAMOS R$ 15.228,00; FENIX FABRIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA R$ 35.560,00; FRAGA CONSULTORIA E ENGENHARIA AMIENTAL LTDA R$ 4.454,90; FRAGON PROD. P/ IND. DE BORRACHA LTDA R$ 2.403,85; FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS DA INDUSTRIA EXODUS I R$ 420.072,38; FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS DA INDUSTRIA EXODUS INSTITUCIONAL R$ 188.544,20; FUNDO NACIONAL ANTI DROGAS R$ 1.188,99; GOLDEN FARMA SISTEMA DE CONVENIOS LTDA R$ 13.210,51; GOLPACK IND. E COM. DE EMBALAGENS PLASTICAS EIRELI R$ 23.534,73; ICT CHANGHAI U$D 28.050,00; IMOBILIARIA BASSANESI R$ 2.085,37; INST. BRAS. DO MEIO AMBIENTE - IBAMA R$ 4.057,72; ITAU UNIBANCO S.A. R$ 135.278,87; JEBSEN & JEBSEN - U$D 23.250,00; KD FEDDERSEN UEBERSEEGESELLCHAFT MBH U$D 68.250,00; KROHN PRODUTOS QUIMICOS LTDA R$ 7.081,70; L.A.F. DO BRASIL IND DE CABOS E FIOS GRANULADOS - EIRELI R$ 91.035,00; LEGAL IND. E COM. DE EMBALAGENS LTDA R$ 21.641,64; MANUCHAR COMERCIO EXTERIOR LTDA R$ 13.795,86; METALLOYS & CHEMICALS COMERCIAL LTDA R$ 65.449,82; MICRO QUIMICA PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA R$ 22.316,00; MICROSAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA R$ 12.700,00; MKK INDUSTRIAS QUIMICAS S/A R$ 3.295,75; MORGANITE BRASIL LTDA R$ 11.161,05; MULTI RECEBIVEIS II FUNDO INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS R$ 84.898,70; NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES S/A R$ 16.680,47; ORSIL COM DE PRODS QUIMICOS LTDA R$ 1.565,55; PARANÁ BANCO S.A. R$ 590.211,32; PHELPS INDUSTRIA, COMERCIO, IMP E EXP LTDA R$ 4.438,08; PHOENIX CHEMICALS QUIMICA INDAL LTDA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA INES DE JESUS NASCIMENTO, liberado nos autos em 12/03/2018 às 11:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 28C5E0F.

R$ 90.255,77; POLIMIX CONCRETO LTDA R$ 1.443,98; POOLTECNICA QUIMICA LTDA R$ 72.091,88; POSTO DE SERVICO BALDISSERA LTDA R$ 1.045,02; PRODUQUIMICA IND E COM S/A R$ 71.076,07; QUIMICA AMBIENTAL COM E REPRESENTACAO LTDA R$ 5.950,00; QUIMICA GERAL DO NORDESTE LTDA R$ 29.441,52; QUIMISA S/A R$ 17.250,59; REALUM IND E COM DE METAIS PUROS E LIGA LTDA R$ 1.096,55; REPROCESSA RESIDUOS INDUSTRIAIS LTDA R$ 3.600,00; RESIM IND. E COMERCIO LTDA R$ 2.979,78; RIO METALURGICA S.A R$ 30.294,00; ROYAL MARCK COMERCIAL LTDA R$ 5.772,70; SAGE BRASIL SOFTWARE S/A R$ 821,49; SAINTSTEEL COM INTERNACIONAL DE METAIS LTDA R$ 908.596,08; SERASA S.A R$ 3.171,20; SIND TRAB. IND QUIM FARM PLAST SIMILARES DE SÃO PAULO R$ 2.218,57; SOROVALE ADM DE BENEFICIOS E CONVENIOS S/A R$ 19.012,11; STV SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA R$ 1.719,94; SUALL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA R$ 21.063,32; SUATRANS EMERGENCIA S.A R$ 17.951,10; SUL BRASIL BRZ FUNDO INVESTIMENTO R$ 733.785,67; SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS R$ 854.938,79; TEDRIVE COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA R$ 54.862,91; TINTURARIA E ESTAMPARIA PRIMOR LTDA R$ 33.436,23; TJ-LOG ARMAZENS GERAIS LTDA R$ 2.468,95; TRANSJOI TRANSPORTES LTDA R$ 10.458,38; TRANSPORTADORA ROCHA EIRELI R$ 26.417,01; TRANSPORTES KELLER LTDA R$ 1.516,63; TRATHO METAL QUIMICA LTDA R$ 92.043,44; TRIER PRODUTOS QUIMICOS LTDA R$ 22.883,80; UNA PROSIL USINA NOVA AMERICA IND. E COM. LTDA R$ 7.500,00; UNIPAR CARBOCLORO S/A R$ 72.569,24; USIQUIMICA DO BRASIL LTDA R$ 68.470,65; VALDECI COSTA SALES R$ 1.493,00; VALE FERTILIZANTES S/A R$ 54.562,04; VALTER DA SILVA COUTO (PERITO JUDICIAL N° 1626) R$ 50.050,00; VERDE GAIA CONSULTORIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL LTDA R$ 4.576,80; VERONESE & CIA LTDA R$ 150.092,42; COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO R$ 154.946,42; BANCO DO BRASIL R$ 1.680.054,69; PROQUIGEL QUIMICA S/A R$ 3.533.442,08; SERABI MINERAÇÃO S/A R$ 169.303,87; SPGPRINTS BRASIL LTDA R$ 295.985,23; **TOTAL CLASSE III = R$ 15.227.501,11 – U$D 180.608,00; CLASSE IV – CREDORES ME E EPP:** ADEMAR CISLAGHI ME R$ 18.603,00; AGUA CERTA COMERCIAL E TRANSPORTADORA LTDA - EPP R$ 11.720,10; AIRAM TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA -ME R$ 7.800,00; ANCAE TECNOLOGIA EIRELI - EPP R$ 7.893,58; ANTONIO CARLOS BAZANELLA - EPP R$ 42.800,00; CAMARÃO ENROLAMENTOS LTDA - ME R$ 1.184,42; CARBONOS DO NORDESTE LTDA - EPP R$ 16.312,30; COLLA COM. E ASS. INFORM. MED. LTDA - EPP R$ 40.717,00; DE LUNA IND E COM DE SUCATAS E METAIS LTDA - EPP R$ 14.886,67; DECIO CARVALHO ASSESSORIA DOCUMENTAL LTDA - EPP R$ 24.749,39; GAMA PRINT ETIQ ADES LTDA ME R$ 2.139,00; IGLES IND E COM DE EMBALAGENS LTDA - ME R$ 9.402,96; IMPERIAL D. EMBALAGENS LTDA - EPP R$ 54.280,49; IRENE DE LOURDES YASUOKA - EPP R$ 7.022,27; IRMÃO DAUFENBACH LTDA - ME R$ 3.585,00; ITALIZA METAIS LTDA - ME R$ 16.017,46; LOOK METAIS - ME R$ 374.310,68; MCC MASSARO - ME R$ 4.584,28; MAIS LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA - ME R$ 1.350,00; MEC GAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP R$ 6.284,80; MERCEMEC SERVICOS E PECAS PARA MERCEDES LTDA - EPP R$ 3.608,74; PLASCA EMBALAGENS FLEXIVEIS LTDA - ME R$ 6.037,33; RENOVAR MEDICINA SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - EPP R$ 10.500,00; SANALPLAST LTDA - EPP R$ 3.134,23; SMS AQUECEDORES ELETRICOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP R$

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA INES DE JESUS NASCIMENTO, liberado nos autos em 12/03/2018 às 11:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 28C5E0F.

2.428,10; UNIFIBRA EMBALAGENS LTDA - ME R$ 39.236,40; VB MUDANCAS E TRANSPORTES LTDA - ME R$ 4.231,30; ALCESTE REFRATARIOS E ISOLAMENTOS LTDA - EPP R$ 823,00; CALDEIRARIA SÃO PAULO LTDA - ME R$ 1.850,00; NAVETHERM EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP R$ 1.457,40; **TOTAL CLASSE IV = R$ 738.949,90. TOTAL GERAL DE CRÉDITOS EM MOEDA NACIONAL (REAL) R$ 17.024.478,94. TOTAL GERAL DE CRÉDITO EM MOEDA ESTRANGEIRA (USD) R$ 180.608,00 - FAZ SABER também** ao Comitê, qualquer credor, ao devedor ou seus sócios ou ao Ministério Público, que, poderão, pelo prazo de 10 (dez) dias contados da publicação deste apresentar ao Juiz, impugnação contra a relação de credores, apontando a ausência de qualquer crédito ou manifestando-se contra a legitimidade, importância ou classificação, podendo as pessoas indicadas no art. 8° da Lei 11.101/2005, ter acesso aos documentos que serviram de base para a elaboração desta relação, no escritório do Administrador Judicial, situado na Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Conjunto 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130, Tel: (11) 3360-0500 - rjresimapi@mgaconsultoria.com.br, com agendamento prévio. Ficam os credores, o devedor, ou seus sócios ou o Ministério Público cientificados que nos termos do comunicado CG nº 219/2018 divulgado pela Corregedoria Geral de Justiça, eventuais habilitações ou impugnações à relação de credores deverão ser distribuídas por dependência ao processo de recuperação judicial, utilizando-se a classe/tipo de petição “111 – Habilitação de Crédito” e “114 - Impugnação de Crédito”, sob pena de rejeição da petição independente de intimação do peticionário. E, para que ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital, para que chegue ao conhecimento de todos, o qual será publicado e afixado na forma da Lei.

Data e assinaturas

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA INES DE JESUS NASCIMENTO, liberado nos autos em 12/03/2018 às 11:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 28C5E0F.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARUJÁ
FORO DE ARUJÁ
1ª VARA
Avenida Albino Rodrigues Neves, 394, Center Ville - CEP 07400-000,
Fone: 011 4655-4211, Aruja-SP - E-mail: aruja@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**1002351-95.2017.8.26.0045**
Classe – Assunto:	**Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
Requerente:	**Resimapi Produtos Químicos Ltda.**
Tipo Completo da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>:	**Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC: encaminhado ao setor competente para cumprimento.
Nada Mais. Aruja, 12 de março de 2018. Eu, ___, MARIA INES DE JESUS NASCIMENTO, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA INES DE JESUS NASCIMENTO, liberado nos autos em 12/03/2018 às 12:02 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 28C6248.

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A). DE DIREITO DA 1º VARA DO FORO DA COMARCA DE ARUJÁ – SP.

Processo nº 1002351-95.2017.8.26.0045

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administradora Judicial nos autos deste processo de Recuperação Judicial, vem, respeitosamente, perante V. Exa., em atenção ao Ato Ordinatório de fls. 1421, para expor o quanto segue:

SOBRE FLS. 1366/1369:

Trata-se de impugnação da credora SERABI MINERAÇÃO S.A (juntada de forma equivocada nos autos principais), contra a relação de credores apresentada pela Administração Judicial (art. 7º, § 2º da Lei 11.101/05).

SOBRE FLS. 1415/1418:

Trata-se de impugnação da credora USIQUIMICA DO BRASIL LTDA (juntada de forma equivocada nos autos principais), contra a relação de credores apresentada pela Administração Judicial (art. 7º, § 2º da Lei 11.101/05).

A Administração Judicial recomenda que sejam as Credoras intimadas para que, nos termos do comunicado da Corregedoria Geral de Justiça CG 219/2018 (disponibilizado no DJE em 06/02/2018), distribuam suas **Impugnações de Crédito** por dependência a este processo **(Classe – código 114 impugnação de crédito)** por meio de peticionamento eletrônico inicial.

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/03/2018 às 18:59 , sob o número WAUJ18700049360 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 28D1C37.

SOBRE FLS. 1420:

Trata-se de manifestação feita pela Procuradora do Município de Arujá/SP, na qual contesta a não inclusão de crédito tributário na relação de credores do art. 7º, § 2º da Lei 11.101/05.

A Administração Judicial reitera os termos de sua manifestação de fls. 842 (referendada pela decisão de fls. 999), no sentido de que os créditos tributários não se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial (art. 6º § 7º da Lei 11.101/05).

Termos em que, Pede Deferimento.
São Paulo, 12 de março de 2018.

MAURÍCIO GALVÃO ANDRADE
Administrador Judicial
CRC1SP n° 168.436/O-0
CRA SP n° 135.527

AGUINALDO PEREIRA
OAB/SP n° 374.578

Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, Cj. 613, São Paulo/SP, CEP: 04711-130
Tel: (11) 3360-0500 - mga@mgaconsultoria.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AGUINALDO PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/03/2018 às 18:59 , sob o número WAUJ18700049360 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 28D1C37.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARUJÁ
FORO DE ARUJÁ
1ª VARA
Avenida Albino Rodrigues Neves, 394, Center Ville - CEP 07400-000,
Fone: 011 4655-4211, Aruja-SP - E-mail: aruja@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**1002351-95.2017.8.26.0045**
Classe – Assunto:	**Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
Requerente:	**Resimapi Produtos Químicos Ltda.**
Tipo Completo da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>:	**Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Aruja, 13 de março de 2018.
Eu, ___, Katia Cristina Cordeiro Barreto, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por KATIA CRISTINA CORDEIRO BARRETO, liberado nos autos em 13/03/2018 às 12:39 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 28D9F43.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARUJÁ
FORO DE ARUJÁ
1ª VARA
Avenida Albino Rodrigues Neves, 394, Center Ville - CEP 07400-000,
Fone: 011 4655-4211, Aruja-SP - E-mail: aruja@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**1002351-95.2017.8.26.0045**
Classe – Assunto:	**Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
Requerente:	**Resimapi Produtos Químicos Ltda. e outro**
Tipo Completo da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>:	**Nome da Parte Passiva Principal << Informação indisponível >>**

CERTIFICA-SE que em 13/03/2018 o ato abaixo foi encaminhado ao **portal eletrônico**.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Aruja, (SP), 13 de março de 2018

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 13/03/2018 às 12:40 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 28D9F50.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **1002351-95.2017.8.26.0045**
Foro: **Foro de Arujá**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **13/03/2018 14:11**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

São Paulo, 13 de Março de 2018

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DEBORA BEZERRA DE MENEZES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 13/03/2018 às 15:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 28DD88B.

FORNAZARI
ADVOGADOS

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz da Vara Cível da Comarca de Arujá – Estado de São Paulo.

SUL BRASIL BRZ – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 18.168.530/0001-09, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, 50, 6º e 7º andares, Vila Conceição, CEP 04543-000**,** comparece, por intermédio de advogados (instrumento de mandato anexo), com escritório profissional no endereço abaixo impresso, comparece, perante Vossa Excelência, para requerer a juntada da inclusa procuração para habilitação dos advogados nos **autos nº 1002351-95.2017.8.26.0045, de Recuperação Judicial da empresa RESIMAPI PRODUTOS QUÍMICOS LTDA**., para o fim de receber intimações, tendo em vista a Requerente ser credora da referida empresa, conforme informado na relação nominal apresentada às fls.44.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Curitiba – PR, 16 de março de 2018.

Paulo Giovani Fornazari
Advogado – OAB/PR 22.089

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO GIOVANI FORNAZARI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/03/2018 às 17:01 , sob o número WAUJ18700055611
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2929131.

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais 13.º Subdistrito Butantã - SP. -

TRASLADO

LIVRO Nº 0474 PÁGINA 131/132

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ **SUL BRASIL BRZ FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL** NA FORMA ABAIXO

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante que virem **aos dois (02) dias do mês de agosto de dois mil e dezessete (2017),** nesta Cidade de São Paulo, Na Serventia, perante mim, Substituto e da Oficial Substituta do 13º Cartorio de Registro Civil do Butantã, compareceu(ram) como outorgante(s): **SUL BRASIL BRZ FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL,** inscrita no CNPJ/MF de nº 18.168.530/0001-09, com sede à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º, 6º e 7º andares, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, São Paulo, SP; com sua Ata da Asembleia Geral de Cotistas realizda em 02/01/2017, que Consolida seu Regulamente devidamente registrado e arquivado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo - SP, sob o nº 3.580.328 em sessão de 04/01/2017, cuja cópia autenticada fica arquivada neste Cartório na Pasta 057 nº 012; **neste ato em conformidade com ítem 4- Administração, e 5- Obrigações, Vedações e Responsabilidade da Administradora do seu Regulamento, legalmente representada por sua Administradora: SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S/A**, inscrita no CNPJ/MF de nº 62.285.390/0001-40, com sede à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355 - 3º andar, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, com seu Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08/08/2016, que Consolida seu Estatuto Social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob nº 457.754/16-3, em 19/10/2016, cuja cópia autenticada fica arquivada neste Cartório na Pasta 056 nº 070; **neste ato em conformidade com Artigos 8º e 9º, Parágrafo 1º de seu Estatuto, legalmente representada por seus diretores**; **DANIEL DOLL LEMOS**, brasileiro, casado, analista de investimentos, portador da cédula de identidade RG nº 26.239.563-0-SSP-SP e inscrito no CPF/MF nº 275.605.768-18; **e MARCELO PEREIRA CARDOSO**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 20.042.322-8-SSP-SP e inscrito no CPF /MF nº 135.677.078-92, ambos residentes nesta Capital, no mesmo endereço da outorgante, eleitos nos termos da Ata de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 31 de Março de 2017, devidamente registrada e arquivada na JUCESP sob nº 296.181/17-1, em 28/06/2017, cuja cópia autenticada fica arquivada neste Cartório na Pasta 057 nº 061; mediante a apresentação dos documentos supra mencionados, por ele(a)(s) me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia(m) e constitui(em) seu(ua)(s) bastante(s) procurador(a)(es): **PAULO GIOVANI FORNAZARI** e **LUCIANA CARLA DA SILVA AZEVEDO**, brasileiros, casados, advogados, inscritos na OAB-PR sob os números 22.089 e 49.670, e nos CPF-MF sob os números 785.925.939-72 e 886.620.201-00, integrantes da Sociedade **FORNAZARI ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB-PR sob nº 3897, com sede na cidade de Curitiba-PR, na Rua da Gloria, 414, Centro Cívico – CEP: 80.030-060. Confere a estes procuradores, amplos poderes para **individualmente** perante o foro em geral com a clausula "**ad judicia et extra**", para exerce-los em qualquer juízo ou fora dele, instancia ou tribunal, propor contra quem de direito as ações competentes e defende-la nas contrarias, seguindo umas e outras até

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO
União Internacional do Notariado Latino (Fundada em 1948)

RUA PIRAJUSSARA 432 - BUTANTÃ
SÃO PAULO SP CEP 05501-020
FONE/FAX: 11-38191188

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO GIOVANI FORNAZARI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/03/2018 às 17:01 , sob o número WAU11870005611
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2929135.

13.º Subdistrito Butantã - SP. - Oficial de Registro das Pessoas Naturais

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

final decisão, usando dos recursos legais cabíveis e acompanhando-os, podendo para tanto, propor medidas cautelares e Mandado de Segurança, reconhecer a procedência do pedido, renunciar a direitos, transigir, desistir, confessar, acordar, nomear prepostos para audiências, firmar termos e compromissos, dar e receber quitação, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes. **O PRESENTE MANDATO TERÁ VALIDADE DE DOZE (12) MESES, A CONTAR DESTA DATA. Outrossim, neste ato conforme declarações da outorgante acima mencionado, não houve qualquer alteração em seu Contrato ou Estatuto Social, mencionados apresentados e arquivados nesta Serventia.** A(s) qualificação(ões) do(a)(s) procurador(a)(e)(s) foi(ram) fornecida(s) pelo(a)(s) outorgante(s), que por ela(s) se responsabiliza, pois este Cartório não promoverá alterações posteriores, atendendo aos disposto nos itens 23 e 23.1, do Cap. XIX das Normas de Serviços da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo: Emolumentos: R$ 127,53; Ao Estado: R$ 36,24; A Carteira Prev.: R$ 24,80; Ministério Público: R$ 6,12; Fundo Lei 10199/98: R$ 6,71; Tribunal de Justiça: R$ 8,75; A Santa Casa: R$ 1,28; Iss: R$ 2,72; Total: R$ 214,15 Guia n. 175/2017. E, de como assim disse(ram) e me pediu(ram), lhe(s) lavrei este instrumento o qual feito, lhe(s) sendo lido em voz alta, aceita(m) e assina(m). Eu, (a.)**ALEXANDRE DA SILVA GAMA**, Substituto, digitei, li, colhi a(s) assinatura(s), e Eu, (a.)**MARIA GILKA DA CUNHA FRANCO FERREIRA**, Oficial Substituta, subscrevo e encerro o presente ato. **DANIEL DOLL LEMOS | MARCELO PEREIRA CARDOSO | MARIA GILKA DA CUNHA FRANCO FERREIRA.** TRASLADA NA MESMA DATA. EU, (a.)_____**ALEXANDRE DA SILVA GAMA**, Substituto, subscrevo e assino em público e raso.

Em test. _____ da verdade.

ALEXANDRE DA SILVA GAMA
Substituto

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO GIOVANI FORNAZARI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/03/2018 às 17:01 , sob o número WAU18700055611
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2929135.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

M.M . Juíza,

Acompanho a manifestação de fls.1456/1457.

Arujá, 20 de março de 2018.

Débora Bezerra de Menezes

Promotor de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DEBORA BEZERRA DE MENEZES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 20/03/2018 às 16:50 , sob o número WAUJ18700056847
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 293A2B8.

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARUJÁ – SP

Autos nº: 1002351-95.2017.8.26.0045

CLARO S.A., sucessora por incorporação de NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A. e respectivas filiais, **sucessora por incorporação de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES – EMBRATEL S.A. e respectivas filiais**, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2014, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.432.544/0001-47, com sede na Rua Henri Dunant, 780, Torre B, 16º andar, Santo Antonio – CEP: 04709-110 – São Paulo – SP, por seus advogados, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, aduzir e requerer o seguinte:

Primeiramente, em razão da *Operação de Incorporação* das sociedade NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 00.108.786/0001-65, e da sociedade EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES – EMBRATEL S.A. inscrita no CNPJ sob o nº 33.530.486/0001-29, pela empresa **CLARO S.A.**, aprovada em Assembleia Geral da Incorporadora na data de 18 de dezembro de 2014, importante informar, a este juízo, que passa a **CLARO S.A.** a suceder em todos os direitos e obrigações, das sociedades incorporadas, de acordo com os ditames do artigo 227, da Lei 6404/1976, artigo 110, do NCPC, e artigo 1116, do CC/02.

Em decorrência disto, importante que Vossa Excelência conheça a incorporação societária e, neste contexto, **determine a adequação do polo processual para que conste, como parte do feito**, em lugar da NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A. e/ou da EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES – EMBRATEL S.A., **a CLARO S.A. (inscrita no CNPJ sob o nº 40.432.544/0001-47, com sede na Rua Henri Dunant, 780, Torre B, 16º andar Bairro Santo Antonio – CEP: 04709-110 – São Paulo – SP)**, em decorrência da incorporação societária e da sucessão empresarial/processual, sendo o feito

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 294328F.

conduzido, desde logo, pela Incorporadora **CLARO S.A.**, procedendo-se com as anotações necessárias, nos autos e no Sistema de Informação Judicial Eletrônica, requerendo que, para fins de cumprimento do inciso I, do artigo 106, do Novo Código de Processo Civil, todas as notificações e intimações endereçadas para peticionária sejam remetidas para o endereço acima fornecido.

Para tanto, a peticionaria requer a juntada aos autos dos seus Documentos Constitutivos, da referida Ata e Assembleia Geral Extraordinária, do Instrumento de Procuração e Substabelecimento de Mandato para os advogados do seu departamento jurídico interno, do Substabelecimento de Mandato para o advogado titular do escritório que presta serviços para a sociedade, bem como do Substabelecimento de Mandado para os demais advogados que lhe prestam serviço, **declarando o subscritor desta, sob as penas da Lei, de acordo com a o inciso IV, do artigo 425, do Novo Código de Processo Civil, que todos os documentos juntados (que não estão no original ou em cópias autenticadas) são rigorosamente idênticos aos originais**.

Ato seguinte, a peticionaria **requer o cadastramento dos seus procuradores, requerendo, também, que todas as intimações dos atos processuais sejam procedidas exclusivamente em nome BRISA MARIA FOLCHETTI DARCIE, OAB/SP 239.836, sob pena de nulidade**, eis que é esta a advogada que representa o escritório que presta serviços para a sociedade peticionária neste Estado.

Pede deferimento.

São Paulo, 21 de março de 2018.

Brisa Maria Folchetti Darcie
OAB/SP 239.836

Anna Luiza Cândida da Paixão
OAB/MG 165.231

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 294328F.

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016

6.2 Foi aprovada a dispensa da leitura das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, tendo em vista já serem os mesmos do conhecimento de todos os acionistas presentes.

6.3 Em Assembleia Geral Ordinária: As seguintes deliberações foram tomadas, pela unanimidade, dos acionistas presentes:

6.3.1. Foram aprovadas as Contas dos Administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, publicados no Jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 29 de março de 2016.

6.3.2. Tendo em vista a que a Companhia não obteve lucros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, não haverá distribuição de dividendos.

6.4 Em Assembleia Geral Extraordinária: As seguintes deliberações foram tomadas pela unanimidade, dos acionistas presentes:

6.4.1. Foi aprovada a fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2016 no montante de até (inclusive) R$19.700.000,00 (dezenove milhões e setecentos mil reais), cuja forma de distribuição será estabelecida pelo Conselho de Administração.

6.4.2. Foi aprovada a alteração da redação do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, uma vez aprovados e homologados os aumentos do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no valor total de R$6.847.953.089,22 (seis bilhões, oitocentos e quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta e três mil e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos), conforme Reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 28/12/2015 e 29/01/2016, passando o capital social de R$11.698.646.591,11 (onze bilhões, seiscentos e noventa e oito milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quinhentos e noventa e um reais e onze centavos) para o total de R$18.546.599.680,33 (dezoito bilhões, quinhentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta reais e trinta e três centavos), com a emissão de 30.839.082 (trinta milhões, oitocentas e trinta e nove mil, oitenta e duas) ações ordinárias e 7.046.943 (sete milhões, quarenta e seis mil, novecentas e quarenta e três) ações preferenciais. O artigo 5º *caput* do Estatuto Social da Companhia passa a viger com a seguinte redação:

9º TABELIÃO DE NOTAS - SP
Pedro Roberto Fernandes - Tabelião
Rua Marconi, 124 - Fone: 3101-1919
AUTÊNTICO o presente objeto monográfico apontado por...
global a mais apresentado na parte reproduzida. Dou Fé
S. Paulo, 06 JUN. 2016
SELOS E CUSTAS POR VERBA VALOR RECEBIDO R$ 3,10

JUCESP PROTOCOLO
0.410.366/16-0

JUCESP

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016

1. **Data, Hora e Local:** Realizada em 29 de abril de 2016, às 10:00hs, na sede de Claro S.A. ("Companhia"), situada na Rua Flórida, 1970, CEP 04565-907, na Cidade e Estado de São Paulo.

2. **Convocação:** Anúncios publicados, nos termos do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76, Jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 20, 22 e 25 de abril de 2016 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 20, 21 e 26 de abril de 2016. Os referidos anúncios encontram-se sobre a mesa à disposição dos interessados, tendo sido dispensada a leitura e a transcrição dos mesmos.

3. **Presenças:** Presentes os acionistas da Companhia, representando mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presente, também, os Sr. Roberto Catalão Cardoso, representando a administração da Companhia, e o Sr. Bruno Mattar Galvão, representante dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S.

4. **Mesa:** Nos termos do artigo 7º, §1º, do Estatuto Social, presidiu os trabalhos o Diretor da Companhia, Sr. Roberto Catalão Cardoso, que convidou o Sr. André Santos Correia para secretariar os trabalhos.

5. **Ordem do Dia:** I. Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2015 e **(ii)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2015; e II. Em Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2016; **(ii)** homologar os aumentos de capital social da Companhia, com a consequente alteração da redação do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passando o mesmo de R$11.698.646.591,11 (onze bilhões, seiscentos e noventa e oito milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quinhentos e noventa e um reais e onze centavos) para o total de R$18.546.599.680,33 (dezoito bilhões, quinhentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta reais e trinta e três centavos), com a emissão de 30.839.082 (trinta milhões, oitocentas e trinta e nove mil, oitenta e duas) ações ordinárias e 7.046.943 (sete milhões, quarenta e seis mil, novecentas e quarenta e três) ações preferenciais, aprovados nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 28/12/2015 e 29/01/2016; e **(iii)** caso aprovado o item (ii) acima, consolidar o Estatuto Social da Companhia.

6. **Deliberações:** Por acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital votante da Companhia foram adotadas as seguintes deliberações, pela unanimidade dos acionistas presentes às Assembleias:

6.1. Foi autorizada a lavratura da presente ata sob a forma de sumário e que a sua publicação seja feita com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, como facultam, respectivamente, os §§1º e 2º do art. 130, da Lei n.º 6.404/76.

9º TABELIÃO DE NOTAS - SP
Pedro Roberto Fernandes - Tabelião
Rua Marconi, 124 - Fone: 3101-1919
AUTÊNTICO o presente objeto monográfico apontado por...
global a mais apresentado na parte reproduzida. Dou Fé
S. Paulo, 06 JUN. 2016
SELOS E CUSTAS POR VERBA VALOR RECEBIDO R$ 3,10

fls. 1467

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

ANEXO I
ESTATUTO SOCIAL DA CLARO S.A.

CAPÍTULO I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração.

Art. 1º. A Sociedade, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, tem a denominação de **CLARO S.A.**, e será regida pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto, no qual será designada simplesmente Sociedade.

Art. 2º. A Sociedade tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Flórida, nº 1970, Cidade Monções, CEP 04565-907.

Parágrafo Único. A Sociedade poderá abrir ou fechar filiais, escritórios, agências e representações, no Brasil e no exterior, mediante deliberação conforme artigo 14.

Art.3º. A Sociedade tem por objeto social:

I – Implantar, operar e prestar o Serviço Móvel Pessoal, com observância dos termos de autorização expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações, no Brasil e no Exterior;
II – Explorar a compra, venda, locação e cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, bem como a importação e a exportação de equipamentos, aparelhos e acessórios, e a prestação de serviços necessários ou úteis às atividades compreendidas no objeto social, bem como a exploração de serviços de valor adicionado, preparatórios, correlatos, suplementares ao Serviço Móvel Pessoal;
III – Explorar os negócios de licenciamento e cessão de direito de uso de softwares e outros conteúdos, venda e locação on line, por download e/ou outros meios, de filmes, músicas e outros conteúdos e obras intelectuais;
IV – Atuar como representante comercial e/ou intermediador de negócios relacionados às atividades compreendidas no objeto social;
V – Participar no capital de outras sociedades, entidades, associações e/ou consórcios, no Brasil ou no Exterior e/ou exercer o controle de sociedades exploradoras do Serviço Móvel Pessoal, Serviço Móvel Celular e outras modalidades de serviços de telecomunicações em geral, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhes forem outorgadas;
VI - Prestar os serviços de engenharia de telecomunicações;
VII - Prestar outros serviços de telecomunicações, além do disposto acima, tais como Serviço de Telefonia Fixa Comutada, Serviço de Comunicação Multimídia, Prestação de Serviço de TV por assinatura, bem como a exploração de serviços de valor adicionado, preparatórios, correlatos, suplementares a esses serviços.

Art. 4º. A duração da Sociedade será por tempo indeterminado.



"Art. 5º. O capital social da Companhia é de R$18.546.599.680,33 (dezoito bilhões, quinhentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta reais e trinta e três centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 87.501.434 (oitenta e sete milhões, quinhentas e uma mil, quatrocentas e trinta e quatro) ações, sendo 47.316.741 (quarenta e sete milhões, trezentas e dezesseis mil, setecentas e quarenta e uma) ações ordinárias 40.184.693 (quarenta milhões, cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três) ações preferenciais."

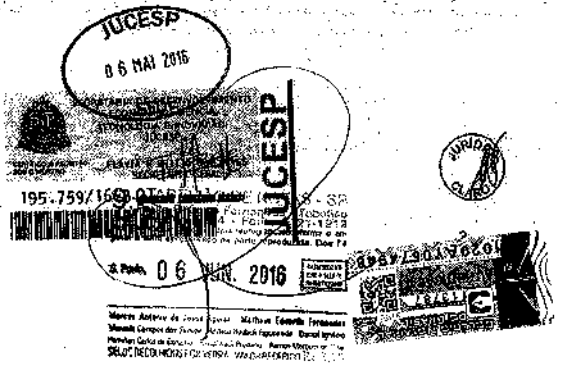
6.4.3. Foi aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo I à presente ata, em razão da deliberação tomada no item 6.4.2. acima.

E, nada mais havendo a tratar, suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. ASSINATURAS: Roberto Catalão Cardoso – Presidente e representante da Administração da Companhia; André Santos Correia – Secretário e Bruno Mattar Galvão, representante da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. ACIONISTAS: CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., representada por sua procuradora Bruna Manfredi Camargo, EG PARTICIPAÇÕES S.A. representada por sua procuradora Bruna Manfredi Camargo e CONTROLADORA DE SERVICIOS DE TELECOMUNICACIONES S.A. DE C.V. representada por Alberto de Orleans e Bragança.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo/SP, 29 de abril de 2016.

André Santos Correia
Secretário



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

§ 1°. As Assembleias Gerais serão instaladas por qualquer um dos Diretores da Sociedade ou, na ausência ou impedimento de qualquer um destes, por outro acionista que seja indicado por escrito por um dos diretores da Sociedade. Quando presente, qualquer um dos diretores da Sociedade presidirá a Assembleia, escolhendo o secretário entre os presentes. Na ausência de todos os diretores da Sociedade, presidirá a Assembleia um acionista indicado por qualquer um dos diretores da Sociedade.

§ 2°. Antes da instalação da Assembleia Geral, os acionistas presentes deverão assinar o livro de Presença, indicando seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade e espécie ou classe de ações de que são titulares, na forma do artigo 127 da Lei nº 6.404/76.

§ 3°. As atas serão lavradas em livro próprio, e assinadas pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. As atas poderão também ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, observado o disposto no artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, salvo decisão em contrário do presidente da Assembleia Geral, e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

CAPÍTULO IV - SEÇÃO I - Da Administração.

Art. 8°. A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

SEÇÃO II – Do Conselho de Administração.

Art. 9°. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 10 (dez) membros efetivos, e igual número de suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral, sendo necessariamente 01 (um) Presidente e até 9 (nove) conselheiros sem designação específica.

§ 1°. Caberá ao Presidente do Conselho de Administração a convocação das reuniões do Conselho de Administração e de Assembleia Geral, além do exercício do voto de qualidade no caso de empate nas deliberações do órgão. O Presidente do Conselho indicará, ainda, o Secretário do Conselho de Administração, conforme o caso.

§ 2°. Caberá a qualquer membro do Conselho de Administração substituir o Presidente do Conselho de Administração na sua ausência ou impedimento, conforme a indicação deste.

§ 3°. Caberá ao Secretário do Conselho de Administração lavrar em ata as deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração e adotar as providências necessárias para convocar a Assembleia Geral, sempre que a matéria aprovada demandar a aprovação posterior dos acionistas, respeitada a forma de convocação estabelecida na legislação em vigor e por este estatuto social.

§ 4°. Os conselheiros e seus suplentes serão eleitos para mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, e serão investidos como conselheiros efetivos ou suplentes, conforme o caso, mediante assinatura do termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração.

9 OTABELIÃO DE NOTAS - SP
Paulo Roberto Fernandes - Tabelião
Rua Marconi, 124 - Fone: 3121-1818
AUTENTICO o presente ato reprográfico conforme o me-
lhor e mais apresentado em parte reproduzida. Dou Fé
S. Paulo 06 JUN. 2016
SELOS RECOLHIDOS POR VERBA VALOR RECEBIDO R$ 3,10

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016

CAPÍTULO II – Do Capital Social e das Ações.

Art. 5°. O capital social da Companhia é de R$18.546.599.680,33 (dezoito bilhões, quinhentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta reais e trinta e três centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 87.501.434 (oitenta e sete milhões, quinhentas e uma mil, quatrocentas e trinta e quatro) ações, sendo 47.316.741 (quarenta e sete milhões, trezentas e dezesseis mil, setecentas e quarenta e uma) ações ordinárias 40.184.693 (quarenta milhões, cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três) ações preferenciais.

§ 1°. Cada ação ordinária nominativa terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas terão assegurado: (a) a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; e (b) o recebimento de dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

§ 2° O capital social da Sociedade poderá ser aumentado em R$ 12.000.000.000,00 (doze bilhões de reais), por decisão do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária e sem observância da proporção entre as diferentes espécies de ações, limitado, porém, aos limites estabelecidos na legislação em vigor. O Conselho de Administração estabelecerá as condições para emissão, incluindo preço de subscrição e prazo de integralização.

§ 3º Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de aumento do capital, observadas as disposições do artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

§ 4º. Sem prejuízo do disposto no §1º deste artigo, as ações preferenciais terão direito a voto restrito exclusivamente na hipótese do inciso XXVII do parágrafo 7º do artigo 10 deste Estatuto.

§ 5°. As ações de emissão da Sociedade poderão ser mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sob a forma de ações escriturais, sem a emissão de certificados.

CAPÍTULO III – Da Assembleia Geral.

Art. 6°. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração ou na forma no parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76. Quando o Conselho de Administração convocar a Assembleia Geral, caberá ao Presidente do Conselho de Administração consubstanciar o ato e, na sua ausência ou impedimento, o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Art. 7°. As Assembleias Gerais realizar-se-ão na sede da Sociedade, salvo motivo de força maior. Dentro dos quatro meses seguintes ao término do exercício social, será realizada uma assembleia geral ordinária para tratar dos assuntos previstos no artigo 132 da Lei nº 6.404/76. Sempre que houver necessidade, para tratar de todos os demais assuntos que sejam submetidos à deliberação dos acionistas, será convocada uma assembleia geral extraordinária para estas deliberações.

9 OTABELIÃO DE NOTAS - SP
Paulo Roberto Fernandes - Tabelião
Rua Marconi, 124 - Fone: 3121-1818
AUTENTICO o presente ato reprográfico conforme o me-
lhor e mais apresentado em parte reproduzida. Dou Fé
S. Paulo 06 JUN. 2016
SELOS RECOLHIDOS POR VERBA VALOR RECEBIDO R$ 3,10

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

i - eleição e destituição dos membros da Diretoria e fixação de sua remuneração individual, observado o limite global fixado pela Assembleia Geral;

II - detalhamento das funções, atribuições e limites de alçada dos membros da Diretoria, não especificados neste Estatuto;

III - aprovação da política geral de cargos e salários, benefícios e remuneração variável;

IV - participação em licitações ou outros procedimentos para obtenção de concessão, permissão ou autorização, dispensada a autorização para participar de licitações para prestação de serviços de telecomunicações para órgãos públicos federais, estaduais e municipais, cuja competência de aprovação fica atribuída na forma do artigo 14;

V - quaisquer alterações ou modificações nos termos de concessões, permissões ou autorizações outorgadas;

VI - escolha e destituição de auditores independentes da Sociedade, se julgar conveniente a sua contratação pela Sociedade;

VII - estabelecimento das políticas da Sociedade referentes aos controles financeiros;

VIII - aprovação de planos de negócios, planos quinquenais estratégicos, orçamentos, inclusive de capital, bem como o plano de negócios da Sociedade, e suas alterações;

IX - aprovação das demonstrações financeiras para fins de submissão à Assembleia Geral e de proposta para a distribuição de dividendos relativos a períodos menores que o anual, observadas as disposições legais;

X - definição dos níveis máximos de endividamento da Sociedade;

XI - realização de investimentos e despesas de capital, ressalvados os já contemplados no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração;

XII - deliberação quanto ao pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio da Sociedade, respeitados os limites estabelecidos na legislação em vigor;

XIII - aquisição de participação societária em outras pessoas jurídicas, de forma direta ou indireta, pela Sociedade;

XIV - constituição, pela Sociedade, de outras pessoas jurídicas;

XV - participação da Sociedade em consórcios e associações;

XVI - operações de crédito, empréstimo ou financiamento em valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento, exceto quando as mesmas forem realizadas entre a Sociedade e seus

9 OTABELIÃO DE NOTAS - SP
Paulo Roberto Fernandes | Tabelião
Rua Mercúrio, 124 - Fone: 3121-1818
AUTÊNTICO a presente cópia reprográfica conferida e ao
qual a mim apresentado na parte reprodutora. Dou Fé
S. Paulo 06 JUN. 2016

§ 5º. Os conselheiros não reeleitos permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus substitutos.

§ 6º. Em suas ausências e impedimentos temporários, o conselheiro efetivo será substituído pelo respectivo suplente.

§ 7º. Em caso de vacância ou impedimento permanente, o conselheiro efetivo será substituído pelo respectivo suplente até a primeira Assembleia Geral, a qual procederá à eleição do substituto, que completará o mandato do conselheiro substituído.

§ 8º - O Presidente do Conselho de Administração será eleito pela maioria dos votos de seus membros. A substituição do Presidente do Conselho de Administração obedecerá ao mesmo critério estabelecido para sua eleição.

Art. 10. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante aviso por escrito aos outros, com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias, indicando a pauta e o horário em que a reunião se realizará, na sede da Sociedade ou em qualquer outra localidade escolhida de comum acordo por seus membros, podendo-se realizar, inclusive, por meio de qualquer sistema de vídeo ou audioconferência.

§ 1º. A convocação prevista no *caput* deste artigo poderá ser realizada por carta, telegrama, fax ou e-mail, ficando dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração.

§ 2º. O *quorum* de instalação de reunião do Conselho de Administração requer a presença de no mínimo 1/2 (metade) dos membros integrantes do colegiado.

§ 3º. A reunião do Conselho de Administração será presidida preferencialmente por seu Presidente em exercício, que designará um dos membros para secretariar os trabalhos, em caso de ausência ou impedimento do Secretário.

§ 4º. As deliberações do Conselho de Administração exigirão, para serem aprovadas, o voto favorável da maioria dos membros integrantes do colegiado, observado o voto de qualidade exclusivamente do Presidente do Conselho de Administração em caso de empate nas deliberações.

§ 5º. Não sendo alcançado, após duas convocações sucessivas, o *quorum* de instalação, a matéria será submetida à decisão da Assembleia Geral, para tanto imediatamente convocada pelo Presidente do Conselho de Administração e nos casos previstos em lei.

§ 6º. As deliberações do Conselho de Administração serão registradas em ata, lavrada em livro próprio e assinada por todos os conselheiros que participaram das deliberações.

§ 7º. Compete ao Conselho de Administração, além de outras matérias a ele atribuídas por lei e neste estatuto social, decidir sobre:

9 OTABELIÃO DE NOTAS - SP
Paulo Roberto Fernandes | Tabelião
Rua Mercúrio, 124 - Fone: 3121-1818
AUTÊNTICO a presente cópia reprográfica conferida e ao
qual a mim apresentado na parte reprodutora. Dou Fé
S. Paulo 06 JUN. 2016

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

Presidente assim eleito a competência para contratar os demais diretores e (ii) dos órgãos correspondentes em outras entidades de previdência social da Sociedade, estabelecendo os critérios apropriados de inspeção e controle para os mesmos;

XXV – aprovar a celebração, pela Sociedade, de contratos de aquisição de conteúdo de vídeo internacional, bem como a manutenção ou renovação desses contratos;

XXVI – aprovar a alteração de qualquer termo ou condição, término, cancelamento ou não renovação de qualquer contrato ou relação comercial entre a Sociedade e qualquer parte relacionada do Globo Comunicação e Participações S.A., celebrados até 15 de junho de 2012;

XXVII – submeter à deliberação da Assembleia Geral os contratos de prestação de serviços de gerência, incluindo aqueles de assistência técnica, a serem celebrados com o acionista controlador ou com terceiros a tal acionista controlador.

§ 8º. Nas matérias listadas nos incisos XVI a XIX e no inciso XXI supra, cujo valor por operação esteja abaixo daqueles indicados nos respectivos itens, será dispensada a aprovação do Conselho de Administração, devendo ser formalizados em conformidade com o art. 14 do presente estatuto.

SEÇÃO III – Dos Comitês.

Art. 11. O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá constituir comitês técnicos ou consultivos, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Sociedade.

SEÇÃO IV – Da Diretoria.

Art. 12. A Diretoria da Sociedade será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 8 (oito) Diretores, acionistas ou não, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os demais diretores com as seguintes designações: "CEO Mercado Empresarial", "CEO Mercado Pessoal", "CEO Mercado Residencial", "Diretor Executivo Jurídico e Regulatório", "Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional", "Diretor Executivo Administrativo e Financeiro", e "Diretor de Mercado de Atacado".

§ 1º. Os Diretores serão eleitos para mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos.

§ 2º. Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

§ 3º. Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, de qualquer cargo na Diretoria, o respectivo substituto será escolhido pelo Conselho de Administração e exercerá suas funções pelo prazo restante do mandato do diretor substituído.

9º TABELIÃO DE NOTAS - SP
Paulo Roberto Fernandes - Tabelião
Rua Marconi, 124 - Fone: 3121-1919
AUTÊNTICO o presente xérox reprográfico contendo 1 en-
quadrado na parte reproduzida. Dou Fé
São Paulo, 06 JUN. 2016
VALOR RECEBIDO R$ 2,10

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016

controladores diretos ou indiretos ou outras companhias sujeitas ao controle comum da Sociedade, operações em relação às quais não será necessária aprovação prévia do Conselho de Administração;

XVII – aquisição de bens, móveis ou imóveis, e direitos, em valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento;

XVIII - alienação, disposição ou oneração, a qualquer título, cessão, arrendamento, transferência ou constituição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo por objeto bens do ativo permanente e/ou direitos em valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento;

XIX - a assinatura por membros da Diretoria e/ou por procuradores autorizados, de qualquer contrato, ou série de contratos correlatos por evento, em valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo certo que a aprovação pelo Conselho de Administração não será necessária nas operações envolvendo a aquisição de bens móveis e equipamentos dentro dos limites do orçamento anual já aprovado por este órgão;

XX - a celebração de qualquer contrato, independentemente do valor envolvido, sempre que nele seja parte acionista ou administrador da Sociedade, ou pessoa jurídica ou entidade controlada com que o acionista ou administrador mantenha ou tenha mantido vínculo contratual ou societário, exceto pelo disposto no inciso XVI acima;

XXI - a concessão de avais ou fianças, a assunção de obrigações em proveito exclusivo de terceiros, a efetivação de doações e a prática de quaisquer atos graciosos, em valores que excederem à R$ 500.000,00, exceção feita à prestação, pela Sociedade, representada na forma do artigo 14, I ou II, em favor de seus empregados transferidos por motivo de trabalho, de fiança em contratos de locação residencial e em trâmites aduaneiros relacionados à liberação de bagagem desacompanhada; e

XXII - mediante delegação da Assembleia Geral, deliberar sobre a oportunidade e as condições de emissão de debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76;

XXIII – tomar as medidas necessárias para assegurar que os centros de deliberação e implementação de decisões estratégicas, gerenciais e técnicas relacionadas à execução das obrigações previstas nos Contratos de Concessão celebrados entre a Sociedade e a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL estejam localizados em território nacional, em observância do disposto na Cláusula 18.3 do citado Contrato;

XXIV – indicar os membros dos órgãos responsáveis pela administração e fiscalização (i) da TELOS – Fundação Embratel de Seguridade Social, exceto no que tange aos membros da Diretoria, dentre os quais apenas o Presidente será indicado pela Claro, cabendo ao

9º TABELIÃO DE NOTAS - SP
Paulo Roberto Fernandes - Tabelião
Rua Marconi, 124 - Fone: 3121-1919
AUTÊNTICO o presente xérox reprográfico contendo 1 en-
quadrado na parte reproduzida. Dou Fé
São Paulo, 06 JUN. 2016

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

§ 2º. A Sociedade poderá ser representada por um Diretor ou um procurador, agindo isoladamente, (a) em juízo ou em assembleias gerais de companhias das quais a Sociedade seja acionista, (b) no endosso de cheques ou documentos para depósito ou cobrança, e (c) perante repartições públicas federais, estaduais, e municipais, sociedades de economia mista não financeiras e concessionárias de serviço público.

SEÇÃO V – Do Conselho Fiscal.

Art. 15. O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes conferidos por lei, somente será instalado a pedido de acionistas, na forma que faculta o artigo 161 da Lei nº 6.404/76, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A Assembleia Geral que vier a eleger o Conselho Fiscal, caberá fixar a respectiva remuneração, observado o mínimo legal.

CAPÍTULO V – Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Dividendos.

Art. 16. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei.

Art. 17. Os acionistas farão jus a receber anualmente o dividendo obrigatório em montante equivalente a 0,1% (zero ponto um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Art. 18. O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados.

Parágrafo Único. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros.

CAPÍTULO VI – Da Liquidação da Sociedade.

Art. 19. A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei e neste Estatuto, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante, e o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VII – Disposições Transitórias.

Art. 20. Os acionistas da Companhia poderão solicitar a conversão de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, bem como de ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais, observado o disposto neste artigo.

§ 1º. A conversão a que se refere este artigo poderá ser solicitada por meio de comunicação dirigida à administração da Sociedade, impreterivelmente até o dia 16 de março de 2015. Após esta data, os

O TABELIÃO DE NOTAS - SP
Paulo Roberto Fernandes - Tabelião
Rua Marconi, 124 - Fone: 3181-1919
AUTÊNTICO o presente que me foi apresentado no ato e me foi apresentado no ato.
06 JUN. 2016

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016

§ 4º. Na hipótese da vacância descrita no parágrafo anterior do presente artigo, a Diretoria poderá ser representada por somente 01 (um) Diretor, desde que haja aprovação prévia do Conselho de Administração.

Art. 13. Compete a cada Diretor, além das atribuições eventualmente aprovadas pelo Conselho de Administração, agir sempre com o cuidado, diligência, ética, lealdade e probidade na condução de suas atividades e das áreas sob sua responsabilidade, sendo responsável cada um pelas seguintes atribuições:

I - cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Sociedade estabelecidos pelo Conselho de Administração, sendo cada Diretor responsável pela área de atuação e pela unidade de negócio que lhe for atribuída pelo Conselho de Administração;

II - anualmente, traçar o plano de atividades da Sociedade para implementação do plano de negócios;

Parágrafo Único. Compete especificamente ao Diretor de Mercado de Atacado dirigir todos os processos de atendimento, comercialização e entrega dos produtos referentes à Oferta de Referência dos Produtos no Mercado de Atacado a que se refere o caput do art. 5º da Resolução nº 600 de 08 de novembro de 2012 da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Art. 14. Exceto pelos poderes e representação isolada especificamente previstos no artigo 13 acima, em todos e quaisquer atos ou documentos que importem em responsabilidade patrimonial para a Sociedade, ou que de outra forma a obriguem, deverá(ão) constar, obrigatoriamente, para fins de representação social, assinatura(s), da seguinte forma:

I - a assinatura de pelo menos 02 (dois) Diretores;

II - a assinatura de 01 (um) Diretor atuando em conjunto com 01 (um) procurador, nomeado conforme o § 1º deste artigo;

III - a assinatura de 02 (dois) procuradores com poderes específicos, nomeados necessariamente por dois Diretores da Sociedade; e

IV - a assinatura de 01 (um) Diretor ou de 01 (um) procurador nomeado conforme o parágrafo primeiro deste artigo, atuando isoladamente, com poderes específicos para representar a Sociedade nos atos e documentos relativos a processos de licitações públicas, bem como em quaisquer outros atos ou documentos expressamente indicados pelo Conselho de Administração, sem prejuízo das outras formas de representação previstas neste estatuto.

§ 1º. A Sociedade representada de acordo com o previsto no inciso I do caput deste artigo poderá constituir procuradores, especificando no instrumento de mandato os poderes outorgados e o prazo de duração, que não poderá exceder a 01 (um) ano, salvo para fins judiciais ou para representação em processos administrativos de natureza tributária ou ainda, para representar a Sociedade no caso previsto no inciso IV deste artigo.

O TABELIÃO DE NOTAS - SP
Paulo Roberto Fernandes - Tabelião
Rua Marconi, 124 - Fone: 3181-1919
AUTÊNTICO o presente que me foi apresentado no ato e me foi apresentado no ato.
06 JUN. 2016

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

acionistas não terão mais o direito de solicitar a conversão de suas ações de uma espécie para outra.

§ 2º. A conversão será realizada na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial e vice-versa, cabendo à Sociedade e seus acionistas controladores tomar as providências necessárias para que não haja violação à proporção legal de ações ordinárias e ações preferenciais.

§ 3º. Encerrado o prazo a que se refere este artigo, e na hipótese de ter havido solicitação de conversão de ações por parte de algum acionista, a Sociedade terá um prazo de 30 (trinta) dias para implementar a conversão referida neste artigo.

****

9º TABELIÃO DE NOTAS - SP
Paulo Roberto Fernandes - Tabelião
Rua Marconi, 124 - Fone: 3121-1414
AUTÊNTICO o presente ato reconhecido conforme
geral e mim apresentado de forma especializada

6 Fls. 06 JUN. 2016

13

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

JUCESP PROTOCOLO
0.837.882/15-1

JUCESP
21 09 15

CLARO S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47
NIRE 35.300.145.801

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2015

LOCAL E HORA: Sede social da Claro S.A. ("Companhia"), na Rua Flórida, nº 1970, bairro Cidade Monções, CEP 04565-907, na Cidade e Estado de São Paulo, às 16:30min.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Tendo comparecido os membros do Conselho de Administração da Companhia abaixo assinados.

MESA: Presidente: Carlos Hernan Zenteno de los Santos; Secretário: Alberto de Orleans e Bragança.

ORDEM DO DIA: I. Tomar conhecimento da renúncia de membros da Diretoria da Companhia; **II.** Reconduzir e eleger membros da Diretoria da Companhia.

DELIBERAÇÃO: Após examinada e discutida a matéria da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram:

(i) Tomar conhecimento da renúncia do Diretor de Mercado de Atacado, **MARCELLO DA SILVA MIGUEL**, agradecendo ao mesmo pelos serviços prestados enquanto exerceu referida função.

(ii) Aprovar, com abstenção dos Srs. José Antônio Guaraldi Félix, José Formoso Martínez e Carlos Hernan Zenteno de los Santos, a recondução e eleição dos membros da Diretoria, para um prazo de gestão até 31 de dezembro de 2017: (a) **JOSÉ ANTÔNIO GUARALDI FÉLIX**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 30.233.312-04, expedida pelo SP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 140.448.620-87, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Verbo Divino nº 1.356, 1º andar, Chácara Santo Antonio, São Paulo/SP, CEP 04719-002, na posição de **Diretor Presidente**; (b) **JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 30.159.273-9, expedido pela Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.557.727-07, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Presidente Vargas, 1012, 15º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-910, na posição de **CEO Mercado Empresarial**; (c) **CARLOS HERNAN ZENTENO DE LOS SANTOS**, mexicano, casado, engenheiro, portador do Registro Nacional de Estrangeiro ("RNE") V700956-A, inscrito no CPF/MF sob o n.º 234.356.528-70, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Flórida, 1.970, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04.565-907, na posição de **CEO Mercado Pessoal**; (d) **ROBERTO CATALÃO CARDOSO**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 083325/O-0 – CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 952.915.807-63, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Verbo Divino nº 1.356, Chácara Santo Antonio, São Paulo/SP, CEP 04719-002, na posição de **Diretor Executivo Administrativo e Financeiro**; (e) **ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 155.156 OAB/SP, inscrito no

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

JUCESP
31 AGO 15

CLARO S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47
NIRE 35.300.145.891

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2015

CPF/MF sob o nº 276.546.358-18, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Flórida, 1.970, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04.565-907, na posição de **Diretor Executivo Jurídico, Regulatório e Institucional**; (f) **RODRIGO MARQUES DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 08979365-7 – IFP-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 033.663.777-20, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Verbo Divino nº 1.356, 1º andar, Chácara Santo Antonio, São Paulo/SP, CEP 04719-002, na posição de **Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional**; e (g) **DANIEL FELDMANN BARROS**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade nº 56.514.647-6 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 711.745.839-91, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Verbo Divino nº 1.356, 1º andar, Chácara Santo Antonio, São Paulo/SP, CEP 04719-002, na posição de **CEO Mercado Residencial**.

Os Diretores ora eleitos apresentaram à Companhia seus termos de posse contendo a Declaração de Desimpedimento para os fins do artigo 147, §§ 1º e 2º da Lei das S.As.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, as deliberações foram tomadas pela unanimidade dos presentes ressalvadas as abstenções acima. Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, sem que o fosse feito, foi declarada encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que, em seguida, foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. (a) Mesa: Carlos Hernan Zenteno de los Santos, Presidente; Alberto de Orleans e Bragança, Secretário. (b) Membros do Conselho de Administração: Daniel Hajj Aboumrad, Carlos José Garcia Moreno Elizondo, Alejandro Cantú Jimenez, Alberto de Orleans e Bragança, Oscar Von Hauske Solis, Carlos Hernan Zenteno de los Santos, José Formoso Martinez e José Antônio Guaraldi Félix.

A presente é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio.

São Paulo-SP, 29 de julho de 2015.

Alberto de Orleans e Bragança
Secretário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
31 AGO 2015

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
387.777/15-5

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF n°. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017

ANEXO III

ESTATUTO SOCIAL CLARO S.A.

CAPÍTULO I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração.

Art. 1°. A Sociedade, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, tem a denominação de **CLARO S.A.**, e será regida pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto, no qual será designada simplesmente Sociedade.

Art. 2°. A Sociedade tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, Rua Henri Dunant, n.º 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110.

Parágrafo Único. A Sociedade poderá abrir ou fechar filiais, escritórios, agências e representações, no Brasil e no exterior, mediante deliberação conforme artigo 14.

Art.3°. A Sociedade tem por objeto social:

I – Implantar, operar e prestar o Serviço Móvel Pessoal, com observância dos termos de autorização expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações, no Brasil e no Exterior;
II – Explorar a compra, venda, locação e cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, bem como a importação e a exportação de equipamentos, aparelhos e acessórios, e a prestação de serviços necessários ou úteis às atividades compreendidas no objeto social, bem como a exploração de serviços de valor adicionado, preparatórios, correlatos, suplementares ao Serviço Móvel Pessoal;
III – Explorar os negócios de licenciamento e cessão de direito de uso de softwares e outros conteúdos, venda e locação on line, por download e/ou outros meios, de filmes, músicas e outros conteúdos e obras intelectuais;
IV – Atuar como representante comercial e/ou intermediador de negócios relacionados às atividades compreendidas no objeto social;
V – Participar no capital de outras sociedades, entidades, associações e/ou consórcios, no Brasil ou no Exterior e/ou exercer o controle de sociedades exploradoras do Serviço Móvel Pessoal, Serviço Móvel Celular e outras modalidades de serviços de telecomunicações em geral, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhes forem outorgadas;
VI - Prestar os serviços de engenharia de telecomunicações;
VII - Prestar outros serviços de telecomunicações, além do disposto acima, tais como Serviço de Telefonia Fixa Comutada, Serviço de Comunicação Multimídia, Prestação de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017

Serviço de TV por assinatura, bem como a exploração de serviços de valor adicionado, preparatórios, correlatos, suplementares a esses serviços.

Art. 4°. A duração da Sociedade será por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II – Do Capital Social e das Ações.

Art. 5°. O capital social da Companhia é de R$18.716.643.026,21 (dezoito bilhões, setecentos e dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e três mil, vinte e seis reais e vinte e um centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 88.476.957 (oitenta e oito milhões, quatrocentas e setenta e seis mil, novecentas e cinquenta e sete) ações, sendo 48.292.264 (quarenta e oito milhões, duzentas e noventa e duas mil, duzentas e sessenta e quatro) ações ordinárias e 40.184.693 (quarenta milhões, cento e oitenta e quatro mil, seiscentas e noventa e três) ações preferenciais.

§ 1°. Cada ação ordinária nominativa terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas terão assegurado: (a) a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; e (b) o recebimento de dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

§ 2° O capital social da Sociedade poderá ser aumentado até R$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), por decisão do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária e sem observância da proporção entre as diferentes espécies de ações, limitado, porém, aos limites estabelecidos na legislação em vigor. O Conselho de Administração estabelecerá as condições para emissão, incluindo preço de subscrição e prazo de integralização.

§ 3º Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de aumento do capital, observadas as disposições do artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

§ 4º. Sem prejuízo do disposto no §1º. deste artigo, as ações preferenciais terão direito a voto restrito exclusivamente na hipótese do inciso XXVII do parágrafo 7º do artigo 10 deste Estatuto.

§ 5°. As ações de emissão da Sociedade poderão ser mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sob a forma de ações escriturais, sem a emissão de certificados.

CAPÍTULO III – Da Assembleia Geral.

Art. 6°. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração ou na forma no parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76. Quando o Conselho de Administração convocar a Assembleia Geral, caberá ao Presidente do Conselho de Administração consubstanciar o ato e, na sua ausência ou impedimento, o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

CLARO S.A.
NIRE 35.300 145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017

Art. 7°. As Assembleias Gerais realizar-se-ão na sede da Sociedade, salvo motivo de força maior. Dentro dos quatro meses seguintes ao término do exercício social, será realizada uma assembleia geral ordinária para tratar dos assuntos previstos no artigo 132 da Lei nº 6.404/76. Sempre que houver necessidade, para tratar de todos os demais assuntos que sejam submetidos à deliberação dos acionistas, será convocada uma assembleia geral extraordinária para estas deliberações.

§ 1°. As Assembleias Gerais serão instaladas por qualquer um dos Diretores da Sociedade ou, na ausência ou impedimento de qualquer um destes, por outro acionista que seja indicado por escrito por um dos diretores da Sociedade. Quando presente, qualquer um dos diretores da Sociedade presidirá a Assembleia, escolhendo o secretário entre os presentes. Na ausência de todos os diretores da Sociedade, presidirá a Assembleia um acionista indicado por qualquer um dos diretores da Sociedade.

§ 2°. Antes da instalação da Assembleia Geral, os acionistas presentes deverão assinar o Livro de Presença, indicando seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade e espécie ou classe de ações de que são titulares, na forma do artigo 127 da Lei nº 6.404/76.

§ 3°. As atas serão lavradas em livro próprio, e assinadas pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. As atas poderão também ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, observado o disposto no artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, salvo decisão em contrário do presidente da Assembleia Geral, e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

CAPÍTULO IV. - SEÇÃO I - Da Administração.

Art. 8°. A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

SEÇÃO II – Do Conselho de Administração.

Art. 9°. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 10 (dez) membros efetivos, e igual número de suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral, sendo necessariamente 01 (um) Presidente e até 9 (nove) conselheiros sem designação específica.

§ 1°. Caberá ao Presidente do Conselho de Administração a convocação das reuniões do Conselho de Administração e de Assembleia Geral, além do exercício do voto de qualidade no caso de empate nas deliberações do órgão. O Presidente do Conselho indicará, ainda, o Secretário do Conselho de Administração, conforme o caso.

§ 2°. Caberá a qualquer membro do Conselho de Administração substituir o Presidente do Conselho de Administração na sua ausência ou impedimento, conforme a indicação deste.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017

§ 3°. Caberá ao Secretário do Conselho de Administração lavrar em ata as deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração e adotar as providências necessárias para convocar a Assembleia Geral, sempre que a matéria aprovada demandar a aprovação posterior dos acionistas, respeitada a forma de convocação estabelecida na legislação em vigor e por este estatuto social.

§ 4°. Os conselheiros e seus suplentes serão eleitos para mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, e serão investidos como conselheiros efetivos ou suplentes, conforme o caso, mediante assinatura do termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração.

§ 5°. Os conselheiros não reeleitos permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus substitutos.

§ 6°. Em suas ausências e impedimentos temporários, o conselheiro efetivo será substituído pelo respectivo suplente.

§ 7°. Em caso de vacância ou impedimento permanente, o conselheiro efetivo será substituído pelo respectivo suplente até a primeira Assembleia Geral, a qual procederá à eleição do substituto, que completará o mandato do conselheiro substituído.

§ 8º - O Presidente do Conselho de Administração será eleito pela maioria dos votos de seus membros. A substituição do Presidente do Conselho de Administração obedecerá ao mesmo critério estabelecido para sua eleição.

Art. 10. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante aviso por escrito aos outros, com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias, indicando a pauta e o horário em que a reunião se realizará, na sede da Sociedade ou em qualquer outra localidade escolhida de comum acordo por seus membros, podendo-se realizar, inclusive, por meio de qualquer sistema de vídeo ou audioconferência.

§ 1°. A convocação prevista no *caput* deste artigo poderá ser realizada por carta, telegrama, fax ou e-mail, ficando dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração.

§ 2°. O *quorum* de instalação de reunião do Conselho de Administração requer a presença de no mínimo 1/2 (metade) dos membros integrantes do colegiado.

§ 3°. A reunião do Conselho de Administração será presidida preferencialmente por seu Presidente em exercício, que designará um dos membros para secretariar os trabalhos, em caso de ausência ou impedimento do Secretário.

§ 4°. As deliberações do Conselho de Administração exigirão, para serem aprovadas, o voto favorável da maioria dos membros integrantes do colegiado, observado o voto de qualidade exclusivamente do Presidente do Conselho de Administração em caso de empate nas deliberações.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017

§ 5º. Não sendo alcançado, após duas convocações sucessivas, o *quorum* de instalação, a matéria será submetida à decisão da Assembleia Geral, para tanto imediatamente convocada pelo Presidente do Conselho de Administração e nos casos previstos em lei.

§ 6º. As deliberações do Conselho de Administração serão registradas em ata, lavrada em livro próprio e assinada por todos os conselheiros que participaram das deliberações.

§ 7º. Compete ao Conselho de Administração, além de outras matérias a ele atribuídas por lei e neste estatuto social, decidir sobre:

I - eleição e destituição dos membros da Diretoria e fixação de sua remuneração individual, observado o limite global fixado pela Assembleia Geral;

II - detalhamento das funções, atribuições e limites de alçada dos membros da Diretoria, não especificados neste Estatuto;

III - aprovação da política geral de cargos e salários, benefícios e remuneração variável;

IV - participação em licitações ou outros procedimentos para obtenção de concessão, permissão ou autorização, dispensada a autorização para participar de licitações para prestação de serviços de telecomunicações para órgãos públicos federais, estaduais e municipais, cuja competência de aprovação fica atribuída na forma do artigo 14;

V - quaisquer alterações ou modificações nos termos de concessões, permissões ou autorizações outorgadas;

VI - escolha e destituição de auditores independentes da Sociedade, se julgar conveniente a sua contratação pela Sociedade;

VII - estabelecimento das políticas da Sociedade referentes aos controles financeiros;

VIII - aprovação de planos de negócios, planos quinquenais estratégicos, orçamentos, inclusive de capital, bem como o plano de negócios da Sociedade, e suas alterações;

IX - aprovação das demonstrações financeiras para fins de submissão à Assembleia Geral e de proposta para a distribuição de dividendos relativos a períodos menores que o anual, observadas as disposições legais;

X - definição dos níveis máximos de endividamento da Sociedade;

XI - realização de investimentos e despesas de capital, ressalvados os já contemplados no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017

XII - deliberação quanto ao pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio da Sociedade, respeitados os limites estabelecidos na legislação em vigor;

XIII - aquisição de participação societária em outras pessoas jurídicas, de forma direta ou indireta, pela Sociedade;

XIV - constituição, pela Sociedade, de outras pessoas jurídicas;

XV - participação da Sociedade em consórcios e associações;

XVI - operações de crédito, empréstimo ou financiamento em valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento, exceto quando as mesmas forem realizadas entre a Sociedade e seus controladores diretos ou indiretos ou outras companhias sujeitas ao controle comum da Sociedade, operações em relação às quais não será necessária aprovação prévia do Conselho de Administração;

XVII – aquisição de bens, móveis ou imóveis, e direitos, em valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento;

XVIII - alienação, disposição ou oneração, a qualquer título, cessão, arrendamento, transferência ou constituição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo por objeto bens do ativo permanente e/ou direitos em valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento;

XIX - a assinatura por membros da Diretoria e/ou por procuradores autorizados, de qualquer contrato, ou série de contratos correlatos por evento, em valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo certo que a aprovação pelo Conselho de Administração não será necessária nas operações envolvendo a aquisição de bens móveis e equipamentos dentro dos limites do orçamento anual já aprovado por este órgão;

XX - a celebração de qualquer contrato, independentemente do valor envolvido, sempre que nele seja parte acionista ou administrador da Sociedade, ou pessoa jurídica ou entidade controlada com que o acionista ou administrador mantenha ou tenha mantido vínculo contratual ou societário, exceto pelo disposto no inciso XVI acima;

XXI - a concessão de avais ou fianças, a assunção de obrigações em proveito exclusivo de terceiros, a efetivação de doações e a prática de quaisquer atos graciosos, em valores que excederem à R$ 500.000,00, exceção feita à prestação, pela Sociedade, representada na forma do artigo 14, I ou II, em favor de seus empregados transferidos por motivo de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

trabalho, de fiança em contratos de locação residencial e em trâmites aduaneiros relacionados à liberação de bagagem desacompanhada; e

XXII - mediante delegação da Assembleia Geral, deliberar sobre a oportunidade e as condições de emissão de debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76;

XXIII – tomar as medidas necessárias para assegurar que os centros de deliberação e implementação de decisões estratégicas, gerências e técnicas relacionadas à execução das obrigações previstas nos Contratos de Concessão celebrados entre a Sociedade e a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL estejam localizados em território nacional, em observância do disposto na Cláusula 18.3 do citado Contrato;

XXIV – indicar os membros dos órgãos responsáveis pela administração e fiscalização (i) da TELOS – Fundação Embratel de Seguridade Social, exceto no que tange aos membros da Diretoria, dentre os quais apenas o Presidente será indicado pela Claro, cabendo ao Presidente assim eleito a competência para contratar os demais diretores e (ii) dos órgãos correspondentes em outras entidades de previdência social da Sociedade, estabelecendo os critérios apropriados de inspeção e controle para os mesmos;

XXV – aprovar a celebração, pela Sociedade, de contratos de aquisição de conteúdo de vídeo internacional, bem como a manutenção ou renovação desses contratos;

XXVI – aprovar a alteração de qualquer termo ou condição, término, cancelamento ou não renovação de qualquer contrato ou relação comercial entre a Sociedade e qualquer parte relacionada do Globo Comunicação e Participações S.A., celebrados até 15 de junho de 2012;

XXVII – submeter à deliberação da Assembleia Geral os contratos de prestação de serviços de gerência, incluindo aqueles de assistência técnica, a serem celebrados com o acionista controlador ou com terceiros a tal acionista controlador.

§ 8°. Nas matérias listadas nos incisos XVI a XIX e no inciso XXI supra, cujo valor por operação esteja abaixo daqueles indicados nos respectivos itens, será dispensada a aprovação do Conselho de Administração, devendo ser formalizados em conformidade com o art. 14 do presente estatuto.

SEÇÃO III – Dos Comitês.

Art. 11. O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá constituir comitês técnicos ou consultivos, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Sociedade.

SEÇÃO IV – Da Diretoria.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017

Art. 12. A Diretoria da Sociedade será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 8 (oito) Diretores, acionistas ou não, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os demais diretores com as seguintes designações: "CEO Mercado Empresarial", "CEO Mercado Pessoal", "CEO Mercado Residencial"; "Diretor Executivo Jurídico e Regulatório", "Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional", "Diretor Executivo Administrativo e Financeiro", e "Diretor de Mercado de Atacado".

§ 1º. Os Diretores serão eleitos para mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos.

§ 2º. Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

§ 3º. Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, de qualquer cargo na Diretoria, o respectivo substituto será escolhido pelo Conselho de Administração e exercerá suas funções pelo prazo restante do mandato do diretor substituído.

§ 4º. Na hipótese da vacância descrita no parágrafo anterior do presente artigo, a Diretoria poderá ser representada por somente 01 (um) Diretor, desde que haja aprovação prévia do Conselho de Administração.

Art. 13. Compete a cada Diretor, além das atribuições eventualmente aprovadas pelo Conselho de Administração, agir sempre com o cuidado, diligência, ética, lealdade e probidade na condução de suas atividades e das áreas sob sua responsabilidade, sendo responsável cada um pelas seguintes atribuições:

I - cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Sociedade estabelecidos pelo Conselho de Administração, sendo cada Diretor responsável pela área de atuação e pela unidade de negócio que lhe for atribuída pelo Conselho de Administração;

II - anualmente, traçar o plano de atividades da Sociedade para implementação do plano de negócios;

Parágrafo Único. Compete especificamente ao **Diretor de Mercado de Atacado** dirigir todos os processos de atendimento, comercialização e entrega dos produtos referentes à Oferta de Referência dos Produtos no Mercado de Atacado a que se refere o caput do art. 5º da Resolução nº 600 de 08 de novembro de 2012 da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Art. 14. Exceto pelos poderes e representação isolada especificamente previstos no artigo 13 acima, em todos e quaisquer atos ou documentos que importem em responsabilidade patrimonial para a Sociedade, ou que de outra forma a obriguem, deverá(ão) constar, obrigatoriamente, para fins de representação social, assinatura(s), da seguinte forma:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

I - a assinatura de pelo menos 02 (dois) Diretores;

II - a assinatura de 01 (um) Diretor atuando em conjunto com 01 (um) procurador, nomeado conforme o § 1º deste artigo;

III - a assinatura de 02 (dois) procuradores com poderes específicos, nomeados necessariamente por dois Diretores da Sociedade; e

IV - a assinatura de 01 (um) Diretor ou de 01 (um) procurador nomeado conforme o parágrafo primeiro deste artigo, atuando isoladamente, com poderes específicos para representar a Sociedade nos atos e documentos relativos a processos de licitações públicas, bem como em quaisquer outros atos ou documentos expressamente indicados pelo Conselho de Administração, sem prejuízo das outras formas de representação previstas neste estatuto.

§ 1º. A Sociedade representada de acordo com o previsto no inciso I do caput deste artigo poderá constituir procuradores, especificando no instrumento de mandato os poderes outorgados e o prazo de duração, que não poderá exceder a 01 (um) ano, salvo para fins judiciais ou para representação em processos administrativos de natureza tributária ou ainda, para representar a Sociedade no caso previsto no inciso IV deste artigo.
§ 2º. A Sociedade poderá ser representada por um Diretor ou um procurador, agindo isoladamente, (a) em juízo ou em assembleias gerais de companhias das quais a Sociedade seja acionista, (b) no endosso de cheques ou documentos para depósito ou cobrança, e (c) perante repartições públicas federais, estaduais, e municipais, sociedades de economia mista não financeiras e concessionárias de serviço público.

SEÇÃO V – Do Conselho Fiscal.

Art. 15. O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes conferidos por lei, somente será instalado a pedido de acionistas, na forma que faculta o artigo 161 da Lei nº 6.404/76, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. À Assembleia Geral que vier a eleger o Conselho Fiscal, caberá fixar a respectiva remuneração, observado o mínimo legal.

CAPÍTULO V – Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Dividendos.

Art. 16. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei.

Art. 17. Os acionistas farão jus a receber anualmente o dividendo obrigatório em montante equivalente a 0,1% (zero ponto um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017

Art.-18. O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores. e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados.

Parágrafo Único. A qualquer tempo, o Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros.

CAPÍTULO VI – Da Liquidação da Sociedade.

Art. 19. A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei e neste Estatuto, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante, e o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VII – Disposições Transitórias.

Art. 20. Os acionistas da Companhia poderão solicitar a conversão de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, bem como de ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais, observado o disposto neste artigo.

§ 1º. A conversão a que se refere este artigo poderá ser solicitada por meio de comunicação dirigida à administração da Sociedade, impreterivelmente até o dia 16 de março de 2015. Após esta data, os acionistas não terão mais o direito de solicitar a conversão de suas ações de uma espécie para outra.

§ 2º. A conversão será realizada na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial e vice-versa, cabendo à Sociedade e seus acionistas controladores tomar as providências necessárias para que não haja violação à proporção legal de ações ordinárias e ações preferenciais.

§ 3º. Encerrado o prazo a que se refere este artigo, e na hipótese de ter havido solicitação de conversão de ações por parte de algum acionista, a Sociedade terá um prazo de 30 (trinta) dias para implementar a conversão referida neste artigo.

* * * * * * *

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA BRASIL TELECOMUNICAÇÕES S.A. PELA CLARO S.A.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os órgãos de administração das partes abaixo indicadas, de acordo com as disposições aplicáveis da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."):

I. **CLARO S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Flórida, 1970, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 40.432.544/0001-47, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**CLARO**"); e

II. **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Avenida João César, 1310, loja 02, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.236.881/0001-70, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**BRASIL TELECOMUNICAÇÕES**"),

CLARO S.A. e **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES** doravante também denominadas, em conjunto, como "Partes" ou "Companhias" e, individualmente, como "Parte" ou "Companhia",

CONSIDERANDO QUE:

(A) A **CLARO** e a **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES** são companhias prestadoras de serviços de telecomunicações;

(B) A **CLARO** detém a totalidade das ações representativas do capital social da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES**;

(C) As administrações das Partes vêm realizando estudos buscando alternativas para a melhor condução de suas atividades e políticas gerenciais, com o intuito de racionalizar custos e simplificar procedimentos societários, administrativos e contábeis, trazendo benefícios econômicos aos seus acionistas;

(D) No âmbito das análises realizadas, ficou evidenciado que a unificação das estruturas administrativas e societárias das Partes em uma única sociedade levaria a uma redução de custos operacionais e à simplificação da cadeia societária de seu grupo econômico;

(E) As administrações das Partes entendem que, para se atingir os objetivos acima mencionados, a melhor alternativa envolve a implementação de uma reestruturação societária que faça com que a **CLARO** absorva o patrimônio da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES**, de tal forma que as Partes unam seus respectivos patrimônios e administrações.

JURÍDICO CLARO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

Celebram as administrações das Partes o presente "Protocolo e Justificação de Incorporação da BRASIL Telecomunicações S.A. pela Claro S.A." ("Protocolo e Justificação"), em conformidade com os artigos 224 e 225 da Lei das S.A., com a finalidade de descrever a justificativa e estabelecer as condições propostas para a incorporação da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES** pela **CLARO** ("Operação" ou "Incorporação"), que será submetida à deliberação das Assembleias Gerais das Partes, na forma da Lei das S.A. e de seus respectivos Estatutos Sociais.

1. JUSTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

1.1. A Operação justifica-se pelos motivos expostos no preâmbulo do presente Protocolo e Justificação, sobretudo pelo fato de que a sua implementação permitirá: (a) a racionalização de custos e simplificação dos procedimentos societários, administrativos e contábeis; e (b) um melhor aproveitamento dos recursos das Partes pela união de seus esforços e patrimônios, unificação de suas administrações, trazendo consideráveis benefícios de ordem administrativa e permitindo o incremento de sua eficiência.

2. CONDIÇÕES DA INCORPORAÇÃO

2.1. Incorporação do Acervo da BRASIL TELECOMUNICAÇÕES e Sucessão.

2.1.1. Versão Patrimonial e Extinção da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES**. Por meio da Incorporação será vertido à **CLARO** a totalidade do patrimônio da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES**. Como decorrência da Operação: (a) a **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES** será extinta; e (b) suas atividades passarão a ser conduzidas pela **CLARO**.

2.1.2. Sucessão em Direitos e Obrigações da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES**. Aprovada a Operação e sujeito ao disposto na Cláusula 2.3 abaixo, a **CLARO** sucederá a **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES** em todos seus direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos os fins e efeitos, sem qualquer solução de continuidade.

2.2. Ausência de Aumento de Capital Social, Avaliação do Patrimônio Incorporado, Data-Base, Empresa Avaliadora.

2.2.1. Ausência de Aumento de Capital Social e de Alteração do Número de Ações da **CLARO**. Tendo em vista que a **CLARO** é detentora da totalidade das ações representativas do capital social da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES**, a Incorporação não resultará em aumento de capital social da **CLARO** ou em alteração do número de ações de sua emissão. Com consequência da Operação, as ações de emissão da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES** detidas pela **CLARO** serão canceladas e substituídas pelo acervo a ser vertido da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES**, sem que haja qualquer variação do valor de patrimônio líquido da CLARO.

JURÍDICO CLARO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

2.2.2. Avaliação Contábil do Patrimônio da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES**. O patrimônio da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES** foi avaliado segundo seu valor líquido contábil na data-base 31 de dezembro de 2016 ("Data-Base"), no montante de R$ 10.895.802,97 (dez milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e dois reais e noventa e sete centavos). Não obstante, observado o disposto na Cláusula 2.2.1 acima, a Incorporação não resultará em qualquer alteração do patrimônio líquido da **CLARO**. A avaliação a que se refere esta Cláusula foi realizada pela Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., sociedade com sede na Rua da Assembleia, nº 35, 12º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.281.922/0001-70 e registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado São Paulo sob o nº 031997/O4-F ("Apsis"), contratada, *ad referendum* das Assembleias Gerais Extraordinárias da **CLARO** e da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES**. O laudo de avaliação do patrimônio da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES** por seu valor contábil ("Laudo de Avaliação Contábil") integra o presente instrumento na forma de seu Anexo I.

2.2.3. Tratamento das Ações de uma Sociedade Detidas pela Outra. As ações de emissão da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES** detidas pela **CLARO** serão canceladas em decorrência da Incorporação. Não há ações de emissão da **CLARO** que sejam de propriedade da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES**.

2.2.4. Variações Patrimoniais. As receitas, despesas e variações patrimoniais ocorridas na **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES** a partir da Data-Base, sejam ativas ou passivas, serão contabilizadas na **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES** até a Data de Eficácia do Evento, e, quando de sua eficácia, absorvidas pela **CLARO**, sem que haja modificação nos valores adotados para a realização da Operação.

2.3. Eficácia da Incorporação

2.3.1. Ante necessidades operacionais e de adequação de diversas práticas e processos internos da **CLARO** e da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES**, as Partes ajustam que as deliberações das Assembleias Gerais que deverão aprovar a Incorporação somente deverão se tornar eficazes no dia 28 de fevereiro de 2017 ("Data de Eficácia do Evento"), para todos os fins e efeitos legais, inclusive societários, fiscais e contábeis. Neste sentido, deverão as administrações das Partes tomar as providências necessárias no sentido de promover a realização das referidas Assembleias Gerais fazendo constar dos documentos de convocação e da ata das assembleias a referência expressa de que as deliberações não produzirão efeitos de imediato, ficando a sua eficácia – e a produção de seus efeitos legais – sujeitos ao transcurso do prazo acima mencionado.

2.4. Condições Gerais.

2.4.1. Inexistência de Direito de Recesso. Tendo em vista que a **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES** não possui e não deverá possuir, na data de deliberação da Operação, acionistas minoritários, não haverá direito de recesso decorrente da Operação.

JURÍDICO CLARO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

2.4.2. AUSÊNCIA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL E NO DIREITO DAS AÇÕES DA **CLARO**. A Incorporação não implicará em qualquer alteração no Estatuto Social da **CLARO** ou nos direitos de suas ações.

2.4.3. AUTORIDADES DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA. A Operação não está sujeita a aprovação de autoridades brasileiras ou estrangeiras de defesa da concorrência.

2.4.4. APROVAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL. A Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL concedeu anuência prévia para realização da Operação, conforme Ato n.º 5.622, de 22 de dezembro de 2016.

2.4.5. SOBREVIVÊNCIA DE CLÁUSULAS VÁLIDAS. Caso alguma cláusula, disposição, termo ou condição deste Protocolo e Justificação venha ser considerada inválida, as demais cláusulas, disposições, termos e condições não afetados por essa invalidação não serão afetadas.

3. IMPLEMENTAÇÃO DA OPERAÇÃO

3.1. Observado o disposto na Cláusula 2.3 acima, a condição para a efetivação da Incorporação é a sua aprovação pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES** e da **CLARO**.

3.2. Aprovada a Incorporação competirá às administrações das Partes promover o arquivamento e publicação de todos os atos societários inerentes à Incorporação, e praticar todos os demais atos inerentes a incorporação e, apenas após ultrapassado o prazo a que se refere a Cláusula 2.3 acima, ou seja, na Data de Eficácia do Evento, praticar todos os demais atos necessários à sua implementação.

4. CONCLUSÕES

4.1. Em face dos elementos acima expostos, as administrações da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES** e da **CLARO** entendem que a Operação atende aos interesses das Partes e de seus respectivos acionistas, pelo que recomendam a sua implementação.

4.2. O presente Protocolo e Justificação e os demais documentos relacionados a esta Operação serão submetidos à apreciação dos acionistas da **BRASIL TELECOMUNICAÇÕES** e da **CLARO**, em Assembleias Gerais Extraordinárias convocadas para tal fim e, sendo este Protocolo e Justificação aprovado, será formalizada a Incorporação.

JURÍDICO CLARO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Paulo-SP, 15 de fevereiro de 2017.

BRASIL TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Roberto Catalão Cardoso Rodrigo Marques de Oliveira

CLARO S.A.

Roberto Catalão Cardoso Rodrigo Marques de Oliveira

Testemunhas:

1. _____
Nome: Luciana Silviano
RG: 26 498.342.7

2. _____
Nome: Claudia Silveira
RG: 18.494 220.9

JURÍDICO CLARO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP PROTOCOLO
0.430.743/16-6

CLARO S.A., sociedade anônima, registrada nesta Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 3530014580-1, inscrita no CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47, com sede na Rua Flórida, 1970, Cidade Monções, São Paulo-SP, CEO 04565-001, por sua procuradora infra-assinada, Sra. Fernanda Fonseca Reginato Borges, vem, perante ao Ilustre Presidente da JUCESP, requerer o arquivamento da Carta Renúncia do Sr. Carlos Herman Zenteno De Los Santos, ao cargo de Diretor da Companhia, sob a designação "CEO Mercado Pessoal" e de Membro do Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo-SP, 04 de maio de 2016.

FERNANDA FONSECA REGINATO BORGES
PROCURADORA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 211.640/16-5
FLAVIA R. BRITTO GONÇALVES
SECRETÁRIA GERAL

JUCESP 2 MAI 2016 SEDE

JURÍDICO CLARO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

JUCESP
12 05 16

São Paulo, 24 de março de 2016.

À
CLARO S.A.
("Companhia")
Rua Flórida, n.º 1970, Brooklin Novo
CEP 04565-001 - São Paulo/SP

Prezados Senhores,

Sirvo-me da presente para, honrado por ter prestado serviços na qualidade de Diretor da Companhia, sob designação "CEO Mercado Pessoal", e Membro do seu Conselho de Administração, apresentar a V.Sas. a minha renúncia aos referidos cargos, ficando a mesma eficaz a partir da presente data.

Atenciosamente,

Carlos Hernan Zenteno De Los Santos

Ciente e de acordo: 24/3/2016

CLARO S.A.

JURÍDICO CLARO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

JUCESP PROTOCOLO
0.241.759/17-1

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 24 de fevereiro de 2017, às 09:00hs, na sede da Claro S.A. ("Companhia"), situada na Rua Flórida, 1970, CEP 04565-907, na Cidade e Estado de São Paulo.

2. **CONVOCAÇÃO:** Anúncios publicados, nos termos do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76, Jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 16, 17 e 18 de fevereiro de 2017. Os referidos anúncios encontram-se sobre a mesa à disposição dos interessados, tendo sido dispensada a leitura e a transcrição dos mesmos.

3. **PRESENÇAS:** Presentes os acionistas da Companhia, representando mais de 99% (noventa e nova por cento) do capital com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presente, ainda, o Sr. Giancarlo Naldi Falkenstein, representante da empresa de avaliação APSIS Consultoria Empresarial Ltda..

4. **MESA:** Nos termos do artigo 7º, parágrafo 1º do Estatuto Social, presidiu os trabalhos o Diretor da Companhia, Sr. Roberto Catalão Cardoso, que convidou o Sr. André Santos Correia para secretariar os trabalhos.

5. **ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Foram adotadas as seguintes deliberações pela unanimidade dos acionistas presentes à Assembleia:

5.1. Autorizar que a lavratura da ata que se refere à assembleia geral extraordinária seja feita sob a forma de sumário e que a sua publicação seja feita com a omissão das assinaturas dos Acionistas presentes, como facultam, respectivamente, os §§ 1º e 2º do artigo 130, da Lei n.º 6.404/76.

5.2. Aprovar o "Protocolo e Justificação de Incorporação da Brasil Telecomunicações S.A. pela Claro S.A.", celebrado em 15 de fevereiro de 2017 pelas administrações da Companhia e da Brasil Telecomunicações S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, na Avenida João César, 1310, loja 02, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.236.881/0001-07, registrada perante a Junta Comercial de Minas Gerais sob o NIRE n.º 31.300.011.534 (respectivamente, "Protocolo e Justificação" e "BRASIL TELECOMUNICAÇÕES"), o qual, assinado e rubricado pela mesa, passa a constituir, juntamente com seu respectivo anexo, o Anexo I à presente ata.

5.3. Ratificar a nomeação e contratação da APSIS Consultoria Empresarial Ltda., sociedade com sede na Rua da Assembleia, nº 35, 12º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017

inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.281.922/0001-70 e registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado São Paulo sob o nº 031997/O4-F, que elaborou o laudo de avaliação do patrimônio da BRASIL TELECOMUNICAÇÕES, a ser incorporado pela Companhia, a valor contábil, na data-base de 31 de dezembro de 2016 ("Laudo de Avaliação").

5.4. Aprovar o Laudo de Avaliação, conforme anexo ao Protocolo e Justificação.

5.5. Aprovar, sem ressalvas, a proposta de incorporação da BRASIL TELECOMUNICAÇÕES pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação, inclusive no que diz respeito à disposição de que a Data de Eficácia do Evento (conforme definido no Protocolo e Justificação) ocorrerá apenas em 28 de fevereiro de 2017, consignando que:

(i) A incorporação da BRASIL TELECOMUNICAÇÕES não implicará em aumento do capital social da Companhia nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social;

(ii) A incorporação da BRASIL TELECOMUNICAÇÕES foi precedida por anuência prévia da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, conforme Ato n.º 5.622, de 22 de dezembro de 2016; e

(iii) Consumadas as providências legais, a BRASIL TELECOMUNICAÇÕES estará extinta de pleno direito e a Companhia a sucederá em todos seus direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos, sem qualquer solução de continuidade.

(iv) Nos termos da Cláusula 2.3 do Protocolo e Justificação, as deliberações que aprovaram a incorporação da BRASIL TELECOMUNICAÇÕES pela Companhia, deverão se tornar eficazes apenas em 28 de fevereiro de 2017.

5.6. Aprovar a declaração de que trata a anuência prévia da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, conforme Ato n.º 5.622, de 22 de dezembro de 2016, relacionada à incorporação da BRASIL TELECOMUNICAÇÕES, nos termos do Anexo II à presente ata.

5.7. Aprovar a transferência da sede da Companhia da Rua Flórida, n.º 1970, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04565-001 para Rua Henri Dunant, n.º 780, Torres A e B, Santo Amaro, São

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 as 11:44 , sob o numero WAUU18700085541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001-47

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017

Paulo/SP, CEP 04709-110 e a correspondente reforma do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º. A Sociedade tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, Rua Henri Dunant, n.º 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110."

5.8. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo III à presente ata, em razão da deliberação constante no item 5.7 acima.

5.9. Aprovar a autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima tomadas.

6. ENCERRAMENTO: E, nada mais havendo a tratar, suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, achada conforme e assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS: Roberto Catalão Cardoso - Presidente; André Santos Correia - Secretário. GIANCARLO NALDI FALKENSTEIN, REPRESENTANTE DA EMPRESA DE AVALIAÇÃO APSIS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.. Acionistas presentes: CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., REPRESENTADA POR SUA PROCURADORA BRUNA MANFREDI CAMARGO, EG PARTICIPAÇÕES S.A. REPRESENTADA POR SUA PROCURADORA BRUNA MANFREDI CAMARGO, TELMEX SOLUTIONS TELECOMUNICAÇÕES S.A. REPRESENTADA POR SUA PROCURADORA BRUNA MANFREDI CAMARGO E CONTROLADORA DE SERVICIOS DE TELECOMUNICACIONES S.A. DE C.V. REPRESENTADA POR ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA.

São Paulo-SP, 24 de fevereiro de 2017.

Confere com a original, lavrada em livro próprio.

André Santos Correia
SECRETÁRIO

JUCESP
20 MAR 2017
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
131.968/17-8
JUCESP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

BRASIL TELECOMUNICAÇÕES S.A.
NIRE 31.300.011.534
CNPJ/MF nº. 01.236.881/0001-07

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017

SECRETÁRIO

ANEXO I

PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA BRASIL TELECOMUNICAÇÕES S.A. PELA CLARO S.A.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:24 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

JUCESP
13 02

JUCESP PROTOCOLO
0.119.106/15-2

NET SERVIÇ

CNPJ Nº 00.108.786/0001-65
NIRE Nº 35.300.177.240

COMPANHIA ABERTA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2014

DATA, HORA E LOCAL: Aos 18 dias do mês de dezembro de 2014, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Verbo Divino nº 1356 – 1º andar, Chácara Santo Antônio, na cidade de São Paulo – SP.

PRESENÇA: Presentes à Assembleia os acionistas titulares de 99,5% (noventa e nove, cinco por cento) do capital votante e 99,4% (noventa e nove, quatro por cento) dos detentores de ações preferenciais, conforme assinaturas apostas no "Livro de Presença de Acionistas". Presentes, ainda, (a) o Sr. Marcos Vinicius Bernardo, representante da empresa de avaliação Grant Thornton Auditores Independentes; (b) a Sra. Flávia Santos, representante da empresa de avaliação APSIS Consultoria Empresarial Ltda.; (c) o Sr. Edison Giraldo, membro do Conselho Fiscal da Companhia; e (d) o Sr. Herbert Suede, representante do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A..

MESA DIRETORA: ROBERTO CATALÃO CARDOSO – Presidente, e FERNANDA FONSECA REGINATO BORGES – Secretária.

CONVOCAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS: Edital de convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, edições de 18, 19 e 20 de novembro de 2014. Os referidos anúncios encontram-se sobre a mesa à disposição dos interessados, tendo sido dispensada a leitura e a transcrição dos mesmos. Todos os documentos exigidos pela Lei nº 6.404/76 e pela Instrução CVM nº 319/99 e 481/09 com relação às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária foram disponibilizados aos acionistas da Companhia por ocasião da publicação do Edital de Convocação.

ORDEM DO DIA: (a) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras de Propósito Específico da Companhia, na data base de 30 de setembro de 2014; (b) Deliberar sobre o "Protocolo e Justificação de Incorporação da NET Serviços de Comunicação S.A. pela Claro S.A." (c) Deliberar sobre a ratificação da escolha da: (i) Grant Thornton Auditores Independentes para elaboração dos laudos de avaliação do patrimônio da Companhia a ser incorporado pela CLARO S.A. a valor contábil; e (ii) da APSIS Consultoria Empresarial Ltda. para elaboração do laudo de avaliação dos

O TABELIÃO DE NOTAS - SP
Rua Marconi, 124 - Fone: 3121-1919
AUTÊNTICO a presente cópia reprográfica confere com o original a mim apresentado na qual foi reproduzida. Dou Fé
06 JUN. 2016
SELOS E EMOLUMENTOS FORA VERBA - VALOR DECLARADO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

patrimônios da Companhia e da CLARO S.A. a preços de mercado, para fins de atendimento ao artigo 264 da Lei 6.404/76; (d) Examinar, discutir e votar os laudos preparados conforme mencionados no item 'c' acima; (e) Examinar, discutir e votar sobre a proposta de incorporação da Companhia pela CLARO S.A., nos termos do "Protocolo e Justificação de Incorporação da NET Serviços de Comunicação S.A. pela Claro S.A." , observado que esta deliberação não produzirá efeitos de imediato, mas apenas em 31 de dezembro de 2014; e (f) Examinar, discutir e votar a proposta de autorização para que a administração da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação e formalização da operação acima, observado o disposto no item (e) acima.

PARECER DO CONSELHO FISCAL: O Conselho Fiscal da Companhia, em reunião realizada em 17 de novembro de 2014, opinou favoravelmente sobre a proposta de incorporação da Companhia pela CLARO S.A., nos termos da minuta do "Protocolo e Justificação de Incorporação da NET Serviços de Comunicação S.A. pela Claro S.A.", e de seus respectivos anexos, bem como sobre a submissão desta matéria à Assembleia Geral.

DELIBERAÇÕES: Os acionistas, por unanimidade, autorizaram a lavratura da presente ata na forma de sumário e que sua publicação seja feita com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, como faculta os parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei 6.404/76. Foram apresentados, pela acionista Tempo Capital Principal Fundo de Investimento de Ações, protesto e voto contrário às matérias constantes dos itens (a), (b), (c), (d), (e) e (f) da Ordem do Dia da presente assembleia, conforme anexo.

1. Os Senhores acionistas presentes, detentores de ações ordinárias, aprovaram, por maioria, as Demonstrações Financeiras de Propósito Específico da Companhia relativas a 30 de setembro de 2014 ("Data-Base").

2. Os Senhores acionistas presentes, detentores de ações ordinárias e preferenciais, aprovaram, por maioria, o "Protocolo e Justificação de Incorporação da NET Serviços de Comunicação S.A. pela Claro S.A." ("Protocolo e Justificação"), o qual, assinado e rubricado pela mesa, passa a constituir, juntamente com seus anexos, o Anexo I à presente ata.

3. Os Senhores acionistas presentes, detentores de ações ordinárias e preferenciais, ratificaram, por maioria, (i) a nomeação e contratação da Grant Thornton Auditores Independentes, sociedade estabelecida na Cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 37, conjunto 12, 1º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) nº 10.830.108/0001-65, registrada originariamente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC 2SP-025.5 83/O-1, com seu Contrato Social arquivado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado de São Paulo, sob o nº 353.298, em 05 de maio de 2009 e alterações posteriores registradas no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Capital do Estado de São Paulo, estando a

Paulo Roberto Fernandes - Tabelião
Rua Marconi, 130 - Fone: 3121-1919
AUTÊNTICO o presente cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado na qual reproduzida. Dou Fé.
S. Paulo, 06 JUN. 2016
SELOS RECOLHIDOS POR VERBA - VALOR RECEBIDO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

JUCESP

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

NIRE

última delas, datada de 31/01/2014, registrada em microfilme sob o nº 407.795, que elaborou o laudo de avaliação do patrimônio da Companhia a ser incorporado pela CLARO S.A., por seu valor contábil na Data-Base ("Laudo de Avaliação") e (ii) a nomeação e contratação da APSIS Consultoria Empresarial Ltda., com sede na Rua da Assembleia, nº 35, 12º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.281.922/0001-70, que elaborou o laudo de avaliação dos patrimônios líquidos da Companhia e da CLARO S.A., a preços de mercado, na Data-Base ("Laudo de Avaliação a Preço de Mercado").

4. Os Senhores acionistas presentes, detentores de ações ordinárias e preferenciais, aprovaram, por maioria, o Laudo de Avaliação e o Laudo de Avaliação a Preço de Mercado, conforme anexos ao Protocolo e Justificação.

5. Os Senhores acionistas presentes, detentores de ações ordinárias e preferenciais, aprovaram, por maioria, a proposta de incorporação da Companhia pela CLARO S.A., nos exatos termos do Protocolo e Justificação – **inclusive no que diz respeito à disposição de que a Data de Eficácia do Evento (conforme definido no Protocolo e Justificação) ocorrerá apenas em 31 de dezembro de 2014** –, consignando que:

(i) Consumadas as providências legais, após a Data de Eficácia do Evento, a Companhia estará extinta de pleno direito e a CLARO S.A. a sucederá em todos seus direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos, sem qualquer solução de continuidade;

(ii) Conforme definido no Protocolo e Justificação, a relação de substituição de ações da Companhia por ações da CLARO S.A será de 0,0884 ações de emissão da CLARO S.A. para cada ação de emissão da Companhia, independente da espécie;

(iii) Nos termos do Protocolo e Justificação, os acionistas da Companhia que, em virtude da relação de substituição, fizerem jus a frações de ações da CLARO S.A., receberão o montante correspondente ao valor de reembolso de suas ações que forem insuficientes para serem substituídas por um número inteiro de ações da CLARO S.A.;

(iv) Conforme previsto no Protocolo e Justificação, uma vez que não há planos para que a CLARO S.A. se torne uma companhia aberta ao fim da operação (ou após o prazo de 120 dias contados da assembleia geral que aprovar a operação) será conferido aos acionistas da Companhia, o direito de recesso a que se refere o artigo 223, § 4º, da Lei das S.A. As formalidades para o exercício do direito de recesso serão informadas aos acionistas em aviso a ser publicado antes da Data de Eficácia do Evento.

9º TABELIÃO DE NOTAS - SP
Paulo Roberto Fernandes - Tabelião
Rua Marconi, 124 - Fone: 3421-1919
AUTÊNTICO o presente cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado na presente reproduzida. Dou Fé
S. Paulo, 06 JUN. 2016
SELOS RECOLHIDOS POR VERBA - VALOR REC

NET Jurídico

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.

JUCESP

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.
REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

19.12.14

(v) Nos termos do Protocolo e Justificação, o valor de reembolso a ser pago aos acionistas da Companhia que dissentirem da incorporação da Companhia pela CLARO S.A. será de R$ 47,86 (quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos), que corresponde ao montante de R$ 45,50 (quarenta e cinco réais e cinquenta centavos) por ação, independente da classe ou espécie, corrigido pela variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) desde 30 de junho de 2014 (data-base das avaliações econômicas) até a presente data; e

(vi) Nos termos das Cláusulas 2.7.2 e 2.7.3 do Protocolo e Justificação, as deliberações que aprovaram a incorporação da Companhia pela CLARO S.A., deverão se tornar eficazes apenas em 31 de dezembro de 2014.

6. Os Senhores acionistas presentes, detentores de ações ordinárias e preferenciais, autorizaram, por maioria, a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima tomadas, observado, ainda, o disposto no Protocolo e Justificação.

ENCERRAMENTO: Foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Reaberta a sessão, foi a ata lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada.

ASSINATURAS: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. – EMBRATEL Por seus procuradores Ana Lúcia Barbetti e Vitor Rozenthal; EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A. por seus procuradores Ana Lúcia Barbetti e Vitor Rozenthal; EG PARTICIPAÇÕES S.A por seus procuradores Ana Lúcia Barbetti e Vitor Rozenthal; MAURO SZWARCWALD; ACADIAN TAX AWARE EMERGING MARKETS EQUITY FUND LLC; DGAM EMERG MARKETS EQUITY FUND LP; EAFE EQUITY FUND; EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMERICA BOARD OF PENSIONS e MISSOURI EDUCATION PENSION TRUST por seu procurador Anderson Carlos Koch; TEMPO CAPITAL PRINCIPAL FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES por seu procurador Gustavo Franco Pacheco.

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio.

São Paulo – SP, 18 de dezembro de 2014.

Roberto Catalão Cardoso
Presidente

Fernanda F. Reginato Borges
Secretária

9 TABELIÃO DE NOTAS / SP
Paulo Roberto Fernandes - Tabelião
Rua Marconi, 124 - Fone: 3129-1319
AUTÊNTICO o presente cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado na pres. representação. Dou Fé
S. Paulo, 06 JUN. 2016

SELOS RETIRADOS POR VERBA - VALOR REC

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRINA POUBEL LEMOS e Tribunal de Justica do Estado de São Paulo, protocolado em 21/03/2018 às 11:44 , sob o número WAUJ18700057541
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002351-95.2017.8.26.0045 e código 2943295.